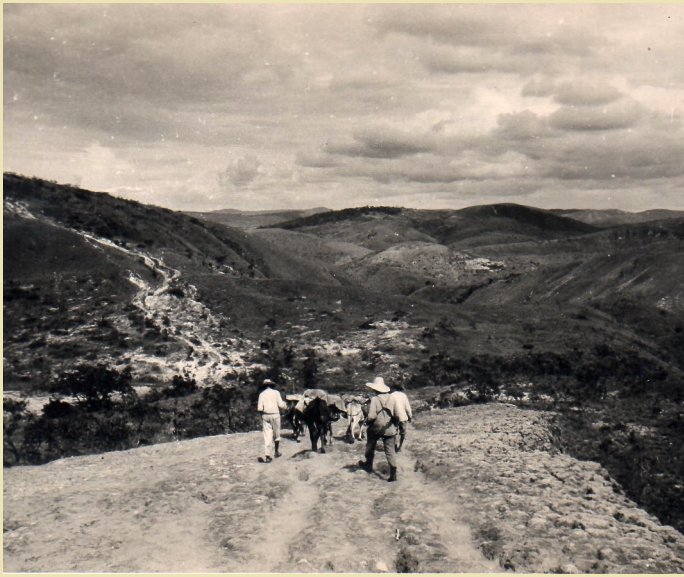
Patricia Aranha

Geografia como profissão: campo, autorrepresentação e historiografia (1934–1955)



Historamericana

46

wbg Academic

Patricia Aranha

Geografia como profissão: campo, autorrepresentação e historiografia (1934–1955)

HISTORAMERICANA

Herausgegeben von
Debora Gerstenberger, Michael Goebel,
Hans-Joachim König und Stefan Rinke
Band 46

Wissenschaftlicher Beirat

Pilar González Bernaldo de Quiros (Université de Paris)
Sandra Kuntz Ficker (El Colegio de México)
Federico Navarrete Linares (Universidad Nacional Autónoma de México)
Thiago Nicodemo (Universidade Estadual de Campinas)
Scarlett O'Phelan (Pontificia Universidad Católica del Perú)
Ricardo Pérez Montfort (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores
en Antropología Social, México)
Eduardo Posada-Carbó (University of Oxford)
Hilda Sabato (Universidad de Buenos Aires)
Rafael Sagredo Baeza (Universidad Católica de Chile)
Lilia Moritz Schwarcz (Universidade de São Paulo)

Patricia Aranha

Geografia como profissão: campo, autorrepresentação e historiografia (1934–1955)

wbg Academic

Die Deutsche Nationalbibliothek verzeichnet diese Publikation
in der Deutschen Nationalbibliographie; detaillierte bibliographische
Daten sind im Internet über www.dnb.de abrufbar

wbg Academic ist ein Imprint der wbg
© 2022 by wbg (Wissenschaftliche Buchgesellschaft), Darmstadt
Die Erstausgabe erschien 2020 im Verlag Hans-Dieter Heinz, Akademischer Verlag Stuttgart.
Die Herausgabe des Werkes wurde durch die Vereinsmitglieder der wbg ermöglicht.
Umschlag und Titelei: Satzweiss.com Print, Web, Software GmbH
Umschlagsabbildung/Foto de capa: Lourival Salgado Portela, gentilmente cedida pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
Gedruckt auf säurefreiem und alterungsbeständigem Papier
Printed in Germany

Besuchen Sie uns im Internet: www.wbg-wissenverbindet.de

ISBN Online: 978-3-534-27447-5

Parallele Veröffentlichung auf dem Refubium der Freien Universität Berlin:
http://dx.doi.org/10.17169/refubium-34168

Dieses Werk ist mit Ausnahme der Einbandabbildung als Open-Access-Publikation im Sinne der Creative-Commons-Lizenz CC BY International 4.0 (»Attribution 4.0 International«) veröffentlicht. Um eine Kopie dieser Lizenz zu sehen, besuchen Sie https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/. Jede Verwertung in anderen als den durch diese Lizenz zugelassenen Fällen bedarf der vorherigen schriftlichen Einwilligung des Verlages.

Para meu pai, Gilmar.

¡Cuántas posibles vidas se habrán ido en esta pobre y diminuta muerte, cuántas posibles vidas que la suerte daría a la memoria o al olvido!

Cuando yo muera morirá un pasado; con esta flor un porvenir ha muerto en las aguas que ignoran, un abierto porvenir por los astros arrasado.

Yo, como ella, muero de infinitos destinos que el azar no me depara; busca mi sombra los gastados mitos

de una patria que siempre dio la cara. Un breve mármol cuida su memoria; sobre nosotros crece, atroz, la historia.

Jorge Luis Borges.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

1. UM LUGAR PARA A PROFISSÃO DE GEÓGRAFO 11

1.1. Universidades no Brasil 12

1.2. Espaços profissionais não universitários 31

1.3. Os professores de Geografia e História 41

2. O CURSO GEOGRAFIA E HISTÓRIA COMO ESPAÇO DE DISPUTA 51

2.1. As determinações do CNG em relação ao curso universitário 52

2.2. Universidade de São Paulo e Reforma Capanema 63

2.3. Rio de Janeiro x São Paulo 70

2.4. Interstícios na capital: a aprovação da lei que separou a Geografia da História 75

2.5. Os historiadores e a separação dos cursos 86

3. TRAJETÓRIA, HISTÓRIAS E MEMÓRIA DE FRANCIS RUELLAN 91

3.1. Francis Ruellan antes de sua chegada ao Brasil 93

3.2. As raízes da formação de Ruellan 95

3.3. Vidal de la blache e a geografia francesa 97

3.4. Ruellan através de seus alunos 99

3.5. vinculação à história? 113

3.6. para além de Ruellan 117

4. A GEOGRAFIA PELOS GEÓGRAFOS, OU, "NOSSA" HISTÓRIA DA GEOGRAFIA 125

4.1. A geografia no Manual bibliográfico de estudos brasileiros 127

4.2. a geografia em As ciências no Brasil 135

4.3. A geografia em História das ciências no Brasil 142

5. APONTAMENTOS SOBRE DIVULGAÇÃO DA GEOGRAFIA E CONSTITUIÇÃO DO GEÓGRAFO BRASILEIRO 155

5.1. Revistas e publicações em geografia no Brasil 157

5.2. Vultos da geografia do Brasil 179

5.3. Geografias americanas: Brasil, EUA e o Handbook of Latin American Studies 183

CONSIDERAÇÕES FINAIS 193

REFERÊNCIAS 201

Lista de Abreviaturas

AGB	Associação de Geógrafos Brasileiros
CNG	Conselho Nacional de Geografia
CPDOC	Centro de Documentação e Pesquisa
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FNFi	Faculdade Nacional de Filosofia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEB	Instituto de Estudos Brasileiros
PROEDES	Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade
RGB	Revista Brasileira de Geografia
UDF	Universidade do Distrito Federal
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

Lista de Quadros, Gráficos e Diagramas

Quadro 1: Currículo do Curso de Geografia da Universidade do Distrito Federal, 1935 16
Quadro 2: Currículo do Curso de Geografia na Universidade do Distrito Federal, 1938 19
Quadro 3: Currículo do Curso de Geografia e História na Universidade do Brasil, 1939 22
Quadro 4: Currículo do Curso de Geografia da Universidade do Brasil, 1956 24
Quadro 5: Currículo do Curso de Geografia e História da Universidade de São Paulo, 1934 28
Quadro 6: Currículo do Curso de Geografia e História da Universidade de São Paulo, 1942 29
Quadro 7: Currículo do Curso de Geografia e História da Universidade de São Paulo, 1956 30
Quadro 8: Professores de Geografia e História da Universidade do Distrito Federal, 1935-1939 45
Quadro 9: Professores de Geografia e História da Universidade de São Paulo, 1934-1935 46
Quadro 10: Professores de Geografia e História da Universidade de São Paulo, 1939-1956 47
Quadro 11: Professores de Geografia e História da Faculdade Nacional de Filosofia, 1939-1956 47
Quadro 12: Proposta de Curso de Geografia e História formulada pelos professores da Universidade de São Paulo 64
Quadro 13: Proposta de curso de Geografia e História formulada por Delgado de Carvalho 68
Quadro 14: Publicações em Ensino e Pesquisa geográfica, por Delgado de Carvalho 123
Quadro 15: Publicações da Revista Brasileira de Geografia, 1939-1941.....158
Quadro 16: Publicações da Revista Brasileira de Geografia, 1943-1944.....162
Quadro 17: Publicações da revista Geografia, 1935-1936 165
Quadro 18: Publicações do Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1943-1945 171
Quadro 19: Publicações geográficas na Revista de História, 1950-1956.....176
Quadro 20: Formação dos "Vultos da Geografia" do Brasil, 1939-1956.....181

Quadro 21: Ocupação dos "Vultos da Geografia do Brasil", 1939-1956 182
Quadro 22: Incidência de trabalhos de professores estrangeiros que lecionaram no Brasil no Handbook of Latin American Studies 189

Diagrama 1: Organização da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1934 27
Diagrama 2: Formação de Francis Ruellan e Pierre Monbeig 117

Gráfico 1: Publicações na Revista Brasileira de Geografia, autores militares e autores civis, 1939-1956 163
Gráfico 2: Publicações Brasileiras e Estrangeiras no Handbook of Latin American Studies 187
Gráfico 3: Publicações Brasileiras de Geografia Humana no Handbook of Latin American Studies 188

Agradecimentos

Iniciei minha vida acadêmica em um momento anterior da história do Brasil, um momento de expansão da universidade, ampliação das vagas e bolsas de estudo. Durante estes anos, sempre tive o apoio financeiro da CAPES, desde a iniciação científica até agora. Sendo assim, meu primeiro agradecimento não poderia ser senão à esta agência, que sempre me auxiliou na caminhada profissional. Minha gratidão vem acompanhada do profundo desejo de dias melhores para a educação e produção de ciência no país.

Este livro é resultado de quatro anos de doutorado, anos que foram fortemente marcados pela presença da professora Marieta Ferreira, que me aceitou como orientanda mesmo sem me conhecer pessoalmente e depositou enorme confiança em mim e no meu trabalho. Ao professor Sergio Nunes agradeço pelo carinho e amizade, por estar ao meu lado na vida acadêmica e também no resto dela.

Esta pesquisa ganhou profundidade a partir das minhas novas experiências como pesquisadora; neste sentido, a ida a bibliotecas, arquivos e universidades estrangeiros foi crucial para a consulta a livros e documentos, e contatos com outros profissionais. Agradeço então a Everette Larson e Tracy North da Hispanic Division e aos bibliotecários da Geography and Map Division da Library of Congress; a Javier Uriarte, que me acolheu generosamente como Visiting Scholar no departamento de Hispanic Languages and Literature da State University of New York em Stony Brook; e aos atendentes da New York Public Library.

Passei também uma temporada em São Paulo e tive a oportunidade de assistir aos cursos de Antonio Carlos Robert Moraes e Manoel Fernandes de Souza Neto, que me receberam no Laboratório de Geografia Política do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Agradeço ainda a Paulo Iumatti, também desta Universidade, que me cedeu grande parte de sua biblioteca pessoal para consulta, e a Larissa Lira, que compartilhou comigo suas descobertas e dividiu as preocupações em estudar a história da geografia.

Aos queridos colegas da rede Terra Brasilis, André Reyes, Mariana Lamego, Paulo Bomfim, e, novamente, Sérgio Nunes, que lutam cotidianamente para o fortalecimento da história da geografia e da geografia histórica, e sempre estiveram dispostos a ajudar esta historiadora.

Ao colega da Sociedade de Teoria e Historiografia Mateus Pereira, que me ouviu em diferentes momentos e deu inúmeras sugestões para a pesquisa.

À professora Lúcia Maria Lippi Oliveira, pelas generosas sugestões dadas quando da qualificação deste trabalho.

À Gabriela Bernardino, que é amiga desde o tempo de Fundação Oswaldo Cruz; e à Beatriz Jaguaribe, que compartilha conosco o gosto pelo estudo do noroeste brasileiro.

Todo o agradecimento do mundo não seria suficiente para expressar a minha gratidão aos entrevistados, Miridan Falci e Pedro Geiger, que dedicaram seu tempo e suas memórias a este trabalho, dividindo comigo grande parte de suas vidas.

Obrigada ainda às reuniões da Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que possibilitaram estes encontros.

A pesquisa que possibilitou este doutorado foi desenvolvida em muitos arquivos, numa busca por peças que, quando reunidas, constituíram o quadro da institucionalização da geografia brasileira; desta forma, contei com a colaboração de diversos funcionários que facilitaram meu acesso aos documentos, espero fazer justiça e não esquecer de nenhum deles. Obrigada a Angelo Lins da Silva, do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade da Universidade Federal do Rio de Janeiro; a Josélia Costa, do Arquivo do Conselho Nacional de Educação; a Maria da Luz Freitas Obata Luz e Hilton Soares do Serviço de Expediente da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e a Eliana Rotolo do Arquivo Geral da Universidade de São Paulo; a Maria Aparecida Ferreira do Centro de Apoio à Pesquisa em História Sérgio Buarque de Holanda; a Suzane Lima Conceição, Catarina Felix Soares, Fábio Leite e Antonio Filho do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; e aos atendentes do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, e da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Agradeço também à Rosemary Mazini e Rogério Azize pela recepção no Rio de Janeiro no primeiro ano deste doutorado, quando ainda morava em Vitória.

À sempre amiga Izabel Mazini que me mostrou que o caminho certo a seguir nem sempre (quase nunca...) é o mais fácil, mas definitivamente é o que vale a pena.

A Claudio Correa, que pacientemente me auxiliou na tarefa de compilação dos dados sobre as revistas, na elaboração das tabelas e na posterior adaptação da tese para livro.

Aos amigos que tornaram essa caminhada mais leve e bem humorada, com um pedido de desculpas pela minha frequente ausência nos últimos tempos:

Jonathan Mendes, Thiago da Silva, Nathalia Topini, Carla Martins, Luis Felipe, Tati Vasconcelos, Lilian Koplin, Julia Freire, Marcelo Durão, Leonardo Velloso, Fabiana Araújo, José Batista, Eduardo Xavier e Mariana Calejón.

Às librianas que sempre me mandam *lots and lots of love*, Marina e Thaís.

Às meninas de Vitória e aos amigos e familiares de São Paulo, que são meu escape cotidiano e conexão com o "mundo real".

À minha família, que sempre esteve ao meu lado por toda a vida profissional, gratidão especial a meu pai, que acreditou que a educação era o bem mais valioso que poderia nos deixar e muitas vezes se sacrificou para que eu e minha irmã tivéssemos uma formação de qualidade.

E, por falar em irmã, por ironia do destino, a minha é profissional geógrafa ou geógrafa por profissão; frutos da mesma árvore, Lorena e eu caímos muito perto uma da outra, como não poderia deixar de ser, e minha análise do campo da geografia é imbuída de carinho por ser também o estudo do ofício dela...

A meu marido, Thiago Lima Nicodemo, por seu amor que me impulsiona a crescer. Mais que um companheiro, Thiago foi interlocutor essencial durante estes anos; e certamente este trabalho não seria o mesmo sem ele.

INTRODUÇÃO

Esta é uma história da geografia escrita por uma historiadora. Nestes anos de doutorado, a pergunta que tenho respondido com mais frequência é se sou geógrafa. O questionamento é interessante e, por ser tão repetitivo, levou-me a uma reflexão sobre as particularidades na construção de uma história disciplinar, a respeito do meu papel como escritora de uma narrativa que se soma às outras, acrescentando, superpondo mais uma camada à literatura sobre o tema.

O pensar sobre a "ciência do outro" vem a reboque desta análise do campo geográfico. Ao mesmo tempo em que a história disciplinar se firma como um objeto, como um tema de pesquisa no fazer do historiador, é necessário maior apuro na hora de historicizar um saber que não é o seu por formação. Estas reflexões sobre a formação, sobre os lugares onde ela se dava e sobre o grupo profissional criado permearam toda a análise. A dinâmica do campo geográfico, das disputas inerentes a ele, foi meu objeto nos últimos quatro anos e, esperando suscitar interlocuções também entre os colegas geógrafos, inicio a apresentação de meu trabalho.

Esta livro tem por objetivo o estudo da constituição do campo da geografia no Brasil. Tenciona-se examinar a própria historicidade deste processo, identificando quais são as condições específicas da constituição, a partir da institucionalização do saber geográfico nas universidades e associações profissionais. Bem como em sua profissionalização, tanto no campo da docência superior quanto no trabalho de levantamento territorial; realizado principalmente a partir da criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1938.

O período delimitado para a análise, entre os anos de 1930 e 1956, compreende os anos cruciais nas movimentações intelectuais que culminaram com a criação das primeiras cátedras de Geografia (que à época funcionava junto ao curso de História) na Universidade de São Paulo (USP) em 1934 e na Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935. Passando, também, pela criação do Conselho Nacional de Geografia (CNG), em 1936; da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), em 1934; da *Revista Brasileira de Geografia* (*RBG*), em 1939; e, do próprio IBGE. Seguindo os marcos cronológicos propostos, os anos de 1955 e 1956 assinalaram a consolidação da Geografia como campo no país. Em 1955 houve a separação entre os cursos de História e Geografia nas universidades e em 1956 foi realizado o XVIII Congresso

Internacional de Geografia, sediado no Brasil, que mostrou para o mundo a nova geração de geógrafos brasileiros, do IBGE, da universidade e da AGB.

No que diz respeito especificamente à constituição da disciplina universitária, no caso brasileiro, ela esteve ligada à opção pelo método francês para a criação de um padrão disciplinar, através da contratação de professores estrangeiros. Assim sendo, foram admitidos os geógrafos Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig e, posteriormente, Francis Ruellan.

Logo que comecei esta pesquisa, meu objetivo era analisar somente a trajetória dos três professores franceses no Brasil, Deffontaines, Monbeig e Ruellan. Contudo, pude perceber que as noções do que seria campo da geografia, ou do tipo de profissional geógrafo, defendidas pelas universidades (Universidade de São Paulo, Universidade do Distrito Federal e, depois, Universidade do Brasil) e pelo IBGE não compunham um todo coeso. Muito pelo contrário, estas eram questões de disputa entre as instituições. E, Isto fica mais claro quando observamos as discussões relacionadas às reformas no curso de Geografia e História.

Elas demonstram um embate entre os interesses dos profissionais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Enquanto os geógrafos ligados à Universidade do Brasil e ao IBGE defendiam a separação entre os cursos e a formulação de um currículo que fortalecesse a identidade e a autonomia da geografia frente a outros campos do conhecimento, os professores da Universidade de São Paulo defendiam a manutenção da união das disciplinas no ensino superior. O modelo francês de disciplinarização, em São Paulo, estava intimamente ligado à universidade, à formação de professores e à associação com a história e outras ciências humanas.

Sublinho que essa diferença entre a geografia produzida no Rio de Janeiro e em São Paulo não se devia a uma diferenciação entre as geografias física e humana, por exemplo – como se existisse alguma diferenciação tipológica entre os dois modelos –, mas, antes, a uma disputa, no interior do campo da própria geografia humana. Há aí uma questão conceitual decisiva, seria um anacronismo atribuir a esses atores termos ou classificações que não estavam em pauta, ou que eram motivos de ampla disputa. A concepção que essa geração tinha da geografia era a de uma ciência una; a geografia humana era entendida, na matriz original francesa, não como o oposto da geografia física, mas como algo que a incluía, como uma espécie de fundamento ou capítulo introdutório. Este talvez seja um dos principais resultados da consolidação acadêmica da área no âmbito

francês. Deste modo, o conflito brasileiro se estabelecia entre uma geografia "aplicada", ligada à prática de campo, e outra acadêmica.

As universidades, bem como os órgãos técnico-administrativos do aparelho estatal, como o IBGE, devem ser analisados a partir de uma perspectiva que os considere como pontos de convergência fundamentais para a comunidade profissional. Assim, no Rio de Janeiro, o IBGE teve papel central tanto na formação prática quanto na profissionalização dos novos geógrafos, associando trabalho técnico à formação universitária, permitindo que seus funcionários se constituíssem em um corpo híbrido, entre a técnica e a disciplina científica. Enquanto isso, em São Paulo, os geógrafos estavam ligados a intelectuais de outras áreas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o que fica claro pela integração nos ambientes criados pelos geógrafos, entre eles a Associação dos Geógrafos Brasileiros, e também na revista da mesma associação.

No que diz respeito à perspectiva teórica mobilizada por este trabalho, destaco que, como a pesquisa se dedicou à análise da constituição do campo científico-disciplinar da geografia no Brasil, os dois conceitos inicialmente mobilizados não poderiam ser outros senão: saber geográfico e geografia. O termo "saber geográfico", desenvolvido por Sérgio Nunes Pereira em sua dissertação de mestrado e aprofundado em sua tese de doutorado, visa debater o papel da universidade como centro de produção inicial do conhecimento científico no país. Considerando, para tanto, o fato de que o saber geográfico não foi produzido apenas quando da criação da universidade e nem somente por profissionais alí formados. Existiram outros âmbitos específicos de construção deste saber, dentre eles sociedades e institutos histórico-geográficos. Assim, o conceito se refere ao saber na área de geografia produzido antes da institucionalização da disciplina universitária no Brasil.[1]

A mobilização do conceito de saber geográfico auxilia na interpretação do que era produzido antes da chegada da "escola geográfica francesa" e de como este conhecimento teria inspirado os primeiros professores da Universidade. Da mesma forma, também nos leva a avaliar que deveria haver, na constituição da disciplina científica, alguns resquícios do pensamento geográfico desenvolvido por profissionais não especializados. Orientando o trabalho pra um pensamento que não coloque em xeque o conhecimento produzido antes da universidade,

1 PEREIRA, Sergio Nunes. *Geografias: caminhos e lugares da produção do saber geográfico no Brasil (1838-1922).* Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997; PEREIRA, Sergio Nunes. *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: origens, obsessões e conflitos (1883-1944).* Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

mas que problematize a dicotomia estabelecida entre conhecimento científico *versus* não científico. A análise do saber estará fixada no objeto, ou seja, na historicidade do processo de formação do campo da geografia no Brasil.

Em relação ao conceito de "geografia", entendo que é necessário abordá-lo da maneira como os geógrafos e técnicos das décadas de 1930 a 1950 o viam. A disciplina universitária passou por uma série de transformações nas últimas décadas, principalmente a partir das contribuições de Milton Santos, Ruy Moreira e Antônio Carlos Robert Moraes no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, como nas obras *Por uma geografia nova*, *Novos rumos da geografia brasileira*, *Geografia: teoria e crítica* e *Geografia: pequena história crítica*.[2] No entanto, para entender as motivações e movimentações destes professores e técnicos é necessário encará-los sob uma perspectiva que os analise de acordo com seu tempo e com as transformações disciplinares que propuseram naqueles anos.

A geografia era por eles encarada como uma disciplina, um ramo específico do conhecimento científico, que está posicionado na interseção das ciências humanas e exatas, se estabelecendo enquanto uma ciência de síntese. Esta síntese se deveu principalmente ao fato de que o saber geográfico tinha como objeto de estudo a reunião de temas comuns às outras ciências, se constituindo como uma ponte entre os aspectos da natureza e da sociedade, entre as ciências naturais e as ciências humanas. Portanto, sua definição estava centrada no estudo da relação entre o homem e o meio, articulando natureza e sociedade.

Como este trabalho se trata da análise do processo de constituição de um campo científico-disciplinar, o conceito de campo desenvolvido por Pierre Bourdieu, quando do estudo do campo literário francês, foi também mobilizado. Ele nos auxilia na investigação sobre as variadas posições tomadas por indivíduos de um mesmo campo, no estabelecimento de relações de poder e autoridade nessa dinâmica de grupo e como estes indivíduos ou grupos dentro do campo são caracterizados por seus antagonismos ou posições complementares, em relação uns aos outros. Ainda de acordo com o autor, a ciência é um produto do meio social e envolve relações de interesse e poder tanto político quanto epistemológico.[3] Deste modo, também podemos pensar acerca dos

2 SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova:* da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1978; SANTOS, Milton. *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1982; MOREIRA, Ruy. *Geografia: teoria e crítica*: o saber posto em questão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982; MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia*: pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1983.

3 BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Àtica, 1983; BOURDIEU, P. *As regras da arte:* gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras,

interesses políticos no processo de constituição do campo da geografia no Brasil. Ora, não deve ser tratado como algo menor ou fora de contexto o fato de que, logo após a criação do curso universitário na USP e na UDF, o governo federal criou um órgão destinado à realização de pesquisas geográficas como o IBGE.

Também podemos perceber que o poder de conhecimento sobre o território brasileiro, que antes estava nas mãos do Exército ou de técnicos que integravam expedições promovidas pelo Estado, voltava-se agora para as ciências humanas, passava para outras mãos – mãos estrangeiras da "escola geográfica francesa". Assim, não é de se estranhar que grandes iniciativas do Estado estejam voltadas para a divisão do conhecimento geográfico com as universidades. As expedições de reconhecimento territorial voltariam, pelo menos em parte, para o poder político estatal.

Da mesma forma, quando refletimos acerca das disputas epistemológicas que determinariam um "paradigma" uma forma "correta" do fazer científico, podemos pensar na constituição do campo da geografia no país. Quando o saber produzido antes da institucionalização da disciplina universitária é considerado como "não científico", há uma desvalorização de um determinado tipo de conhecimento e a valoração de outro; que se baseava em signos de pesquisa científica europeus e que trariam um suposto ideal de neutralidade e progresso científico para um ambiente "puramente técnico-militar".

Estes embates no campo científico, tanto políticos quanto epistemológicos, permitem estabelecer uma análise que problematize os diversos aspectos do processo de constituição da geografia no Brasil. Além disso, também favorecem a articulação de diversos espaços do conhecimento, reconhecendo as disputas e as cooperações existentes entre eles.

Nos últimos anos se desenvolveram diversos estudos na área da história do pensamento geográfico no Brasil, colocando o tema na agenda de profissionais tanto da história quanto da geografia. Os objetos destes trabalhos variam desde as instituições onde se construía o saber geográfico antes das universidades, à criação de Institutos após o estabelecimento da disciplina científica, à fundação de associações e revistas e também às experiências docentes e em pesquisa de campo dos primeiros professores das universidades. Houve, igualmente, a criação de fóruns destinados ao debate intelectual na área, entre eles destaco o Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, que vem se constituindo como um espaço que privilegia a interdisciplinaridade e às

1996; RINGER, Fritz K. *Fields of Knowledge:* French Academic Culture in Comparative Perspective, 1890-1920. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1992.

abordagens variadas no tratamento da pesquisa em história da geografia e geografia histórica. Enfatizo ainda que no ano de 2012 a revista *Terra Brasilis*, tradicionalmente dedicada à interlocução entre os processos de constituição dos conhecimentos geográficos e de conformação territorial brasileira, voltou a ser publicada sob o nome de *Terra Brasilis (Nova Série)*. Para além, há a articulação entre profissionais de diferentes ambientes científicos que criou e tem consolidado um grupo de estudos intitulado "Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica", voltado para a pesquisa e reconhecimento das relações entre a história e a geografia.

Os institutos e outros espaços de produção do conhecimento científico antes das universidades foram objeto de estudo de diversos geógrafos e historiadores. A partir dos anos 1980, este movimento se intensifica com Mário Guimarães Ferri e Shozo Motoyama organizando a obra *História das Ciências no Brasil*, com trabalhos de Antônio Christofoletti e Aziz Ab'Saber sobre as geociências, e de Maria Amélia Dantes, uma das pioneiras no estudo de institutos de pesquisa científica. Eles foram precursores na formação de uma nova abordagem sobre o conhecimento produzido antes da criação das Universidades no Brasil. Se antes ele era mal visto pelos acadêmicos, maculado pela pecha de "não científico", depois destas obras foi "reabilitado", e vários trabalhos tratando de ciência em comissões, revistas, associações e sociedades foram realizados.[4]

Ainda nos anos 80, em 1989, Lilia Scwarcz publicou uma obra onde analisa os diferentes institutos históricos e geográficos brasileiros. Da mesma forma, Maria Lúcia Paschoal Guimarães realizou uma série de estudos sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O mesmo aconteceu com a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, que foi a questão problematizada em duas teses de doutorado, uma pelo geógrafo Sérgio Nunes Pereira, em 2003, e outra por Luciene Carris Cardoso, em 2018.[5]

Os esforços do Exército brasileiro no sentido de efetivar o conhecimento acerca do interior do país também foram objeto de estudo. Neste caso, os

4 Em 2001 Maria Amélia Dantes publicou ainda o trabalho "Espaços da ciência no Brasil", no qual problematiza qual eram os locais de produção científica no país desde o ano de 1800 até o período imediatamente anterior à fundação das universidades, em 1930.

5 SCWARCZ, Lilia Moritz. Os guardiões de nossa história oficial, os institutos históricos e geográficos brasileiros. São Paulo: Idesp, 1989; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: n. 388, 1995; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da escola palatina ao silogeu:* Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007; PEREIRA, Sergio Nunes. *Sociedade de Geografia do... Op. cit.,* 2003; CARDOSO, Luciene P. Carris. *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: espelho das tradições progressistas (1910-1945)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

trabalhos podem enfatizar uma determinada expedição ou comissão; ou algum grupo, como os engenheiros e os membros do serviço geográfico. Hélio Evangelista publicou um artigo no qual interpreta as atividades do serviço geográfico do exército, identificando quais eram as principais características de seus membros e estabelecendo associações com a pesquisa realizada nos meios civis. Moema Vergara e Sérgio Nunes Pereira examinaram as comissões geográficas incumbidas de identificar terrenos para a nova capital federal, a ser construída no Planalto Central, em trabalhos publicados na obra *Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho*. Em minha dissertação de mestrado, *O esquadrinhamento do noroeste do Brasil: o saber geográfico e os engenheiros militares da Comissão Rondon (1907-1915)*, analiso o trabalho de exploração do território e o saber geográfico desenvolvido por engenheiros militares do Exército enviados à Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas.[6]

Há também estudos que analisam os institutos e associações criados após a fundação das universidades, como o IBGE e a AGB. Estes trabalhos abordam os primeiros anos do instituto e da associação e se constituem em interpretações acerca do papel dos fundadores do IBGE, do contexto político que levou à criação do órgão e da associação, bem como da relação entre historiadores e geógrafos no estabelecimento da AGB.[7]

Da mesma forma, os geógrafos franceses foram objeto de estudos que se dedicaram a interpretar o seu papel e também o da "escola francesa" na construção do campo da geografia e da história no Brasil. Entre eles destaco quatro importantes trabalhos. Primeiro, as duas contribuições de Marieta Ferreira, uma que investiga o papel de Deffontaines no estabelecimento do curso

---

6 EVANGELISTA, Helio de Araújo. Geografia tradicional no Brasil: uma geografia tão mal-afamada quanto mal conhecida! *Revista geo-paisagem*, Curitiba, ano 5, n. 10, jul.-dez. 2006; SENRA, Nelson de Castro (Org.). *Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho.* Rio de Janeiro: IBGE, 2010; ARANHA, Patricia. *O esquadrinhamento do noroeste do Brasil: o saber geográfico e os engenheiros militares da Comissão Rondon (1907-1915).* Dissertação (Mestrado em História das Ciências) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

7 ALMEIDA, Roberto Schmidt. A Geografia do IBGE: os mestres formadores. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 17, p. 210-222, 2010; ALMEIDA, R. S.; ABRANTES, Vera Lucia Cortes. O pensamento científico dos pioneiros do IBGE. In: MARTINS, R. A.; *et al.* (Eds.). *Filosofia e História da Ciência no Cone-Sul:* 3º Encontro. Campinas: AFHIC, 2004. Sobre o contexto político de criação do IBGE e da AGB, cf.: ANTUNES, Charlles da França. O contexto do surgimento da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) na geografia Brasileira. II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico. Rio de Janeiro: 2009 e PENHA, Eli Alves. A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo. Rio de Janeiro: IBGE 1993. E, sobre a relação entre historiadores e geógrafos na AGB, cf.: IUMATTI, Paulo (Org.); SEABRA, Manoel (Org.); HEIDEMANN, Dieter (Org.). Caio Prado Jr. e a Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo: EdUSP, 2008.

de Geografia e História na universidade brasileira a partir dos diários escritos por sua esposa e outra na qual traça o perfil das missões francesas no Rio de Janeiro e a trajetória de Henri Hauser. Segundo, da geógrafa Heliana Angotti-Salgueiro, que estuda a relação entre o professor Pierre Monbeig e a constituição de uma geografia humana no país. Terceiro, o de Ruy Moreira, que faz uma análise do pensamento geográfico brasileiro levando em consideração os aportes das geografias francesa e alemã. E, por fim, a tese de doutorado de Carlo Eugênio Nogueira, que discute o papel da fronteira na geografia desenvolvida por Monbeig e a dissertação de mestrado de Larissa Lira, que estuda o método geográfico de Vidal de La Blache.[8]

Evidencio ainda dois estudos que tratam especificamente sobre a institucionalização da geografia através do curso de Geografia e História nas universidades. O primeiro, de Antonio Carlos Robert Moraes, que trata da geografia na universidade brasileira, realizando um trabalho de pesquisa mais detalhado sobre a Universidade de São Paulo. E, um segundo, de Mônica Machado, que trata do caso do Rio de Janeiro, na Universidade do Distrito Federal e na Universidade do Brasil.[9]

A partir desta pormenorização dos trabalhos, destaco que a temática cresce em importância entre os pesquisadores e, consequentemente, indica novas pistas e objetos que ainda não foram estudados. Dentre eles, destaco o livro que aqui se abre, um estudo das relações estabelecidas na construção do campo científico-disciplinar da geografia no Brasil a partir da análise conjunta dos diferentes locais de produção do saber geográfico (universidade, associações e IBGE). Este trabalho procurará estabelecer uma nova abordagem do processo de profissionalização, reconstituindo e problematizando os vínculos entre diversas instituições na constituição da geografia como campo; analisando as camadas de historicidade que permeiam a constituição da profissão de geógrafo no Brasil. O

8 FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como Ofício:* a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Diário pessoal, autobiografia e fontes orais: a trajetória de Pierre Deffontaines*. São Paulo: I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, 1999; ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. *Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira:* a dinâmica da transformação. São Paulo: FAPESP; EdUSC, 2006; MOREIRA, Ruy. *O pensamento geográfico brasileiro:* I - as matrizes clássicas originárias. São Paulo: Contexto, 2008; NOGUEIRA, Carlo Eugênio. *O lugar da fronteira na geografia de Pierre Monbeig*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013; LIRA, Larissa. *O primeiro esboço do método geográfico de Vidal de La Blache a partir dos estudos do Mediterrâneo. Permanências e rupturas no contexto da institucionalização da geografia (1872-1918)*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

9 MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991; MACHADO, Mônica S. *A construção da geografia universitária no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Apicuri; FAPERJ, 2009.

fio condutor escolhido para esta história, é a principal discussão da época: a separação entre os cursos de Geografia e História. Esta era a grande questão do campo geográfico brasileiro entre o fim da década de 1930 e o começo dos anos 1950. Naquele momento, estava no centro a própria ideia do que significava "ser geógrafo", sobre qual era o papel da geografia como ciência no país.

Este trabalho divide-se em cinco capítulos. No primeiro, "Um lugar para a profissão de geógrafo", investiguei o contexto de criação destes lugares "profissionais" da geografia brasileira. Inicialmente tratei da institucionalização da geografia no curso da Universidade do Distrito Federal, no curso de Geografia e História da Universidade do Brasil e no curso conjunto da Universidade de São Paulo. A segunda parte deste capítulo versa sobre os ambientes não universitários onde se desenvolveu a geografia, destacando o IBGE, a AGB e o Exército, instituições que se constituíam enquanto espaços de construção de saberes geográficos e de amplo debate, a par das universidades. Para finalizar, traço um perfil dos professores da universidade nestes primeiros anos – sua formação, os ambientes nos quais circulavam, suas trajetórias profissionais e seus múltiplos espaços de atuação profissional – tanto do curso do Rio de Janeiro quanto de São Paulo.

O segundo capítulo, intitulado "O curso de Geografia e História como espaço de disputa", trata das divergências acerca do curso universitário. De início, minha intenção é explicitar os motivos que permeavam tais querelas, esmiuçando quais eram os ambientes de trabalho dos geógrafos e tratando da adequação de sua formação para os diferentes trabalhos que desenvolviam. A seguir, focalizo as diferentes propostas de mudanças do curso universitário construídas entre os geógrafos do IBGE, da Universidade do Brasil e da Universidade de São Paulo, mostrando as diferentes concepções em relação ao curso e à formação conjunta com a história. Logo depois, tratei da efetiva alteração do curso, ocorrida em meados da década de 1950, bem como da posição dos historiadores em relação às disputas que envolviam a separação das graduações em Geografia e História.

O terceiro capítulo visa investigar quem são os geógrafos envolvidos nas disputas. Nosso foco foi à trajetória do professor Francis Ruellan, desde sua formação na Europa até sua vinda ao Brasil, e as atividades desenvolvidas na universidade e no IBGE. Também realizo uma breve apresentação de Jorge Zarur e Delgado de Carvalho.

Nos dois capítulos seguintes, averiguei como as disputas disciplinares se manifestavam nos textos dos geógrafos. No capítulo quatro, "A geografia pelos

geógrafos ou nossa história da geografia", analisei três documentos que tratam sobre a história do campo da geografia, comparando estas histórias da escrita geográfica no e sobre o Brasil. Meu interesse foi o de problematizar quem era citado, quais profissionais foram apagados destas histórias disciplinares e quais eram os pesquisadores considerados geógrafos antes de haver o curso de geografia. Enfim, explorar a maneira pela qual a história da disciplina foi escrita, manuseada, instrumentalizada.

O capítulo cinco, "Apontamentos sobre a divulgação da geografia e constituição do geógrafo brasileiro", consiste num exame de como a divulgação da geografia que se produziu no Brasil durante o período compreendido entre a criação da universidade e a separação dos cursos de Geografia e História foi influenciada pelas disputas no interior do campo e de como as revistas refletiam estas querelas. Além disso, qual tipo de profissional valorizado em cada publicação, a maneira pela qual cada revista delimitava e cristalizava a ideia de um paradigma específico do "ser" geógrafo, e como a definição deste cânone profissional estava diretamente ligada às questões que envolviam o curso universitário. Para finalizar, acredito que um importante indício de consolidação do campo da geografia brasileira é a sua internacionalização, desta forma a avaliação da maneira pela qual o conhecimento geográfico produzido no Brasil foi apropriado por geógrafos de outros países foi objeto desta última parte. Investiguei quais eram as publicações brasileiras citadas no exterior, a maneira pela qual se estabelecia a circulação dos profissionais brasileiros fora do país e a aceitação de seus trabalhos pela comunidade geográfica internacional através do estudo das seções de geografia pertinentes ao Brasil no *Handbook of Latin American Studies*, entre o início de sua publicação, em 1935 e a separação dos cursos na universidade brasileira em 1955.

1. UM LUGAR PARA A PROFISSÃO DE GEÓGRAFO

Neste primeiro capítulo, meu objetivo foi analisar a criação de um campo profissional para a geografia no Brasil. Para isso, separei esta parte em três seções, na primeira tratei da profissionalização universitária, desta forma, a discussão inicial foi desenvolvida a respeito dos descaminhos entre a constituição de uma disciplina e de sua profissionalização. O estabelecimento da disciplina implicava na necessidade de formação de professores de geografia, de um profissional que aliasse docência e pesquisa. Geografia e História formavam um único curso na Universidade de São Paulo e dois cursos distintos na Universidade do Distrito Federal, que posteriormente foram reunidos na Universidade do Brasil.

Enfoco aqui os poucos anos de existência da Universidade do Distrito Federal e seu projeto educacional inovador, cuja inspiração vinha da Escola Nova, nesta parte também analiso os diferentes currículos do curso de Geografia entre os anos de 1935 e 1938. Em 1939, a UDF foi desmantelada pelo governo federal e seus quadros passaram a integrar a Universidade do Brasil. Neste projeto, os cursos de Geografia e História ficaram unidos em uma só formação. Assim, dedico-me a investigar as principais mudanças entre o curso anterior e este novo, bem como o transcorrer desta formação conjunta até a sua separação definitiva em 1955.

Em seguida, dedico-me a analisar o curso de História e Geografia da Universidade de São Paulo, desde a sua criação, em 1934, até 1956, quando as duas formações foram desmembradas. Examino, ainda, as semelhanças e diferenças entre os cursos oferecidos no Rio de Janeiro e em São Paulo ao longo destes anos.

A segunda seção diz respeito aos espaços profissionais não universitários, optei por dividi-la em três: uma primeira que está centrada na investigação a respeito do IBGE e seu estabelecimento como um dos principais locais de trabalho dos geógrafos formados pelo curso universitário no Rio de Janeiro; a segunda, concentrada na análise dos militares neste período de conformação do âmbito profissional do geógrafo brasileiro, visto que havia também uma relativa continuidade de seu papel como produtores de saberes geográficos, principalmente via CNG, como membros deste Conselho. E finalmente, a parte na qual examino a Associação dos Geógrafos Brasileiros, criada paralelamente ao curso universitário da USP.

A terceira seção trata dos professores universitários de geografia na Universidade do Distrito Federal, na Universidade do Brasil, e na Universidade de São Paulo, investigando suas carreiras no ensino superior, bem como sua atuação em outros espaços de produção do conhecimento geográfico.

1.1. Universidades no Brasil

Apesar de haver cursos superiores no país desde o período colonial, a universidade em si é um fenômeno relativamente recente, datado do início do século XX. Na época colonial, as formações estavam diretamente ligadas à Igreja Católica, especificamente à ordem dos franciscanos e ficavam restritas às áreas de Artes e Teologia. Com a transferência da sede do Império Português para o Brasil, foram criados novos cursos, a principal diferença entre este momento e o imediatamente anterior é que a partir daí o ensino superior estava relacionado ao Estado e não mais à Igreja. Consequentemente, no início do século XIX foram criados cursos de Anatomia, Medicina, Engenharia, Agronomia, Arquitetura, Direito, entre outros.[1]

Embora o número de cursos tenha crescido de forma substancial durante o período do Império, não houve iniciativa concreta do governo para a fundação de uma universidade no Brasil. Os cursos desenvolviam-se de forma isolada com o objetivo de formar profissionais e aqueles que buscassem o doutoramento teriam de se dirigir a universidades europeias, majoritariamente à Universidade de Coimbra, em Portugal. Este panorama começa a se modificar quando da Independência, mas a efetiva fundação de uma universidade só se dá nas primeiras décadas do século XX.

1.1.1. A Universidade do Distrito Federal e a Universidade do Brasil

No decorrer da década de 1930, logo depois da chamada Revolução de 1930, não somente o quadro político do país se modificou, mas também o educacional, experimentando a implementação de uma série de medidas pelo governo provisório de Getúlio Vargas. Ainda no primeiro ano, foi criado o Ministério da Educação e Saúde com o intuito de viabilizar a realização de modificações

1 Para informações detalhadas sobre os cursos superiores no Brasil e a criação das universidades, cf.: CUNHA, Luiz Antonio. *A Universidade Temporã, o ensino superior da colônia à era de Vargas*. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

nestas áreas.[2] Na esteira de sua constituição, uma das primeiras atitudes do ministro da pasta (o advogado, professor e político Francisco Campos) foi a elaboração do Estatuto das Universidades Brasileiras, em 1931, que representou a regra federal para o ensino superior - em certa medida, todas as universidades deveriam estar submetidas ao controle do Estado.[3]

A respeito das reformas propostas pelo Ministério, Marieta de Moraes Ferreira explicita sua ambiguidade, pois, ao mesmo tempo em que estabelecia que o "ensino superior deveria ser ministrado preferencialmente nas universidades; por outro lado, porém, não tomou iniciativas concretas para a estruturação de um novo sistema universitário".[4] As modificações pareciam refletir os anseios sociais, mas por algum tempo sua realização ficou restrita ao plano das ideias, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, por exemplo, estava prevista com destaque no Estatuto das Universidades e não foi concretizada; ela seria a espinha dorsal da nova Universidade do Rio de Janeiro, permitindo que a mesma deixasse de se restringir às formações exclusivamente profissionais e desempenhasse efetivamente um papel maior no cenário cultural da Capital Federal.[5] Assim, chegamos até a década de 1930 sem nenhuma instituição que se dedicasse exclusivamente a formar os professores secundários.

A primeira modificação deste quadro se deu em 1935, quando o prefeito do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto, fundou, através de decreto municipal, a

---

2 O Ministério foi criado através do decreto n.º 19.402, de 14 de novembro de 1930, e conforme pode ser visto a seguir, há artigos especificamente relacionados à organização da educação, que ficaria sob a supervisão do governo federal: "Art. 1.º Fica criada uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública […]; Art. 2.º Este Ministério terá a seu cargo o estudo e despacho de todos os assuntos relativos ao ensino, saúde pública e assistência hospitalar […]; Art. 5.º Ficarão pertencendo ao novo Ministério os estabelecimentos, instituições e repartições públicas que se proponham à realização de estudos, serviços ou trabalhos especificados no art. 2.º, como são, entre outros, o Departamento do Ensino, o Instituto Benjamim Constant, a Escola Nacional de Belas Artes, o Instituto Nacional de Música, o Instituto Nacional de Surdos Mudos, a Escola de Aprendizes Artífices, a Escola Normal de Artes e Ofícios Venceslau Braz, a Superintendência dos Estabelecimentos do Ensino Comercial, o Departamento de Saúde Pública, o Instituto Osvaldo Cruz, o Museu Nacional e a Assistência Hospitalar". Sobre as modificações, cf.: FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas sobre a institucionalização dos cursos universitários de história no Rio de Janeiro. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 140.

3 Através do decreto n.º 19.851 ficou estabelecido que constituição de uma universidade brasileira deveria atender às seguintes exigências: "congregar em unidade universitária pelo menos três dos seguintes institutos do ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação Ciências e Letras; […] submeter-se às normas gerais instituídas neste Estatuto".

4 FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas sobre a... *Op. cit.*, 2006, p. 141.

5 Havia desde o governo Epitácio Pessoa uma Universidade do Rio de Janeiro, ela foi o resultado do agrupamento entre a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro no ano de 1920. Sobre seu papel no cenário cultural, cf.: FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. A Faculdade Nacional de Filosofia: origens, construção e extinção. *Série-Estudos*, Campo Grande, MS, n. 16, p. 107-131, jul.-dez 2003, p. 109.

Universidade do Distrito Federal.[6] O projeto foi dirigido pelo diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal, Anísio Teixeira. Vale destacar aqui um fato interessante, Teixeira, já havia trabalhado no Ministério da Educação e Saúde assessorando o ministro Francisco Campos antes de ser indicado ao cargo no governo de Pedro Ernesto. Teixeira, contudo, era descrente em relação à política educacional de um governo que considerava ilegítimo.[7]

O educador inspirava-se no modelo estadunidense desenvolvido pelo filósofo Jonh Dewey na Universidade de Columbia, o movimento Escola Nova, cujos principais preceitos eram o respeito aos talentos individuais, bem como à liberdade de expressão e de pensamento. Para ele, a instrução seria um meio "perfeito para promover mudanças visando inserir o país nos padrões da modernização econômica e social já atingida pelos países industrializados".[8]

A constituição de um sistema educacional público, autônomo e laico defendida por Anísio Teixeira se coadunou perfeitamente com os anseios de Pedro Ernesto, que pretendia imprimir políticas que visassem a uma maior emancipação da cidade do Rio de Janeiro ante ao governo de Getúlio. A proposta de Teixeira para a instrução estava centralizada na formação de professores, por este motivo a antiga Escola Normal foi transformada criando o Instituto de Educação, com o propósito de se constituir em um curso de nível superior para formar os professores primários. O desenvolvimento deste projeto foi a fundação da Universidade do Distrito Federal, contrariando todos os decretos federais, em 1935.

Desde seu nascimento, a Universidade atrai para si figuras de destaque, entre eles: Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Cândido Portinari, Heitor Villa-Lobos, entre outros. Indelevelmente marcada por seu caráter inovador, a UDF tinha como meta se estabelecer como um modelo para a formação e modernização da intelectualidade brasileira. O próprio fato de estar situada na capital federal favorecia o objetivo de se transformar não só em uma matriz, mas numa difusora da cultura nacional, através de atores especializados, agora profissionais.

---

6 A Universidade do Distrito Federal foi criada pelo Decreto Municipal n.º 5.513, de 4 de abril de 1935.

7 Sublinho aqui que, apesar de estarem em diferentes pólos no que diz respeito à universidade no Rio de Janeiro, assim como Anísio Teixeira, o Ministro da Educação e Saúde Francisco Campos também era ligado ao movimento da Escola Nova, ambos defendiam a educação pública, gratuita e laica. Contudo, a pressão dos grupos católicos fez com que Campos estabelecesse laços entre a Igreja e a educação, permitindo o ensino religioso nas escolas públicas em 1931. Cf.: LOPES, Sonia Maria. Memórias em disputa: Anísio Teixeira e Lourenço Filho no Instituto de Educação do Rio de Janeiro. (Comunicação). *29ª Reunião Anual da ANPEd. Educação, cultura e conhecimento na contemporaneidade: desafios e compromissos*. Caxambu, MG, 2006, p. 4.

8 *Idem*.

Na visão de Anísio Teixeira, a universidade devia estar voltada para a produção do saber, e não apenas para a difusão e conservação dos conhecimentos, pois isso os livros já faziam. Tratava-se não de preparar simplesmente técnicos e professores, mas de formar um novo tipo de profissional, iniciado na pesquisa científica e crente na ação diretiva da educação. O projeto da UDF pretendia ainda estimular a formação de um novo tipo de intelectual, capaz de atuar com competência numa sociedade técnico-científica e democrática e integrar os objetivos da universidade à vida pública e cultural do Rio de Janeiro e ao seu sistema de ensino básico.[9]

Ela foi composta pela reunião de um instituto já existente e criação de outros novos, congregando o recém-criado Instituto de Educação, a Escola de Ciências, a Escola de Economia e Direito, a Escola de Filosofia e Letras, o Instituto de Artes e o Instituto de Artes para a Experimentação Pedagógica.[10]

Iniciando o seu funcionamento ainda sem um *campus* centralizado, a Universidade ministrava os cursos em condições pouco adequadas. Além do espaço físico do Instituto de Educação (onde ficava localizada a reitoria), as aulas aconteciam por diferentes edifícios públicos entre eles a Escola Politécnica, a Escola José de Alencar, localizada no Largo do Machado e no Museu Nacional.[11]

Afrânio Peixoto foi o primeiro reitor da UDF, e entre seus principais êxitos está a contratação de professores estrangeiros para ministrar cursos em áreas onde não havia professores suficientes no país. Dentre os novos professores contratados estavam os provenientes das missões francesas, como Pierre Deffontaines e Philippe Arbos (Geografia Humana), Henri Hauser (História Econômica), Eugène Albertini (História da Civilização Romana), e outros, dedicados, majoritariamente, ao ensino de disciplinas como Filosofia, Sociologia, Letras e Literatura.

Especificamente no que diz respeito ao curso de Geografia, apesar deste se constituir em um curso separado da História, havia um amplo diálogo entre as duas formações e mesmo entre o corpo docente. Assim, o curso incluía disciplinas de História e também de Geologia, além de conteúdo voltado à didática e aos trabalhos de campo.

---

9 FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas sobre a... *Op. cit.*, 2006, p. 142.

10 É interessante sublinhar que a UDF não incorporou em sua formação nenhuma das faculdades tradicionais já existentes no Rio de Janeiro, sendo uma exceção absolutamente justificada o caso do Instituto de Educação, que foi totalmente reformulado pelo próprio Anísio Teixeira. Os cursos de História e Geografia integravam a mesma seção (a Seção III - Ciências Geográficas e Históricas), mas funcionavam separadamente nesta Universidade. Eles integravam a Escola de Direito e Economia, junto às seções de Ciências Sociais, Ciências Econômicas, Ciências Jurídicas e Ciências Políticas e da Administração.

11 FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como Ofício:* a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013, p. 22.

Quadro 1: Currículo do Curso de Geografia da Universidade do Distrito Federal, 1935

Primeiro Ano	Segundo Ano	Terceiro Ano
Cursos de Conteúdo: Desenho Cartográfico (1 hora) Fisiogeografia (3 horas) Geografia Humana (3 horas) Geografia Regional (2 horas) Cursos de Fundamentos: Geologia (2 horas) História da Civilização (2 horas) Línguas (Francês e Inglês ou Alemão) (2 + 2 horas) Paleogeografia (1 hora)	Cursos de Conteúdo: Desenho Cartográfico (1 hora) Fisiogeografia (3 horas) Geografia Humana (3 horas) Geografia Regional (1 hora) Práticas de Geografia (2 horas) Cursos de Fundamentos: Línguas (Francês e Inglês ou Alemão) (2 + 2 horas)	Cursos de Conteúdo: Fisiogeografia (1 hora) Geografia Humana (3 horas) História da Geografia (1 hora) Trabalhos de Campo

Fonte: PROEDES-UFRJ. Centro de Documentação de História da Educação no Rio de Janeiro, Arquivo do Instituto de Educação, Currículos do curso de Geografia da Universidade do Distrito Federal.

Apesar do grande destaque de alunos e professores, a iniciativa da UDF, tal como foi projetada, sofreu várias perdas. No mesmo ano de sua criação começaram os reveses, Afrânio Peixoto deixou o cargo de reitor apenas alguns meses após o ter assumido, tendo se exonerado em solidariedade a Anísio Teixeira e seus demais colaboradores, que foram demitidos da Secretaria de Educação. Os planos de autonomia universitária de Anísio Teixeira iam à contramão dos ideais do Estado Novo e do Ministério da Educação, agora nas mãos de Gustavo Capanema.[12]

Além disso havia ainda a pressão de outros grupos, como os católicos, que capitaneados por Alceu Amoroso Lima, que acusaram o governo do Distrito Federal de tentar implantar uma educação socialista, como fica claro na carta de Lima ao ministro Capanema:

[…] para garantir a estabilidade das instituições e a paz social organizar a educação e entregar os postos de responsabilidade nesse setor importantíssimo a homens de toda a confiança

12 Em julho de 1934, poucos dias após a eleição de Vargas para a presidência, Capanema foi nomeado para a pasta da Educação e Saúde Pública, carga no qual permaneceria até 1945. Assim se iniciaram grandes mudanças na educação do país. A UDF, por desafiar o Estatuto das Universidades e o projeto da Universidade do Brasil foi um dos ambientes mais afetados.

moral e capacidade técnica, e não a socialistas como o Diretor do Departamento Municipal de Educação.[13]

E continua:

O espetáculo do Brasil de hoje ofereceu-nos a oportunidade de algumas considerações, que sou levado a repetir-lhe por carta, não sopesa vossa velha amizade, mas ainda por ser você a mais alta autoridade de nossa organização educativa. A recente fundação de uma Universidade Municipal, com a nomeação de certos diretores de Faculdades, que não escondem suas ideias e pregação comunista, foi a gota d'água que fez transbordar a grande inquietação dos católicos. Para onde iremos por esse caminho? Consentirá o governo que, à sua revelia mas sob sua proteção, se prepare uma geração inteiramente impregnada dos sentimentos mais contrários à verdadeira tradição do Brasil e aos verdadeiros ideais de uma sociedade sadia?[14]

No fim de 1935, o Congresso conferiu ao presidente poder para declarar o "estado de sítio" em razão dos levantes armados que ocorreram em meados do ano. Iniciou-se, um período autoritário onde o direito à liberdade individual e às garantias democráticas estava suspenso. A Lei de Segurança Nacional criava a definição de um "inimigo interno", o que permitia perseguir cidadãos alinhados ou simpáticos aos partidos políticos de esquerda, como a Aliança Nacional Libertadora, por exemplo.[15] Nos anos seguintes diversos professores e diretores foram demitidos ou presos, em abril de 1936 o próprio prefeito é preso sob acusação de integrar a Revolta Comunista de novembro de 1935.[16] Por conseguinte, com o seu projeto inovador totalmente abalado pelas inúmeras pressões do governo de Getúlio, a Universidade é obrigada a se submeter para continuar sua breve existência, a maior indicação deste esmorecer é o Decreto Municipal 6.215, de maio de 1938, que estabelece uma série de modificações estruturais na UDF.[17]

As Escolas que compunham a UDF, quando de sua criação, passaram a se chamar faculdades, a Escola de Educação se tornou Faculdade de Educação, assim como as outras escolas, que a partir deste momento eram: Faculdade de

---

13 .LIMA, Alceu Amoroso. Carta dirigida ao Ministro Gustavo Capanema, em 16 de junho de 1935. *Apud:* FAVERO, Maria de Lourdes. A UDF, sua vocação política e científica: um legado para se pensar a universidade hoje. *Pro-Posições (Unicamp)*, Campinas, SP, v. 15, n. 3 (45), p. 143-162, 2004, p. 151.

14 *Idem*.

15 A Lei de Segurança Nacional, foi promulgada em 4 de abril de 1935. Seu principal objetivo era transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, delimitando ainda quais seriam considerados contra a ordem política. Ela foi aprovada logo após a fundação da Aliança Nacional Libertadora pelos setores de esquerda da sociedade.

16 FERREIRA, Marieta de Moraes. O ensino da história na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p.611-636, abr.-jun. 2012, p. 614; LOPES, Sonia de Castro. Um modelo autônomo e integrador de formação docente: a breve experiência da Universidade do Distrito Federal (1935-1939). *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 147-164, 2008, p. 158.

17 FAVERO, Maria de Lourdes. A UDF, sua vocação... *Op. cit.,* 2004, p. 152.

Economia e Política, Faculdade de Ciências e Faculdade de Filosofia e Letras. Quanto às alterações curriculares, a mais notável, ao menos para este trabalho, é a fusão dos cursos de Sociologia, Geografia e História em um único, renomeado para Ciências Sociais.[18]

No entanto, essas modificações ocorreram somente no papel, na prática não houve tempo para a execução de tal plano e, por conseguinte, durante toda a existência da UDF, os cursos de Sociologia, História e Geografia funcionaram separadamente, com graduações, currículos e departamentos absolutamente distintos.

No que tange especificamente ao currículo, entre 1935 e o fim de 1938 o curso de Geografia sofreu algumas modificações, mas não no sentido de agrupar disciplinas para a formação de um curso único, Geografia e História, conforme aconteceu a seguir. Houve apenas uma ampliação da grade, com mais uma disciplina da área de História, intitulada História Econômica do Brasil, ministrada no segundo e terceiro ano, e as matérias da área de Geografia eram mais específicas que no currículo anterior, foram criadas as cadeiras de Geografia Física, Geografia Regional e Topografia associada à Cartografia.[19]

18 Decreto Municipal n.º 6.215, maio de 1938: "Art. 9, Parágrafo único - O curso de ciências sociais compreenderá as seguintes menções: sociologia, história e geografia."

19 Apesar de o curso de Geografia incluir algumas disciplinas da área de História, este fato não era recíproco, havia apenas uma disciplina geográfica no curso de História, "Geografia Humana", e somente durante o segundo ano. Havia ainda, no currículo, uma disciplina intitulada "Ciências Auxiliares da História", ministrada durante todos os três anos de graduação. O programa da graduação em História em fins de 1938 era: 1.º Ano - Latim, Ciências Auxiliares da História, História Antiga, Pré História e Etnologia, Inglês e Seminário de Pré História; 2.º Ano - Ciências Auxiliares da História, Pré História e Etnologia, Alemão, Inglês, Geografia Humana, História Medieval e Latim; 3.º Ano - História da América, História das Doutrinas Políticas, Ciências Auxiliares da História, História das Doutrinas Econômicas e História Moderna e Contemporânea.

Quadro 2: Currículo do Curso de Geografia na Universidade do Distrito Federal, 1938

Primeiro Ano	Segundo Ano	Terceiro Ano
Cartografia e Topografia	Geografia Física	Geografia Física
Geografia Física	Geografia Humana	Geografia Humana
Geografia Humana	Geografia Regional do Brasil	História Econômica do Brasil
Geografia Regional do Mundo	Geografia Regional do Mundo	História da Geografia e dos Descobrimentos
Geologia	História Econômica do Brasil	Pré História e Etnologia
História da Civilização	Pré História e Etnologia	

Fonte: PROEDES-UFRJ. Centro de Documentação de História da Educação no Rio de Janeiro, Arquivo do Instituto de Educação, Currículos do curso de Geografia da Universidade do Distrito Federal.

O embate que se estabelece neste momento é a defesa do governo federal à criação da Universidade do Brasil, que inclusive foi concebida através da Lei 452, de julho de 1937 ante a permanência da UDF. É possível ainda perceber semelhanças entre o Decreto Municipal 6.215 e a lei que organizava a UB, o que denota a tentativa do governo do Distrito Federal de se ajustar, ainda que de forma incompleta, às determinações do ministério de Capanema. Este é, por exemplo, o caso da modificação na nomeação do reitor e dos diretores de instituto, que a partir deste momento passavam a serem nomeados em comissão, assim como o previsto no artigo 27 da lei federal – evidentemente com exceção no item da escolha pelo presidente – na UDF eles passam a designados por ato do prefeito e escolhidos entre os professores catedráticos que fossem brasileiros.[20]

A organização da Universidade do Brasil prevista por Capanema desmantelava a estrutura da Universidade do Distrito Federal, agrupando em sua formação institutos que pertenciam à UDF, como o Museu Nacional. O ministro criou ainda a Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras; e qual seria então a forma mais fácil de materialização de tal Faculdade a não ser a transferência dos cursos da UDF para a UB?

Nas palavras do próprio Capanema em carta enviada a Getúlio em 1938:

A Universidade do Distrito Federal, mantida pela Prefeitura, ministra cursos (filosofia, ciências, letras, economia, política, pedagogia etc.) que são essenciais a qualquer universidade. A Universidade do Brasil, mantida pela União, não pode deixar de instituí-los, à semelhança das mais acatadas universidades do mundo, sob pena de permanecer indefinidamente como uma entidade anômala, sempre longe de ser uma honra para o país.

20 Cf.: Lei n.º 452, de 5 de julho de 1937. Decreto Municipal n.º 6.215, de 21 de maio de 1938.

Desta maneira, é fora de dúvida que o caminho mais simples, mais certo e mais econômico é que os cursos da Universidade do Distrito Federal se incorporem à Universidade do Brasil.[21]

A partir do golpe de Estado, que em finais de 1937 garantiu a continuidade do governo de Getúlio através do Estado Novo, e da criação da Universidade do Brasil, faltava pouco para o fim da UDF. Em janeiro de 1939, o presidente assina o Decreto n.º 1.063, que pôs um ponto final àquela universidade. Por meio dele as faculdades, cursos, alunos e professores que compunham a UDF ficariam imediatamente transferidos para a Universidade do Brasil.[22] Entretanto, houve resistência por parte de um grupo de professores e intelectuais que preferiram afastar-se, entre eles Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Gilberto Freyre, Prudente de Morais Neto, Sérgio Buarque de Holanda e Luiz Camillo de Oliveira Netto, que havia sido nomeado reitor da UDF pouco antes de seu desmonte.

Além da resistência dos professores ao desfecho da UDF, havia também problemas com o líder do grupo católico. Amoroso Lima foi convidado por Capanema para o cargo de direção da Faculdade Nacional de Filosofia, no entanto, quando soube que os professores brasileiros e contratados estrangeiros da UDF poderiam integrar os quadros da Universidade do Brasil, declinou. Para aceitar ao cargo Lima havia solicitado que alunos e professores da antiga universidade não fossem agregados à Universidade do Brasil.[23]

Assim, os professores estrangeiros que ainda lecionavam na UDF em 1939 foram transferidos para a Universidade do Brasil e foram ainda chamados outros professores estrangeiros para que se suprisse a demanda da universidade, em sua maior parte, franceses e italianos; fato explicado pela afinidade política entre esses países e o Estado brasileiro à época.

Conforme o previsto desde o início da década de 1930 pelo Estatuto das Universidades, a UB representava a efetivação do projeto da nova Universidade do Rio de Janeiro (empreendimento dos anos 1920 do presidente Epitácio Pessoa), que a partir deste momento teve seu nome alterado, passando por uma ampla remodelação conduzida pelo Estado Novo. O objetivo do governo federal era construir uma universidade modelar, que fosse o padrão para as demais. Exemplo este que não era apenas uma sugestão, mas regra para as que viriam no

---

21 Gustavo Capanema. *Apud:* FAVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. A UDF, sua vocação… O*p. cit.*, 2004, p. 111.

22 Decreto-Lei n.º 1.063, de 20 de janeiro de 1939. Dispõe sobre a transferência de estabelecimentos de ensino da Universidade do Distrito Federal para a Universidade do Brasil.

23 VICENZI, Lectícia Josephina Braga de. A fundação da Universidade do Distrito Federal e seu significado para a educação no Brasil. *Fórum Educacional*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, jul.-set. 1986.

pós 1939. Visto que o processo de autorização e reconhecimento de uma nova faculdade era moroso, dependia da manutenção estrita das determinações do poder federal, e as autorizações só eram concedidas após um longo período - dois anos de funcionamento e quatro anos permanecendo rigorosamente sob o protótipo firmado.

Poucos meses depois do fim oficial da UDF, o governo federal organizou a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Através do Decreto-Lei 1.190, de abril de 1939 ficavam determinados desde o currículo dos cursos, o número de professores, os períodos letivos, e até mesmo o conteúdo do vestibular, que até então variava dependendo da instituição. A FNFi foi estruturada em quatro seções Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia; e contava com onze cursos: Filosofia, Letras Clássicas, Neolatinas e Anglo-Germânicas, Pedagogia, Matemática, Química, Física, História Natural, Geografia e História e Ciências Sociais.

Quanto à Geografia, o curso era radicalmente diferente de seu predecessor, funcionava de forma conjunta ao de História, formando o curso de Geografia e História pela primeira vez em uma universidade do Rio de Janeiro. A partir deste momento, as disciplinas de formação pedagógica foram separadas das demais, podendo ser cursadas em conjunto na Faculdade de Educação. Havia duas opções de formação, Bacharelado e Licenciatura. O aluno que concluísse as disciplinas especializadas, sendo então bacharel, poderia solicitar matrícula nos cursos de didática e prática de ensino e, ao fim destes, receber o diploma de licenciado, o que lhe permitia lecionar nos cursos secundário ou normal.[24] O currículo continuava organizado em três anos (com acréscimo opcional de um), como pode ser visto a seguir:

24 FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como Ofício… Op. cit*., 2013, p. 36-38.

Quadro 3: Currículo do Curso de Geografia e História na Universidade do Brasil, 1939

Primeiro Ano	Segundo Ano	Terceiro Ano
Antropologia	Etnografia	Etnografia do Brasil
Geografia Física	Geografia Física	Geografia do Brasil
Geografia Humana	Geografia Humana	História Contemporânea
História da Antiguidade e da Idade Média	História do Brasil	História da América
	História Moderna	História do Brasil

Fonte: PROEDES-UFRJ. Centro de Documentação de História da Educação no Rio de Janeiro, Arquivo do Instituto de Educação, Currículos do curso de Geografia da Universidade do Distrito Federal.

Quando analisamos este currículo, podemos perceber que havia bastante equilíbrio entre as disciplinas da área de História e da de Geografia, cada uma contando com cinco cadeiras distribuídas pela graduação. Da mesma forma, quando comparamos o currículo de Geografia de 1938 da UDF a esta grade da Universidade do Brasil, a importância das disciplinas etnográficas permanece. Contudo, há um claro decréscimo de disciplinas mais técnicas relacionadas especificamente à Geografia, como Topografia e Cartografia, por exemplo.

Destaco ainda que, embora o curso de Geografia e História se constituísse em apenas um, havia algum grau de especialização na formação dos alunos. Aqueles que se identificavam com a Geografia trabalhavam com os professores desta área e os que estavam mais afinados com a História se aproximavam destes mestres; o que denota relativa separação das disciplinas mesmo com a formação conjunta. Além disso existiam dois departamentos independentes, um de Geografia e outro de História, cada um com seus professores e interesses distintos.

Retornando à questão curricular, nos anos de 1940 aconteceram muitas discussões sobre qual seria o modelo ideal para o curso de Geografia e História. Aliado a isso, o cenário nacional era de continuação das reformas educacionais de Capanema. Entre 1942 e 1946 foram aprovadas diversas "Leis Orgânicas do Ensino" pelo ministro, no que, em seu conjunto, ficou conhecido como Reforma Capanema. Elas criavam novos tipos de ensino secundário e convocavam o setor industrial do país a participar das modificações na educação, estabelecendo referências de funcionamento principalmente para os ensinos industrial, comercial e secundário, demonstrando a intenção do governo de estruturar o ensino profissionalizante destinado às camadas populares da sociedade. Assim, neste momento foram aprovados seis decretos: Lei Orgânica do Ensino Industrial, Lei Orgânica do Ensino Secundário, a criação Serviço Nacional de

Aprendizagem Industrial - SENAI, Lei Orgânica do Ensino Comercial, Lei Orgânica do Ensino Primário, e Lei Orgânica do Ensino Normal.[25]

O clima de reformas incitava diversos intelectuais a reivindicarem mudanças no curso de Geografia e História da FNFi. O cerne da discussão estava na separação do curso. Havia entre os professores e geógrafos do Rio de Janeiro a ideia de que uma formação específica em geografia, como a que havia anteriormente na UDF, prepararia melhor os profissionais para os trabalhos de campo e a experiência profissional no IBGE.[26] Os professores de São Paulo acreditavam que as disciplinas que compunham o curso eram complementares entre si, e sua cisão seria prejudicial à formação completa dos alunos que deveria estar fundamentada num "estudo total do homem" em oposição aos estudos fragmentados.[27]

Conforme veremos adiante, esta discussão estava longe de ser simplesmente pela separação do curso, os argumentos postulavam categoricamente a autonomia do geógrafo e da geografia como ciência. A associação com a história, acabava por diminuir a importância da geografia, a posicioná-la como uma "ciência auxiliar". No entanto, apesar da ampla discussão, o desmembramento dos cursos só veio dez anos depois, quando em setembro de 1955 o presidente Café Filho assinou a Lei 2.594 que desdobrou curso de Geografia e História das Faculdades de Filosofia do país em dois cursos independentes. O novo currículo de Geografia foi instituído em 1956 na Faculdade Nacional de Filosofia:

25 PALMA FILHO, J. C. (Org.). *Pedagogia Cidadã*. Cadernos de Formação. História da Educação. São Paulo: Prograd-UNESP; Santa Clara, 2005, p. 71-73.

26 FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas sobre a... *Op. cit.*, 2006, p. 154-155.

27 MONBEIG, Pierre. *La Crise des sciences de l'homme*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943, p. 53-55.

Quadro 4: Currículo do Curso de Geografia da Universidade do Brasil, 1956

Disciplinas Básicas	Disciplinas Optativas
Biogeografia	Antropologia Cultural
Cartografia	Botânica
Etnologia e Etnologia do Brasil	Economia
Geografia do Brasil	Estatística
Geografia Física	Estudo de Rochas
Geografia Humana	Geologia Histórica
Geografia Regional	História Econômica
História Econômica do Brasil	Mineralogia
Metodologia	Zoologia
Pedologia	

Fonte: PROEDES-UFRJ. Centro de Documentação de História da Educação no Rio de Janeiro, Arquivo do Instituto de Educação, Currículos do curso de Geografia da Universidade do Distrito Federal.

Existem muitas diferenças entre o currículo conjunto que vigorou até 1955 e este novo separado, contudo, a que me parece mais importante é a visível redução das disciplinas da área da História, com apenas duas cadeiras de História Econômica do Brasil e História Econômica. Mesmo quando comparamos ao currículo de 1938 da UDF, e portanto antes da união das duas formações, havia disciplinas da História em todos os semestres da graduação em Geografia. Contudo, de certa forma este momento significou um equilíbrio entre o número de disciplinas geográficas na História e históricas na Geografia, isto porque sempre houve uma maior quantidade de matérias da História na Geografia, mas o mesmo não se verificava na História.[28]

Com o currículo de 1956 chegamos a um ponto decisivo na profissionalização universitária da geografia, a partir deste momento os anseios por uma formação exclusiva foram atendidos. A mobilização que levou à separação do curso de História integrava um conjunto de reivindicações que tinha como objetivo maior tornar a universidade um local de treinamento profissional dos geógrafos para explorações territoriais. Contudo, para que o debate acerca da função do curso de Geografia e dos geógrafos por ele formados adquira a profundidade necessária é preciso analisar agora o outro lado da disputa, os professores e

28 O currículo do novo curso de História em 1956 era: 1.º Ano - Introdução Metodológica à História, História da Antiguidade, Geografia Humana, Etnologia; 2.º Ano - História da Idade Média, História Moderna, História do Brasil, Etnografia do Brasil; 3.º Ano - História Contemporânea, História da América, História do Brasil, História das Ideias Políticas.

geógrafos da Universidade de São Paulo e a graduação em Geografia e História desta Universidade.

1.1.2. A Universidade de São Paulo

A Universidade de São Paulo foi criada de maneira independente pelo governo do Estado de São Paulo por meio do Decreto n.º 6.283, de janeiro de 1934. Para sua fundação foram agrupadas algumas escolas superiores e institutos existentes às novas faculdades.[29] A concepção geral da Universidade de São Paulo se fundamentava em uma instituição autônoma, tanto acadêmica quanto administrativamente. Ela centralizaria outras faculdades, mas seu objetivo era que não se constituísse somente no ajuntamento de diversas escolas profissionais superiores, mas em um ambiente que funcionasse em uníssono, tendo a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como eixo central.

Há, na historiografia sobre o tema, diversas explicações para a sua criação, dentre elas, a mais difundida é a de que a USP foi criada devido a uma combinação de interesses, não somente de ordem educacional, mas também políticos. A derrota de São Paulo na Revolução Constitucionalista de 1932 teria sido um importante acelerador da materialização da ideia de uma universidade naquele estado. Assim, seu projeto visava à retomada da proeminência paulista e baseava-se na formação de uma elite acadêmica e intelectual, que se associaria à camada política. Era esperado que esta elite fosse uma arma contra o governo federal, tal corrente historiográfica é a defendida pelo grupo integrante do projeto da criação da Universidade.[30]

Entretanto, é interessante destacar que desde os anos de 1980 a ideia de que a USP estava voltada para a formação das elites começou a ser contestada através de estudos e de entrevistas e obras autobiográficas de ex-alunos, apresentando iniciativas do governo de São Paulo que dizem respeito ao incentivo e

29 Eram eles: Faculdade de Direito; Faculdade de Medicina; Faculdade de Farmácia e Odontologia; Escola Politécnica; Instituto de Educação; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais; Escola de Medicina Veterinária; Escola Superior de Agricultura; Escola de Belas Artes. Incluindo-se: Instituto Biológico; Instituto de Higiene; Instituto Butantã; Instituto Agronômico, de Campinas; Instituto Astronômico e Geográfico; Museu de Arqueologia, História e Etnografia (Museu Paulista); Serviço Florestal.

30 O grupo era composto por: Teodoro Ramos e Fonseca Teles, da Escola Politécnica; Fernando de Azevedo e Almeida Júnior, do Instituto de Educação; Vicente Rao e Waldemar Ferreira, do Direito; Raul Briquet e André Dreyfus, da Faculdade de Medicina; Rocha Lima e Agesilau Bittencourt, do Instituto Biológico; e, Julio de Mesquita Filho. Cf.: AZEVEDO, Fernando de. A Universidade de São Paulo. In: O ESTADO DEE SÃO PAULO. *Ensaios paulistas:* contribuição de 'O Estado de São Paulo' às comemorações do IV Centenário da cidade. São Paulo: Anhembi, 1958, p. 220; SCHWARTZMAN, S. *Formação da Comunidade Científica no Brasil*. Rio de Janeiro; São Paulo: FINEP; Cia. Ed. Nacional, 1979, p. 193-195.

subvenção da entrada de professores primários, secundários e de normalistas na Universidade.[31]

O protagonismo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras está associado à noção de produção de um conhecimento intelectual mais elevado que reverberaria em todo o restante da Universidade. Nas palavras de Antonio de Almeida Prado, Diretor da Faculdade:

A esse papel, de imensa projeção no cenário nacional, é que se reserva o futuro da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Será a retorta miraculosa em que se operará a transformação. Dos seus anfiteatros, dos seus gabinetes, dos seus laboratórios, das suas salas de conferência, é que sairão as gerações destinadas à renovação cultural e a colocar bem alto o Brasil no círculo dos povos civilizados. Dela sairá o corpo de professores, os humanistas, habilitados por longos cursos de aperfeiçoamento didático e científico, de letras clássicas e de línguas, e incumbidos de elevar o estudo secundário ao nível que lhe compete na seriação do ensino; dela sairão os físicos, os matemáticos, os químicos, orientadores das indústrias mecânicas, físicas e químicas, da agronomia, das indústrias agrícolas, os dirigentes da alta técnica científica e aplicada; os botânicos, zoólogos, mineralogistas e geógrafos, consagrados a promover o contacto direto com a natureza, a estudar as nossas plantas, a nossa fauna e os aspectos geológicos e topográficos do nosso solo; os biologistas puros, voltados para a perscrutação dos grandes problemas vitais; os historiadores que, reatando o presente ao passado na fieira dos tempos, desçam às raízes da nacionalidade, perdidas na bruma das épocas imemoriáveis; os estadistas, sociólogos e economistas, mentores da política e observadores refletidos das leis da vida gregária, homens cujo raio de penetração visual abranja a largueza dos horizontes mais longínquos; e,finalmente, cúpula do edifício, os filósofos, pensadores tranquilos, imersos em insondáveis abstrações, e, todavia, os mais ativos reformadores na história dos povos.[32]

Essa centralidade da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras é uma marca da universidade francesa, modelo também escolhido para as humanidades na USP, ela denota a ênfase nas ciências humanas e filosofia além de ser bastante esclarecedora acerca da contratação de profissionais franceses majoritariamente para estas áreas, visto que na França também havia a preponderância daquela Faculdade.[33]

Conforme pode ser visto no diagrama a seguir, ela estava organizada em três diferentes seções:

---

31 Cf.: LIMONGI, F. *Educadores e Empresários Culturais na Fundação da USP*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1988; BLAY, Eva; LANG, Alice (Orgs.). *Mulheres na USP:* horizontes que se abrem. São Paulo: Humanitas, 2004; CANABRAVA, Alice Piffer. *O caminho percorrido.* São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2003.

32 PRADO, Antonio Almeida. Colaboração preciosa: a função cultural do ensino - Discurso de abertura dos cursos da Faculdade em 11/03/1935. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, ano: 1934-1935*. São Paulo: Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais", 1937, p. 19-20.

33 FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como Ofício… Op. cit.*, 2013, p. 92-94.

Diagrama 1: Organização da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1934

1ª Seção: Filosofia

2ª Seção: Ciências
- 1ª Subseção: Ciências Matemáticas
- 2ª Subseção: Ciências Físicas
- 3ª Subseção: Ciências Químicas
- 4ª Subseção: Ciências Naturais
- 5ª Subseção: História e Geografia
  - 1ª Cadeira: Geografia Física e Humana
  - 2ª Cadeira: História da Civilização
  - 3ª Cadeira: História da Civilização Americana
  - 4ª Cadeira: História da Civilização Brasileira
  - 5ª Cadeira: Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Guarani
- 6ª Subseção: Ciências Sociais e Políticas

3ª Seção: Letras
- 1ª Subseção: Letras Clássicas e Português
- 2ª Subseção: Línguas Estrangeiras

Fonte: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, ano: 1934-1935*. São Paulo: Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais", 1937.

Em relação ao curso de Geografia, este se desenvolvia de forma conjunta com o de História, na graduação em Geografia e História. Entretanto, assim como na Universidade do Brasil, havia dois departamentos distintos: um de História e outro de Geografia.[34] No que diz respeito ao currículo do curso, apesar da associação, as disciplinas estritamente geográficas não contavam com a metade dos créditos exigidos no currículo. Havia apenas uma disciplina por ano, intitulada "Geografia", enquanto os cursos relacionados à História contavam com uma ou duas disciplinas por semestre. Também destaco outro ponto interessante em relação a esta formação, a presença do estudo das sociedades indígenas americanas, o Tupi-guarani estava presente durante todo o curso e em igualdade de condições com a Geografia. O currículo estava dividido em três anos, conforme pode ser analisado no quadro a seguir:

34 Sobre o curso de História da USP, cf.: CAPELATO, Maria Helena; GLEZER, Raquel; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Escola uspiana de História. *Estududos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 349-358, 1994; ROIZ, Diogo da Silva. *Os caminhos (da escrita) da História e os descaminhos de seu ensino:* a institucionalização do ensino de universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968). Curitiba: Appris, 2012.

Quadro 5: Currículo do Curso de Geografia e História da Universidade de São Paulo, 1934

Primeiro Ano	Segundo Ano	Terceiro Ano
Geografia História da Civilização Etnologia brasileira e noções de tupi-guarani	Geografia História da Civilização Tupi-guarani História da Civilização Americana (inclusive pré-história)	Geografia História da Civilização Brasileira História da Civilização Tupi-guarani

Fonte: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, ano: 1934-1935.* São Paulo: Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais", 1937.

Quatro anos depois, em 1938, ocorreu uma importante modificação na cadeira de Geografia, ela foi cindida em duas: Física e Humana. É interessante salientar que essa separação foi motivo de muitas controvérsias; desde o começo do curso, em 1934, havia pressão dos professores brasileiros para que a disciplina fosse dividida, contudo, os professores da disciplina na USP, primeiro Pierre Deffontaines e depois Pierre Monbeig, eram radicalmente contra e adiaram tanto quanto puderam essa reformulação curricular.[35] É fundamental destacar aqui que essa pressão pela separação da disciplina em Humana e Física tinha menos relação com a epistemologia da geografia do que com a disputa por cargos na Universidade, com a cisão uma nova vaga para professor teria de ser preenchida e uma nova contratação poderia ser feita.

Havia, entre os professores franceses, muitas controvérsias que giravam em torno de quem receberia os melhores salários, ocuparia posições de chefia ou teria cargos de maior prestígio. Assim, o primeiro professor da cadeira de Geografia da USP, Pierre Deffontaines evitou a sua divisão durante 1934, ano em que permaneceu lecionando. Após sua saída, em 1935 a assumiu Pierre Monbeig, que por sua vez, também a manteve sob seu controle, inclusive tomando providências para minar o retorno de Deffontaines à USP, o que o obrigaria à divisão. A separação só ocorreu em 1938, quando da chegada do professor de Martonne, mais velho e com maior prestígio que Monbeig.[36]

Para além das disputas por cargos, conforme veremos mais adiante, havia uma disputa sobre o que era considerado o fazer geográfico e o ponto defendido

35 Falarei especificamente a respeito dos professores da Universidade mais adiante neste mesmo capítulo. Sobre a posição contrária, cf.: NOGUEIRA, Carlo Eugênio. *O lugar da fronteira na geografia de Pierre Monbeig*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 94-96.

36 De Martonne foi orientado por Vidal de La Blache, fundador da dita "escola francesa", durante a década de 1890, na École Normale Supérieure. O geógrafo se dedicava majoritariamente à geomorfologia, paleogeografia e climatologia. Foi professor nas universidades de Rennes, Lyon e Sorbonne.

por Monbeig era uma ciência englobante, que contemplasse questões físicas, humanas, históricas e literárias. Portanto, não fazia sentido cindí-la em duas.

As alterações curriculares continuaram no ano seguinte, a partir de 1939, o governo federal iniciou um período de maior ingerência sobre as Universidades através do Decreto-Lei 1.190. Como já pudemos examinar, o impacto no Rio de Janeiro foi a dissolução da UDF e a vinculação de seus quadros à UB; em São Paulo os impactos deste decreto não passaram pelo fim da USP, mas forçaram uma remodelação no currículo dos cursos. Assim como no Rio de Janeiro, o aluno cursaria três anos de graduação para o Bacharelado e, se desejasse o título de Licenciado teria de fazer mais um ano de disciplinas didáticas. Para além disso, foram incluídas outras disciplinas, como Elementos de Geologia e Geografia do Brasil; e a disciplina História da Civilização foi separada em três mais específicas: Antiga e Medieval, Moderna e Contemporânea.

Quadro 6: Currículo do Curso de Geografia e História da Universidade de São Paulo, 1942

Primeiro Ano	Segundo Ano	Terceiro Ano
Antropologia	Etnografia	Etnografia no Brasil e Língua Tupi-Guarani
Elementos de Geologia	Geografia Física	Geografia do Brasil
Geografia Física	Geografia Humana	História da Civilização Americana
Geografia Humana	História da Civilização Brasileira	História da Civilização Brasileira
História da Civilização Antiga e Medieval	História da Civilização Moderna	História da Civilização Contemporânea

Fonte: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, anos: 1939-1949.* São Paulo: Seção Gráfica; Indústria Gráfica José Magalhães Ltda., 1953.

É relevante considerar também que a Geografia assume maior importância neste currículo quando comparamos à realidade de 1934; no primeiro ano, três das seis disciplinas eram da área de geografia. Ademais, podemos perceber o nível de intervenção do governo federal na conformação dos cursos no pós-1939 ao cotejar os currículos da USP e da Universidade do Brasil: eles eram praticamente idênticos. A única diferença era a existência da disciplina Elementos de Geologia no caso de São Paulo.

Em 1946 houve uma sensível modificação currícular, principalmente no que tange à área específica da Geografia: a disciplina Elementos de Cartografia foi

adicionada e outras foram duplicadas, como Geografia do Brasil e História da Civilização Americana, que agora apareciam também no segundo ano; e Geografia Física e Humana, que foram estendidas para o terceiro ano do curso.

Este currículo perdurou por quase dez anos, mesmo diante dos inúmeros debates sobre a separação do curso de Geografia e História em duas formações distintas. Conforme foi mencionado anteriormente, o desfecho desta história veio em 1955, com a Lei 2.594, que desmembrou os cursos de Geografia e História de todo o país em dois cursos independentes. O novo currículo de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi instituído da seguinte forma:

Quadro 7: Currículo do Curso de Geografia e História da Universidade de São Paulo, 1956

Primeiro Ano	Segundo Ano	Terceiro Ano
Antropologia	Cartografia	Botânica
Cartografia	Etnografia Geral	Etnografia do Brasil e Noções de Tupi-guarani
Geografia do Brasil	Geografia do Brasil	Geografia do Brasil
Geografia Física	Geografia Física	Geografia Física
Geografia Humana	Geografia Humana	Geografia Humana
Geologia	Geografia Regional	Geografia Regional
História da Civilização Moderna	História da Civilização Contemporânea	História da Civilização Brasileira

Fonte: *Revista de História*, São Paulo, jan/mar. 1956.

Chamo aqui a atenção para o fato de que mesmo na nova conformação dos cursos, a formação de geógrafo possuía três disciplinas da área da história espalhadas durante os anos de graduação. O novo curso de História, ao contrário, contava apenas com uma disciplina, "Geografia", tal como no currículo que vigorou entre 1934-38, sem separação entre física e humana, e somente no primeiro ano.[37] Também fica clara a gradativa perda de importância da área de estudo das sociedades indígenas, desde o currículo de 1942 as disciplinas de Tupi-Guarani que eram em igual quantidade às de geografia

37 O currículo do curso de História da USP, a partir de 1956, era o seguinte: 1.º Ano - Introdução aos estudos históricos, História da Civilização Antiga, História da Civilização Medieval, Antropologia e Geografia, 2.º Ano - História da Civilização Moderna, História da Civilização Brasileira, História da Civilização Americana, Etnografia Geral, História da Civilização Ibérica e uma disciplina optative; 3.º ano - História da Civilização Brasileira, História da Civilização Contemporânea, História da Civilização Americana, Etnografia do Brasil e Noções de Tupi-Guarani e uma disciplina optativa.

ficaram restritas a apenas uma e no último ano, tanto no curso de História quanto no de Geografia.

As diferenças entre o curso de Geografia do Rio de Janeiro e de São Paulo ficam bastante evidentes quando comparamos os dois currículos, curso da USP possuía duas matérias de História a mais que seu similar da UB, o que denota a maior continuidade da relação entre o curso de Geografia e o de História neste caso. Além disso, no Rio de Janeiro haviam mais disciplinas ligadas às atividades desenvolvidas no âmbito de trabalho do IBGE, como Pedologia e Estatística, por exemplo. Esta distância entre os cursos se estabelecia, em grande medida, devido às diferenças profissionais entre os geógrafos deste ou daquele estado e também em função de concepções diferentes que os professores tinham a respeito do tipo de profissional que deveria sair formado dos bancos da Universidade.

As diferenças de concepção sobre a formação do futuro geógrafo brasileiro passavam maioritariamente pelas relações entre a Universidade e o IBGE, em especial a Universidade do Brasil. Havia uma intensa colaboração entre os geógrafos e o Instituto, eles inclusive trabalhavam nos dois lugares concomitantemente, tanto na UB quanto no IBGE. Desta forma, é impossível ter um quadro claro acerca das estratégias profissionais no campo da Geografia durante as primeiras décadas do curso universitário sem um olhar atento para as atividades do IBGE. Os movimentos da disciplina na graduação estavam diretamente relacionados aos anseios profissionais dos geógrafos e técnicos do órgão. Talvez o traço mais marcante da institucionalização universitária da geografia brasileira seja justamente este: a participação de diferentes ambientes profissionais nas decisões tomadas a respeito do curso na Universidade. Deste modo, a análise prossegue agora por estes espaços não-universitários de profissionalização da Geografia.

1.2. Espaços profissionais não universitários

1.2.1. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

O IBGE foi criado em janeiro de 1938 por meio do Decreto-Lei n.º 218. Sua estrutura, no entanto, consistiu na união de dois órgãos que já existiam formalmente, o Instituto Nacional de Estatística e o Conselho Brasileiro de

Geografia, ao recém-criado Serviço Nacional de Recenseamento.[38]

Ainda no começo do governo de Getúlio Vargas, a constituição dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e da Educação e Saúde Pública, deu início a diversas modificações no aparelho administrativo do Estado. Assim, foram aceleradas as articulações com objetivo de criar um novo sistema de dados capaz de subsidiar as ações do governo federal; as atividades desenvolvidas pelo IBGE em seus anos iniciais visavam à construção de saberes técnicos e científicos que fornecessem suporte às ações do Estado. O governo central passava a dispor de uma agência técnica responsável pela orientação das políticas referentes à gestão do território nacional.[39]

O Instituto Nacional de Estatística, foi estabelecido antes do Estado Novo, em 1934, e já nasceu intrinsecamente ligado às necessidades do governo federal; ele tinha por objetivo a centralização de informações estatísticas sobre o país, de modo que se constituísse em um órgão de coleta de conhecimentos estratégicos para os planos governamentais. Começando a funcionar efetivamente em maio de 1936.[40]

No que tange ao Conselho Brasileiro de Geografia, ele é a seção do IBGE que mais interessa a esta pesquisa devido às trocas profissionais entre o Conselho e demais instituições onde se desenvolvia o conhecimento geográfico no país. A primeira ideia para a fundação de um órgão dedicado à geografia brasileira começou a se desenvolver no início da década de 1930, quando professores e geógrafos brasileiros desejavam uma entidade que os representasse na desejada filiação à União Geográfica Internacional.[41]

O primeiro contato real da cultura geográfica brasileira com a União Geográfica Internacional foi, sem dúvida, a participação do Brasil no Congresso Internacional de Geografia, promovido pela União, realizado em 1931, em Paris e no qual o delegado brasileiro, o conhecido e acatado Prof. A. [Alberto José] de Sampaio, desempenhou as funções de vice-presidente da Secção de Biogeografia. Nasceu aí o primeiro anseio pela adesão do Brasil, da qual o Prof. Sampaio constituiu-se o advogado principal.

---

38 O artigo 1.º do referido decreto diz: "O Instituto Nacional de Estatística passa a denominar-se Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ficando ambos os seus órgãos colegiais de direção – o de [O Conselho Brasileiro de] Geografia e o de Estatística – com a denominação de "Conselho Nacional". Cf.: ALMEIDA, Roberto Schmidt. *A Geografia e os Geógrafos do IBGE no Período 1938-1998*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000, p. 36.

39 ADAS, Sérgio. *O campo do geógrafo: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964)*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 36-38.

40 NOGUEIRA, Carlo Eugênio. *O lugar da fronteira... Op. cit*., 2013, p. 67-68.

41 A União Geográfica Internacional (Union Géographique Internationale, UGI) teve seu primeiro congresso realizado na Antuérpia, em 1871. As reuniões subsequentes levaram à criação da organização permanente na cidade de Bruxelas em 1922.

Mais tarde, em Julho de 1933, vinha ao Brasil o eminente geógrafo francês, Prof. Emmanuel de Martonne [orientador de Francis Ruellan], Secretário Geral da União que, na memorável sessão conjunta do dia 25 daquele mês, foi solenemente recebido pelas magnas instituições culturais brasileiras, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e a Academia Brasileira de Ciências; nessa ocasião, o ilustre visitante formulou o convite oficial no sentido de o Brasil concretizar a desejada filiação.
Fez o discurso de recepção o próprio Prof. A. de Sampaio que, com justeza, salientou a figura excepcional do visitante, dizendo que "pertence ao número dos que por tal forma se notabilizaram perante o mundo Científico que, onde estejam ou onde cheguem, seu nome ilustre vale por si só mais do que a mais minuciosa apresentação". O eminente Prof. de Martonne, em seu discurso de agradecimento, encareceu o concurso da cultura geográfica brasileira, salientou a riqueza e a variedade dos temas geográficos no nosso extenso país e declarou, quanto à atividade geográfica no Brasil, que "sua obra será ainda mais fecunda no dia em que um "Comité" Nacional de Geografia puder coordená-la em espírito geográfico, pondo-se em contato com organizações análogas por intermédio da União Geográfica Internacional. Os proventos serão grandes para a ciência em geral, mas também para este belo país, tão cheio de seiva e de possibilidades de desenvolvimento.[42]

Desta forma desenvolveu-se, entre os próprios brasileiros mas também entre os professores franceses, a ideia da criação de um órgão que se dedicasse aos problemas da geografia no Brasil. A primeira tentativa de criação do *Comité* mencionado pelo professor de Martonne aconteceu no interior da Academia Brasileira de Ciências, como uma modesta entidade privada financiada por seus membros. No entanto, existiram muitas dificuldades para angariar os recursos necessários e contratar técnicos e pessoal encarregado para iniciar o desenvolvimento dos trabalhos, o que levou seus membros a demandarem ajuda do governo para tal empreitada.[43]

No fim do ano de 1934, a Academia solicitou oficialmente suporte do Ministério da Agricultura, alegando que os serviços geográficos executados por tal instituição serviria de fundamento para as ações deste próprio ministério. Além dos membros da Academia, os professores franceses tanto da USP quanto da UDF enviaram cartas endereçadas ao Ministério das Relações Exteriores argumentando a respeito da importância de tal empreendimento, até mesmo a recém-fundada Associação dos Geógrafos Brasileiros juntou-se ao coro para a criação do Conselho e filiação brasileira à UGI.[44]

---

42 SECRETARIA Geral do Conselho Nacional de Geografia. Histórico da Criação do Conselho Nacional de Geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 1, ano 1, 1939, p. 9-10.

43 A Academia Brasileira de Ciências foi fundada nas dependências da Escola Politécnica, em 3 de maio de 1916, como Sociedade Brasileira de Ciências.

44 A Associação dos Geógrafos Brasileiros foi fundada em 1934, em São Paulo, mesmo ano em que se iniciavam os cursos de Geografia e História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Criada com o auxílio de Pierre Deffontaines, desde o seu surgimento a associação congregou intelectuais de renome como: Caio Prado Junior, Rubens Borba de Morais e Pierre Monbeig. Cf.: NOGUEIRA, Carlo Eugênio. Frentes pioneiras e formação territorial: a Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) na consolidação

Esta solicitação ao Ministério das Relações Exteriores era absolutamente habilidosa, porque o Ministro à época era José Carlos de Macedo Soares, que também acumulava o cargo de presidente do Instituto Nacional de Estatística. Então, no fim de 1936, Macedo Soares reuniu no Itamaraty dezenas de representantes de renome da geografia nacional para que fosse elaborado o projeto de criação do Conselho Brasileiro de Geografia. Este grupo era bastante heterogêneo, reunindo desde engenheiros até professores da UDF, militares e membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

As reuniões no Itamaratí tiveram a presença das seguintes personalidades: General Moreira Guimarães, presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; Dr. Max Fleiuss, secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; almirante Raul Tavares, diretor de Navegação da Armada; coronel Alípio di Primio, diretor do Serviço Geográfico do Exército; eng. Euzébio de Oliveira, diretor do Serviço Geológico e Mineralógico; Profs. Fernando Raja Gabaglia e Honório Silvestre, catedráticos de Geografia no Externato Pedro II; Prof. Sílvio Fróis de Abreu, catedrático de Geografia no Instituto de Educação; eng. Sebastião Sodré da Gama, diretor do Observatório Nacional; dr. Alcides Bezerra, diretor do Arquivo Nacional; prof. João Felipe Pereira, presidente do Clube de Engenharia; coronel Renato Rodrigues Pereira, consultor técnico do Serviço de Limites do Itamaratí; prof. Matias Roxo, catedrático de Geologia, Paleogeografia e Cartografia na Universidade do Distrito Federal; almirante Anfilóquio Reis, chefe do Estado Maior da Armada; coronel Francisco de Paula Cidade, representante do Estado Maior do Exército; professores Otelo Reis, Oscar Tenório; prof. Basílio de Magalhães, do Instituto de Educação; comandante Eugênio de Castro; prof. Alberto de Sampaio, do Museu Nacional; dr. Renato de Mendonça; eng. Rui de Lima e Silva, catedrático de Geologia e diretor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro; ministro Bernardino José de Souza, presidente do Instituto Histórico e Geográfico da Baía; eng. Oscar Weinschenck; prof. Joaquim Licínio de Souza Almeida, chefe do Gabinete do Ministro da Viação; eng. Cristóvão Leite de Castro, chefe do serviço federal de Estatística Territorial.[45]

Por conseguinte, em 1937, foi assinado o Decreto n.º 1.527, que organiza o Conselho Brasileiro de Geografia incorporado ao Instituto Nacional de Estatística, e autoriza a sua adesão à União Geográfica Internacional. Posteriormente incorporado à estrutura administrativa do IBGE, o CNG se estabeleceu como órgão especializado em efetivar o conhecimento minucioso e sistemático do país, coordenando diversas iniciativas, como excursões de estudo, levantamentos territoriais e regionalizações, entre outras. O conhecimento geográfico do território nacional era um tema recorrente tanto nas falas dos políticos quanto dos geógrafos. Em última análise, o material produzido pelos profissionais do Conselho, na forma de tabelas, mapas e censos, foi utilizado amplamente pelo governo com o propósito de organizar o território brasileiro e

do campo geográfico no Brasil. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 5, 2012. Sobre a criação do Conselho e filiação brasileira à UGI, cf.: SECRETARIA Geral do Conselho Nacional de Geografia. Histórico da Criação… *Op. cit.*, 1939, p. 10.

45 *Ibidem*, p. 14-15.

intervir na ordem social e política do país, numa perspectiva centralizadora.[46] É interessante salientar que o artigo um, parágrafo primeiro, do decreto institui o caráter de integração entre instituições do Conselho, através dele ficava instaurada a colaboração com os militares, por exemplo. Até então, o Exército se constituía em um depositário essencial do conhecimento geográfico a respeito do país, tendo realizado diferentes empreendimentos, entre eles a respeitada Comissão Rondon, que mapeou grandes territórios da região noroeste, criando uma minuciosa representação cartográfica para aquela área.[47]

Especificamente em relação aos seus funcionários, o IBGE também refletia esta integração, se constituindo em um centro de contratação de recém-formados pela UDF e, depois, UB. Contudo, este vínculo com a Universidade não se estabelecia apenas no ambiente de trabalho, mas também durante toda a formação do aluno. Entre 1941 e 1956 foram realizadas mais de duas dezenas de pesquisas geográficas de campo capitaneadas pelo Instituto nas quais havia como participantes alunos, professores e egressos.[48]

Retornando à questão da relação entre os militares e a geografia no Brasil, saliento aqui que ela era antiga, e vinha desde muito antes da criação do Conselho ou do estabelecimento de uma cooperação entre estes setores. A bem da verdade, em grande medida, a geografia brasileira permaneceu em mãos militares por séculos e mudou para mãos civis apenas quando do estabelecimento deste aparato institucional criado na década de 1930. Desta forma, a seguir passo ao exame das relações entre os militares e estas novas instituições, bem como seus novos profissionais geógrafos.

1.2.2. Os militares e o campo geográfico

"Conservar-se conservando. De fato, para tornar a obra um legado é preciso inscrever-se em uma tradição".[49] Esta afirmação faz todo sentido quando falamos dos primeiros geógrafos profissionais brasileiros e sua relação com os militares; explico-me: as atividades de levantamento territorial realizadas por

---

46 ALMEIDA, Roberto Schmidt. *A Gerografia e os... Op. cit.*, 2000, p. 37; ALMEIDA, R. S.; ABRANTES, Vera Lucia Cortes. O pensamento científico dos pioneiros do IBGE. In.: MARTINS, R. A.; *et al.* (Eds.). *Filosofia e História da Ciência no Cone-Sul:* 3º Encontro. Campinas, SP: AFHIC, 2004, p. 418-419.

47 Sobre a Comissão Rondon e a Comissão da Carta Geral do Brasil ao milionésimo, cf.: ARANHA, Patricia. *O esquadrinhamento do noroeste do Brasil: o saber geográfico e os engenheiros militares da Comissão Rondon (1907-1915).* Dissertação (Mestrado em História das Ciências) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

48 ALMEIDA, Roberto Schmidt. *A Geografia e os... Op. cit.*, 2000, p. 641-661.

49 CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. A Revista Brasileira de Geografia e a organização do campo geográfico no Brasil (1939-1980). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 2, 2009, p. 25.

estes nos anos anteriores à criação da Universidade ou do IBGE foram mobilizadas pelos próprios geógrafos nas primeiras décadas da formação do campo.

Na intenção de validar seu lugar de proeminência na conjuntura da nascente disciplina universitária, os profissionais do CNG requeriam para si a continuação de um passado anterior à própria Universidade, repleto de descobertas e de homens bravos, que enfrentaram a "aridez da natureza ainda não desbravada" para a construção do conhecimento geográfico a respeito dos "rincões" do Brasil. Assim, a geografia brasileira não nascia do nada, e também não devia seu desenvolvimento apenas aos professores europeus ou ao conhecimento produzido fora do país.

Tal esforço no sentido de vinculação a uma tradição não era somente na direção de filiar a ciência geográfica. Eles também o faziam em relação a si mesmo. Estes geógrafos não se encaravam como novatos na ciência geográfica, simplesmente engenheiros, técnicos ou autodidatas, mas como herdeiros de uma tradição, de um "saber geográfico" construído anteriormente.[50]

É interessante que este discurso tenha se revestido de tanta força no interior da geografia nacional que obrigou até mesmo os geógrafos da Universidade, inclusive os franceses, a se posicionarem diante de sua história. Um ótimo exemplo deste fato é o prefácio escrito por Pierre Deffontaines no livro *Pelo Brasil central*, do general Francisco Rondon, sobrinho do emblemático marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, chefe de inúmeras comissões de levantamento territorial. Seu texto é permeado pelo discurso da responsabilidade em relação ao sertão, ao oeste brasileiro:

O Brasil possui um tal pedaço da superfície da Terra que este deveria ser todo usado especialmente para garantir o conhecimento científico, [esta é] a especial missão em ser um

50 Veremos mais sobre este assunto no capítulo 5, que trata especificamente da historiografia da geografia. Neste momento, é fundamental notar aqui a diferença entre "saber geográfico" e "geografia", enquanto disciplina. Trocando em miúdos, o saber geográfico não foi produzido apenas quando da criação da universidade e nem tampouco somente entre seus muros, por seus profissionais. A mobilização do conceito de saber geográfico auxilia na interpretação do que era produzido antes da criação do aparato institucional da geografia brasileira. Da mesma forma, também nos leva a avaliar que deveria haver, na constituição da disciplina científica, alguns resquícios do pensamento geográfico desenvolvido por profissionais não-especializados. Indo além, orienta as reflexões para um caminho que não estabeleça uma dicotomia entre conhecimento científico e não-científico, mas antes contemple a problematização entre estes dois diferentes tipos de trabalho intelectual, sem que seja estabelecido um julgamento de validade do conhecimento produzido. Cf.: PEREIRA, Sergio Nunes. *Geografias: caminhos e lugares da produção do saber geográfico no Brasil (1838-1922)*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997; PEREIRA, Sergio Nunes. *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: origens, obsessões e conflitos (1883-1944)*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

geógrafo brasileiro. Seria grave continuar mantendo muito tempo ainda tanta ignorância sobre vastas áreas da Terra.[51]

Era grande a importância dada por Deffontaines à meta de conhecer o interior do Brasil capitaneada pelo principal depositário do saber geográfico até esta época, o Exército. Indo além, os próprios objetivos apresentados no texto do geógrafo francês: conhecer, mapear, integrar e desenvolver o interior do país eram os mesmos das expedições militares conduzidas até aquele momento. Para ele, o trabalho cartográfico deveria ser um dos primeiros a serem realizados, não era aceitável que um país como o Brasil permanecesse sem uma representação exata de seus territórios. O conhecimento geográfico era condição inicial para a efetividade do plano de desenvolvimento do "sertão", bem como o trabalho desenvolvido pelo Exército neste sentido: "O serviço da carta/mapa é um dos mais urgentes ser organizado; os militares já têm feito um belo esforço neste terreno; uma colaboração estreita deve ser solicitada ao Exército para o progresso do Sertão".[52]

A sagração dos profissionais e de seu trabalho anterior à disciplinarização parecia ser uma espécie de tributo cobrado a qualquer um que desejasse se firmar no campo brasileiro, num paradigma que pressupunha a reapropriação da tradição geográfica nacional.

Destaco aqui, que durante muitos anos houve, e mesmo ainda hoje há, um pensamento consolidado a respeito da história da geografia brasileira, difundido pelos geógrafos formados nas primeiras décadas da Universidade, que ao contrário de seus professores, antagoniza o conhecimento produzido antes e depois do curso universitário. A Universidade era caracterizada por esta historiografia da geografia como um ponto de inflexão que separava o conhecimento "pré-científico" daquilo que foi produzido posteriormente, veremos mais sobre este assunto adiante.

Além disso, há também uma valorização sem as devidas ponderações a respeito do papel dos professores franceses na constituição da disciplina geográfica no Brasil. Não desejo aqui retirar deles seu inegável valor, mas propor uma reflexão que considere outros vieses, diferentes atores e processos,

---

51 DEFFONTAINES, Pierre. Prefácio. In: RONDON, Frederico. *Pelos sertões e fronteiras do Brasil.* Rio de Janeiro: Reper, 1969, p. 3-4. Tradução nossa. Publicado originalmente como *Pelo Brasil Central* (São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1934).

52 *Idem.* Tradução nossa. O "sertão" aqui é o mesmo das palavras de Afrânio Peixoto, quando disse que "nosso sertão começa para os lados da Avenida [Central, atual Av. Rio Branco]", no sentido de ser mesmo um lugar tido como desconhecido, atrasado, onde faltaria a presença do Estado e não necessariamente o sertão sub-região nordestina. Sobre o sertão, cf.: LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil:* intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ-UCAM, 1999.

que analise ainda as continuidades e rupturas entre os conhecimentos geográficos produzidos antes e depois do curso universitário.

É certo que há diferenças, antes do curso não havia profissionais específicos de geografia no Brasil. Os geógrafos tampouco eram os novos engenheiros/militares, houve aí uma passagem de mãos do conhecimento geográfico para as ciências humanas, este giro pressupõe a Universidade como fator central de mudança.

Contudo, como fica claro pelos trechos citados anteriormente, o que podemos chamar de "vocação" da geografia, foi mantida, como ciência que aliava conhecimento acadêmico à possibilidades de ação objetiva no território, um bom exemplo disso é o suporte às iniciativas do Estado atreladas à criação do IBGE.

Veremos mais a respeito da relação entre estes primeiros geógrafos e o conhecimento geográfico produzido antes da Universidade mais adiante, no capítulo IV. A seguir, o trabalho volta-se para outro espaço profissional, a Associação dos Geógrafos Brasileiros, na sua relação com as Universidades e a formação geográfica no país.

1.2.3. A Associação dos Geógrafos Brasileiros e os geógrafos

A múltipla associação de profissionais dedicados aos estudos na área da geografia no Rio de Janeiro; a integração de diferentes locais onde se produzia pesquisa; a presença de geógrafos oriundos de diferentes áreas: engenheiros, militares, alunos e graduados da UDF e da UB, não foram incentivos suficientes para congregar os profissionais de São Paulo. Na USP, os geógrafos realizavam pesquisas a partir da cooperação com os professores de outros cursos da própria Faculdade, professores franceses, e profissionais brasileiros de nível superior (professores ou não), além, é claro, dos alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Os professores da área de geografia desta universidade não estavam diretamente relacionados a Institutos ou forças armadas, mas antes, criaram um novo espaço, a AGB; ficando marcada a diferença na sociabilidade profissional dos geógrafos paulistanos. É claro que havia exceções, em uma ou outra expedição do IBGE até houve a participação de professores e alunos da USP, mas isso só confirma a regra. O fato de ter havido viagens envolvendo professores da UB e da USP era tão digno de nota que uma delas foi lembrada por Monbeig em uma entrevista mais de quarenta anos depois.

Em seguida, o movimento – que partiu de São Paulo – chega ao Rio de Janeiro, graças ao Deffontaines e Ruellan. Seria desnecessário lhes dizer que entre os geógrafos do Rio e de São Paulo existia uma rivalidade virulenta. Gabo-me de ter ajudado a sobrepujá-la. Ruellan e eu organizamos uma excursão de trabalho à Serra do Mar, com docentes e alunos do Rio e de

São Paulo. No início, as pessoas não se suportavam, mas logo depois, como uma bênção caíu uma tremenda tempestade. Ficamos molhados juntos, espirramos juntos, o grupo encontrou sua unidade e tudo transcorreu em ordem.[53]

A partir de uma análise criteriosa é possível inferir que estas diferenças entre as relações e, consequentemente, dos saberes produzidos na USP e na UDF, acabaram por direcionar os caminhos que a disciplina tomaria no Brasil, originando exatamente esta "rivalidade virulenta" citada por Monbeig. Isto acontecia porque, no Rio de Janeiro, devido à conexão com o IBGE, havia uma pressão muito forte pela separação entre Geografia e História, e em São Paulo acontecia exatamente o contrário.

Esta discussão sobre os rumos da disciplina na Universidade encontrou eco na Associação dos Geógrafos Brasileiros em São Paulo. A entidade, criada no mesmo ano de fundação do curso de Geografia e História na USP com o crucial auxílio de Pierre Deffontaines, ao lado de Caio Prado Júnior, Luis Flores de Moraes Rego e Rubem Borba de Moraes (este último é inclusive um dos organizadores da semana de Arte Moderna de 1922), tinha por objetivos:

[…] reunir-se para palestras e debates e organizar-se para a realização de estudos e pesquisas interessando à Geografia, assim a associação teria por fim: 1. reuniões periódicas dos membros, com exposição de um assunto de Geografia brasileira por um dos membros, seguida de discussão; 2. organização de excursões em comum para estudo de uma questão; 3. constituição de uma biblioteca especializada em Geografia, por colaboração dos membros e doações (livros, revistas e cartas).[54]

Aos quatro integrantes iniciais uniram-se alunos da USP, engenheiros e técnicos. Para além da comunidade científica, a Associação possuía muitos vínculos com setores da elite paulista; nas pesquisas desenvolvidas no âmbito da AGB fica clara a sua conexão com o projeto político-econômico do estado de São Paulo.[55] A Geografia era a pedra fundamental para o conhecimento do território e subsequente desenvolvimento regional, assim a associação articularia

53 INSTITUTO de Estudos Brasileiro - Universidade de São Paulo (IEB-USP). Viagem à memória da USP, entrevista concedida por Pierre Monbeig. Jornal da Tarde, São Paulo, 11 fev. 1984. Entrevistador: Gilles Lapouge.

54 ARQUIVO da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Ata de fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

55 Pierre Monbeig, um dos mais longevos membros e presidentes da associação também assinalava em seus trabalhos a necessidade imperiosa de desenvolvimento; seu estudo *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo,* sobre as frentes pioneiras no estado, é considerado um clássico. Para mais informações sobre a geografia agrária brasileira, cf.: MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec; Polis, 1984; BERNARDES, Nilo. A influência estrangeira no desenvolvimento da geografia no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 44, n. 3, 1982; ALVES, Flamarion Dutra, FERREIRA, Enéas Rente. História da geografia agrária brasileira: Pierre Monbeig e Leo Waibel. *Mercator,* Fortaleza, v. 10, 2011; *Anais do I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico*. Uberlândia, MG: IG-UFU, 2008.

os professores geógrafos a representantes de outras áreas do conhecimento para efetivação deste desenvolvimento.[56]

No que tange às relações entre o ensino de geografia e a AGB, em 1935, os membros da Associação resolvem criar uma comissão para elaborar um programa que servisse de guia para a disciplina no país. Com isso, as controvérsias sobre o tipo de geografia que deveria ser ensinado iniciam. A comissão foi instituída em virtude da reforma do ensino secundário promovida pelo ministro Capanema, como uma forma de participação da AGB nesta remodelação e contava com o professor da cadeira de Geografia do Brasil da USP, Aroldo de Azevedo, Pierre Monbeig e M. Conceição Vicente de Carvalho, aluna do curso de Geografia e História e assistente de Monbeig.

Por conseguinte, sua proposta não versava especificamente sobre o curso universitário, se constituindo em um guia para o ensino secundário; no entanto, deve-se considerar que, sendo a Universidade o local de formação dos professores deste nível de ensino, ela deveria fornecer o suporte para a implementação prática deste plano. A proposta foi enviada para o Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema; para o Secretário de Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo, Cantídio de Moura Campos; para o Diretor do Ensino Secundário do Distrito Federal, Nóbrega da Cunha; para o Secretário da Educação do Distrito Federal, Anísio Teixeira; e para o Diretor do Instituto de Educação de São Paulo, Fernando de Azevedo.[57]

O caso é que houve, durante mais de vinte anos, 1934-1956, uma disputa pela hegemonia no campo da geografia no Brasil. As discussões primeiro giravam a respeito do desdobramento da cadeira de geografia humana em duas, humana e física; depois pela separação entre os cursos de Geografia e História. Esta distância entre os cursos se estabelecia, em grande medida, devido às diferenças profissionais entre os geógrafos deste ou daquele estado, em função de concepções diferentes que os professores tinham a respeito do tipo de profissional que deveria sair formado dos bancos da Universidade. É necessário um olhar mais atento aos professores destas universidades para que estas divergências fiquem mais claras.

---

56 Sobre a AGB, cf.: IUMATTI, Paulo; SEABRA, Manoel; HEIDEMANN, Dieter (Orgs.). *Caio Prado Jr. e a Associação dos Geógrafos Brasileiros.* São Paulo: EdUSP, 2008; ZUSMAN, Perla Brígida. Na procura das origens da AGB. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, AGB-SP, n. 78, p. 7-32, dez. 2001; ZUSMAN, Perla Brígida. La geografia y el proyecto territorial de la élite ilustrada paulista. la associação de géografos brasileiros (1934-1945). *Scripta Nova*, Barcelona, Universidad de Barcelona, n. 7, sept. 1997.

57 IEB-USP. Arquivo Caio Prado Júnior. Carta da AGB ao Diretor do Ensino Secundário do Distrito Federal, Sr. Nóbrega da Cunha, datada de 16 de novembro de 1935.

1.3. Os professores de Geografia e História

Esta parte versa sobre os professores universitários de Geografia, tanto os dos cursos do Rio de Janeiro, na Universidade do Distrito Federal e na Universidade do Brasil, quanto os do curso de São Paulo, na Universidade de São Paulo, analisando como eram desenvolvidas suas carreiras na Universidade e quais eram os seus outros espaços de atuação profissional.

1.3.1. Brasileiros e estrangeiros na Universidade

No que concerne à constituição da geografia como disciplina universitária, no caso brasileiro, ela esteve ligada à opção pelo método francês para que fosse criado um padrão disciplinar através da contratação de professores desta nacionalidade (ou pelo menos francófonos, como Pierre Dansereau, especialista em botânica, que lecionou biogeografia na Universidade do Brasil entre 1945 e 1946) para lecionar na nascente Universidade.[58] O grupo representava a chamada "escola geográfica francesa", difundida em diversos países a partir de sua matriz original. No entanto, é conveniente destacar que a escolha do método francês não ficou restrita à geografia, também em outras áreas, destacadamente no caso da história, foram contratados mestres franceses.

Assim como ocorre em relação à história, é notória a existência de produção de conhecimento geográfico no Brasil antes da vinda dos professores estrangeiros. Bons exemplos disso são Aroldo de Azevedo e João Dias da Silveira, em São Paulo; e Delgado de Carvalho e Fernando Raja Gabaglia, no Rio de Janeiro. Estes estudiosos chegaram à geografia por diferentes caminhos; Aroldo de Azevedo, por exemplo, era bacharel em Direito, mas escreveu livros didáticos de Geografia e foi professor da disciplina no ensino secundário, tendo se graduado apenas quando da criação do curso na USP. Já Delgado de Carvalho era formado em Ciências Políticas, embora tenha feito carreira docente e escrito compêndios de Geografia, História e Sociologia.

---

58 A França e a Alemanha eram os principais expoentes da produção geográfica no começo do século XX, muito embora a produção alemã não tenha encontrado tanto eco no Brasil. O idioma francês e a produção científica proveniente deste país influenciavam fortemente as elites nacionais, e com a geografia não foi diferente. Um exemplo desta relação entre a geografia francesa e o Brasil está na obra do francês Elisée Réclus, que dedicou um dos dezoito volumes de sua *Geografia Universal* à análise do território brasileiro, realizada a partir de observações em campo. Além das geografias francesa e alemã, havia também a incipiente geografia norte-americana, que, assim como a brasileira, ainda estava em formação; e, a geografia britânica, que era bastante eclipsada pela francesa. Cf.: PAZERA JUNIOR, Eduardo. A contribuição francesa e anglo-saxã na formação do pensamento geográfico brasileiro. *Boletim de Geografia da Universidade Estadual de Maringá*, Maringá, PR, ano 6, n. 1, jun. 1988, p. 33-34.

Entre 1934 e 1935, os responsáveis por diversas instituições foram à França contratar professores; provenientes de São Paulo ou do Rio de Janeiro, a intenção era formar um quadro de professores para as Universidades. Durante o ano de 1935, por exemplo, Afrânio Peixoto viajou para a Europa com o objetivo de contratar professores para lecionar na UDF, seguindo o exemplo da Faculdade de Filosofia da USP.

Da França enviou ele carta a Anísio Teixeira, explicando as condições de contratação dos professores franceses: ficariam no Brasil de março a novembro e passariam dezembro, janeiro e fevereiro em seu país natal. Receberiam um ordenado relativamente elevado, em termos brasileiros, "por causa da desvalorização de nossa moeda". […] Assim vieram para a UDF muitos professores franceses, tais como: Henri Hauser (História moderna e econômica); Gaston Leduc (Economia política); Etienne Souriau (Psicologia do trabalho e da arte); René Poirier (Filosofia); Henri Tronchon (História); Émile Brehier (Filosofia); Eugene Albertini (História); Pierre Deffontaines (Geografia, que também lecionara na USP); Rober Garric (Literatura francesa, igualmente da USP).

E mais: Henri Frenchou, da Universidade de Letras de Strasbourg, Jacques Peret, da Universidade de Letras de Montepellier, e Jean Boucier.[59]

Dentre os professores dos cursos de Geografia e História da Universidade do Distrito Federal e depois, no curso conjunto da Universidade do Brasil, bem como na graduação de Geografia e História da Universidade de São Paulo, havia relativa preponderância de professores brasileiros em relação aos professores franceses contratados. Contudo, estes mestres estrangeiros eram, em sua totalidade, os responsáveis pelas cadeiras das disciplinas que ministravam.[60] A "escola geográfica francesa" teve em Pierre Deffontaines seu primeiro representante. O geógrafo foi contratado primeiramente pela USP, no ano de 1934, e logo depois pela UDF, entre os anos de 1936 a 1938. É interessante atentar para o fato de que Deffontaines não lecionava apenas, mas estava comprometido com a criação de institutos, revistas e associações que forneces-sem suporte e divulgação à pesquisa científica. Conforme anteriormente examinado, o geógrafo propôs a fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros; além disso, manteve-se próximo do movimento que daria origem ao Conselho Nacional de Geografia na estrutura técnico-administrativa que formou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sendo também colaborador assíduo da *Revista Brasileira de Geografia* e grande incentivador da adesão brasileira à União Geográfica Internacional.[61]

59 VICENZI, Lectícia Josephina Braga de. A fundação da Universidade… *Op. cit.*, 1986.

60 FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício… Op. cit.*, 2013, p. 37-39.

61 Pierre Deffontaines nasceu em Limoges em 21 de fevereiro de 1894 e morreu aos 84 anos em Paris tendo dedicado toda a sua vida ao desenvolvimento da Geografia. Formado inicialmente em Direito em Poitiers e logo após em Geografia pela Sorbonne, foi doutor no ano de 1932. Além de lecionar, também fez carreira em

Este foi um dos principais legados de Deffontaines, a circulação nos ambientes onde era produzido o saber geográfico no Brasil, contribuindo decisivamente para a relação de colaboração entre a dita "ala acadêmica" da disciplina institucionalizada (relacionada à Universidade) e a "ala técnico-administrativa" (representada pelo IBGE), no Rio de Janeiro.

Havia um crescente incentivo à articulação entre a Universidade e o IBGE, os professores orientavam seus alunos não só para a pesquisa, mas também para o trabalho de campo, enquanto o IBGE promovia encontros e dava estágio a alunos do curso da UDF.[62]

Outro representante da escola geográfica francesa é Pierre Monbeig, o professor foi convidado em 1935 para lecionar na USP. E, como Deffontaines, Monbeig também atuava em outros ambientes além da Universidade; o geógrafo foi muito importante na AGB, sendo inclusive presidente da associação por nove anos. O papel de Monbeig também foi de destaque na introdução e consolidação de um modelo profissional para a geografia na Universidade, pautado no desenvolvimento de pesquisa aliado à prática de ensino. Além disso, atuava como divulgador científico, escrevendo para jornais e revistas, levando ao grande público o resultado de suas pesquisas e reflexões.[63]

Entre 1940 e 1956, outro professor representava a escola no Rio de Janeiro, Francis Ruellan. Ruellan lecionava na antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro; e também atuava no IBGE. O professor era assistente técnico do CNG, onde trabalhou não somente como pesquisador, mas, sobretudo como treinador de pesquisadores, formando discípulos com suas atividades no Conselho e em campo.[64]

---

associações profissionais, tendo sido professor e diretor do Instituto de Geografia na Faculdade Católica de Lille (1925-1939) e secretário geral da Sociedade de Geografia de Lille (1932-1937). Da mesma forma, promoveu a participação do Conselho Nacional de Geografia do Brasil no Comitê Internacional de Geografia. Cf.: FERREIRA, Marieta de Moraes. *Diário pessoal, autobiografia... Op. cit.*, 1999, p. 131-138.

62 EVANGELISTA, Helio de Araújo. Geografia tradicional no... *Op. cit.,* p. 2006.

63 Pierre Monbeig nasceu em 15 de setembro de 1908 e faleceu aos 79 anos. O geógrafo formou-se em Paris, no ano de 1931, tendo chegado ao Brasil no ano de 1935, quando foi contratado pela recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP para assumir a cadeira de Geografia Humana criada por Deffontaines. Permaneceu lecionando na USP por onze anos, neste tempo orientou toda uma geração de geógrafos. Também auxiliou na criação da Associação dos Geógrafos Brasileiros, em 1945. Cf.: AB'SABER, Aziz N. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, ano 22, set-dez. 1994.

64 Francis Ruellan nasceu em 1894 e faleceu aos 71 anos. Trabalhou no Rio de Janeiro por dezesseis anos, entre 1940 e 1956, formando a segunda geração de geógrafos. Também acumulava o cargo de Assistente Técnico do Conselho Nacional de Geografia. Sobre sua atuação como professor da FNFI, cf.: FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas sobre a... *Op. cit*, 2006, p. 152-153.

A respeito de Ruellan, é interessante destacar que, por ter atuado em duas frentes na pesquisa geográfica: o ensino e pesquisa universitária e a exploração de campo, o geógrafo acabou por fazer um elo entre seus alunos da Faculdade de Filosofia com o CNG. Através de pesquisas acerca do território nacional desenvolveu espaços para o desdobramento da carreira de geógrafo. Tratarei deste assunto de forma específica mais adiante. Em seus trabalhos de campo promovia o conhecimento empírico sobre o território brasileiro e sua ocupação; estes levantamentos foram cruciais para a construção profissional do nascente grupo de geógrafos do Rio de Janeiro, bem como para pouco a pouco delinear um pensamento geográfico sobre o Brasil.[65]

No que diz respeito à seleção dos professores, tanto na UDF quanto na USP ela não acontecia por concursos, e estava baseada nas relações pessoais entre os criadores e administradores das Universidades e os professores estrangeiros ou brasileiros. Em relação à UDF, as contratações estavam calcadas em três pilares: nas relações de Anísio Teixeira com os educadores da Associação Brasileira de Educação e seus vínculos com a Escola Nova; com a prática docente em locais de prestígio, destacadamente o Colégio Pedro II, de onde vieram Delgado de Carvalho, Fernando Raja Gabaglia, Isnard Dantas Barreto e Jayme Coelho; e na relevância de nomes da intelectualidade nacional à época, como Afonso Arinos e Gilberto Freyre, por exemplo. Havia ainda casos de contratações entre os alunos do próprio curso de Geografia, como o foi com Christóvam Leite de Castro, engenheiro formado e integrante da segunda turma de Geografia da UDF, nomeado professor em 1937; no decorrer dos anos outros ex-alunos também foram designados professores da Universidade.

Tanto na História quanto na Geografia, o ponto comum entre a maioria dos professores brasileiros neste primeiro momento é que eles eram egressos da Engenharia, da Medicina, do Direito ou autodidatas. O quadro a seguir apresenta os professores da Seção de Geografia e História da Universidade do Distrito Federal entre os anos de 1935 e 1939 e suas respectivas disciplinas:

65 MACHADO, Mônica S. *A construção da geografia... Op. cit.*, 2009.

Quadro 8: Professores de Geografia e História da Universidade do Distrito Federal, 1935-1939

Professores	Disciplinas
Afonso Arinos de Melo Franco	História da Civilização no Brasil
Alberto Betim Paes Leme	Geografia Regional
Arthur Ramos de Araújo Pereira	Psicologia Social Psicologia Geral
Carlos Delgado de Carvalho	Geografia Humana História da Civilização Sociologia Educacional
Christóvam Leite de Castro	Desenho Cartográfico
Eugène Albertini (Assistente: Roberto Accioly)	História da Civilização Romana
Fernando Antônio Raja Gabaglia	Fisiogeografia
Gilberto Freyre	Antropologia Social e Cultural Sociologia
Henri Hauser (Assistente: Sérgio Buarque de Holanda)	História Moderna Economia
Isnard Dantas Barreto	História da Idade Média História Moderna
Jayme Coelho	História da Antiguidade Prática de Ensino
João Baptista de Mello e Souza	História da Civilização da América
João Capistrano Raja Gabaglia	Práticas de Geografia
José Maria de Albuquerque Bello	História da Civilização
Luiz Camillo de Oliveira	História das Artes e das Indústrias História da Civilização no Brasil
Mathias de Oliveira Roxo	Paleogeografia
Phillipe Arbos	Geografia Humana
Pierre Deffontaines (Assistente: José Junqueira Schmidt) (Assistente: Ernesto Street)	Geografia Humana

Fonte: CPDOC-FGV. Arquivo Gustavo Capanema, Dossiê Faculdade Nacional de Filosofia.

No caso da USP, o curso de Geografia e História contava com poucas cadeiras e professores nos seus primeiros anos; entre 1934 e 1935 o curso funcionava com apenas quatro cátedras, no que tange especificamente à geografia, após uma

breve passagem de Deffontaines, Monbeig assume em definitivo o curso, fixando-se por um longo período. Na verdade, o ambiente no qual Monbeig chegou em 1935 era bastante favorável, com duas novas universidades nas principais capitais brasileiras cuja principal influência era proveniente de seu país.

A proporção entre professores brasileiros e estrangeiros era bastante equilibrada na USP, este fato acontecia também devido à própria distribuição das disciplinas, visto que os professores brasileiros eram os de Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Guarani, e História da Civilização Brasileira. Estes dois professores, Afonso de E. Taunay e Plínio Marques da Silva Ayrosa eram formados engenheiros, respectivamente, pelas Escolas Politécnicas de São Paulo e do Rio de Janeiro, e eram especialistas autodidatas em suas áreas. Taunay, por exemplo, foi o discípulo mais prestigiado de Capistrano de Abreu, sendo ainda diretor do Museu Paulista por mais de quinze anos antes de começar a lecionar na faculdade; já Ayrosa dedicava-se aos estudos de Tupi-Guarani enquanto trabalhava como repórter na 'Gazeta de Notícias', em 1931 começou a lecionar um curso de Tupi e de Guarani no Centro do Professorado Paulista a convite do diretor geral do ensino – cargo equivalente a secretário estadual de educação, Sud Mennucci.[66]

Quadro 9: Professores de Geografia e História da Universidade de São Paulo, 1934-1935

Professores	Disciplinas
Afonso de E. Taunay	História da Civilização Brasileira
Fernand Paul Braudel	História da Civilização
Pierre Deffontaines	Geografia
Pierre Monbeig	Geografia
Plínio Ayrosa	Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Guarani

Fonte: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, anos: 1939-1949.* São Paulo: Seção Gráfica; Indústria Gráfica José Magalhães Ltda., 1953.

Com o passar dos anos, muitos alunos, tanto da USP quanto da UDF e UB concluíram suas graduações e tornaram-se professores no curso que os formaram, este é o caso de: Alice Piffer Cannabrava, Astrogildo Rodrigues de Mello, Eduardo d'Oliveira França, Eurípedes Simões de Paula e João Dias de

66 Currículo Vitae dos Professores. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, ano: 1934-1935*. São Paulo: Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais", 1937, p. 320-323.

Silveira na USP e de: Eremildo Viana, Hilgard O'Reilly Stenberg, Maria Therezinha de Segadas Soares, Maria Yedda Linhares e Marina São Paulo de Vasconcelos na UB.

Quadro 10: Professores de Geografia e História da Universidade de São Paulo, 1939-1956

Professores	Disciplinas
Alfredo Ellis Júnior	História da Civilização Brasileira
Alice Piffer Canabrava	História da Civilização Americana
Aroldo Edgard de Azevedo	Geografia do Brasil
Ary França	Geografia Humana
Astrogildo Rodrigues de Mello	História da Civilização Americana
Eduardo d'Oliveira França	História da Civilização Moderna e Contemporânea
Eurípides Simões de Paula	História da Civilização Antiga e Medieval
João Dias da Silveira	Geografia Física
Odilon Araújo Grellet	História da Civilização Americana
Pedro Moacyr Campos	História da Civilização Antiga e Medieval
Pierre Monbeig	Geografia Humana

Fontes: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, anos: 1939-1949*. São Paulo: Seção Gráfica; Indústria Gráfica José Magalhães Ltda., 1953; *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, ano: 1950*. São Paulo: Seção Gráfica; Indústria Gráfica José Magalhães Ltda., 1952; *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, ano: 1952*. São Paulo: Seção Gráfica; Indústria Gráfica José Magalhães Ltda., 1954.

Quadro 11: Professores de Geografia e História da Faculdade Nacional de Filosofia, 1939-1956

Professores	Disciplinas
André Gilbert	Geografia Humana
Carlos Delgado de Carvalho	Geografia do Brasil História Moderna e Contemporânea
Francis Ruellan	Geografia Humana
Hilgard O'Reilly Stenberg	Geografia do Brasil
Josué de Castro	Geografia Humana
Lucy de Abreu	Geografia Humana

Professores	Disciplinas
Maria Therezinha de Segadas Soares	História da Antiguidade e da Idade Média Geografia Humana
Victor Leuzinger	Geografia Física
Wanda Mattos Cardoso Torok	Geografia do Brasil
Antero Manhães	História Moderna e Contemporânea
Antoine Bon	História da Antiguidade e da Idade Média
Eremildo Viana	História da Antiguidade e da Idade Média
Hélio Vianna	História do Brasil
Maria Yedda Linhares	História Moderna e Contemporânea
Sílvio Júlio de Albuquerque Lima	História da América
Victor Marie Lucien Tapié	História Moderna e Contemporânea
Arthur Ramos de Araújo Pereira	Antropologia e Etnografia
Marina São Paulo de Vasconcelos	Antropologia e Etnografia

Fonte: PROEDES-UFRJ. Centro de Documentação de História da Educação no Rio de Janeiro, Arquivo do Instituto de Educação, Currículos do curso de Geografia da Universidade do Distrito Federal.

Apesar de haver dois cursos e departamentos separados até 1938 na Universidade do Distrito Federal, havia casos de circulação de professores entre as duas disciplinas. Este é o caso de Carlos Delgado de Carvalho, que era professor do curso desde a UDF e, entre 1939 e 1942, lecionou Geografia do Brasil passando no ano seguinte para o quadro de professores da História, ministrando História Moderna e Contemporânea.[67] Da mesma forma, Maria Therezinha de Segadas Soares, formada na turma de 1942 da própria FNFi, era professora assistente de História da Antiguidade e da Idade Média entre 1946 e 1950, e depois foi para a Geografia Humana tendo tornado-se um dos maiores expoentes nacionais em geografia urbana.[68] Esta era também a situação de Josué de Castro, que havia sido professor de Antropologia Física na UDF, tendo assumido a cadeira de Geografia quando da remodelação do currículo de 1938. Em 1939, ele pleiteou contratação para lecionar Antropologia e Etnografia, disputada por Heloísa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional, que intercedia em nome de Arthur Ramos. Nesta disputa ganhou o prestígio de

67 FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como Ofício… Op. cit*., 2013, p. 36-37.

68 REIS, Ciro M. Fany Davidovich e a Geografia Urbana: uma análise a partir da Revista Brasileira de Geografia. In: MACHADO, Mônica S.; MARTIN, André R. (Orgs.). *Dicionário dos Geógrafos Brasileiros*. Vol. I. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

Heloísa e, em 1940, Castro foi admitido para a disciplina de Geografia Humana.[69]

É importante considerar ainda que, apesar de ter havido a transferência dos professores da UDF para a Universidade do Brasil, quando da sua dissolução em 1939, ocorreu uma grande renovação nos quadros desta universidade. Foram contratados muitos professores novos e também profissionais egressos dos cursos recém-institucionalizados.

Esta investigação a respeito dos professores nos serve para analisar as variadas forças em disputa na conformação do campo da geografia brasileira nestes anos iniciais. Antes de ser uma querela entre alguns professores do Rio de Janeiro e de São Paulo, ela era uma discussão que mobilizava a totalidade dos geógrafos que lecionavam na academia brasileira e também do IBGE, a disputa não era somente pelo currículo do curso, mas pela formação do geógrafo; quem seria este profissional que saía da Universidade era o que estava na mesa de negociação. Este é o tema do próximo capítulo deste trabalho.

69 MACHADO, Mônica S. *A construção da geografia... Op. cit.*, 2009, p. 117-121.

2. O CURSO GEOGRAFIA E HISTÓRIA COMO ESPAÇO DE DISPUTA

Este segundo capítulo trata das controvérsias acerca do curso universitário de Geografia e História. Havia já desde o começo da década de 1940 tentativas de regulação do currículo e consequentemente, sua uniformização em todas as universidades brasileiras; mas com o passar dos anos, o que parecia ser um consenso entre os geógrafos do Rio de Janeiro e de São Paulo se converteu em uma rivalidade; o objetivo desta parte é esmiuçar as razões dessa discussão.

Deste modo, as desavenças sobre a separação do curso de Geografia e História em dois ganham evidência. Inicialmente a intenção é tratar desta discussão explicitando quais seriam os motivos de fundo para a briga. Segue ainda uma análise a respeito do espaço de trabalho prioritário do geógrafo e da adequação de sua formação para as atividades que desempenharia em sua vida profissional.

Em seguida, o foco passa para as propostas de mudança no curso propriamente ditas, primeiro com as determinações do CNG sobre o curso da Universidade do Brasil e como estas se modificaram entre os anos de 1940 e 1944 passando de uma proposta de aparente consenso com os geógrafos de São Paulo para uma decisão oposta aos interesses dos professores da USP. A noção de geografia como ciência útil e a estreita ligação entre o Estado e o IBGE são evocados como justificativa para esta discrepância.

Logo depois a atenção se volta para as reações dos geógrafos de São Paulo a estas determinações do CNG, principalmente após um discurso de Gustavo Capanema no "X Congresso Brasileiro de Geografia", ocorrido em 1944, quando o ministro da educação afirma que "já estaria em curso o plano para a execução de uma reforma no curso", cujo modelo seria o proposto pelos geógrafos do Rio de Janeiro. Assim, houve diversas contestações por parte dos professores da USP a este projeto, a finalidade desta parte de meu trabalho é a análise destas cartas e discursos dirigidos ao ministro bem como investigar qual seria então o objetivo da formação universitária conjunta, e o tipo de profissional que os geógrafos de São Paulo tinham por objetivo formar.

Também analiso a ligação entre os geógrafos da Universidade do Brasil e o IBGE, investigando como o poder do Instituto crescia conforme a sua ligação com o Estado getulista se tornava mais forte. Por conseguinte, um tipo de profissional dedicado aos trabalhos de campo e às expedições era desejável no

Rio de Janeiro. Em contrapartida, a geografia era desenvolvida em São Paulo unida intrinsecamente à história, literatura e a uma tradição narrativa, o que marcava este antagonismo entre os estados e, consequentemente, entre os dois diferentes projetos de formação profissional.

A última parte pretende se constituir em uma análise desta disputa sobre os cursos de Geografia e História sob a ótica dos historiadores. Investigar quais eram as suas posições a respeito do curso, pois a separação, não era apenas o desejo dos geógrafos, mas também uma questão que influenciaria diretamente na formação dos profissionais da História.

Também se examinará que, as poucas manifestações dos historiadores nesta questão também deixam entrever que esta não era uma discussão central, afinal, havia alguma hegemonia das disciplinas históricas em todos os currículos do curso de Geografia e História, desde a sua criação até a separação; para além disso, a Geografia também era considerada por muitos historiadores como uma ciência menor, auxiliar da História. Assim, esta seção tratará das reações dos historiadores aos movimentos do curso universitário.

2.1. As determinações do CNG em relação ao curso universitário

Tanto nos cursos cariocas, na Universidade do Distrito Federal e na Universidade do Brasil, quanto no paulistano, na Universidade de São Paulo, o sentido voltado para a formação de professores secundários não arrefeceu a ligação dos cursos com o preparo de pesquisadores. A própria contratação de professores estrangeiros estava associada ao treinamento dos alunos para a pesquisa; apesar, contudo, destas serem executadas de formas diferentes, no caso do Rio de Janeiro muitas vezes com a associação de técnicos do IBGE, militares e engenheiros, enquanto em São Paulo havia uma maior troca entre os professores e alunos dos outros cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.[1]

O curso de História da UDF tinha uma proposta bastante diferente da do curso da USP, contando com disciplinas de treinamento para a pesquisa geográfica; destaco aqui a presença da matéria "Trabalho de Campo" no terceiro ano do curso de Geografia da UDF, por exemplo. Professores e alunos retratavam a organização destas atividades, e sua importância como uma possibilidade de

1 FAVERO, Maria de Lourdes. A UDF, sua vocação política e científica: um legado para se pensar a universidade hoje. *Pro-Posições (Unicamp)*, Campinas, SP, v. 15, n. 3 (45), p. 143-162, 2004, p. 154-156.

integrar os conhecimentos que, aparentemente, encontravam-se fragmentados na matriz curricular dos cursos. Para os professores da Universidade do Brasil, como Carlos Delgado de Carvalho e Ruellan, a função do curso de Geografia era a de formar profissionais comprometidos com a exploração de seu país. O curso não seria apenas meio de receber um diploma, mas uma base orientadora para as atividades do futuro geógrafo.

A própria cooperação profissional entre os professores da Universidade no Rio de Janeiro e o ambiente profissional do IBGE acabou determinando os caminhos que a disciplina universitária tomaria; os membros do Instituto consideravam a atividade de pesquisa como a mais importante a ser desempenhada por estes novos profissionais.

O geógrafo Jorge Zarur escreveu sobre o assunto em trabalho intitulado "Geografia: ciência moderna ao serviço do homem":

Tenho a grande responsabilidade de continuar uma tradição, a tradição começada pelo meu grande mestre, o professor Delgado de Carvalho. Há quatro anos, no Congresso de Santa Catarina, ele falou aos congressistas sobre a Geografia Moderna e sua conceituação. Hoje, um dos seus discípulos vos falará sobre a possibilidade de se pôr a Geografia a serviço do Homem, torná-la uma ciência aplicada.

Nos últimos quatro anos da minha vida profissional, tive oportunidade de observar como a ciência geográfica progrediu. Trabalhando, não só aqui, no Brasil, como também no estrangeiro, tive a feliz oportunidade de, nos Estados Unidos, acompanhar de perto o movimento renovador, essa luta tremenda dos geógrafos modernos que pretendem tirar a Geografia das lides puramente acadêmicas ou dos laboratórios, pondo-a a serviço do homem e tornando-a uma ferramenta útil e básica para os administradores e planejadores. Voltei um entusiasta dessa batalha e, agora, quero ser um de seus soldados aqui na minha terra, que é, na realidade, o paraíso e grande laboratório dos geógrafos ativos.

[…] Depois deste período de ausência, volto convicto da necessidade de se desenvolver no Brasil, de maneira intensiva, os estudos sobre o Brasil e procurar conhecer a sua Geografia nos detalhes mínimos para podermos defendê-lo e tirar de suas riquezas um nível de vida decente para o seu povo.

[…] Poderia começar esta palestra especulando sobre a escola regionalista ou qualquer outra corrente geográfica, mas preferi concluir apelando para que o Geógrafo possa trazer elementos ao Administrador, que precisa conhecer mais que todos as realidades da nossa Terra - o Geógrafo, instrumento do Administrador; o fornecedor dos fatos básicos da vida nacional - o Geógrafo é o cientista que tem olhos especiais e que vê certas coisas de maneira bem diferente. Colhe o material das várias regiões, interpreta-o e o oferece, já completamente manipulado e trabalhado, ao Administrador, que, então, poderá fazer seus planos, realizar as tarefas de direção, baseado em conhecimentos reais das coisas do Brasil.

Nos últimos dez anos, as nossas universidades se têm esforçado em formar professores de Geografia. Geógrafos no verdadeiro sentido da palavra são poucos e quase todos auto-didatas. Tenho esperança de que, no futuro, teremos também o técnico de Geografia, o Geógrafo profissional, como eu vi nas várias regiões americanas por onde passei, pesquisando e não somente ensinando Geografia, mas indo ao campo para realizar pesquisas, construindo a Ciência Geográfica e dando-nos um conhecimento maior do mundo em que vivemos.

Tornar-se um geógrafo verdadeiro é trabalho de uma vida inteira e requer sacrifícios, principalmente no nosso país.[2]

Em seu texto, Zarur toma para si a defesa do papel pragmático da ciência geográfica, sua finalidade última era desnudar elementos que serviriam às iniciativas do governo. Defendendo uma geografia com utilidade, o profissional acabava por argumentar em prol do próprio IBGE como, por essência, o local de trabalho do geógrafo: onde ele poderia melhor fornecer dados especializados ao administrador público senão através das atividades do órgão? Assim, associando técnica e aplicação prática, também evidenciava o quão distante estava a formação do geógrafo na Universidade, das atividades que desempenharia.

O geógrafo vai além em suas declarações e, em uma das sessões plenárias do X Congresso de Geografia, onde apresentou este mesmo trabalho em sua comunicação, chega ao ponto de afirmar que a Faculdade Nacional de Filosofia não forma geógrafos: "Saliento ao ilustre Prof. Alírio de Matos que a Faculdade Nacional de Filosofia *não forma* geógrafos. Meu intuito é tornar bem clara essa matéria atinente aos profissionais geógrafos".[3]

Ora, se a formação de professores é o principal objetivo das faculdades, onde se formam os profissionais que se dedicariam ao trabalho de campo? Seguindo sua argumentação, os espaços de formação e de trabalho não estavam devidamente ajustados um ao outro, formando apenas professores e não "geógrafos profissionais", o curso acabava por delegar ao IBGE, ou mesmo aos próprios geógrafos o seu treinamento.

É interessante salientar que, o Zarur habilita ao mesmo tempo o IBGE e suas atividades, quando prioriza o trabalho de campo. O conhecimento "sobre o Brasil e suas vastas regiões" era possível através das inúmeras expedições capitaneadas pelo CNG; nelas geógrafos, técnicos e alunos da Universidade poderiam se congregar, trocando experiências e aprendendo conjuntamente sobre o que era desenvolver um trabalho de levantamento territorial.

O papel destas expedições era tão considerado que vários professores da Universidade do Brasil também advogam em seu favor. Francis Ruellan, por exemplo, em seus artigos "Orientação científica dos métodos de pesquisa geográfica", "O trabalho de campo nas pesquisas originais de geografia regional", e "Os métodos modernos do ensino da geografia", publicados nos anos de 1943 e 1944, defendia o ponto assinalado por Zarur e inclusive ia

2 ZARUR, Jorge. Geografia: ciência moderna ao serviço do homem. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 6, n. 3, 1944.

3 *Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia*. Vol. I. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1949, p. 264. Grifo nosso.

adiante: apresentava uma metodologia específica, com etapas programáticas, para as excursões efetuadas com a coparticipação do CNG e estudantes.[4]

Por conseguinte, na opinião destes geógrafos, o ambiente institucional modelar para o trabalho dos formandos era o Conselho Nacional de Geografia, abrigado no IBGE. Isso era asseverado pelo discurso de outros professores de universidades do Rio de Janeiro, como, por exemplo, Everardo Beckheuser, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, que afirma em um artigo enviado ao *Boletim de Geografia*:

Há em torno dos legítimos assuntos geográficos, de ciência pura e de ciência aplicada, forte burburinho. Gente nova, cheia de ardor, e gente velha que já descrente estava prestes a empacotar a sua tralha, mas que volta, também entusiasmada, às fileiras. Fora do âmbito dos iniciados, que agora, ao contrário de antes, já são muitos, as pessoas do mundo elegante compreendem que ser pesquisador de geografia ou sequer professor da matéria quando essa cátedra é exercida à altura, tem o seu quê de dignificante e não é cousa de fazer decorar listas de nomes em compêndios abarrotados deles.

E qual a razão desse intenso movimento em torno da geografia?

Há, pensamos, duas importantes causas: os cursos de geografia (ou geografia e história) das faculdades de Filosofia, de criação recente, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Nasceram as duas organizações quase ao mesmo tempo. Esta dá estímulo aos que frequentam aquelas, e as faculdades são viveiros onde se abastece e abastecerá o Instituto. De mãos dadas, caminham.[5]

Destaco que, todos estes artigos de professores do Rio de Janeiro estavam alinhados em um sentido bastante específico: à tentativa de fornecer à geografia um papel de ciência útil, que se voltava para o conhecimento do país. Desta forma, as demandas em relação à formação estavam em consonância com a tentativa de formar geógrafos para o IBGE, de fortalecer a identidade e a autonomia da geografia frente a outros campos do conhecimento, principalmente depois da criação da Universidade do Brasil e da fusão dos cursos de Geografia e História.

Seguindo os anseios dos geógrafos do Conselho Nacional de Geografia, entre os anos de 1944 e 1945, foram aprovadas pelo órgão duas resoluções que tinham por objetivo ajustar a formação dos geógrafos na Universidade. Elas estabeleciam a maneira como deveriam ser conduzidos os cursos, apontando para diferentes aspectos, como a especialização da formação em Geografia e sua

4 RUELLAN, Francis. Orientação científica dos métodos de pesquisa geográfica. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 5, n. 1, 1943; RUELLAN, Francis. O trabalho de campo nas pesquisas originais de geografia regional. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 6, n. 1, 1944; RUELLAN, Francis. Os métodos modernos do ensino da geografia. Rio de Janeiro: Biblioteca Geográfica Brasileira, 1943.

5 BECKHEUSER, Everardo. Comentário do mês, Tertúlias Geográficas. *Boletim de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 1, n. 2, 1943.

consequente separação da História, o equilíbrio entre teoria e prática durante a graduação e a regulamentação da profissão de geógrafo.

Na resolução número 156, de 14 de abril de 1944 o CNG faz um apelo ao ministro Capanema. Em todos os artigos que compõem o documento há formulações que refletem as demandas do IBGE quanto à profissionalização da Geografia. O primeiro deles trata especificamente sobre a separação do curso de História, conforme pode ser verificado a seguir:

Art. 1º – O Conselho Nacional de Geografia formula encarecido apelo ao senhor Ministro da Educação e Saúde no sentido de ser estabelecida, na reforma do ensino superior em preparo, a separação dos cursos de Geografia e de História nas faculdades de filosofia, de modo a se possibilitar a formação de geógrafos habilitados convenientemente nos trabalhos especializados, de gabinete e de campo, de que tanto carece a Geografia nacional, no seu aparelhamento atual.[6]

A estratégia dos profissionais do IBGE era deixar clara sua insatisfação com o modelo que vigorava no curso de Geografia e lutar por uma alteração curricular que assegurasse maior especialização profissional já durante a graduação.

Outro ponto interessante da resolução 156 aborda a necessidade de maior equilíbrio na quantidade de disciplinas teóricas e práticas no curso de geografia:

Art. 2º – O Conselho encarece também a conveniência de se estabelecer, na medida do possível, uniformidade dos currículos nos cursos de Geografia das faculdades de filosofia do país, de maneira que, mediante equilibrado conjunto de estudos teóricos e práticos, melhor e mais extensamente se atendam as necessidades dos meios técnicos.[7]

O IBGE era um dos mais importantes ambientes de trabalho dos geógrafos formados pela Universidade do Brasil. Além dos que já estavam formados em cursos específicos de geografia, os técnicos e profissionais que exerciam funções no Instituto procuravam adquirir formação na área, que lhes parecia promissora; havia uma relação bastante próxima entre a Universidade do Brasil e o órgão.

As reivindicações em questão estavam, assim, em consonância com as atividades desenvolvidas pelos geógrafos no IBGE - eles desejavam uma formação que verdadeiramente os preparasse para seu ofício; para além disso, também se alinhavam com a tentativa de fortalecer a identidade e a autonomia da Geografia.

A valorização da técnica nas atividades desenvolvidas pelo IBGE fica ainda mais clara quando observamos os artigos 3º e 4º da resolução:

Art. 3º – Igualmente, salienta o Conselho a necessidade de ser restabelecido nas escolas de engenharia o curso de geógrafo, em virtude da falta desses técnicos no país, a criar-lhe

6 *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 2, n. 22, jan. 1945.
7 *Idem*.

embaraços no desenvolvimento dos trabalhos geográficos e sugere dar-se ao diplomado nesse curso o título de "engenheiro geodesista".
Art. 4º – Por fim, o Conselho ressalta a absoluta necessidade de ser dado cunho prático aos cursos superiores de Geografia, por forma que os geógrafos formados pelas faculdades de filosofia e pelas escolas de engenharia sejam profissionais aptos e em condições de aproveitamento imediato e efetivo.[8]

O teor do artigo 3º é particularmente interessante, pois reafirma a conexão entre a engenharia e a geografia. Ora, antes da existência do curso universitário de Geografia havia diversas expedições de reconhecimento territorial e mapeamento levadas a cabo por engenheiros, que realizavam trabalhos essencialmente geográficos. Alguns dos primeiros alunos do curso universitário de Geografia eram engenheiros. Um bom exemplo é Christóvam Leite de Castro, secretário-geral do CNG, com formação em engenharia civil e aluno da primeira turma do curso implementado na Universidade do Distrito Federal.

No último artigo podemos depreender que a reivindicação pela maior proximidade entre geografia e engenharia dava-se pelo "caráter acadêmico e pouco prático do novo curso". Os alunos que desejavam ter uma formação compatível com o exercício de atividades de campo se aproximavam dos professores que as realizavam no IBGE, como era o caso de Ruellan, que capitaneava expedições territoriais no órgão.

Outro indício da relação entre Geografia e Engenharia é a presença de um documento da III Convenção Nacional de Engenharia, realizada em Belo Horizonte no ano de 1942, integrando o dossiê de estudo sobre a mudança dos cursos da FNFi no Arquivo Gustavo Capanema.[9] Trata-se também de uma resolução, aprovada em assembléia durante este encontro e que determina o fornecimento de um "certificado de geógrafo" aos estudantes que concluíssem três anos do curso de engenharia:

Itens aprovados sobre o Ensino da Engenharia:
[…]
Item 5 - Aos alunos que terminarem os dois primeiros anos do Curso fundamental será conferido o certificado de topógrafo e aos que terminarem os três anos do referido curso, será conferido o certificado de geógrafo.[10]

---

8 *Idem.*

9 O Dossiê da FNFi é formado por um apanhado de documentos do início da década de 1940 que tinham por objetivo discutir mudanças nos cursos das Faculdades de Filosofia. Nele há uma seção específica para o curso de Geografia e História com trabalhos que advogam contra e a favor da separação, fornecendo um arcabouço que permitiria a análise pormenorizada dessa disputa pelo Ministério da Educação e Saúde. CENTRO de Pesquisa e História Contemporânea - Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV). Fundo Gustavo Capanema, Dossiê Faculdade Nacional de Filosofia.

10 *Idem.*

As determinações que buscavam uma formação mais condizente com as atividades profissionais do geógrafo ganharam continuidade na resolução 183, de 26 de março de 1945. Ela tinha por objetivo regulamentar a profissão de geógrafo e criar uma faculdade de Geografia e Cartografia:

Art. 1º – Fica constituída uma Comissão Especial para o fim de estudar as questões relativas à regulamentação do exercício da profissão de geógrafo e à criação da Faculdade de Geografia e Cartografia, na conformidade das indicações nesse sentido aprovadas pelo X Congresso Brasileiro de Geografia e encaminhadas à consideração deste Conselho.[11]

O próprio ministro Capanema também se mostrava a favor do pedido de separação dos cursos formulado pelo CNG. Em seu discurso no X Congresso Brasileiro de Geografia, ocorrido em meados de 1944, afirmou com todas as palavras que na reforma do Ensino Superior que estava sendo formulada à época, já estava prevista a separação das duas formações, o que causou verdadeira comoção entre os presentes, conforme pode ser analisado pela ampla receptividade de sua exposição:

Cumpre-me, entretanto, acentuar que não me parece satisfatória a situação atual. Por um lado, precisamos estabelecer um conjunto de exigências em virtude das quais as Faculdades Nacionais de Filosofia realmente pesquisem, estudem a ciência e formem os pesquisadores. É necessário que essas Faculdades não se preocupem exclusivamente com a formação de professores de geografia no mau sentido da palavra, está claro, mas com a preparação de estudiosos da ciência geográfica, com a pesquisa científica. Daí a necessidade da montagem de laboratórios e de uma serie de medidas de natureza material e, ainda, outra necessidade, qual seja a congregação de especialistas nos mencionados institutos.

Além destas medidas, que são penosos e longos trabalhos e muito dispêndio de dinheiro, temos outra a realizar e que pretendo executar brevemente, isto é, separar o estudo da geografia do da história *(muito bem, muito bem, palmas prolongadas)*, no intuito de formar pesquisadores da geografia separados dos da história. Assim, na próxima reforma do ensino superior, que está para sair e que espero dentro de um mês ter concluída, já aparecerão os dois cursos separados - o de geografia e o de história, ficando, assim, os currículos inteiramente autônomos.

Por aí podereis ver a preocupação do Ministério da Educação com referência às pesquisas no terreno da geografia. Como esta parte está mais diretamente vinculada a este Congresso, penso que a medida será aceita com agrado desta Casa, como aliás estou observando. A notícia é, pois, de que o ensino da geografia deve ser, não só aumentado, como aprimorado em sua qualidade. *(palmas)*

[…] São essas palavras, Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, com que presto minha homenagem a V. Ex. e aos senhores Congressistas, e significados eminentes cientistas aqui presentes minha atenção e desejo de acertar, recebendo suas sugestões, seus ensinamentos, e a flama de patriotismo que vejo reinar nesta Casa. *(palmas)*[12]

11 *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 2, n. 23, fev. 1945.

12 *Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia*. Vol. I. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1949, p. 264.

Pouco antes desta fala de Capanema, em abril de 1944, o presidente do IBGE, José Carlos de Macedo Soares, havia entregado ao ministro um documento[13] no qual fazia o apelo pela separação entre os cursos de Geografia e História a partir das duas resoluções às quais me referi anteriormente: a de número 156 do CNG, datada também de 1944, e a da 3ª Convenção Nacional de Engenheiros, de 1942. Além disso Macedo Soares afirma ainda que o tema havia sido "objeto de uma das mais calorosas resoluções do IX Congresso Brasileiro de Geografia", ocorrido em setembro de 1940, portanto logo depois da reunião dos cursos de Geografia e História na Universidade do Brasil.

Apraz-me encaminhar a V Exa. a anexa resolução n 156, de 18 corrente, aprovada pelo diretório Central do Conselho Nacional de Geografia deste Instituto, em que é formulado encarecido apelo a V Exa. a propósito do ensino superior da Geografia.
2. Quanto à separação dos Cursos de Geografia e História nas Faculdades de Filosofia, dei esclarecer ainda que foi objeto de uma das mais calorosas Resoluções do IX Congresso Brasileiro de Geografia, reunindo em Florianópolis em setembro de 1940.
3. E, quanto ao ensino da Geografia nas Escolas de Engenharia, constituindo um curso, permito-me lembrar que foi encarecido pela 3ª Convenção Nacional de Engenheiros, reunida em Belo Horizonte, em julho de 1942.
Certo de que as questões levantadas pelo Conselho Nacional de Geografia, em um movimento de expontânea e sincera colaboração, merecerão de V. Exa. atenta consideração e o adequado atendimento - por isso que nelas se refletem as reais necessidades da Geografia Nacional - , apresento a V Exa. agradecimentos antecipados, de par com os renovados protestos do seu elevado apreço.[14]

Estas "calorosas resoluções" citadas pelo presidente do IBGE são um episódio tão à parte que merecem destaque aqui.

2.1.1. Antecedentes: a polêmica a respeito do curso no IX Congresso Brasileiro de Geografia

O IX Congresso Brasileiro de Geografia ocorreu em 1940. Havia pouco mais de um ano que a Universidade do Brasil havia sido criada e, consequentemente, pouco tempo desde que os cursos de Geografia e História foram unidos na Faculdade Nacional de Filosofia. Contudo, este curto período de formação conjunta já levantava as críticas de professores e geógrafos do Rio de Janeiro.

Aconteceu que, em uma das sessões plenárias do congresso, quando da votação das moções, houve uma grande discussão que envolveu o professor Pierre Monbeig, o geógrafo Jorge Zarur e até mesmo o presidente da mesa deliberativa, o ministro do Tribunal de Contas da União, Bernardino José de Sousa. Monbeig pediu a palavra quando a Comissão de Geografia Humana

13 CPDOC-FGV. Fundo Gustavo Capanema, Dossiê Faculdade Nacional de Filosofia.
14 *Idem*.

deliberava sobre a localidade onde seria sediado o congresso seguinte e, mudando totalmente de assunto, já deixava claro quais eram as suas intenções:

Sr. Presidente [da mesa], parece-me que uma das moções apresentadas pela Comissão e sobre a qual já tive oportunidade de fazer algumas críticas, resolve, com excessiva pressa, uma coisa bastante importante - a ligação entre o ensino da Geografia e História nos cursos de ensino superior do Brasil.

Desejaria, apenas, chamar a atenção do Congresso para esse fato, que envolve assunto sobre o qual, creio, não se deve deliberar com precipitação.[15]

A seguir Jorge Zarur pede a palavra e então a briga estava iniciada, transcrevo a seguir o que se passou:

Sr Presidente, tenho a esclarecer que a Comissão discutiu e rediscutiu o assunto. A matéria foi amplamente ventilada no seio da nossa Comissão, que chegou atrasada ao plenário, justamente porque chamou o Prof. Pierre Monbeig para ouvir sua opinião. O Prof. Pierre Monbeig manifestou seu ponto de vista, e o assunto foi, pela segunda vez, submetido à votação. A moção, de minha autoria, mereceu novamente aprovação, e é por isso que aqui estou em sua defesa.

O sr. Ministro Bernardino José de Sousa *(Presidente)*: Os ilustres confrades acabam de ouvir a informação prestada pelo distinto Prof. Jorge Zarur; entretanto, com a devida venia, pediria que se atendesse ao apelo do digno Prof. Pierre Monbeig, no sentido de que a Comissão reexamine o assunto. Trata-se de uma delicadíssima solicitação do Presidente da 4ª Comissão, que, estou certo, será tomada no devido apreço. *(Muito bem)*.

Quem estiver de acordo, queira permanecer sentado.

(Pausa.)

É aceito o pedido do Prof. Pierre Monbeig.

A moção volta à 7ª Comissão, para reexame.

O sr. Francisco José Gomes de Oliveira: Peço a palavra, sr. Presidente.

O sr. Ministro Bernardino José de Sousa *(Presidente)*: Tem a palavra o ilustre congressista.

O sr. Francisco José Gomes de Oliveira: Sr. Presidente, lembraria a V. Exª fosse nomeado um corpo de consultores para colaborar com a 7ª Comissão na proposta do Professor Pierre Monbeig.

Faço esse alvitre, porque o assunto já foi discutido duas vezes, conforme acentuou o Prof. Jorge Zarur, obtendo sempre o mesmo resultado. Talvez isso possa trazer novos esclarecimentos, de maneira que se chegue a uma formula conciliatória.

O sr. Ministro Bernardino José de Sousa *(Presidente)*: Ilustres companheiros de Congresso: Não quero acreditar que haja, em qualquer das comissões técnicas, quem quer que seja com espírito preconcebido em matéria de ciência!

O Prof. Pierre Monbeig pediu que se demorasse mais o julgamento da questão e que se estudasse detidamente o problema. A última sessão realizada pela digna e honrada Comissão de Metodologia foi, como se deduz das palavras do nobre Prof. Jorge Zarur, um tanto apressada, pelo fato de terem os seus membros de comparecer a esta reunião plenária para efeito da leitura do relatório.

Que pediu o Prof. Pierre Monbeig?

Apenas o reexame do assunto. Penso que devemos atendê-lo. E a Comissão de Metodologia, que já está com sua tarefa bem adiantada, como demonstrou o parecer do ilustrado e querido

15 *Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia*. Vol. I. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1941, p. 131-133.

companheiro Prof. Delgado de Carvalho, abrirá de novo o debate do assunto, trazendo-o definitivamente ao julgamento do plenário na próxima sessão.
O sr. Jorge Zarur: Peço a palavra, sr. Presidente.
O sr. Ministro Bernardino José de Sousa *(Presidente)*: Tem a palavra o sr. Prof. Jorge Zarur.
O sr. Jorge Zarur: Sr. Presidente, a Comissão já se manifestou duas vezes sobre o assunto. A moção foi aprovada em duas oportunidades. Por que não há-de ser agora submetida à deliberação do plenário? O critério que se pretende adotar, segundo me parece, não é aconselhável. Não vejo razão para que voltemos a examinar o assunto na Comissão.
O sr. Ministro Bernardino José de Sousa *(Presidente)*: Explico a V. Exª: o critério é muito aconselhável porque, antes de mais nada, deve reinar a maior serenidade e absoluta cordialidade nas nossas resoluções.
Um ilustre membro deste Congresso, o Professor Pierre Monbeig, é autor de uma moção.
O sr. Jorge Zarur: A moção é minha.
O sr. Ministro Bernardino José de Sousa *(Presidente)*: O Prof. Pierre Monbeig é autor de outra moção, em contraposição a de V. Exª, que foi vitoriosa no seio da Comissão. Apela aquele eminente colega para o plenário, no sentido de que seja feito um reexame da mataria, porque acha o assunto palpitante e de grande interesse.
O sr. Jorge Zarur: Realmente, é.
O sr. Ministro Bernardino José de Sousa *(Presidente)*: Seria indelicadeza de minha parte, se não orientasse a digna Assembléia, proporcionando-lhe oportunidade de atender ao pedido desse ilustre mestre. Trata-se, apenas, de um reexame. De nova discussão pode surgir a luz. como disse, não há aqui ideias preconcebidas. Estou certo, mesmo, de que - ou o ilustrado Prof. Jorge Zarur , do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, tais sejam as razões que mais calmamente o Prof. Pierre Monbeig apresente, ou o próprio Pierre Monbeig, diante dos novos argumentos aduzidos pelo colega Prof. Jorge Zarur, - um dos dois retirará sua moção, para o fim de só aparecer uma em nossos anais. De fato, são teses inteiramente opostas, e o Congresso só poderá aprovar uma delas. É uma questão de alta importância cultural.
Devemos, portanto, atender ao apelo do sr. Prof. Pierre Monbeig, em homenagem à sua cultura e à colaboração que traz para os nossos trabalhos *(Palmas)*.
Os senhores que aprovam as demais moções e indicações da 7ª Comissão queiram conservar-se sentados.
(Pausa.)
Aprovadas.[16]

Podemos perceber, que a ideia inicial de Zarur e seu grupo era propor a separação entre os cursos; mas como as insatisfações relativas ao fim da formação conjunta não tardaram a aparecer, a resolução aprovada tentou apaziguar, em um consenso, as diferentes concepções acerca do futuro do curso universitário de Geografia e História. A resolução que foi aprovada no IX Congresso dizia:

Considerando o grande desenvolvimento da ciência geográfica e a sua relevante posição na educação moderna;
Considerando que o acúmulo de matérias que as suas disciplinas reunidas acarretam prejudica a inclusão de estudos básicos, quer para a Geografia, quer para a História (geologia, cartografia, toponímia, paleontologia, arqueologia, etc.);

16 *Idem.*

Considerando que no ensino secundário a Geografia é ensinada separadamente da História, Propomos:
1. Que o IX Congresso Brasileiro de Geografia encareça ao Ministério da Educação e Saúde a separação do curso de Geografia do de História nas faculdades de filosofia do Brasil.
2. Será prevista uma organização de provas e trabalhos práticos, de modo que torne possível a especialização em uma das disciplinas essenciais da seção (geografia, história ou etnografia) sem que o aluno deixe de acompanhar as outras disciplinas,
3. Serão consideradas disciplinas comuns as disciplinas atualmente obrigatórias cujos cursos terão desenvolvimento que variará com a especialização.[17]

Destaco que as reivindicações contidas neste ofício eram bem mais conservadoras que as propostas aprovadas quatro anos depois pelo CNG, onde não havia nenhuma voz dissonante à ideia da separação. Fica claro no item de número 3 que a especialização não ocorreria desde o primeiro ano, mas haveriam disciplinas comuns às três formações (Geografia, História e Etnografia) e elas seriam as mesmas que já eram ministradas no curso conjunto. Outro ponto que merece atenção é o próprio fato de haver menção a um curso de Etnografia como possível especialização, o mesmo não ocorre na resolução do CNG, onde há alusão apenas aos cursos de Geografia e História. Do que posso depreender, que após o apelo ao plenário, o professor Monbeig deve ter cooperado de forma decisiva na redação da moção aprovada.

Em 1944 a batalha parecia ganha pelos profissionais do Rio de Janeiro, visto que aprovaram não somente a separação dos cursos em assembléia do Conselho Nacional de Geografia como também conseguiram a simpatia do ministro Capanema às suas reivindicações. E, de acordo com a documentação disponível no dossiê FNFi do Arquivo Gustavo Capanema, o Ministério realmente parecia ter a separação das formações como fato consumado. Um mês depois de ter recebido o ofício de José Carlos de Macedo Soares, o ministro afirmou, em uma resposta de telegrama ao professor de Tupi-Guarani da USP, Plínio Ayrosa, que "Pessoalmente, considero acertada essa separação [dos cursos de Geografia e História]".[18]

Os geógrafos da Capital Federal estavam tão seguros da anuência do Ministério ao seu projeto que chegaram a enviar um telegrama agradecendo pela determinação da formação específica em Geografia:

Honra-me comunicar V. Excelência que Diretório Central Conselho Nacional Geografia na reunião ontem, informado de que V. Excelência já determinou nos estudos Reforma Faculdade Nacional Filosofia a separação dos cursos Geografia e História, consignou a V. Excelência mais calorosos aplausos pela sábia decisão que denuncia o largo descortínio

17 CPDOC-FGV. Fundo Gustavo Capanema, Dossiê Faculdade Nacional de Filosofia.
18 *Idem.*

elevada compreensão fecunda objetividade grande eficiência da esclarecida orientação que V. Excelência patrioticamente vem imprimindo ao ensino superior do país.
Saudações.
Christóvam Leite de Castro, Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia.[19]

Em contrapartida, os professores da Universidade de São Paulo iniciaram uma ofensiva contra o projeto ibegeano.

2.2. Universidade de São Paulo e Reforma Capanema

Em uma orientação oposta aos profissionais do Rio de Janeiro, os professores da Universidade de São Paulo formulavam pedidos em favor da manutenção do curso conjunto de Geografia e História nas faculdades de Filosofia.

A posição apresentada pelos professores paulistanos era a de reivindicar o cumprimento do acordo firmado em 1940 no IX Congresso Brasileiro de Geografia: o curso seria reformado, contando com disciplinas conjuntas e um curso de especialização em Geografia, História ou Etnografia, visto que a especialização em Etnografia fazia sentido na USP, onde a área contava com o mesmo número de disciplinas que a Geografia.[20] É interessante lembrar que na Universidade do Brasil havia apenas duas disciplinas de Etnografia e apenas nos dois últimos anos, numa proporcionalidade absolutamente reduzida em relação às áreas de História e Geografia, o que poderia dificultar a aplicabilidade desta terceira especialização.

Deste modo, em documento enviado a Capanema em 1944, os professores Pierre Monbeig, João Dias da Silveira e Aroldo Azevedo, de Geografia Humana, Geografia Física, Geografia do Brasil, respectivamente, apresentaram sugestões para a organização do curso de Geografia e História. Elas estavam centradas na ampliação do curso para quatro anos. De acordo com estes professores havia três principais razões para isso, são elas: a falta de preparo dos alunos que ingressam na faculdade, a curta formação do professor, que formado em apenas três anos teria uma "visão incompleta da ciência" e a riqueza trazida pela articulação entre História, Geografia e Etnografia na formação do professor e do pesquisador:

I- Os alunos que entram na Faculdade não têm nem o preparo técnico, nem os conhecimentos suficientes para serem capazes de aproveitar bem do primeiro ano de ensino superior. Nossa prática de ensino demonstra que o primeiro semestre do 1º ano é inteiramente gasto no que se refere à aquisição de conhecimento da parte dos alunos, somente a partir do segundo semestre

19 *Idem*.

20 SECRETARIA Geral do Conselho Nacional de Geografia. Congressos de Geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 3, n. 3, 1941.

é que os melhores começam a se adaptar ao ritmo de trabalho da Faculdade, a sentir a necessidade do esforço individual, das leituras, além do curso dado pelo professor. Enfim, o primeiro ano não passa dum período de formação da mentalidade própria do estudante de ensino superior. Atualmente (e essa situação ainda há de perdurar), os jovens que chegam dos ginásios e colégios não possuem orientação cultural ou de método de trabalho, que possa facilitar sua mais rápida adaptação numa escola superior de Filosofia, Ciências e Letras.
II- O prazo para formação do professor secundário, sendo limitado a três anos obriga-nos a ensinar "comprimidos" de ciência. O aluno sai com uma noção imperfeita do que é a verdadeira ciência, e, apesar de ser professor secundário, ele possui uma mentalidade "primária", no sentido pejorativo da palavra. A Faculdade já está caminhando para ser uma espécie de Escola Normal e, não, um centro de cultura científica. […]
III- A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras é essencialmente heterogênea, e quase todos os seus cursos apresentam o mesmo caráter. Assim, é o caso da seção de História e Geografia, que inclui três ciências humanas bem diversas: História, Geografia e Etnografia. A consequência é dupla: é difícil em três anos, ensinar mais do que elementos dessas três ciências; por outro lado, os alunos do curso têm vocações, disposições diferentes. Os alunos saem sabendo muito pouco de cada disciplina e contraria-se a vocação de muitos, que, em geral, são os melhores e que, a partir do 2º ano, já revelaram suas tendências.
Mas, não deve ser realizada a separação total entre as disciplinas em boa hora reunidas (História, Geografia e Etnografia).
A solução seria, pois, organizar o curso com uma duração de quatro anos; durante os dois primeiros, o jovem estudante poderia adaptar-se ao espírito do ensino superior, e, ao mesmo tempo, adquirir os conhecimentos essenciais e comuns às três disciplinas. Nos dois últimos anos, teria a possibilidade da especialização ou seja em História, ou seja em Geografia, ou ainda, em Etnografia. Cursos comuns aos três grupos poderiam ser organizados (cursos básicos como História do Brasil, Geografia do Brasil e Etnografia Brasileira) afim de evitar o excesso de especialização.
O conjunto dessas medidas tende a formar professores, que não sejam inteiramente alheios ao espírito e ao método científico, bem como a preparar o recrutamento dos "post-graduados". Um professor de ginásio ou de colégio deve ser capaz de prestar sua colaboração ao desenvolvimento da pesquisa e possuir uma cultura científica capaz de conhecê-lo acima da rotina do ensino. Por sua vez, um verdadeiro pesquisador deve ter tido contatos com outras disciplinas além da sua e ser capaz de transmitir a outros os resultados de suas observações.[21]

Os professores propuseram ainda um modelo de currículo para o curso que contemplasse estas disciplinas conjuntas e de especialização. O plano era que, nos dois primeiros anos todos os alunos cursassem as mesmas matérias, escolhendo uma especialização (Geografia, História ou Etnografia) apenas no terceiro ano, onde às disciplinas comuns se juntariam as específicas.

Quadro 12: Proposta de Curso de Geografia e História formulada pelos professores da Universidade de São Paulo

Ano	Disciplinas comuns	Especialização em	Especialização em	Especialização em

21 CPDOC-FGV. Fundo Gustavo Capanema, Dossiê Faculdade Nacional de Filosofia.

		História	Geografia	Etnografia
1º	Geografia Física Geografia Humana História Antiga e Medieval			
2º	Etnografia Geografia Física Geografia Humana História Moderna			
3º	Etnografia Brasileira Geografia do Brasil História Contemporânea História do Brasil	História da América História da Arte Paleogeografia	Geografia Física Geografia Humana Geologia	Antropologia Etnografia Tupi-Guarani
4°	Geografia do Brasil História do Brasil	Economia Política História Contemporânea História da América História da Arte	Elementos de cartografia e topografia Geografia Física Geografia Humana Sociologia	Antropologia Etnografia Brasileira Tupi-Guarani Sociologia

Fonte: CPDOC-FGV. Arquivo Gustavo Capanema, Dossiê Faculdade Nacional de Filosofia.

Nesta mesma época o professor Monbeig escreveu um artigo publicado no *Boletim de Geografia* no qual esmiúça os motivos pelos quais a Geografia não deveria se separar da História. Em sua concepção, estas eram disciplinas complementares, era impossível a professores e pesquisadores construir suas explicações e pesquisas em apenas uma das áreas, a formação conjunta era uma saída para instrumentalizar os profissionais, fossem eles de qualquer uma das seções.

Entretanto, o Conselho Nacional de Geografia emitiu o parecer que, de agora em diante, história e geografia formam, nas faculdades de filosofia, duas secções distintas. Não dispondo senão de uma *vox-flatus*, desejaria somente sublinhar que a separação não deveria ser radical e que é altamente desejável que os estudantes do curso fundamental de geografia continuem a receber, ao lado de um ensino geográfico melhor, uma robusta formação histórica.

É preciso, antes de mais nada, compreender os motivos que levaram a reclamar a à divisão da seção de história e geografia. Desde sua modernização, a geografia tomou gosto pela independência: os geógrafos traçaram um vasto campo de ação e medem bem tudo que há ainda a fazer no Brasil. Forjaram um método de trabalho que lhes é próprio e adquiriram uma

doutrina coerente. Daí resulta uma tal unidade da ciência geográfica, que ela pode pretender a autonomia. É, pois, lógico, que se requeira para os estudantes uma formação estritamente geográfica: qual a utilidade em perder tempo ensinando-lhes história antiga ou medieval? Melhor consagrar essas horas de trabalho a estudos puramente geográficos. A técnica de pesquisas exige uma preparação minuciosa e longo treino; requer conhecimentos de geologia, topografia, paleontologia, meteorologia, botânica, etc. Seria pois preciso aliviar os geógrafos do fardo da história.
É precisamente assim que raciocinam os que pedem a especialização do curso de geografia. A mesma reforma já foi, aliás, introduzida na França pelo governo de Vichy (este é, evidentemente, o único ponto de contacto entre meus excelentes amigos do Conselho e o pessoal vichiista) . É claro que, se o divórcio ainda não foi pronunciado mais cedo em França, não é porque as instituições republicanas a isso se opusessem; creio que isso só foi possível depois da morte, logo após o armistício, dos dois líderes da geografia humana em França, os professores Demangeon e Sion, e quando se eclipsou o grupo dos melhores historiadores, tais como Hauser, Febvre, Bloch e seus colegas dos Anais de História Econômica e Social. Essas circunstâncias esclarecem o verdadeiro sentido da separação das duas disciplinas, história e geografia: do lado dos historiadores, marca uma volta às formas antiquadas de história dos analistas e dos tratados de história diplomática; do lado dos geógrafos, vai ao encontro do espírito da geografia humana. […]
Esse conhecimento da história e da técnica própria aos historiadores, indispensável à pesquisa geográfica, não o é menos ao ensino da geografia. Ainda neste caso, o senso histórico permite dar maior largueza às concepções, e colocar melhor os homens dentro da escala e do quadro apropriado. Não posso crer que seja, por exemplo possível ensinar a geografia humana e econômica sem fazer constantemente apelo ao passado; como poderia um professor do curso secundário falar do poderio marítimo inglês e da indústria britânica se não conhecer suas origens ou, por outra, sua história? Tentaria explicar o poder marítimo inglês somente por sua posição insular, ignorando os fatos históricos que foram os Atos de Navegação? Poderia ele descrever e explicar os problemas de geografia política do Oriente Próximo-apenas com seus conhecimentos históricos do primeiro ano ginasial ou colegial? […]
Nessa atitude, o geógrafo torna-se cada vez mais um simples técnico e merece então as censuras exageradas que lhe foram feitas por Henri Devensen ao escrever *"Todo o estudo sério de geografia humana ou é uma monografia ou uma coleção de amostras"*. A separação extrema entre a geografia e a história teria por conseqüência uma limitação muito estreita do horizonte do técnico geógrafo. Bem sei que outras disciplinas evoluíram igualmente para uma técnica em estado puro, mas sem proveito. O papel de uma faculdade de filosofia não é o de formar técnicos, mas o de desenvolver o espírito científico e, para as ciências geográficas, o espírito científico não poderia viver sem relações permanentes com as ciências humanas.[22]

Monbeig é inclusive bem ácido quando discute os motivos levantados pelo Conselho Nacional de Geografia para a separação da Geografia, quando afirma que "a geografia tomou gosto pela independência" e finaliza o parágrafo fazendo a pergunta retórica "qual a utilidade em perder tempo ensinando-lhes história antiga ou medieval?" Isso sem mencionar a alusão à separação realizada no governo de Vichy na França.

22 MONBEIG, Pierre. Comentários, Estudos Geográficos. *Boletim de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 1, n. 11, 1944.

Assim como Monbeig, que enviou um artigo para o *Boletim de Geografia* defendendo sua posição em relação ao curso, Aroldo de Azevedo, professor de Geografia do Brasil na Universidade de São Paulo, escreveu um trabalho sobre a comemoração dos dez anos da implementação do curso universitário de Geografia onde destaca que concorda com a separação, mas nos moldes propostos pelos professores de seu departamento, ou seja, apenas após alguns anos de curso conjunto.

O tema tem dado margem a muitos debates e, até São Paulo, chegaram os ecos das vozes dos que, na capital brasileira, bateram-se decididamente por uma separação radical entre a Geografia e a História. Se me fosse permitido opinar, nada mais teria a fazer senão reforçar o ponto de vista já externado ao ministro Gustavo Capanema […] pelos professores de Geografia da Universidade de São Paulo: concordamos em tese com a separação, mas não podemos conceber que se o faça de maneira radical e absoluta.

A este propósito, os professores de Geografia da Universidade de São Paulo são unânimes em desejar uma separação apenas nos últimos anos do curso, pois consideram que tanto a História necessita da Geografia, como esta daquela; aliás, já se tornou lugar comum esta estreita interdependência. Assim fazendo, por outro lado, amplia-se o horizonte cultural de um como de outro dos especialistas, o que virá aumentar a cultura geral de ambos.

Entretanto, é evidente que os programas deverão ser de tal modo organizados que, nesses anos que chamarei de básicos, sejam apenas estudados os fatos fundamentais tanto da Geografia como da História. Porque ninguém pode contestar que, para quem deseje especializar-se em Geografia, nada mais enfadonho do que estar a lidar com os palácios e os vasos da civilização cretense ou com as minúcias do reinado de Luís XIV; da mesma maneira que, para quem deseje especializar-se em História, deve ser bastante aborrecido estudar o relevo […].

Urge, pois, distinguir as cadeiras de caráter fundamental e as cadeiras de especialização. Para isso, os atuais três anos do curso de Bacharelado tornam-se inegavelmente insuficientes. O ideal seria um curso fundamental, de no mínimo três anos, no qual fossem estudadas apenas as matérias básicas, através de programas especialmente organizados para esse fim, dando direito a quem o completasse de exercer o magistério secundário ou, quem sabe, somente o ensino ginasial; e, a seguir, um curso de especialização, constituído por dois ou três anos, no qual imperasse (agora, sim) a separação absoluta entre a Geografia e a História, com matérias selecionadas que assegurassem uma cultura especializada e programas flexíveis que também pudessem atender a este objetivo. Deste último curso saíram os verdadeiros técnicos - geógrafos ou historiadores, de quem muito poderia esperar o país, através de pesquisas conscienciosas e bem orientadas.[23]

É interessante destacar que a controvérsia não ficou restrita aos geógrafos, mas também foi assunto de um telegrama enviado pelo professor da área de Etnografia e Tupi-Guarani ao ministro Capanema em 1944. Nele, Plínio Ayrosa solicitava ao Ministério da Educação a fixação de uma data para uma discussão ampla e definitiva sobre a separação dos cursos.[24]

---

23 AZEVEDO, Aroldo de. Dez anos de ensino superior de geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 8, n. 2, 1946.

24 CPDOC-FGV. Fundo Gustavo Capanema, Dossiê Faculdade Nacional de Filosofia.

Como em toda a regra, havia aqui uma exceção, os professores de São Paulo contavam com o apoio de um professor do curso de Geografia e História da Universidade do Brasil, e membro do IBGE. O professor Carlos Delgado de Carvalho, que havia lecionado Geografia Humana e, partir de 1943 passou a ministrar a disciplina de História Moderna e Contemporânea era contrário às posições de seus colegas e advogava a favor de um currículo muitíssimo parecido com o defendido por São Paulo.

2.2.1. Delgado de Carvalho e seu projeto de currículo

Penso que aqui é necessário fazer um parêntesis sobre as posições do professor Delgado de Carvalho a respeito da separação do curso universitário. Inicialmente, destaco seu papel na Comissão de Metodologia do IX Congresso de Geografia, no sentido de ver contemplada a proposta de reexame apresentada por Pierre Monbeig, cito novamente o trecho onde este fato é abordado pelo presidente da mesa deliberativa:

O sr. Ministro Bernardino José de Sousa *(Presidente)*: Ilustres companheiros de Congresso: Não quero acreditar que haja, em qualquer das comissões técnicas, quem quer que seja com espírito preconcebido em matéria de ciência!

O Prof. Pierre Monbeig pediu que se demorasse mais o julgamento da questão e que se estudasse detidamente o problema. A última sessão realizada pela digna e honrada Comissão de Metodologia foi, como se deduz das palavras do nobre Prof. Jorge Zarur, um tanto apressada, pelo fato de terem os seus membros de comparecer a esta reunião plenária para efeito da leitura do relatório.

Que pediu o Prof. Pierre Monbeig?

Apenas o reexame do assunto. Penso que devemos atendê-lo. E a Comissão de Metodologia, que já está com sua tarefa bem adiantada, como demonstrou o parecer do ilustrado e querido companheiro Prof. Delgado de Carvalho, abrirá de novo o debate do assunto, trazendo-o definitivamente ao julgamento do plenário na próxima sessão.[25]

Mas alguns anos depois, por volta de 1950, ele parece ter feito parte da articulação que elaborou projeto de lei que separou definitivamente os cursos na Universidade. Falarei mais detidamente sobre este assunto a seguir.

O caso é que, em março de 1944, o professor enviou ao ministro Capanema o seguinte modelo de programa:

Quadro 13: Proposta de curso de Geografia e História formulada por Delgado de Carvalho

Ano	Cursos comuns	Seção História	Seção de Geografia

25 *Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia.* Vol. I. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1941, p. 132. Grifos nossos.

1º	Antropologia Desenho Geografia Geral História Geral Sociologia		
2º	Biologia e Psicologia Educacional Etnografia	História Antiga e Medieval História do Brasil História das Letras e das Artes	Geografia Física Geografia Humana Meteorologia e Oceonografia
3º	Etnografia do Brasil Sociologia da Educação	História da América História do Brasil História Moderna	Geografia Física Geografia Humana Geologia
4°	Didática	Crítica histórica e Bibliografia História Contemporânea História Econômica	Cartografia História do Brasil Geografia Regional

Fonte: CPDOC-FGV. Arquivo Gustavo Capanema, Dossiê Faculdade Nacional de Filosofia.

A proposta de Delgado de Carvalho determinava que, inicialmente, os alunos cursariam disciplinas comuns às áreas de Geografia e História e, a partir do segundo período, seriam incorporadas a estas disciplinas mais específicas; de modo que mesmo o aluno que se especializasse em geografia, teria um ano de história na sua formação. Também, sublinho que as disciplinas de antropologia e sociologia constituíam um diferencial em relação aos outros currículos. A principal discrepância entre a proposta de Delgado de Carvalho e a dos professores de São Paulo está na inexistência da especialização em Etnografia.

O professor inclusive estava ligado aos profissionais da USP. Explico-me, em nota de rodapé do artigo de Aroldo de Azevedo na *Revista Brasileira de Geografia*, escreve:

Delgado de Carvalho afirmou que se cuida na Universidade do Brasil de rever-se a seriação dos cursos de Geografia e História separados, contra sua opinião, mas de acordo com a opinião dos professores e técnicos do CNG a partir do 1º ano. Até agora o quarto ano, dedicado à Didática, à Biologia Educacional, à Administração Escolar, etc., era um ano perdido para a profissão do especialista. Espera ele que agora a situação venha a mudar e que os alunos continuem a ter cursos de Geografia e História nessa quarta série.[26]

Desta forma, o projeto de Delgado de Carvalho se constituía em uma junção da proposta de São Paulo à do Rio de Janeiro; nem tanto ao céu, nem tanto à

26 AZEVEDO, Aroldo de. Dez anos de... *Op. cit*., 1946.

terra, um ponto intermediário entre as duas, visto que propunha uma separação nas especializações, mas não a partir da entrada na Universidade, como queriam os geógrafos do CNG; mas bem antes do terceiro ano, como requeriam os professores da USP. A bem da verdade, o currículo de Delgado de Carvalho era tão similar à moção de consenso aprovada no IX Congresso de Geógrafos que me leva a considerar que ele tenha trabalhado ativamente na costura daquela posição entre os geógrafos do grupo de Zarur e de Monbeig.[27]

Levanto aqui também outra questão, entre o IX Congresso de Geógrafos e o X, há um giro bastante perceptível no poder dos geógrafos do Rio de Janeiro (especialmente do IBGE), em relação à aceitação de suas ideias quanto ao curso. Saindo da construção de um forçado consenso na reforma curricular, com clara influência dos paulistanos; para a posição apoiada pelo ministro Capanema: um curso específico de Geografia já desde o primeiro ano. Enquanto isso os professores da USP lutavam pelo cumprimento do acordado em 1940.

O que teria havido então para esta mudança? Minha hipótese reside justamente na ideia de que o que diferenciava as duas propostas não era somente o currículo conjunto ou uma possível especialização, mas as diferentes concepções que os professores tinham a respeito do tipo de profissional que deveria sair formado dos bancos da Universidade, seria ele professor ou pesquisador? Faria incursões territoriais? Teria uma formação mais técnica ou humanística? Aí sim estava a real oposição entre os geógrafos da Universidade de São Paulo e do Instituto.

2.3. Rio de Janeiro x São Paulo

Após a consolidação do governo de Getúlio Vargas o IBGE ganhou muito poder no que tange aos rumos da geografia no Brasil, e não apenas em relação à pesquisa, mas relacionada ao sistema de gerenciamento do Estado que tinha por base o controle pormenorizado do território. A própria criação do órgão não foi um fato isolado, antes fazia parte de um plano de expansão do poder central calcado em uma base territorial, para qual era fundamental o conhecimento geográfico.

Entre as décadas de 1930 e 1940 os profissionais de geografia participaram ativamente de planos de gerenciamento, redivisão das unidades estaduais e

27 Cf.: *Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia*. Vol. I. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1941, p. 132-ss.

criação dos territórios federais. A criação dos territórios estava relacionada principalmente com a soberania nacional sobre as regiões de fronteira, eles integravam as tentativas de colonização do interior do Brasil, na chamada "Marcha para o Oeste", um esforço do governo federal para aumentar sua presença em regiões fronteiriças de baixa densidade demográfica e pequena rede urbana.

Com a associação cada vez mais forte entre o Estado getulista e o controle do território nacional, a importância da geografia e dos geógrafos aumentava de forma considerável. Mas não de quaisquer geógrafos ou qualquer geografia, a disciplina voltada para a academia não servia diretamente aos interesses do Estado; o prestígio e a influência estavam centrados nos geógrafos do IBGE e na valorização da geografia produzida por eles: técnica, útil, estratégica. Em um contexto de administração e vigilância das fronteiras e da busca de equilíbrio no desenvolvimento econômico nacional, os geógrafos eram os portadores do conhecimento que viabilizaria os planos integradores da presidência.

Desta forma, parecia justo aos geógrafos do CNG que este reconhecimento da importância da Geografia pelo Governo Federal se traduzisse em ações institucionais em prol da autonomização acadêmica da disciplina. A própria função do curso estava em disputa: Ele formaria profissionais comprometidos com a exploração ou professores? Como poderia um profissional tão importante para seu país não contar com um curso exclusivo para a sua formação?

Conforme crescia o prestígio das atividades desenvolvidas pelo IBGE aumentavam também as exigências destes geógrafos no que diz respeito ao curso universitário; esse destaque teria de ser refletido em uma formação específica, autônoma, independente. A importância da geografia nas iniciativas de gestão territorial do Estado brasileiro só fazia aumentar a insatisfação dos geógrafos com sua formação universitária.

Aliado a esse fator havia ainda a questão da circulação dos professores, técnicos e alunos entre a universidade e o IBGE, o que contribuía decisivamente para a defesa de um modelo de formação que conjugasse o papel da universidade ao trabalho de campo, viabilizado somente nos marcos institucionais do IBGE. A mobilização pela separação do curso de História integrava um conjunto de reivindicações que tinha como objetivo maior tornar a universidade um local de treinamento profissional dos geógrafos para as explorações.

Em contrapartida, os geógrafos de São Paulo defendiam outro modelo disciplinar, calcado na formação de professores pesquisadores, em uma graduação que conjugasse os dois papéis. Para eles era impossível haver uma

separação entre professores e pesquisadores e se isso acontecesse seria um grande prejuízo, não só para estes profissionais, mas também, para seus alunos que com o passar dos anos teriam acesso a um conhecimento defasado:

O Conselho Nacional de Geografia, recrutando os seus pesquisadores dentre os melhores geógrafos formados pela Faculdade Nacional de Filosofia, fornece a esses condições de trabalho favoráveis à continuação de seus estudos e é, em resumo, um resultado desse gênero que, dentre outros, esse centro de pesquisas geográficas procuraria obter.

Entretanto, é preciso não perder de vista que a finalidade exata das faculdades de filosofia, ciências e letras está longe de ser exclusivamente a formação de pesquisadores profissionais, mas também a de professores destinados ao ensino secundário. Por conseguinte, o ensino da geografia nessas escolas superiores deve ser organizado de maneira a atingir esse duplo objetivo. Isso não é, certamente, impossível, não somente porque sistemas idênticos existem em outros países, mas também porque a maioria das disciplinas ensinadas nas faculdades de filosofia não são das tais (se isso é possível...) em que se pode separar o pesquisador do professor. De um lado, um homem que fosse exclusivamente um educador, que não tivesse uma sólida cultura científica e não tivesse o gosto pela pesquisa: esse pedagogo não poderia ser um bom professor secundário, pois os seus conhecimentos ficariam no resto de sua vida limitados à magra bagagem adquirida durante a sua mocidade e o seu modo de trabalho seria o de uma máquina automática pouco capaz de desenvolver as capacidades intelectuais de seus jovens alunos (o que constitui o primeiro dever de um professor secundário) . De outro lado, teríamos um outro homem, o pesquisador, incapaz de transmitir claramente os métodos e os resultados de suas pesquisas e de fazer discípulos; esse, cairia rapidamente em uma estéril erudição. Se me for permitido invocar minha experiência, devo dizer que os melhores professores cujos cursos tive a honra de acompanhar, eram, ao mesmo tempo, os que gozavam de cotação científica mais alta; em oposição, ficam os eruditos, eminentes em especialidades extremamente limitadas, mas cujo isolamento era temível. Não creio, sinceramente, que seja esse o tipo que, nas condições atuais seja aconselhável ver proliferar no Brasil. É por isso que me parece prematura uma distinção entre a formação de professores e a de pesquisadores entre os espíritos ainda jovens que freqüentam as faculdades.[28]

O próprio modelo de disciplinarização da geografia existente em São Paulo, era oposto ao do Rio de Janeiro, seu ponto basilar era a associação com a história; mais do que isso, ao "englobamento" da geografia pela história. O que chamo de "englobamento da geografia pela história" está relacionado, principalmente, à história de matriz francesa, pensada pelos *Annales*, que consideravam a geografia uma disciplina a ser pensada na associação, na "simbiose" com a história. Esta característica foi primeiramente idealizada por Lucien Febvre e acentuou-se depois de Fernand Braudel e da construção da geo-história, que absorvia características da geografia e da história, no ideal de "história total" defendido pelo autor.[29] Adicionalmente, destaco os objetos de pesquisa e posições no campo profissional, dos historiadores brasileiros, na virada da

28 MONBEIG, Pierre. Comentários, Estudos Geográficos… *Op. cit.*, 1944.

29 Cf.: DOSSE, François. *A História em migalhas:* dos 'Annales' à Nova História. Bauru, SP: EdUSC, 2003, p. 120-124.

profissionalização, intrinsecamente ligados à geografia e ao território. Não defendo que os historiadores não pudessem desenvolver trabalhos com essa temática, muito pelo contrário, a questão que se coloca aqui é a sua altíssima incidência entre os historiadores à época. Para além disso, há ainda a relação com os geógrafos e com as associações iminentemente geográficas, ela se manifesta desde a grande presença de Rubens Borba de Moraes (bibliófilo) na Associação Brasileira de Geógrafos, ou dos historiadores Eurípides Simões de Paula e Astrogildo Rodrigues de Melo, até o papel do estudo da geografia para Prado Jr., conforme aborda Paulo Iumatti na sua tese de doutoramento e em livro posterior, *Caio Prado Jr e a Associação dos Geógafos Brasileiros*. Poderia citar ainda a obra de Capistrano de Abreu, principalmente a compilada após seu falecimento no livro *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, ou ainda *Monções* e *Caminhos e Fronteiras*, trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda.[30] A pesquisa de Lucia Maria Paschoal Guimarães sobre o IV Congresso de História, realizado em 1949, traz-nos um importante dado a este respeito. Guimarães afirma haver "preferência pela temática do desbravamento e da expansão do território", assunto de mais de 25% dos textos publicados nos Anais do evento, como justificativa a autora destaca o papel de Capistrano e de seu pupilo, Afonso d'Escragnolle Taunay:

A expressiva incidência de itens direcionados para o estudo da ocupação e do povoamento do interior brasileiro, da expansão bandeirante e da heterogeneidade da formação da sociedade colonial, aponta para outra direção. Melhor dizendo, constitui forte indicativo de ascendência de matriz historiográfica nacional. Em particular, as contribuições de Capistrano de Abreu, tanto na coletânea Caminhos antigos e povoamento do Brasil, como nos Capítulos de história colonial.

Aliás, Sérgio Buarque de Holanda, em 1951, em artigo publicado no Correio da Manhã, já alertava para o peso daquelas obras na historiografia nacional. […]

Tal qual nos Capítulos de história colonial, a programação do Instituto sublinhava a importância da paisagem natural no processo de constituição e de evolução dos grupos humanos. Basta dizer que a problemática da ocupação do hinterland brasileiro aparece explorada por diversos ângulos: enunciada, a princípio, na parte relativa à história geral desdobrava-se pelas seções de cartografia histórica, de etnografia e de história econômica e social. Neste último segmento, por sinal, até a estrutura dos conteúdos seguia pari passu as pegadas de Capistrano. [...]

30 Cf.: IUMATTI, Paulo. *Caio Prado Jr., historiador e editor*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001; IUMATTI, Paulo; SEABRA, Manoel; HEIDEMANN, Dieter (Orgs.). *Caio Prado Jr. e a Associação dos Geógrafos Brasileiros.* São Paulo: EdUSP, 2008; GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminnse, Niterói, RJ, 2006; ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. São Paulo; Belo Horizonte: EdUSP; Itatiaia, 1988; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976; HOLANDA, Sérgio Burque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

A alta incidência encontrada não deve ser considerada somente um reflexo da política cultural desenvolvida no Estado Novo, que enalteceu o movimento dos bandeirantes, associando-o às políticas de colonização empreendidas por Getúlio Vargas. Do ponto de vista historiográfico, a tendência robustece a hipótese anteriormente levantada sobre a contribuição da matriz historiográfica de Capistrano de Abreu. A premissa ganha ainda mais força quando se percebe, em boa parte daqueles trabalhos, a influência do pupilo dileto de Capistrano, ou seja, de Afonso d'Escragnolle Taunay e sua História geral das bandeiras.[31]

Deste modo, a geografia era parte essencial do próprio discurso de formação do campo da história, e até mesmo os geógrafos associavam a disciplina a uma tradição narrativa, literária que unia inevitavelmente as disciplinas.

Aí residia a principal dificuldade em afastar de forma definitiva a geografia da história, se estas estavam definitivamente ligadas; se o seu próprio discurso de legitimação científica era construído de forma conjunta, como proceder em caso de total divórcio?

Apesar destas questões, permanecerem sem uma resposta definitiva, em fins de 1944 a disputa parecia uma vitória fácil para os geógrafos do IBGE, que articulados ao governo federal já davam a separação como certa enquanto os profissionais de São Paulo reivindicavam, aparentemente sem sucesso, uma reforma mais conservadora do curso.

Contudo, em 1945, houve uma reviravolta. Com a deposição de Getúlio Vargas e o fim do Estado Novo, as discussões voltaram à estaca zero. Um novo Ministro da Educação e Saúde foi nomeado, Clemente Mariani Bittencourt, e toda a reforma capitaneada por Capanema foi engavetada. O que parecia firmado e decido foi assim colocado em xeque.

Em 1946, saíram as novas determinações do governo federal em relação aos cursos. Por meio do Decreto-Lei n.º 9.092 o currículo dos cursos das Faculdades de Filosofia no país foi ampliado ao invés de dividido:

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, Decreta:

Art. 1º As faculdades de filosofia poder-se-ão reger pela forma da legislação vigente ou de acordo com o regime didático estabelecido no presente Decreto-lei.

Art. 2º O diploma de licenciado ou de bacharel em o novo regime será conferido após quatro anos de estudos, de acordo com as condições dos artigos 3º e 4º.

Art. 3º Nos três primeiros anos os alunos seguirão um currículo fixo de cadeiras, cuja discriminação será a atual ou objeto de instruções baixadas pelo Ministro da Educação e Saúde.

Art. 4º No quarto ano de curso os alunos optarão por duas ou três cadeiras ou cursos, dentre os ministrados pela faculdade.

---

31 GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. IV Congresso de História Nacional: tendências e perspectivas da história do Brasil colonial (Rio de Janeiro, 1949). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 48, 2004, p. 148-149; 163-164.

§ 1º Para obter o diploma de licenciado, os alunos do quarto ano receberão formação didática, teórica e prática, no ginásio de aplicação e serão obrigados a um curso de psicologia aplicada à educação.
§ 2º Os que não satisfizerem as exigências do parágrafo anterior receberão o diploma de bacharel.
Art. 5º A Faculdade concederá, também, diploma de especialização aos bacharéis e licenciados que satisfizerem às exigências que serão objeto de instruções especiais a serem baixadas pelo Ministro da Educação e Saúde.
Parágrafo único. Os diplomas de que trata este artigo serão conferidos após o quarto ano ou um quinto ano também de cadeiras optativas, de acordo com a natureza dos cursos realizados.[32]

Ficavam adiados os planos do IBGE em relação ao curso, sua separação só aconteceu em 8 de setembro de 1955, quando o presidente Café Filho, e seu Ministro da Educação Cândido Mota Filho, assinaram a Lei 2.594, que desdobrava os cursos de Geografia e História em dois. Desta forma, com um atraso de mais de 15 anos, os geógrafos do IBGE "conseguiram" a separação das formações. Contudo, o que destaco neste momento é que a discussão já não mobilizava mais os geógrafos com a mesma força de antes, não havia mais uma grande controvérsia, uma guerra de telegramas, sugestões de currículo e moções enviadas ao Ministério da Educação. A separação veio calma porque já chegou tarde…

2.4. Interstícios na capital: a aprovação da lei que separou a Geografia da História

Entre os anos de 1946 e 1955 o assunto da divisão dos cursos estava aparentemente inerte, contudo essa é somente uma impressão superficial, os movimentos pela aprovação da Lei 2.594 foram iniciados no Congresso em maio de 1950, no projeto de autoria do deputado José Alves Linhares. Em 30 de maio de 1950, Linhares encaminhou à Comissão de Educação e Cultura e à Comissão de Finanças um projeto de lei que dispunha sobre os cursos de Geografia e História nas Faculdades de Filosofia, determinando não somente a sua separação, como também o papel de destaque da Universidade do Brasil e, consequentemente, de sua Faculdade Nacional de Filosofia, que estava incumbida de reformular os novos currículos dos cursos de Geografia e História, conforme podemos ver na matéria proposta:

32 PRESIDÊNCIA da República, Casa Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del9092.htm. Acesso em: 15 fev. 2017.

Art. 1º - Serão separados os cursos de Geografia dos de História nas Faculdades de Filosofia do País.
Art. 2º - É autorizada a Reitoria da Universidade do Brasil, ouvida a Congregação da Faculdade Nacional de Filosofia, a organizar os novos currículos dos cursos de Geografia e de História, de acordo com a legislação vigente.
Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.[33]

Como justificativa para seu pedido o deputado afirmava que:

Somos o único país que reune o ensino da Geografia ao da História, nos cursos de formação de professores para níveis secundário e superior, lecionados pelas Faculdades de Filosofia. Os três anos dedicados ao preparo dos Geógrafos e dos Historiadores, em cursos conjuntos, não possibilitam a variedade de matérias, horas de pesquisas e trabalhos no campo indispensáveis à constituição de um corpo de bons professores. Sendo especializações inteiramente diversas, não permitem a concordância nos currículos, pois enquanto um exige trabalhos atenciosos em gabinete e seminários, o outro requer grande dispêndio de horas em atividades no campo.[34]

É interessante destacar que nessa justificativa, o deputado estabelece duas tipologias diferentes, do que ele pensava serem as atividades formativas do historiador (trabalhos de gabinete e seminários) e do geógrafo (atividades no campo); as características assinaladas por Linhares vinham ao encontro dos argumentos já destacados pelos geógrafos nas resoluções do CNG quanto à diferença das tarefas executadas pelos profissionais de geografia e de história. E prossegue sua argumentação reiterando que a Universidade do Distrito Federal, "bem compreendendo o problema" já formava professores nas duas matérias separadamente entre 1935 e 1939, mas quando de sua dissolução e incorporação à Universidade do Brasil, o currículo foi modificado, reunindo os cursos em um só, tal qual se encontrava em 1950.

Linhares frisa que os dois grupos, tanto geógrafos quanto historiadores, já haviam votado em seus respectivos congressos decisões que ratificavam sua recomendação, aprovadas no IX Congresso Brasileiro de Geografia em 1940, já analisado neste mesmo capítulo, e no IV Congresso Nacional de História em 1949. Arrola também a resolução de 1944 do Conselho Nacional de Geografia, que recomendava a separação dos cursos.

Para além das decisões aprovadas pelo corpo de historiadores e geógrafos em seus congressos, o deputado aponta ainda a decisão da própria Congregação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, que havia aprovado por unanimidade, tanto entre os professores de história quanto de geografia um projeto de padrão mínimo, apresentado em 1946 ao Ministério da Educação e

33 ARQUIVO Histórico da Câmara dos Deputados. Dossiê do Plano de Lei 297/1950; Apensados e outros documentos da matéria, f. 5.
34 *Idem*.

Saúde, que já separava os dois cursos. "E enquanto aguardava a concretização da proposta, aquela Faculdade, pelo artigo 18 do seu Regimento Interno, procedeu a separação dos dois Departamentos, hoje autônomos". [35] E, "inteiramente isolados em seus regimes de trabalho". Contudo, a questão do curso ainda não estava resolvida a contento para estes professores.[36]

Na última parte da fundamentação da lei proposta, Linhares cita o exemplo francês, que havia dividido os cursos ainda na década de 1940, tornando-se a regra que estava sendo aplicada em "todo o mundo". Neste caso, a hipérbole deve ter servido ao objetivo de destacar o "atraso" brasileiro no que tange à formação de historiadores e geógrafos. Provavelmente, o Brasil não era o último país a conjugar as duas formações e a geografia associada à engenharia, à geologia e à arquitetura permaneceu como modelo em algumas universidades estrangeiras.[37]

O projeto de lei continuou tramitando e, em 1951, a Comissão de Educação e Cultura emitiu pareceres favoráveis, afirmando que a medida era justa e que correspondia aos "interesses do ensino". A única ressalva era em relação ao estabelecimento do currículo mínimo, que no texto de Linhares ficaria à cargo da Universidade do Brasil e, no parecer dependeria de diploma legal, ficando o modelo circunstanciado aos decretos 1.190 de 1939 e 9.092 de 1946, modificando o segundo parágrafo do original de José Linhares e estabelecendo um novo texto, que inclusive foi o aprovado:

O currículo mínimo dos cursos de Geografia e de História das Faculdades de Filosofia constará, respectivamente, das disciplinas de Geografia e de História, indicadas no artigo 14 do Decreto-lei nº 1.149, de 4 de abril de 1939, e de conformidade com o estabelecido no Decreto-lei número 9.092, de 26 de março de 1946.[38]

No lugar de: "É autorizada a Reitoria da Universidade do Brasil, ouvida a Congregação da Faculdade Nacional de Filosofia, a organizar os novos

35 *Ibidem*, f. 65-66.

36 *Ibidem*, f. 6.

37 Até 1943, a agregação era conjunta, em história e geografia; o professor de Martonne negociou então a criação de um concurso para recrutamento específico em geografia, conforme foi tratado no capítulo. Sobre os cursos de geografia em universidades estrangeiras, cf.: BERDOULAY, Vincent. *La formation de l'école française de géographie*: (1870-1914). Paris: Bibliothèque Nationale, 1981; BLOUET, Brian W.; STITCHER, Teresa L. *The Origins of Academic Geography in the United States.* Hamden, CONN: Archon Books, 1981; BUTTIMER, Anne. *Society and Milieu in the French Geographic Tradition*. Chicago: Published for the Association of American Geographers by Rand McNally, 1971; DARBY, H. C.; WILLIAMS, Michael. *The Relations of History and Geography*: Studies in England, France and the United States. Exeter: University of Exeter Press, 2002; MEYNIER, André. *Histoire de la pensée géographique en France*. Paris: PUF, 1969; TAYLOR, Thomas Griffith. *Geography in the Twentieth Century:* A Study of Growth, Fields, Techniques, Aims, and Trends. New York: Philosophical Library, 1957.

38 ARQUIVO Histórico da Câmara dos Deputados. Dossiê do Plano de Lei 297/1950; Apensados e outros documentos da matéria, f. 9.

currículos dos cursos de Geografia e de História, de acordo com a legislação vigente".[39]

Outro ponto que se destaca no parecer é a preocupação da Comissão de Educação com o possível aumento dos gastos com o desdobramento do curso, em sua apreciação a separação deveria ocorrer sem aumento dos gastos ou criação de novos cargos. É interessante destacar que a Comissão de Finanças ainda daria o seu parecer, e que poderia ou não propor mais verba para novas cátedras, por exemplo, mas essa possibilidade já aparece vetada na matéria. Por conseguinte, quando da avaliação desta Comissão, em dezembro de 1951, foi redigido um parágrafo único do qual constava justamente que não deveriam ser gastos novos recursos com o curso e nem criados novos cargos.[40]

Destaco aqui que a emenda da Comissão de Educação e Cultura a respeito deste assunto, atrasou em muito a tramitação da lei, isto porque em julho de 1950, Gilberto Freyre, que na ocasião era o presidente da Câmara dos Deputados, enviou um ofício à Reitoria da Universidade do Brasil solicitando esclarecimentos relacionados ao aumento ao não dos gastos a partir do desmembramento do curso.[41] O caso é entre a Universidade responder as questões e o Ministério da Educação transmitir este parecer à Comissão houve um espaço de quase dois anos.

A consulta também denota algum nível de favorecimento da Universidade do Brasil na tomada de decisão sobre o assunto, do documento não constam questionamentos a nenhuma outra universidade sobre o projeto de separação, apesar de já haver cerca de cinco ou seis outros cursos de Geografia e História em Faculdades de Filosofia brasileiras.[42]

Seguindo a tramitação, em 1953 o projeto de lei esteve no Senado, sofrendo revisões pelas Comissão de Finanças, Comissão de Educação e Cultura e Comissão de Constituição e Justiça. A Comissão de Finanças retirou o parágrafo único que dizia respeito à verba e aos cargos com a justificativa de que a regra poderia criar dificuldades para a aplicação da lei, visto que:

> […] se em alguns casos o desdobramento pode deixar de implicar na criação de novos cargos de professores, a verdade é que é lógico admitir a hipótese - aliás a mais provável - de que na maioria dos casos ela forçará a criação de novos cargos. E se a lei deseja o desdobramento não pode deixar de considerar as suas consequências.[43]

39 *Idem*.
40 *Ibidem*, f. 16.
41 *Ibidem*, f. 57.
42 *Ibidem*, f. 51.
43 *Ibidem*, f. 32.

Os senadores também destacavam que, ao fim, a criação de novos cargos só poderia ocorrer por lei especial, o que, na prática, já retirava da Universidade o poder para criação destes cargos, tornando desnecessário reiterar este fato na lei. "Assim, melhor seria que a lei não estabelecesse a proibição de aumento de despesas e a criação de novos cargos. A execução da medida é que determinará, na prática, as suas consequências financeiras".[44] E adiante continua:

Examinando o projeto sob o assunto financeiro observa-se que o parágrafo único do art. 1º determina que o desdobramento "não importará em aumento de despesa nem determinará a criação de novos encargos" restrição que a douta Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados julgou conveniente propor ao projeto original, sob a alegação de que já foram desdobrados os Departamentos de História e de Geografia na Faculdade Nacional de Filosofia.

Convém lembrar, entretanto, que a providência atinge a todas as Faculdades de Filosofia do país, incluindo, assim, as pertencentes às Universidades da Bahia, do Recife, do Paraná e do Rio Grande do Sul, cujos cargos de professores, como os da Universidade do Brasil, também pertencem ao Quadro Permanente do Ministério da Educação, não obstante o regime de autonomia administrativa e financeira comum a todas as Universidades.

A peculiaridade existente em relação a um instituto não pode, consequentemente, servir de justificativa a uma disposição legal que abrange a todos. E o desdobramento de um curso implicará, obviamente, em diversas despesas novas, quer de material quer de pessoal. […]

De qualquer modo, o parágrafo único do art. 1º não tem razão de ser, pois a restrição que impõe poderá tumultuar as providências administrativas decorrentes do projeto.[45]

Quanto ao parecer da Comissão de Constituição e Justiça, ele recomendava a inclusão de um novo artigo, que dizia respeito à continuidade da formação dos alunos já matriculados no curso conjunto após a aprovação da lei da separação. O texto dizia que:

Os alunos que estiverem matriculados nos Cursos de Geografia e História das Faculdades de Filosofia por ocasião da publicação da presente lei poderão terminar seus estudos pelo regime até então vigente, cabendo-lhes o direito de, depois de licenciados, lecionar cumulativamente Geografia e História.[46]

A emenda foi, contudo, retirada pela Comissão de Educação e Cultura por se tratar de direito adquirido, estando por si mesmo garantido, não havia necessidade que estivesse explícito na redação da lei.

Especificamente quanto ao parecer da Comissão de Educação e Cultura, ele me parece crucial para esta análise. Trata-se de um ponto fora da curva em todo este *corpus* documental porque não emite somente um posicionamento técnico, mas fala com bastante propriedade sobre os campos profissionais e formação de

44 *Idem*.
45 *Ibidem*, f. 53.
46 *Idem*.

geógrafos e historiadores. Como se trata de algo incomum, reproduzo a seguir o texto na íntegra:

Basta atentarmos para o prodigioso valor aquisitivo de conhecimentos das duas disciplinas e ficará resultante a necessidade evidente de serem desdobrados os respectivos cursos.
A Geografia, atualmente se apresenta como ciência dominadora de tão extensos e profundos conhecimentos humanos, que houve quem preconizasse a especialização do grupo geográfico em Faculdades de Geografias. Porque, a geografia física pode ser estudada sob o aspecto climatológico, hidrográfico, orográfico e agrológico. A geografia biológica pode ser estudada, por parte que lhe é intrínseca, em dois poderosos ramos: a fitogeografia e a zoogeografia.
A geografia humana, a geografia astronômica e matemática, comportam todas inumaras divisões e subdivisões.
A geografia poderá ser estudada ainda, sob o aspecto filosófico ou seja a justa compreensão dos fatos geográficos ligados à existência humana, sob cujo prisma já foi largamente delineado por Kant, Arder e Lamarck. Pode ser ainda: militar, histórico-político, industrial, linguística, orostérica, pedeológica, marítima e sobreleva a geografia econômica, que estuda o homem em relação ao consumo, produção e circulação das riquezas. (Enciclopédia Portuguesa-Brasileira).
A preocupação atual não é simplesmente o relevo geográfico, com a infindável e exaustiva decoração de nomes, mas compreender determinada porção da geografia física, da geografia matemática, da geografia política, da geografia histórica, zoológica, militar, marítima, humana, linguística, filosófica, etc.
E quanto ao ensino da história, que é a narração completa dos acontecimentos no tempo, ou "a representação atual sob forma de narração sistemática dos fatos e dos acontecimentos de toda a espécie realizados no passado", a complexidade é, igualmente, absorvente.
O estudo da história pode ser universal, ou geral, na produção metódica de acontecimentos ligados a grupos especiais. Pode ser simplesmente o ensino da história antiga, ou da moderna, ou da média. Particularmente há especialistas devotados a conhecimentos específicos da história de Roma, da Grécia, do Brasil, dos Estados Unidos, da América do Sul, da América do Norte, da América Central ou a história de biografias humanas.
O estudo que a história faz dos movimentos mais importantes das sociedades humanas pode ser profano, religioso, leigo, sagrado, eclesiástico, da civilização cristã, dos governos, dos reis, dos continentes, das guerras, das revoluções. Ainda o complemento da filosofia da história, que deduz leis sociológicas de destino do homem sobre a terra e pode prever, pelas deduções anteriores, determinados acontecimentos futuros.
Paulo Setúbal, maravilhoso escritor, foi o encantador romancista da história do Brasil e deu maior amplitude pedagógica e maior claridade a narrativas [ilegível] de datas e ensinamentos obscuros e sombrios. Porque, os métodos educativos da história da Froebel devem ser feitos em narrativas animadas, cheias de vida e encanto; o relato dos acontecimentos animados do passado que devem ser contados aos alunos, abrindo-lhes a receptividade atenta e cuidadosa.
Rocha Pombo nega que a história seja mero registro de fatos sociais armazenados, através do tempo, porque "precisa haver esforços, no intuito de apanhar sentido em que se exerce a ação coletiva de um agrupamento humano". E arremata: "Para os modernos consiste a tarefa do historiador em apanhar, cada vez mais e com precisão e o mais nitidamente possível as relações entre os fatos humanos, para sabermos cada vez melhor e com segurança em que sentido eles se vão desenvolvendo".[47]

47 *Ibidem*, f. 51-52.

Este trecho aparece no corpo do parecer, sem aspas ou qualquer tipo de referência, o que nos mostra que foi escrito pelos próprios senadores integrantes da Comissão. Eram eles: Flávio Carvalho Guimarães, presidente e relator; Othon Mader; Cícero de Vasconcelos; e Luiz Tinoco.

Sobre ele, chamo a atenção para três pontos: o primeiro diz respeito ao domínio sobre temas da história e da geografia. Nenhum outro documento deste conjunto expressa opinião sobre as diferenças ou semelhanças entre o curso, sobre o que significava ser formado em uma ou outra disciplina, bem como sobre suas áreas de estudo; muito menos destacavam autores e seus trabalhos na área. Este fato é justificado quando analisamos a formação destes senadores, a meu ver, destacadamente, Othon Mader, que inclusive pode ser considerado geógrafo, mesmo sem ter formação universitária específica e Cícero Vasconcelos, que por ser professor de filosofia e teologia deixa sua marca indelével quando fala que o estudo da história pode ser "profano, religioso, leigo, sagrado, eclesiástico, da civilização cristã, dos governos, dos reis, dos continentes, das guerras, das revoluções".[48]

Como segunda questão destaco que este texto foi escrito sem qualquer alusão ao parecer da Faculdade Nacional de Filosofia, mesmo deixando claro que esta havia enviado um "minucioso parecer […], favorável à medida projetada, tendo em vista ponderáveis argumentos de ordem pedagógica e didática".[49] É estranho e uma pena que este parecer não conste do dossiê de aprovação da lei. Também não foi possível encontrá-lo em minhas pesquisas no Arquivo do Instituto de Educação e acervo PROEDES/UFRJ, ou no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas. De fato uma lástima, visto que não há nenhum outro documento que exponha os argumentos dos historiadores da Universidade do Brasil em relação à separação. Excluo desta última afirmação o professor Delgado de Carvalho, que era geógrafo e historiador e, neste momento lecionava História Moderna e Contemporânea; como já pudemos observar e veremos a seguir, este catedrático sempre participou de todas as instâncias decisórias sobre os rumos do curso de Geografia e História.

Em terceiro lugar, sublinho que tal parecer foi deliberado sem se basear em uma avaliação do Conselho Nacional de Educação, órgão que regulava desde a validação de diplomas até a organização dos cursos primários, secundários ou universitários.

48 *Idem*.
49 *Ibidem*, f. 53.

Durante a confecção desta tese fui a Brasília com o objetivo de pesquisar no acervo do Arquivo da Câmara dos Deputados, de onde vem o material que subsidia esta seção do texto, e no Arquivo do Conselho Nacional de Educação. Apesar de minuciosa procura nos livros de Atas do Conselho no período compreendido entre os anos de 1939 e 1956, não pude encontrar quaisquer decisões que indiquem que os deputados ou senadores responsáveis pela avaliação do projeto de lei tenham submetido a questão a este órgão do Ministério da Educação.

E ainda vou além, observando os pareceres emitidos em meados da década de 1950, é possível aventar que o órgão desconhecia a lei até mesmo depois de sua efetiva promulgação. Minha suspeita tem por base a análise de uma ata de dezembro de 1955, portanto cerca de três meses após a aprovação da lei que separava os cursos.[50] Dela constava um parecer que versava sobre a tentativa de criação de uma Faculdade Mineira de Geógrafos, com o objetivo de formar exclusivamente geógrafos. Ora, se havia um curso de geografia regulamentado por lei, e se não havia qualquer impedimento de outra ordem, o projeto, em teoria, deveria ser aprovado, certo? Errado.

Já em seu primeiro argumento, a decisão do Conselho Nacional de Educação indicava a ligação entre as carreiras de geografia e de engenharia, associando os "engenheiros geógrafos" aos "geógrafos" propriamente ditos. Para eles:

> […] seria desaconselhável que um ensino tradicionalmente articulado ao grupo de estudos da engenharia, estes por sua vez, integrados agora na Universidade, como é o caso de Belo Horizonte, viesse ali, a ser a especialização do geógrafo, desmembrando-se para uma escola isolada e de poucos recursos como, tudo indica, seria a que se pretende criar.[51]

Desta forma, os conselheiros pedem que haja maior pesquisa sobre o processo de formação dos engenheiros geógrafos nas escolas de engenharia, com destaque para a escola da Universidade de Minas Gerais, "bem como quanto à necessidade de Geógrafos, nesta parte, parecendo-nos que útil seria a colaboração do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística".[52]

É interessante que a decisão pela consulta ao IBGE tenha vindo apenas alguns anos depois do apelo do órgão ao Ministério da Educação para o estabeleci-

---

50 Conforme pudemos observar no Capítulo 1, na parte de análise dos currículos, este "problema de comunicação" não foi verificado em relação às universidades, que foram notificadas pelo Ministério da Educação e iniciaram os cursos exclusivos já no ano letivo de 1956. Por que o parecer Conselho não foi efetivamente requisitado ou ainda por que o órgão não foi notificado oficialmente imediatamente após a promulgação da lei, tal qual as universidades, permanecem sendo questões sem resposta.

51 ARQUIVO do Conselho Nacional de Educação. *Ata do Conselho Nacional de Educação. Comissão de Ensino Superior. Parecer número 497 de 16 de dezembro de 1955*.

52 *Idem.*

mento do curso específico de geógrafo nas faculdades de engenharia, visto que já havia uma formação de "engenheiro-geógrafo" nestes locais.[53]

Para além, enfatizo ainda que o Conselho não menciona nenhum tipo de consulta em relação à Faculdade Nacional de Filosofia, como o faz em relação ao IBGE. Pareceu-me digno de nota que em nenhum momento o curso de Geografia e História tenha sido citado nesta ata do Conselho. Ficamos com dois conjuntos de questões que se inter-relacionam. O primeiro diz respeito à não consulta ao Conselho Nacional de Educação por nenhuma das duas casas, Senado ou Câmara dos Deputados, quando da tramitação da lei que separou as formações e o segundo sobre a falta de associação do CNE entre a carreira de geógrafo e o curso de Geografia e História das Faculdades de Filosofia. A meu ver, o Conselho considerava o curso das Faculdades Nacionais da mesma forma que Jorge Zarur, como formador de "professores de geografia" e, no que tange à formação de "geógrafos profissionais" o órgão que melhor poderia opinar seria o IBGE daí a ausência da FNFi nesta decisão.

O caso é que, a despeito destas questões, o projeto foi aprovado com emenda pelo Senado e, consequentemente retornou para a Câmara, que em meados de 1955, instituiu uma Comissão Especial para analisar a lei. Ela era formada por Pedro Firman Neto, do Partido Social Democrático; Adail Barreto Cavalcanti e Antônio Chagas, da União Democrática Nacional; e, Gabriel Hermes Filho, do Partido Trabalhista Brasileiro. O parecer foi favorável e a emenda aprovada no fim de junho.[54]

Em 8 de setembro de 1955, foi aprovada a Lei n.º 2.594, que separou os cursos de Geografia e História. Em seus artigos definia:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O atual curso de Geografia e História das Faculdades de Filosofia do país é desdobrado em dois cursos independentes, curso de Geografia e curso de História.

Art. 2.º O currículo mínimo dos cursos de Geografia e de História das Faculdades de Filosofia constará, respectivamente, das disciplinas de Geografia e de História, indicadas no artigo 14

53 A questão do diploma de "engenheiro geógrafo" é bastante intrincada. Inicialmente, o diploma de engenheiro geógrafo podia ser requerido ao fim do terceiro ano do curso de engenharia. Depois, com o Decreto n.º 20.865/1931, a formação continua com três anos, porém deve ser complementada por cursos específicos da Escola Politécnica. Depois da efetiva criação da universidade, os cursos complementares se davam nas Faculdades de Filosofia. Após a promulgação do Decreto-lei n.º 8.393/1945, que conferia autonomia didática e administrativa à Universidade do Brasil, a Faculdade Nacional de Engenharia reorganizou seus cursos, um novo regimento foi aprovado e a formação dos engenheiros geógrafos ganhou mais destaque e mais tempo, quatro anos ao invés dos três iniciais.

54 À Câmara dos Deputados cabia decidir pela aprovação da retirada do parágrafo que dizia sobre a não criação de novos cargos ou aumento das despesas. Cf.: ARQUIVO Histórico da Câmara dos Deputados. Dossiê do Plano de Lei 297/1950, Apensados e outros documentos da matéria, f. 36.

do Decreto-lei nº 1.149, de 4 de abril de 1939, e de conformidade com o estabelecido no Decreto-lei número 9.092, de 26 de março de 1946.
Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.[55]

Após refletir sobre as questões intrínsecas à própria aprovação da lei, veio à tona outra pergunta: Qual motivo teria levado o deputado José Alves Linhares a propor tal projeto? Sua formação não justificava, em absoluto, tal interesse. Linhares havia feito "curso primário no Colégio Santo Antônio Maria Zacaria no Rio de Janeiro, Distrito Federal, e o secundário no Colégio Castelo Branco em Fortaleza. De volta ao Rio de Janeiro, concluiu o complementar em 1937 na Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil".[56] Os projetos de lei apresentados anteriormente por Linhares também não diziam respeito à educação, em 1947 e 1948 o deputado pretendeu isentar de tributação o calcário utilizado na fabricação de cimento. A partir daí nada mais foi proposto, até 1950, quando do projeto sobre o curso universitário.

Realmente, ao olharmos para a sua vida pública não teremos mesmo respostas. Elas estão todas em sua vida privada: o deputado era casado com a historiadora Maria Yedda Leite Linhares. Ingressante da primeira turma de Geografia e História da Universidade do Brasil, Maria Yedda se formou e, logo depois, em meados dos anos 1940 foi trabalhar como assistente do professor Delgado de Carvalho.[57]

Como foi sua entrada na Faculdade de Filosofia como professora?
Delgado de Carvalho me convidou. Eu já vinha colaborando com ele, durante o ano de 1945 escrevi capítulos de livros didáticos que ele publicou pela Editora Nacional. A mulher dele, dona Vera, era tia de uma grande amiga minha, Cecília, que depois se casou com o antropólogo americano Charles Wagley. De modo que já havia uma relação pessoal, de amizade, entre nós. Eu tinha grande admiração pelo professor Delgado de Carvalho e aceitei ser sua assistente.[58]

Chegamos assim a um ponto bastante interessante: na época da proposta do projeto de lei Maria Yedda era recém-formada, professora assistente de Delgado de Carvalho, que havia sido professor tanto de cadeiras de geografia quanto de história. Retomo ainda o fato de que o professor já demonstrava sua insatisfação com o curso universitário de Geografia e História desde 1944, quando desenvolveu um projeto de curso e o enviou ao ministro Gustavo Capanema,

55 *Diário Oficial da União*. Seção 1, 14 set. 1955, p. 17273. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2594-8-setembro-1955-361157-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 15 fev. 2017.

56 LINHARES, José Alves. (Verbete). CPDOC–FGV. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/linhares-jose-alves. Acesso em: 15 fev. 2017.

57 FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como Ofício… Op. cit.*, 2013, p. 216-223.

58 *Ibidem*, p. 222.

bem na época da querela entre IBGE e USP. É de se supor que, em uma articulação com Maria Yedda e seu esposo, Delgado de Carvalho, tenha visto a chance de ver instituído seu projeto.

Contudo, chamou-me a atenção o fato de que a lei propunha a separação deste o início da graduação, ao contrário do currículo que Delgado de Carvalho havia proposto anos antes. Contudo, percebemos o cuidado no sentido de manter algum nível de formação geográfica para os historiadores e formação histórica para os geógrafos quando atentamos para a regra de "currículo mínimo" descrita no corpo da lei:

Art. 2. O currículo mínimo dos cursos de Geografia e de História das Faculdades de Filosofia constará, respectivamente, das disciplinas de Geografia e de História, indicadas no artigo 14 do Decreto-lei nº 1.149, de 4 de abril de 1939, e de conformidade com o estabelecido no Decreto-lei número 9.092, de 26 de março de 1946.

Deste modo, os geógrafos do Rio de Janeiro viam finalmente materializada sua demanda pelo curso exclusivo de Geografia, mas a formação minimamente integradora, conjugando história e geografia permanecia a regra nas faculdades de filosofia brasileiras.

Ressalto que não quero com isso obliterar o papel da eminente professora, nem cair no machismo, evidenciando somente as figuras masculinas, mas sucede que nesta época Maria Yedda Linhares não havia ainda se alçado ao que viria a ser posteriormente, e nem era essa a sua intenção, conforme deixa claro em entrevista:

Estava praticamente certo que o sucessor do professor Delgado de Carvalho seria o Antero Manhães, que era o livre-docente da cadeira. Mas o professor Manhães faleceu subitamente, de um ataque cardíaco, nas vésperas da aposentadoria do Delgado de Carvalho. Diante disso, fui instada pelo próprio professor Delgado a fazer minha livre-docência. Eu não queria, não me considerava preparada, nem do ponto de vista dos conhecimentos necessários, nem psicologicamente. Era jovem, tinha filhos pequenos, queria esperar que crescessem um pouco para poder passar um ano na Europa estudando. Mas o professor Delgado de Carvalho se sentiu muito desamparado, e eu acabei fazendo às pressas, no prazo irrisório de seis meses, um trabalho a que se pode dar o nome de tese, mas que eu pessoalmente nunca considerei como tal.

[…]

Mas há uma coisa que quero deixar clara. Quando aceitei ser livre-docente, para concorrer à cátedra propriamente dita, foi em virtude de não existir naquele momento ninguém que eu julgasse mais adequado do que eu para preencher o lugar do professor Delgado de Carvalho. Se houvesse, tenho certeza absoluta de que não teria concorrido. Eu vivia aqui com meu marido, meus filhos, tinha uma vida doméstica muito boa, meu marido já se revelava naquele momento um colaborador de primeiríssima ordem. No fundo, foi ele quem me incentivou.[59]

59 *Ibidem*, p. 224-225.

É claro que este pouco interesse de Maria Yedda Linhares pela cátedra deve ser relativizado, visto que ela já era, há alguns anos, professora assistente de História Moderna e Contemporânea. Entretanto, penso que o articulador, que levou à separação do curso de Geografia e História neste momento não foi outro senão Delgado de Carvalho. Era muito pouco provável que uma de suas principais alunas, e com a qual nutria uma relação inclusive pessoal, se voltasse contra ele neste momento.[60]

2.5. Os historiadores e a separação dos cursos

Com exceção de Delgado de Carvalho, que era geógrafo e historiador e já havia sido catedrático de ambas as disciplinas, é muito difícil entrever qual era a opinião dos historiadores sobre o curso universitário. Durante estes anos de doutoramento, o pensamento de que deveria haver algum documento sobre a separação entre os cursos feito por outros historiadores não me saía da cabeça. Na crença de que existiria algum que fosse, procurei em arquivos no Rio de Janeiro e em Brasília, no PROEDES, no CPDOC, no IBGE, no IHGB, no CNG, no CNE, enfim, poderia aqui enumerar outras várias instituições onde pesquisei e, surpreendentemente, não encontrei nada. Este silêncio sobre sua formação não me parecia razoável, contudo, com o passar do tempo fui percebendo que ele não representava descaso, mas para os historiadores, não importava tanto quanto para os geógrafos a criação de um curso exclusivo.

Sua formação condizia com as atividades que desempenhariam no mercado de trabalho, não havia uma batalha entre uma "ala técnica, pratica" da disciplina e uma "ala acadêmica ou voltada para a docência". Não há nada porque esta simplesmente não era uma questão aflitiva para os historiadores como o era para os geógrafos.

Obviamente que havia insatisfações, principalmente entre o alunato. Em sua entrevista, Miridan Britto Falci fala claramente que se incomodava em estudar todos os conteúdos de geografia: "Os alunos tinham muita dificuldade, eu também, principalmente em matemática, e pensava: 'Mas eu escolhi o curso de Geografia e História pensando que não ia ter que estudar ângulos ou fazer cálculos, o que eu estou fazendo aqui?'"[61]

60 Em entrevistas não só de Maria Yedda, mas também, de Francisco Falcon e Clóvis Dottori, fica claro o respeito que se tinha aos professores catedráticos. Ninguém os questionava. Cf.: *Ibidem*, p. 281, 348.

61 Esta entrevista foi concedida a Patricia Aranha no Rio de Janeiro, em 5 de julho de 2015. Ainda não publicada.

Mas isso não era uma questão de primeira ordem, que mobilizasse todo o contingente de professores de modo a reivindicar a separação os cursos.

Indo além, o único documento no qual é possível entrever a posição dos historiadores não foi nem mesmo elaborado por eles. O texto, o mesmo citado pelo deputado Linhares em seu projeto de lei, na verdade, se trata de uma moção levantada por um geógrafo, o sempre polêmico e engajado na causa do curso independente, Jorge Zarur, no IV Congresso de História Nacional, em 1949, como pode ser comprovado a seguir:

Lida uma proposta do Sr. Jorge Zarur e outros, no sentido de manifestar-se no Congresso pela separação das cadeiras de História e Geografia nos cursos de Geografia e História das Faculdades de Filosofia em cursos distintos e foi a mesma aprovada com o caráter de sugestão.
Considerando a necessidade da formação de Geógrafos e Historiadores pelas Faculdades Nacionais de Filosofia;
Considerando que presentemente os cursos de História e Geografia são lecionados juntamente, com grandes prejuízos para ambas as disciplinas;
Considerando que no Congresso de Geografia realizado em Santa Catarina em 1940 foi aprovada uma moção em que se pedia ao governo a separação das cadeiras de Geografia da História;
Considerando as resoluções no mesmo sentido aprovadas pela Assembléia Geral do CNG e pelo Diretório Central do mesmo Conselho:
Propomos ao IV Congresso Nacional de História para que ele leve ao conhecimento do Governo Federal o seu franco apoio para a separação dos cursos de Geografia e de História nas Faculdades de Filosofia, sem prejuízo da formação histórica dos Geógrafos e geográfica dos Historiadores.
Em 27 de abril de 1949 - Jorge Zarur - Luís de Oliveira Belo - Lafayette Pereira Guimarães - Alberto Iria - Virgílio Correia Filho - Mário Melo - Cláudio Ganns - Leão Teixeira Filho - João Pedro Leite Cordeiro - Aloísio de Carvalho Filho - Manuel de Aquino Barbosa - Afonso Costa - Alberto Silva - Ivolino de Vasconcelos e Pedro Calmon.[62]

Havia também o parecer da Faculdade de Filosofia, que foi enviado ao Ministério da Educação para subsidiar a lei que separou os cursos, e no qual, suponho, deveria haver algum tipo de posicionamento dos outros professores de História da Faculdade Nacional de Filosofia, contudo, como já relatei anteriormente, não foi possível encontrá-lo.

No que tange aos professores paulistanos, o que temos é uma nota na seção de "Noticiário" da *Revista de História* da USP que dizia:

DESDOBRAMENTO DO CURSO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA NA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Em virtude da lei federal nº 2.594, de 8-IX-1955 ter desdobrado o curso de Geografia e História das Faculdades de Filosofia em Curso de História e Curso de Geografia, baixou o

62 *Anais do IV Congresso de História Nacional, 21-28 de abril de 1949.* Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol. I. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950, p. 87-88.

Governo estadual o decreto nº 25.701, de 4-IV-1956, regulamentando a aplicação dessa lei na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Esse decreto tem o seguinte teor:
Artigo 1º - O atual Curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo fica desdobrado em dois cursos independentes:
a) Curso de Geografia; b) Curso de História.
Artigo 2º - O Curso de Geografia passa a ter a seguinte seriação de disciplinas:
1ª *Serie:* 1. Geografia Física; 2. Geografia Humana; 3. Geografia do Brasil; 4. Cartografia; 5. Geologia; 6. Antropologia; 7. História da Civilização Moderna.
2ª *Serie:* 1. Geografia Física; 2. Geografia Humana; 3. Geografia do Brasil; 4. Geografia Regional; 5. Cartografia; 6. Etnografia Geral; 7. História da Civilização Contemporânea.
3ª *Serie:* 1. Geografia Física; 2. Geografia Humana; 3. Geografia do Brasil; 4. Geografia Regional; 5. Botânica; 6. Etnografia do Brasil e Noções de Tupi-Guarani; 7. História da Civilização Brasileira.
Artigo 3º - O Curso de História passa a ter a seguinte seriação de disciplinas:
1ª *Serie:* 1. Introdução aos Estudos Históricos; 2. História da Civilização Antiga; 3. História da Civilização Medieval; 4. Antropologia; 5. Geografia.
2ª *Serie:* 1. História da Civilização Moderna; 2. História da Civilização Brasileira; 3. História da Civilização Americana; 4. Etnografia Geral; 5. História da Civilização Ibérica; 6. Disciplina Optativa.
3ª *Serie:* 1. História da Civilização Contemporânea; 2. História da Civilização Brasileira; 3. História da Civilização Americana; 4. Etnografia do Brasil e Noções de Tupi-Guarani; 5. Disciplina Optativa.
Artigo 4º - Os alunos matriculados na segunda e terceira serie do curso de História deverão escolher, obrigatoriamente, uma das disciplinas optativas fixadas fixadas cada ano pelo Conselho Técnico-Administrativo, por proposta do departamento de História.
Artigo 5º - As quartas series dos cursos de Geografia e História continuarão a ser regidas pela Lei Federal n. 9092, de 26 de março de 1946.
Artigo 6º - Será facultado aos atuais alunos do Curso de Geografia e História, matriculados sob o regime do Decreto n. 12.511 de 21 de janeiro de 1942, optar pelo regime fixado no presente Decreto a critério do Conselho Técnico-Administrativo, conforme as conveniências do ensino.
§ 1º - A opção de que trata o presente artigo deverá ser efetuada antes da realização da 1ª prova parcial.
§ 2º - Os alunos que optarem pelo novo regime, nos termos do parágrafo anterior, ficarão obrigados aos novos "curricula" com as adaptações que se tornarem necessárias.
§ 3º - Os alunos que optarem pelo novo regime e tiverem dependências de matérias, na época da opção, deverão satisfazê-las antes de receber o diploma do curso escolhido.
Artigo 7º - Revogam-se as disposições em contrário.[63]

A notícia foi publicada na Revista sem qualquer comentário dos professores ou artigo que dê conta das novas proposições em relação ao curso. Nenhuma pista acerca das opiniões dos historiadores, para além da informação na nota oficial. Assim, é bem possível que esta falta de posicionamento nos fale sobre a

63 PAULA, E. Simões de. Desdobramento do curso de Geografia e História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. *Revista de História*, São Paulo, v. 12, n. 25, mar. 1956. Adaptado.

importância da separação dos cursos, ou, no caso, a falta dela para os professores da área de história.

É interessante que estas posições dos professores tenham sido tão diferentes, variando do silêncio à grande combatividade. Observar estes movimentos, o porquê destas diferentes concepções em relação à formação é essencial para a própria análise da separação. Aqui os silêncios, as ausências, falam tanto quanto a tomada de atitude explícita. Penso que se faz necessário um olhar mais acurado para estes geógrafos. Deste modo, sigo agora abordando a trajetória de alguns deles, inicio por Francis Ruellan e passo para Jorge Zarur e Delgado de Carvalho.

3. TRAJETÓRIA, HISTÓRIAS E MEMÓRIA DE FRANCIS RUELLAN

Este capítulo, conforme já enunciado, versará a respeito do professor Francis Ruellan. Ele foi o geógrafo francês que por mais tempo permaneceu no país lecionando e realizando expedições - entre 1940 e 1956. O professor mesclava seu trabalho na Universidade ao de assistente no Conselho Nacional de Geografia, que funcionava no interior do IBGE, o que acabou por criar condições para que gerações de alunos da Universidade fossem treinadas em pesquisas de campo do Instituto. Circunstância que os conduzia desde a sua formação até sua inserção profissional, haja vista que muitos deles graduavam-se e iam imediatamente ali assumir postos de trabalho por indicação do professor. Ruellan não apenas lecionava, mas transitava e trabalhava para quase todas as instituições onde se desenvolvia o saber geográfico no país.

A despeito de sua importância para a consolidação das instituições dedicadas à geografia no Brasil, há pouquíssimos trabalhos escritos sobre Ruellan, ao contrário do que acontece em relação a seus pares da chamada "escola francesa", Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig, que contam com estudos recentes. Destaco entre eles os trabalhos de Marieta de Moraes Ferreira, Claire Delfosse e Frédéric Dejean sobre Deffontaines e os de Aziz Ab'Saber, Hervé Théry e Martine Droulers, Julia de Andrade, Carlo Nogueira, e Larissa Lira sobre Monbeig - estes últimos dedicam suas teses de doutorado à análise deste professor - além do consagrado trabalho de Paul Claval e André-Louis Sanguin, que dispensa dois capítulos aos professores mencionados.[1] A partir de uma

1 FERREIRA, Marieta de Moraes. Diário pessoal, autobiografia e fontes orais: a trajetória de Pierre Deffontaines. In: INTERNATIONAL ORAL HISTORY CONFERENCE (10.: 1998: Rio de Janeiro, RJ). Oral history challenges for the 21st century: proceedings [of the] X International Oral History Conference. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV; Casa Oswaldo Cruz, 1998, p.379-386; DELFOSSE, Claire. Le rôle des institutions culturelles dans la diffusion des idées géographiques: l'exemple de Pierre Deffontaines (1894-1978). *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, Lisboa, v. 33, n. 65, 1998; DEJEAN, Férdéric. Pierre Deffontaines, géographe de la 'noosphère'. Une lecture de "Géographie et religions". *Cahiers de géographie du Québec*, Québec, v. 56, n. 159, p. 543-556, déc. 2012; AB'SABER, Aziz. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 221-232, dez. 1994; THÉRY, Hervé; DROULERS, Martine (Coords.). *Pierre Monbeig:* un géographe pionnier. Paris: IHEAL, 1991; ANDRADE, Julia Cossermelli de. Pierre Monbeig, um francês diante da geografia do movimento. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, v. 52, p. 43-68, 2011; NOGUEIRA, Carlo Eugênio. *O lugar da fronteira na geografia de Pierre Monbeig.* Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013; LIRA, Larissa. *Pierre Monbeig et la formation de la géographie brésilienne. Une science dans le capitalisme tardif (1925-1957): érosion des valleurs litteraires, tentation de l'action et systématisation de la méthode.* Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017; CLAVAL, Paul; SANGUIN, André-Louis (Coords.). *La Géographie française a l'époque classique (1918-1968).* Paris: l'Harmattan, 1996.

ampla pesquisa, pude levantar apenas três trabalhos sobre Francis Ruellan, os dois mais antigos consistem de simples apanhados de sua obra, em forma de necrológios, feitos em sua memória logo após seu falecimento em 1975, e o mais recente não difere em profundidade destes dois primeiros, trata-se de um breve perfil, escrito a partir de entrevistas com Alain Ruellan, filho de Francis, em 2010.[2]

Desta forma, devido à sua importância na consolidação das instituições dedicadas à geografia no Brasil, bem como em relação ao curso de Geografia e História na Faculdade Nacional de Filosofia, e pelo fato de não haver trabalhos específicos sobre o professor, penso que o tema requer uma análise pormenorizada nesta pesquisa.

Saliento ainda que, devido à falta de fontes bibliográficas e a lacunas na documentação, uma importante parte deste capítulo consiste no exame de três entrevistas que realizamos no decorrer do ano de 2015, com ex-alunos do curso de Geografia e História da Universidade do Brasil. Na primeira, a entrevistada é a professora Miridan Falci, que foi secretária durante a expedição ao atual estado de Roraima; e, na segunda e terceira, Pedro Geiger, que foi aluno de Ruellan em seu primeiro ano como professor no Brasil.

As memórias pessoais se constituem em fontes privilegiadas, cuja importância para o fazer historiográfico vem aumentando com o passar dos anos, mesmo com ressalvas ao fato de que o testemunho não reflete a integridade do que foi a experiência vivida.[3] O discurso é firme, linear, dotado de um sentido unívoco, mas as experiências vividas são fluidas e descontínuas, sendo a atividade de rememoração que as dota de significado, de sentido, de acordo com o que está se passando no presente e não com os acontecimentos do passado.[4]

Contudo, partir do cotejamento dessas entrevistas com outros tipos de registros, como documentos do IBGE, por exemplo, pude me inteirar melhor a respeito dos jogos de poder do nascente Instituto, e perceber de que maneira as instâncias de decisão no campo científico estavam intimamente conectadas ao

2 DRESCH, Jean. Memorial to Francis Ruellan 1894-1974. Publicado em: 1977. Disponível em: https://www.geosociety.org//documents/gsa/memorials/v07/Ruellan-F.pdf. Acesso em: 14 jan. 2020; MEYNIER, André. Chronique de L'Institut de Géographie et d'aménagement de l'espace de Rennes en 1975, Nécrologie: Francis Ruellan (1894-1975). *Revue Norois*, Rennes, n. 89, p. 159-163, jan.-mar. 1976; SANTOS, Marco Aurélio Martins. Francis Ruellan: um mestre geógrafo em campo. In.: SENRA, Nelson de Castro (Org.). *Veredas de Brasília:* as expedições geográficas em busca de um sonho. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

3 PORTELLI, Alessandro. Historia y memoria: la muerte de Luigi Trastulli. *Historia y Fuente Oral*, Barcelona, n. 1, p. 5-32, 1989, p. 6-8; SARLO, Beatriz. *Tempo passado:* cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 44.

4 SARLO, Beatriz. *Tempo passado... Op. cit.*, p. 48-58.

governo federal, e, para além disso, também fica claro o prestígio de Ruellan no cenário da geografia no Rio de Janeiro.

Portanto, numa primeira parte realizo uma investigação a respeito da vida de Francis Ruellan antes de sua chegada ao Brasil: como foi a sua formação, quais são os professores que o orientaram, a escolha e desenvolvimento da carreira de geomorfólogo e suas atividades profissionais. Logo após, aprofundaremos a questão da formação, tratando principalmente de seu orientador, Emmanuel de Martonne, e, antes deste, de Vidal de La Blache - La Blache é considerado o "pai" da geografia moderna francesa, criando gerações de discípulos geógrafos não somente na França, mas em todo o mundo, por consequência, era raro haver um geógrafo no início do século XX que não se auto-declarasse lablacheano, Ruellan não foge à regra, daí a importância de perceber qual era a raiz de seu pensamento. Após essa parte, serão analisadas as entrevistas, sempre confrontando os relatos com base nos documentos ministeriais, do IBGE e da Universidade, problematizando os discursos construídos por estes professores para realizar um minucioso exame da trajetória brasileira de Ruellan. E por último, proponho uma análise das discussões acerca da separação entre história e geografia no contexto universitário francês, querela na qual de Martonne, orientador de Ruellan, assume papel de protagonismo.

3.1. Francis Ruellan antes de sua chegada ao Brasil

Ruellan nasceu em 30 de setembro de 1894 em Rennes e, quando ingressou na faculdade, a I Guerra Mundial teve início. Assim sendo, sua formação esteve marcada pelas mobilizações e desmobilizações a ela relacionadas. Primeiro foi pupilo de Henri Baulig em Estrasburgo, em seguida, de Emmanuel de Martonne em Paris.[5] A despeito dos eventuais atrasos relacionados à guerra, sua educação teve um grande incremento, a partir de suas atividades em batalha pôde desenvolver habilidades técnicas relacionadas à observação aérea e à fotografia, que inclusive se tornaram novos instrumentos para pesquisa posteriormente.[6]

Depois de formado, em 1923, foi aceito como professor agregado no Lycée de Quimper. Paralelamente às suas aulas, Ruellan organizou um ensino superior para os mestres do internato, ficando apenas um ano lecionando no ensino secundário. Nesta mesma época foi chamado pela École Navale, onde ficou até

5 MEYNIER, André. Chronique de L'Institut de Géographie et d'aménagement de l'espace de Rennes en 1975, Nécrologie: Francis Ruellan (1894-1975). *Revue Norois*, Rennes, n. 89, jan.-mar. 1976.

6 DRESCH, Jean. Memorial to Francis… *Op. cit.*, 1977, p. 1.

1926, ano no qual foi enviado para trabalhar na Maison Française em Tóquio e auxiliar na criação do Institut Français du Japon, em Kioto.[7]

A mudança para o Japão foi muito profícua, lá Ruellan lecionou em diversas universidades e institutos além de realizar estudos de campo que resultaram em uma caracterização pormenorizada das geomorfologias japonesa, coreana e do norte chinês, publicada em vários trabalhos, entre eles sua tese: um estudo geomorfológico sobre a região de Kwanzaa.[8] Este foi seu primeiro laboratório e também um treinamento para o que viria a ser sua estadia brasileira.

Quando retornou à França, em 1931, lecionou no Lycée de Paris e, logo depois, por intermédio de seu orientador, Emmanuel de Martonne, começou a trabalhar no laboratório de geomorfologia da École Pratique des Hautes, onde também deu aulas.[9]

Sua vinda ao Brasil esteve ligada às relações de Emmanuel de Martonne e remontam à visita do delegado brasileiro, o naturalista do Museu Nacional Alberto José de Sampaio, ao Congresso Internacional de Geografia realizado em 1931, em Paris. Lá, Sampaio, que era representante da Academia Brasileira de Ciências e da Sociedade Brasileira de Geografia, estabeleceu contatos com Martonne, à época diretor do Instituto de Geografia da Universidade de Paris e Presidente do Congresso e Secretário Geral da União Geográfica Internacional, conexão esta que culminou com uma visita do professor ao Brasil em 1933.[10]

A intenção de Martonne com esta visita era incentivar a adesão brasileira à UGI através de esforços junto às principais associações da época, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Sociedade Brasileira de Geografia e Academia Brasileira de Ciências. A filiação brasileira à UGI se mostrou, contudo, uma questão muito mais complexa do que inicialmente parecia, tendo acontecido somente após a criação de um órgão governamental específico, o IBGE; mas a ligação com de Martonne gerou outros frutos. Através de seu

7 *Idem*.

8 RUELLAN, Francis. La décomposition et la désagrégation du granite à biotite au Japon et en Corée et les formes du modelé qui en résultent. *Geog. Cong.*, Paris, comptes rendus, v. 2, fasc. 1, p. 670-684, 1931; RUELLAN, Francis. La morphologie de la "Mer intérieure du Japon, Nature des problèmes et recherches préliminaires". *Assis. Géographes Français Bull*., Paris, n. 55, p. 5-14, 1932; RUELLAN, Francis. Les déformations transversales dans le relief de l'archipel japonais. *Acad. Sci. Paris*, Paris, comptes rendus, v. 194, p. 296-299, jan. 1932; RUELLAN, Francis. Le relief et la structure du Japon du Sud-Ouest. *Annales de Geographie*, Paris, n. 230, 41 st., p. 141-166, mar. 1932; RUELLAN, Francis. Deux anciens niveaux marins dans la région de Perros-Guirec, Côtes du Nord. *Acad. Sci. Paris*, Paris, v. 196, p. 2-17, jun. 1933; RUELLAN, Francis. *Le Kwansaai:* Etude géomorphologique d'une région japonaise. Tours: Arrault, 1940.

9 DRESCH, Jean. Memorial to Francis… *Op. cit.*, 1977, p. 2.

10 VITTE, Antônio Carlos. Bréves considérations sur le rôle de Pierre Monbeig das l'élaboration de la pensée géomorphologique uspiana. *Confins,* Paris, v. 11, 2011, p. 30-31.

intermédio, a contratação de professores franceses recém-doutores ou em fase final de doutoramento foi viabilizada e Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig e Francis Ruellan chegaram ao país.[11]

Devido à relação de Ruellan com as forças armadas, seu primeiro cargo no Brasil foi o de adido militar, ligado à representação diplomática francesa em 1939 e, no ano seguinte, começou a lecionar Universidade do Brasil. Como fica perceptível através da maneira como o professor chegou ao país, para entender mais profundamente suas atividades é necessário retornar aos seus principais mestres para entender o tipo de trabalho que foi aqui desenvolvido.

3.2. As raízes da formação de Ruellan

Como fica claro através da reflexão anterior, a relação entre Ruellan e de Martonne impactou boa parte de sua carreira, desde a faculdade até seus primeiros empregos. Assim sendo, é impossível fazer uma análise aprofundada de Ruellan sem atentar para seu principal professor.

Emmanuel de Martonne nasceu em 1893, em Chabris, e é uma das figuras mais importantes da geografia francesa na primeira metade do século XX, sendo um dos discípulos de Paul Vidal de La Blache. Ficou conhecido na França como o fundador da geografia física, com específica ênfase em geomorfologia.[12]

Emmanuel de Martonne foi o primeiro geógrafo francês a se concentrar em Geografia Física. É dele um dos textos fundamentais para os geógrafos de todo o mundo, nomeadamente: *Traité de Géographie Physique*, publicado pela primeira vez em 1909, quando o autor estava encarregado do Departamento de Geografia da Universidade de Lyon. Este clássico teve seis edições, sendo reorganizado em uma edição mais curta chamada *Abrégé de Géographie physique*, e foi traduzido em suas diversas formas em muitas línguas.[13]

Lecionou em Rennes e em Lyon até ser nomeado substituto de Vidal de La Blache na cátedra de Geografia na Sorbonne. Durante sua carreira o professor teve ampla influência, tanto nacionalmente, na geografia francesa, quanto internacionalmente, através de seu trabalho em universidades e institutos - participou do comitê de revisão dos Annales de Geografia, na fundação da Associação dos Geógrafos em 1920, foi presidente da Sociedade de Geografia

---

11 SECRETARIA Geral do Conselho Nacional de Geografia. Histórico da Criação do Conselho Nacional de Geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 1, ano 1, 1939, p. 9-14.

12 MARTY, Pascal. Geographers: Emmanuel de Martonne. Disponível em: http://www.hypergeo.eu/spip.php?article612. Acesso em: 27 ago. 2015.

13 HARRISON CHURCH, R. J. The French school of geography. In: TAYLOR, Thomas Griffith. *Geography in the Twentieth Century:* A Study of Growth, Fields, Techniques, Aims, and Trends. New York: Philosophical Library, 1957, p. 87-88. Tradução nossa.

entre 1947 e 1952, e da presidente de honra da União Geográfica Internacional em 1949. Treinou ainda diversas gerações de estudantes cuja maioria de especializou em estudos descritivos de geografia regional.

Sua carreira internacional coincidiu com a queda da escola alemã de geografia e ascensão da escola francesa.[14] Desta forma, realizou diversas viagens como forma de disseminar a geografia de seu país, auxiliando inclusive na organização da disciplina em diversas partes do mundo, entre elas o Brasil. Devido à sua situação de prestígio no meio acadêmico, Martonne foi inclusive um dos especialistas chamados para a redefinição das fronteiras da Europa no pós I Guerra Mundial, assumindo o cargo de geógrafo do comitê montado com esta finalidade.

Concorreu ainda para a autonomia da geografia ante à história. Isto porque, até 1943, o mais alto estágio da carreira de professor na França, a agregação, era conjunta, em História e Geografia; o professor de Martonne negociou com historiadores e o Ministério da Educação e garantiu a criação de um concurso para recrutamento específico em geografia.[15]

No que diz respeito à disciplina universitária, Martonne, lançou as bases do que seria uma geografia física geral, que por princípio associava disciplinas até absolutamente distintas, como cartografia, botânica, zoologia, climatologia,

---

14 A Geografia foi instituída na universidade a partir de 1870, na Alemanha, e foi o "determinismo ambiental" o primeiro paradigma a orientar a nascente disciplina. Os teóricos desta corrente caracterizam-se pelo pensamento de que as condições naturais são determinantes para a evolução da humanidade, principalmente o clima. O grande nome da geografia à época era Frederich Ratzel - naturalista e etnógrafo por formação. Em seu livro *Antropogeografia* o autor propõe que a antropogeografia fosse o ramo da geografia humana responsável pelo estudo do espaço de vida dos agrupamentos humanos; assim são lançadas as bases da teoria determinista. Ratzel elabora ainda o conceito de "espaço vital" que representaria a proporção entre uma sociedade e os recursos de que esta dispunha, definindo as potencialidades de cada povo através das riquezas de seu território. Contudo, vale salientar aqui que, especificamente quanto ao termo "determinismo", este não foi utilizado por Ratzel em sua obra, sendo empregado a partir das leituras que foram feitas de seu trabalho. Cf.: CORRÊA, Roberto Lobato. As correntes do pensamento geográfico. In: *Região e organização espacial.* São Paulo: Ática, 1991, pp. 9-11; GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996, p. 187-189.

O principal nome da escola francesa de geografia foi Vidal de La Blache. O professor formulou a noção de que o homem também transformava o meio onde vivia, de forma que, eram possíveis diversas variáveis para as ações humanas. Assim, ela não determinava a evolução dos povos, mas antes, era o homem o principal agente geográfico. O termo "possibilismo" que a escola carrega foi concebido por Lucien Febvre *a posteriori*, em 1922, para se contrapor ao determinismo alemão. Cf.: BERDOULAY, Vincent. *La formation de l'école française de géographie*: (1870-1914). Paris: Bibliothèque Nationale, 1981; BUTTIMER, Anne. *Society and Milieu in the French Geographic Tradition*. Chicago: Published for the Association of American Geographers by Rand McNally, 1971; CLAVAL, Paul. *Autour de Vidal de La Blache: la formation de l'école française de géographie*. Paris: CNRS, 1993; CLAVAL, Paul; NARDY, J. P.; LA BLACHE, Paul Vidal de. *Pour le cinquantenaire de la mort de Paul Vidal de La Blache, études d'histoire de la géographie*. Paris: les Belles lettres, 1968; CORRÊA, Roberto Lobato. As correntes do pensamento... *Op. cit.*, 1991, p. 12-13; MEYNIER, André. *Histoire de la pensée géographique en France*. Paris: PUF, 1969.

15 MARTY, Pascal. Geographers: Emmanuel de Martonne. *Op. cit.*, 2014.

entre outras. Uma segunda particularidade reside no fato de que tal reunião foi estabelecida na Faculdade de Letras, e não na Faculdade de Ciências, que era o local de origem dessas disciplinas.[16]

Observando de Martonne podemos reconhecer diversas consonâncias com características que mais tarde veremos em seu orientando Ruellan, ressalto aqui a ênfase à geografia física, particularmente à geomorfologia e o trânsito de seu trabalho entre as diversas ciências naturais; outro aspecto do trabalho tanto de Ruellan quanto de Martonne são as monografias regionais. Contudo, não devemos creditar todas estas características exclusivamente a de Martonne, este professor também teve um mestre que exerceu importante papel sobre seu trabalho e estabeleceu as balizas do pensamento geográfico moderno francês, falo aqui de Vidal de La Blache, objeto da próxima parte deste trabalho.

3.3. VIDAL DE LA BLACHE E A GEOGRAFIA FRANCESA

Paul Vidal de La Blache nasceu em Pézenas, em 1845. Aos treze anos entrou para um dos liceus mais conceituados de Paris, o Charlemagne. Depois, em 1863, passou em primeiro lugar no concurso de admissão da École Normale. E, ao final do curso, apresentou-se para a admissão à agregação em História e Geografia em 1866. Mesmo jovem e sem nenhuma experiência, foi o primeiro colocado do concurso.[17]

A situação política da França o influenciava diretamente e determinava seu interesse pela geografia. A partir de 1871, o professor solicitou uma cadeira de História e Geografia na Faculdade de Nancy, sua escolha por esta instituição não é meramente uma casualidade, desde a perda da região da Alsácia-Lorena na guerra franco-prussiana, Nancy havia se tornado fronteira com a Alemanha, e, consequentemente, recebia os exilados do território recém-perdido. O interesse pela geografia não era apenas de La Blache, mas uma preocupação política em relação à educação. Nesta mesma época, o ministro da Instrução Pública, Jules Simon, lança uma forte ofensiva para impulso àquela disciplina. Já no ano seguinte, em 1872, La Blache consegue seu cargo de professor na cadeira de História e Geografia de Nancy.[18]

Em 1898, La Blache foi nomeado professor de Geografia na Sorbonne. Em 1903, publicou sua principal obra, *Tableau de la Géographie de la France*. O

16 *Idem*.
17 SANGUIN, André-Louis. *Vidal de La Blache*. Un génie de la Géographie. Paris: Belin, 1993, p. 53-56.
18 *Ibidem*, p. 104-110.

prestígio alcançado com o livro fez com que, no ano de 1906, o professor fosse eleito para a Académie des Sciences Morales et Politiques, recebesse o prêmio Auddifred e passasse a presidir a seção de Geografia do Comité Historique et Scientifique no Ministério da Instrução Pública.[19]

Entre 1911 e 1912, La Blache se dedicou exclusivamente às suas obras *Géographie Universelle* e *La France de l'Est*. Seu último livro, *Princípios de Geografia Humana*, foi publicado em edição póstuma pelo seu principal pupilo e genro, Emmanuel de Martonne.

Para Vidal, o homem transformava o meio onde vivia, havendo diversas possibilidades para essa ação de modificação da natureza efetuada pelo homem; o termo "possibilismo" criado pelo historiador Lucien Febvre ficou marcado como o principal conceito da escola. O discurso de memória que foi construído a respeito da obra de La Blache, tecido principalmente pelo que ficou conhecido como primeira geração dos *Annales* e também pelos primeiros vidalianos, é o de que o professor, considerado o pai da Escola Geográfica Francesa, foi responsável pela ruptura entre, a geografia alemã - representada, em grande parte na obra de Ratzel - e a geografia descritiva francesa, largamente dominante até meados do séc. XIX. Deste modo, ficava clara a construção de uma imagem que estigmatizava a geografia alemã como "o velho, o que não merecia ser estudado" em contraposição à geografia francesa, que seria inovadora.

Uma das principais marcas deixadas por Vidal de La Blache em sua obra foi a ênfase à noção de região:

A noção que Vidal de La Blache tem de região é uma noção fundada no princípio da "unidade terrestre", segundo o qual a região se constituiria enquanto parte de um todo e ela mesma se constituiria numa unidade, em que, havendo a quebra das ligações naturais, seria impossível reconhecer o encadeamento que religa os fenômenos dos quais se ocupa a Geografia e que é sua razão de ser científica.

Vidal de La Blache insiste no fato de que a Geografia deve ser tratada como ciência e não como uma simples nomenclatura. A região, para ele, não é a descrição de um mosaico de paisagens. Existe, na sua noção de região, uma visão de movimento, de imbricações dos seres regionais. As regiões de um país são peças que mantêm relações entre si, formando um todo.

Vidal mostra que existem regiões naturais, mas para a Geografia, interessa a relação entre essa região natural e as regiões históricas, e essa unidade natural/histórica não se realiza sem implicações complexas. Não existe uma superposição automática entre elas. A idéia é que existe uma base geográfica no desenvolvimento histórico de um povo.[20]

Para La Blache, o trabalho em geografia deveria considerar todos os elementos, naturais e humanos que compõem uma região, atentando para o solo, relevo,

19 LIRA, Larissa Alves de. Vidal de La Blache historiador. *Confins,* Paris, n. 21, 2014.

20 SILVA, Aldo Dantas; MEDEIROS, Tásia Hortêncio. *Introdução à ciência geográfica*. Natal: Ed. UFRN, 2008, p. 4.

formações fluviais, vegetação, as formas de habitação, as atividades humanas e a integração entre as sociedades e o meio natural.

A região é uma escala tanto empírica, como teórica. Refletindo a modernidade do mundo: novos meios e comunicação, transporte… a região significava também o acuro na observação das novas dinâmicas dos modos de vida. Longe de ter uma definição estanque, fixa, o modelo regional se caracterizou pela observação constante dos movimentos da história, não havia limites que não poderiam ser transpostos; considerava ainda as conexões, os fluxos entre uma e outra região. A região era a área de competência do geógrafo.[21]

A afiliação ao conceito de região é também uma das principais características que podemos reconhecer no trabalho de Ruellan, ela ainda revela a sua vinculação ao pensamento de La Blache. Quando Ruellan esteve no Japão, ou mesmo no Brasil e na França, sempre está evidenciada em seu trabalho a análise regional. Em Dinard, Kioto ou no Território do Rio Branco o professor não se afastava da herança lablacheana no seu fazer geográfico. Este ponto ficará mais claro na próxima seção, quando serão analisadas as entrevistas realizadas com seus ex-alunos.

3.4. RUELLAN ATRAVÉS DE SEUS ALUNOS

Devido à escassez de material bibliográfico sobre a trajetória de Francis Ruellan, muito do que se sabe sobre sua carreira não está nos livros, mas nas memórias de seus alunos. No Brasil, o geógrafo foi, durante muitos anos, o professor de maior destaque na Faculdade Nacional de Filosofia, inclusive indicado como favorito pela maioria dos que assistiram suas aulas.

As entrevistas realizadas no contexto de minha pesquisa foram feitas com dois professores de gerações diferentes. A primeira, com Miridan Britto Falci, que foi aluna do curso entre 1954 e 1957, portanto já nos últimos anos de presença do professor Ruellan no Brasil e pertencente ainda à última turma do curso conjunto de Geografia e História da Universidade do Brasil. Já a segunda e terceira, com Pedro Pinchas Geiger, aluno da segunda turma do curso conjunto da UB e do primeiro ano de Ruellan no país. Os dois estão, portanto, nas duas extremidades no que tange ao curso e à trajetória do professor, o que nos permite uma observação de permanências e descontinuidades; traçar uma análise

21 RIBEIRO, Guilherme. Interrogando a ciência: a concepção vidaliana da geografia. *Confins,* Paris, n. 8, 2010.

do curso e das aulas de Ruellan, bem como entender os movimentos que levaram às modificações curriculares nos anos de 1940 e 1950.

Os dois, Falci e Geiger, foram, cada um à sua época, alunos muito próximos de seu mestre. Miridan foi sua secretária e participou de suas expedições durante a graduação e Pedro foi um de seus primeiros pupilos brasileiros, sendo inclusive indicado por Ruellan para um cargo no IBGE depois de formado. Ambos chegaram ao mestre de forma um tanto pitoresca. Miridan, curiosa por trabalhar com o professor, foi escolhida para compor a viagem ao Território do Rio Branco porque afirmou que sabia cozinhar e aplicar injeções:

Eu fui chamada para a expedição primeiro para ser cozinheira, pois para ser escolhida eu disse que sabia cozinhar e dar injeção. Dar injeção eu até sabia mesmo, que mamãe me ensinou, mas aí ele viu que eu cozinhava muito mal. […] ele viu que cozinhar não era comigo.

Já Geiger ganhou a confiança do mestre depois do atraso de todos os seus colegas de turma para uma viagem:

Eu fui educado em uma família que veio para o Brasil, à moda européia, então, eu me lembro que o Ruellan marcou uma excursão […] Ele marcou às oito horas o encontro, e estava chovendo, eu às oito horas estava lá. […] E nós ficamos esperando os outros, e eles chegaram a que horas? Eu me lembro que isso já deu uma empatia.

O caso aqui é cada um a seu modo e em seu tempo, possuía acesso privilegiado a Ruellan, Miridan Falci sendo sua secretária direta, frequentava sua casa e traduzia seus telegramas, relatórios e artigos do francês para o português, além de fazer parte de seu grupo nas expedições; Pedro Geiger se autointitula como seu "aluno favorito" e, a despeito de que realmente Ruellan o considerasse desta forma, certo é que sua proximidade com o mestre o levou a assumir ainda muito jovem um emprego cobiçado pela maioria dos alunos que ingressava na Faculdade Nacional de Filosofia.

Desta forma, a seguir realizo uma análise das entrevistas separando-as em duas temáticas principais. Na primeira a intenção é cotejar os depoimentos dos professores entrevistados às expedições que foram realizadas por Ruellan; já a segunda temática integra as investigações sobre os rumos do curso, a intenção aqui era descobrir se o professor de certa forma "levava" as decisões a respeito do curso tomadas no âmbito do Conselho Nacional de Geografia do IBGE para a Universidade e perceber de que forma os espaços de produção do conhecimento geográfico se inter-relacionavam.

3.4.1. A escala regional, estudos brasileiros

Francis Ruellan escreveu quase cinquenta trabalhos em sua estadia no Brasil. Eles eram basicamente monografias de geomorfologia regional. Analisando seus

trabalhos e as entrevistas realizadas podemos elencar seus principais alvos de interesse de estudo como sendo: o Jalapão, as regiões serrana e litoral do Rio de Janeiro (o professor inclusive escreveu um estudo geomorfológico e cartográfico do estado do Rio de Janeiro em 1944 e, dez anos depois publicou um trabalho semelhante, mas desta vez especificamente a respeito da cidade do Rio de Janeiro, quando fez parte de uma comissão de projeto metropolitano, no âmbito da prefeitura do Distrito Federal), o litoral brasileiro em geral (do nordeste ao sul do país), o Planalto Central (quando fez parte da Comissão de Localização da Nova Capital Federal), o Território do Rio Branco (em um projeto que integrava o recém-criado Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e o IBGE) e a região da Amazônia (principalmente a hidrografia e as rias de minerais).

Deste modo, Ruellan iniciou seu período no IBGE como consultor científico, escrevendo artigos teóricos e metodológicos para o *Boletim do Conselho Nacional de Geografia* e para a *Revista Brasileira de Geografia*. Suas primeiras publicações versavam sobre o método para melhor ensinar geografia, para conduzir as pesquisas geográficas ou determinar quais eram os rios principais e afluentes em um sistema fluvial.[22] O professor começou a conduzir viagens pelo Conselho Nacional de Geografia no início dos anos de 1940, elas eram realizadas, em sua maioria, para localidades próximas da capital, como Itatiaia, o vale do rio Paraíba, a região dos lagos e até mesmo na própria cidade do Rio de Janeiro, na região que hoje concentra os bairros de Ipanema, Leblon e Lagoa. Esta situação se modificou em duas ocasiões, quando da ida ao Jalapão e no estudo do Rio São Francisco, em meados dos anos 1940.

Um pouco depois destas duas viagens, em 1947, Ruellan foi chamado para integrar a Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital Federal.[23] Esta foi a primeira grande expedição da qual o professor participou. À Comissão cabia mapear uma área gigantesca que ia desde o triângulo mineiro até a atual divisa com Tocantins; e de Minas a Goiás, cerca de 400 quilômetros de leste a

22 RUELLAN, Francis. *Os métodos modernos do ensino de geografia.* Rio de Janeiro: Biblioteca Geográfica Brasileira, 1943; RUELLAN, Francis. L'orientation cientifique dês méthodes de recherches géographiques. *Revista Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro, IBGE, v. 5, n. 1, 1943, p. 51-60; RUELLAN, Francis. O problema de determinar num sistema fluvial o rio principal e os afluentes. *Boletim do Conselho Nacional de Geografia,* Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1943, p. 79-80.

23 A Comissão era chefiada pelo general Djalma Poli Coelho, chefe do Serviço Geográfico do Exército, e foi constituída por ordem do então presidente da república Eurico Gaspar Dutra com o objetivo de pesquisar o melhor lugar para a construção da nova capital federal. Poli Coelho montou então uma equipe que reunia quase todo o time de profissionais do IBGE. Vários aspectos eram considerados, como vias de comunicação, fontes para suprimento de água, energia elétrica, solos para a agricultura, etc. Cf.: SENRA, Nelson de Castro (Org.). *Veredas de Brasília:* as expedições geográficas em busca de um sonho. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

oeste e 1.000 de norte a sul. Ruellan tinha a missão de chefiar uma subseção no interior da Comissão, a qual foi encarregada de um estudo detalhado de oito áreas pré selecionadas, onde, imaginava-se, a nova Capital Federal devia ser construída. Cibelle Ipanema integrou o grupo de direção da subseção chefiada por Ruellan e contou parte de sua experiência na entrevista realizada em 2016.

Não obstante a sua importância, conferida certamente não só pelo seu desfecho, a efetiva construção de Brasília em uma das áreas mapeadas por Ruellan, mas também pelo minucioso levantamento territorial realizado, essa expedição se apresentava como um treinamento para o que viria a seguir: as expedições ao Território do Rio Branco. Este foi o primeiro grande empreendimento comandado diretamente por Ruellan no interior do Conselho, e, ao contrário das viagens anteriores, dele não participaram os chamados "figurões fundadores" do CNG, como Fábio de Macedo Soares ou Christovam Leite de Castro, por exemplo.

As expedições tinham por objetivo percorrer, conhecer e integrar a região do alto rio Branco, no Território do Rio Branco, atual estado brasileiro de Roraima.[24] Imaginava-se que com a pesquisa sobre o território, bem como o estudo das relações entre os homens e o ambiente, seria possível definir um plano de ações voltadas para o desenvolvimento da economia local. Para isso Ruellan e seu grupo analisavam quais eram as culturas praticadas, os produtos do extrativismo (entre eles o látex, ouro, pedras preciosas, sementes e castanhas), as fazendas (produção de gado caprino e bovino) e ainda indicavam a possibilidade de construção de usinas hidrelétricas, estradas de rodagem, bem como o melhoramento das comunicações. A iniciativa da viagem foi do Instituto Nacional e Pesquisas da Amazônia e dela participaram, além do geógrafo, um botânico, um zoólogo, um fotógrafo, a geógrafa francesa Yvonne Beigbeder, bolsistas do Instituto Panamericano de Geografia e História, auxiliares do Instituto, estudantes da Faculdade Nacional de Geografia e técnicos do IBGE.[25]

---

24 O Território do Rio Branco foi uma área desmembrada do estado do Amazonas em 1943 na criação dos territórios federais e atualmente corresponde ao estado de Roraima. Cf.: PORTO, Jadson Luís Rebelo. Os Territórios Federais e a sua evolução no Brasil. *Presença (Porto Velho)*, Porto Velho, n. 16, 2000.

25 RUELLAN, Francis. *Expedições Geomorfológicas no Território do Rio Branco*. Conselho Nacional de Pesquisas, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Rio de Janeiro, 1957, p. 20-25. Sobre o INPA, cf.: MAIO, M. C.; SÁ, M. R. Ciência na periferia: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as origens do Inpa. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. VI, suplemento, p. 975-1017, 2000; PANZU, Ângela Nascimento dos Santos. *O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia: trajetória institucional por meio de suas práticas científicas, 1954-1975*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

A primeira viagem ocorreu entre os meses de outubro e dezembro de 1954 e percorreu a região nordeste do Território, partindo da atual cidade de Normandia com três grupos que se dividiram nas direções leste e oeste, na área correspondente ao delta dos rios Tacutu e Surumu, formadores do rio Branco.

Destaco aqui que apesar de haverem mapas da região, inclusive feitos por geógrafos e militares, como exemplo cito os de Robert-Hermann Schomburgk, feitos a pedido da Royal Geographical Society; Alexander Rice Jr., geógrafo de Harvard; e os da Comissão de Inspeção de Fronteiras chefiada por Rondon, Ruellan não se fiou neles para a orientação no campo. Ao invés disso o professor preferiu elaborar os seus próprios, feitos a partir de fotografias aéreas tiradas por americanos durante a II Guerra Mundial.

Conforme narra Miridan Falci, em sua entrevista:

Eu tive de fazer os levantamentos a partir de fotografias aéreas. Fiz um estudo sobre aquela área depois. Era uma terra disputada, a Inglaterra queria mais um trecho além da fronteira. Lá é cheio de ouro e de diamantes. Mas o Ruellan não queria analisar as fronteiras, ele queria entender o espaço de onde hoje é Roraima, e como professor ele utilizava os conhecimentos para dar aula. […]

Então primeiro ele mandou que eu levantasse fotografias aéreas, que haviam sido feitas pelos americanos na época da II Guerra e que eu não sei se ainda existem no alto do edifício Serrador, que agora é do Eike Batista, na empresa Geofoto Cruzeiro do Sul. Para este estudo eu colocava as fotografias dos rios Amazonas e Branco uma depois da outra para ir fazendo um caminhamento, um pequeno croqui do percurso dos rios, isso era muito difícil porque às vezes só havia nuvens nas fotos, e assim certas partes dos rios continuavam uma incógnita. Aí ele deve ter pedido a outros professores, e não a mim que era aluna, para fazer um quadro geológico da região, porque já havia um mapa geológico do Brasil, mas com muitas coisas ainda a definir, que precisavam de uma visita ao local.

Este comportamento de Ruellan em relação aos trabalhos anteriores também pode ser visto em seu livro sobre a expedição, que já no primeiro parágrafo, assevera: "O estudo da geomorfologia da Amazônia está no nascedouro. O que a respeito já foi realizado, é insignificante". E continua,

Após um primeiro estudo da bibliografia que se relaciona a esta região do Alto Rio Branco, pudemos computar que o problema capital residia na preparação de mapas capazes de dar uma suficiente visão do relevo e de orientar as pesquisas […] possuía-se, em 1954, apenas itinerários muito insuficientes que tornavam quase impossível a localização rigorosa das observações feitas pelos viajantes que nos precederam nesta zona.[26]

Novamente,

Assim organizado [pelo grupo do professor Ruellan], o mapa a 1:250.000 dá-nos uma visão razoável do relevo. Convém considerá-lo como um mapa de reconhecimento […]. Ainda que provisório e incompleto este mapa a 250.000 nos deu uma visão dos trajetos a percorrer.

26 RUELLAN, Francis. *Expedições Geomorfológicas no... Op. cit.*, 1957, p. 1-15.

Notar-se-á que ele representa um grande progresso em relação aos mapas até então existentes.[27]

O pioneirismo de sua viagem foi mobilizado ainda mais uma vez, mas agora com o propósito diferente de apenas evidenciar o progresso que a empreitada representou. Aconteceu que, o plano inicial era constituído de apenas uma viagem na região e, como o professor gostaria de retornar para estudar com mais recursos uma área maior e mais ao norte, que alcançasse o Monte Roraima, na fronteira com a Guiana, argumentou que, devido a "divergências nas marcações de latitude e longitude" de alguns rios nas fotografias aéreas, os grupos não puderam cumprir todo o itinerário que haviam planejado. Donde ficou decidido que no relatório da primeira expedição, entregue ainda em dezembro de 1954, haveria um pedido ao diretor do INPA para a realização de nova viagem.

A segunda expedição foi maior que a primeira, tanto do ponto de vista do território percorrido, quanto do preparo prévio e do número de pessoas envolvidas. Para o desenvolvimento deste trabalho, Ruellan tomou providências para criar um curso, formando o Centro de Pesquisas Geomorfológicas Aplicadas na Amazônia. O grupo de alunos do Centro foi escolhido por um concurso que selecionou dez rapazes e dez moças, que durante um mês tiveram um treinamento ministrado por Yvonne Beigbeder, Aida Ostohoff (licenciada pela FNFi), Linton Ferreira de Barros (licenciado em matemática e funcionário do CNG) e Maria do Socorro Florentino (estudante da Faculdade de Filosofia Santa Úrsula e ex-bolsista do governo francês).[28] O mesmo fotógrafo da primeira viagem, Lourival Salgado Portela, foi chamado e, desta vez, havia também uma médica para o atendimento em caso de necessidade. Como o contingente de pesquisadores aumentara, ao invés de três grupos foram constituídos seis, cada um percorreria uma porção diferente do terreno, reportando-se ao grupo de direção de quando em quando. O objetivo desta vez era cobrir a porção noroeste do Território, completando o estudo sobre o alto rio Branco.

A partir das entrevistas pude perceber que, apesar de serem desenvolvidas em locais absolutamente distintos, todas essas pesquisas tinham um método parecido, as etapas seguidas por Ruellan eram quase sempre similares. Miridan

27 *Ibidem,* p. 19.

28 Yvonne Beigbeder foi uma geógrafa formada pela Ecole Pratique dês Hautes Etudes e passou no Brasil grande parte do período no qual Ruellan também esteve, inclusive residindo na mesma casa de sua família, no bairro do Flamengo. Foi vice presidente da Société d'études géomorphologiques et d'interprétation de photographies aériennes e escreveu um trabalho sobre as expedições no alto do Rio Branco. Cf.: BEIGBEDER, Yvonne. *La région moyenne du haut Rio Branco.* Paris: Universitat de Paris, 1959.

continua contando que Ruellan dividia o grupo total, cerca de quarenta pessoas, em pequenas turmas, cada uma com cinco integrantes; desta forma uma área muito maior poderia ser percorrida, otimizando o tempo da expedição.

O grupo onde o professor estava era chamado "grupo-guia", todos os outros deveriam ir até ele em dias combinados para entregar pequenos relatórios parciais. Havia ainda uma hierarquia, cada grupo contava com, pelo menos, um chefe, um subchefe, uma secretária, além de guias e tropeiros locais. Os tropeiros eram os responsáveis por cuidar da carga, que em geral eram carregadas por bois; eles também auxiliavam a transpor os rios cheios de piranhas da região, cuidando para que na frente sempre fosse um boi, conferindo assim se a travessia era segura.

Quando paravam para o descanso, era sempre em alguma fazenda, dormindo em redes montadas no interior de barracas. Ainda durante o planejamento da viagem o professor enviava telegramas aos proprietários destas fazendas pedindo autorização para o acampamento. A rotina sob as ordens de Ruellan era rígida: às seis horas o grupo já estava caminhando, havia duas paradas, para lanche e almoço, e, depois das duas e meia da tarde o grupo seguia até às cinco, quando o dia terminava.

O objetivo do IBGE e do INPA a partir destas viagens de Ruellan era criar um plano de integração e desenvolvimento para àquele território. Plano este que se justificava pelas discussões ocorridas à época. Entre elas, destaco as disputas territoriais entre o Brasil e outros países e o fato de a área ser bastante explorada pelo garimpo ilegal de ouro e diamantes. Por conseguinte, a

> […] proposta do Ruellan era primeiro a discussão sobre a ocupação daquela região, as disputas entre os países por aquele território; depois análise sob o ponto de vista físico, porque aquela é uma área de transformação, de carreamento de elementos dos morros, das serras, onde haveria muito ouro e pedras preciosas ou de lavagem. Não são grandes jazidas. Vendo a novela [Império, na Rede Globo] e as grutas filmadas, lembrei-me da viagem, porque do lado brasileiro não há grutas, só o paredão. Aquela região foi muito explorada pelo garimpo, pelo garimpo ilegal, porque no Brasil a exploração de pedras preciosas é uma concessão do governo. A proposta do Ruellan é que deveria haver uma estrada ali, vindo de Georgetown, capital da Guiana Inglesa, ou da capital da Guiana Holandesa. Achava que tinha de haver uma comunicação porque as pessoas ficavam lá isoladas, e faziam o que queriam ilegalmente. O governo perdia muito dinheiro naquela região, e sempre quem ganhavam as concessões eram as pessoas ricas, que tinham condição de ir lá explorar. Agora há uma estrada lá, mas você conhece a Amazônia, é uma região muito difícil para estabelecer as comunicações.

Destaco aqui uma grande diferença entre os dois depoimentos. Enquanto a professora Miridan descreve minuciosamente as expedições e atividades desenvolvidas no contexto das viagens, como faz no fragmento acima, Geiger apenas cita os trabalhos de campo, fazendo uma análise geral que tem como

sentido discursivo a sua carreira depois de formado; possivelmente numa tentativa de construir ele próprio a memória de sua trajetória. Esta característica prosseguiu nas duas vezes nas quais conversamos e também é percebida em entrevista anterior.[29] Esse modelo narrativo só se modificou em um artigo publicado no livro *Veredas de Brasília*, no qual Geiger foi incitado a falar sobre a expedição que participou. Em determinado momento, conta em detalhes como foi a chegada do grupo comandado por Ruellan à região do Jalapão:

A expedição atravessou o vale do rio Preto, subiu e atravessou os Gerais, e desceu pela bacia do Tocantins. Retornou aos Gerais e desceu pela bacia do Parnaíba, até a histórica Corrente, no Piauí. Voltou aos Gerais e iniciou o retorno na direção do São Francisco […].[30]

É interessante salientar que, na mesma seção do livro onde se encontra o artigo de Pedro Geiger, há ainda uma importante contribuição de Cybelle de Ipanema, também aluna do curso de Geografia e História da Universidade do Brasil, sobre a Comissão de Estudos da Nova Capital Federal, da qual Ruellan participou na condição de chefe de uma expedição geográfica. A questão que mais chama à atenção na leitura de seu trabalho é a enorme confluência com o relato de Miridan Falci. Talvez isso se deva ao fato de que, diferentemente de Geiger, que foi encarregado de levantamentos topográficos e geomorfológicos, as duas foram secretárias de Ruellan durante suas viagens, combinação que determinava o tipo de notas que tomavam, as cadernetas de campo que desenvolveram e a participação na elaboração de ambos os relatórios finais das viagens.[31]

Em nossas cadernetas, registram-se, por exemplo, tomadas de altitude à meia-noite, à luz de lanterna. Anotações, aqui, ao acaso: "Saímos de Ituiutaba às 6 e 30"; "Almoço no campo, das 11 e 25 às 12 e 15". (Aliás, nesses casos era carne presuntada, em lata, queijo "Clab", um queijo amarelo, e chocolate pela energia). "Apesar do guia que levávamos, foi impossível encontrar o caminho […] na Chapada dos Veadeiros. A 1 e 30 da madrugada ainda não tínhamos chegado, decidindo o professor que se dormisse sobre o caminhão", sob a luz das estrelas. Tudo vai registrado no relatório, trajetos, condições geográficas, perspectivas, de suas próprias observações e troca de informações com os chefes de grupos.[32]

Estas descrições podem parecer, *a priori* sem importância para o trabalho, mas elas nos contam muito sobre a história dos métodos de pesquisa no fazer

29 Entrevista realizada por Mônica Machado em 31 de outubro de 2001. Grupo de Pesquisa Geografia Brasileira: História e Política, UERJ. Disponível em: http://www.grupogeobrasil.com.br/usuario//pedro_geiger//pedro_geiger_geobiografia_2.pdf. Acesso em: 9 dez. 2015.

30 GEIGER, Pedro. As expedições geográficas do IBGE. In: SENRA, Nelson de Castro (Org.). *Veredas de Brasília:* as expedições geográficas em busca de um sonho. Rio de Janeiro: IBGE, 2010, p. 79.

31 IPANEMA, Cybelle de. Uma candanga antes dos candangos: vivências de uma expedição geográfica. In: SENRA, Nelson de Castro (Org.). *Veredas de Brasília:* as expedições geográficas em busca de um sonho. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

32 *Ibidem*, p. 76.

geográfico do começo do século XX. O fato de haver ou não mapas disponíveis sobre determinada região, da chegada ser por rio, ou por terra, da caminhada ser à pé ou à cavalo, a forma como as medidas e posições de determinado ponto eram tomadas, o processo de escolha dos alunos que formariam o time para o trabalho de campo, todos estes dados nos ajudam a construir uma imagem mais precisa acerca dos trabalhos desenvolvidos por Ruellan.

Podemos inferir, por exemplo, que paralelamente ao trabalho de levantamento topográfico havia um esforço específico para a produção de perfis geomorfológicos; que não eram muitos os alunos da Universidade a participar das expedições do IBGE; e que Ruellan era influente o suficiente para ser mandado à campo visando dirimir questões de limites entre estados e analisar o melhor lugar para a nova Capital Federal.

Para além de relatar os dia a dia das expedições, as entrevistas nos dão importantes elementos a respeito do curso de Geografia e História da UB. A distância cronológica entre as duas experiências de graduação nos permite perceber diversas nuances e disputas, os movimentos do curso com o passar do tempo. O IBGE e o corpo universitário tinham suas respectivas aspirações em relação à formação, e estas nem sempre estavam em pé de igualdade, conforme veremos a seguir, a ligação direta entre o IBGE e o Estado acabavam por definir os rumos do curso de Geografia e História da Faculdade Nacional de Filosofia, constituindo-o como um exemplo para as demais faculdades brasileiras.

3.4.2. IBGE e poder na Universidade: direcionamentos do curso

Uma das características mais interessantes das entrevistas é a confluência dos entrevistados em um ponto específico: a preponderância da geografia física no currículo do curso. A professora Miridan Falci afirma que "A geografia só tinha uma cadeira de geografia humana, que tinha o Josué de Castro como professor", enquanto Geiger diz que:

> […] a geografia física dominava, realmente. No começo aparece então uma figura dentro do IBGE quem tem uma importância enorme como conselheiro que é um geógrafo francês chamado Francis Ruellan. Ele era geomorfólogo, então eu me lembro que nas excursões, inclusive no ônibus, a geomorfologia sentava na frente a a geografia humana atrás. […] Então, são episódios que eu me lembro e que são referência dessa época em que a física aparece na frente da humana, porque nessa época a geografia era conhecida como a algo físico, do mundo físico. Não se tem a ideia da geografia como ciência social, isso é uma coisa mais contemporânea. A evolução do pensamento teórico vai transformar a geografia em uma ciência social. Mas no começo, a geografia desta época é vista principalmente como uma geografia física, algo referente à natureza.

Esta concordância de ambos em relação às disciplinas de geografia física nos revela aspectos interessantes a respeito do currículo do curso de Geografia e História em diferentes épocas; para que a análise fique mais clara vamos separá-los cronologicamente.

No primeiro caso, Pedro Geiger fala que havia disciplinas de climatologia, cartografia, geomorfologia, e que procurou a disciplina de petrografia antes de cursar geologia. É interessante que ele tenha atentado para as diversas disciplinas, já totalmente especializadas, da área física. Quando observamos o currículo vigente à época, não há qualquer menção às diferentes especializações, há apenas uma disciplina, chamada geografia física, que está presente nos dois primeiros anos da formação. Podemos concluir que o currículo possuía uma base generalista, encarando-o de forma metafórica como um grande guarda-chuva, que, na prática, acolhia esta gama de matérias específicas. Assim, a separação das especializações ocorria principalmente pelos diferentes professores e suas respectivas formações, como exemplificou Geiger:

[…] o Leuzinger, que não é geógrafo, mas era um engenheiro, então tinha um certo conhecimento da matemática, da física, então conhecia aspectos da geografia física, como pressão atmosférica, clima; a força dele era em clima, lecionando climatologia. Então o Leuzinger representa um professor com prestígio junto ao governo getulista, que não é geógrafo, é engenheiro, e vai dar aula de geografia na Universidade.

Já Ruellan, que possuía formação em geografia lecionava a disciplina de sua especialidade, geomorfologia, Hilgard O' Reilly Stemberg, que havia se formado na universidade, lecionava geografia do Brasil.

Contudo, destaco que o mesmo não se verificava em relação à geografia humana, não havia as especializações tal como conhecemos hoje - como geografia cultural, geografia da população, história do pensamento geográfico, entre outras - mas apenas uma disciplina, geral, que durava dois anos.

Saltando mais de dez anos, durante a graduação de Miridan Falci percebemos a mesma característica: "A gente sentia a força da geografia física na Universidade. Eu não sentia um antagonismo entre elas, mas era clara a preponderância." A professora conta que cursou oceanografia, cartografia, mineralogia, astronomia, petrografia, além de geomorfologia. Seu currículo, o mesmo seguido por Pedro Geiger, conforme já enfatizado anteriormente, não descreve todas estas especializações. Ela inclusive é mais específica quanto à relação entre as disciplinas e os setores responsáveis pelas mesmas, como por exemplo, no caso da mineralogia e petrografia, que eram responsabilidade do Departamento Nacional de Produção Mineral:

[…] a maioria dos geógrafos que eram do Departamento Nacional de Produção Mineral, só falavam de rochas. Eram geólogos e engenheiros puros. Havia um que falava sobre petróleo, aí explicava aquelas camadas todas de formação.

Um aspecto que aponta para a especialização da disciplina física é o próprio fato de Miridan Falci ter cursado tantas disciplinas específicas nesta área. Sendo ela uma aluna que procurava a formação em História, não escolheria por conta própria este tipo de matérias, elas deveriam constar das disciplinas obrigatórias:

[...] e eu ficava imaginando: "eu não vim aqui pra aprender isso, eu queria saber outras coisas de história… e daí? qual é a sociedade que pode se estabelecer, o que vai acontecer numa região que tem ou não tem petróleo?". Era muita geografia física sem ligação com a importância da história.

Outro ponto que merece atenção é que, podemos perceber quase as mesmas disciplinas sendo enumeradas pelos professores, mesmo com mais de uma década de intervalo entre as duas formações. Ainda levando em consideração que uma ou outra poderia ter sido esquecida, temos no mínimo quatro cursos elencados tanto por Geiger quanto por Falci. Podemos concluir que, primeiro, o currículo oficial não pormenorizava a totalidade das áreas abordadas nas cadeiras de geografia; e segundo, apesar de em teoria haver equilíbrio entre as disciplinas de geografia humana e física isso não se verificava na prática.

Podemos verificar esta dinâmica das diferentes especialidades nas cadeiras de geografia física e humana quando analisamos outra entrevista, a de Clóvis Dottori, colega de curso de Miridan, que afirma o seguinte:

Sim, a cadeira de Geografia Humana lhe pertencia [a Josué de Castro], mas ele estava tão ligado à FAO [*Food and Agriculture Organization,* a organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura] que só nos deu uma única aula. Seus assistentes eram ambos de uma mediocridade à toda prova. Um deles tinha o apelido de Zé Petróleo (risos). Não me lembro como se chamava. Nacionalista exacerbado, passava o tempo todo discutindo questões da Petrobrás. A outra era Lucy Guimarães Abreu, que em 1964 aliou-se a Eremildo Viana e denunciou colegas politicamente engajados. Geografia Física era a cadeira de Victor Leuzinger. Engenheiro com fama de competente, porém péssimo professor, tinha uma assistente, Maria Luiza [Fernandes], e ela, sim, transitava muito bem entre os alunos.[33]

Ao contrário do que poderíamos *a priori* imaginar, pelo menos uma das aulas que foram enumeradas por Miridan como de geografia física foi na verdade dada na cadeira de geografia humana, pelo assistente do professor Josué de Castro que vinha do Departamento Nacional de Produção Mineral. O que podemos perceber aqui é que a separação entre as geografias física e humana era estabelecida de forma diferente, é necessário um olhar atento, que desnaturalize estas divisões que são claras para nós, mas que estavam ainda sendo delineadas

33 FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como Ofício… Op. cit*., 2013, p. 343.

neste passado, percebendo as camadas de historicidade que compõem a construção da disciplina. Destaco ainda a importância da análise das diferentes entrevistas, do cotejamento entre elas e também com os currículos para que tenhamos um panorama mais claro do curso.

Ainda em relação à entrevista de Falci, saliento a menção ao descontentamento em relação ao currículo por parte também dos historiadores. Talvez a professora tenha sobredimensionado o papel dos estudantes neste processo, ou os registros tenham ficado restritos às instâncias inferiores da Universidade e, portanto, não tenham chegado até os nossos dias, mas o caso é que a professora, em dois momentos distintos da entrevista, cita um "movimento dos alunos" para a separação, como pode ser visto a seguir:

> [...] eu fui a última turma do curso conjunto. A minha turma foi a última do movimento que nós fizemos; minha turma foi uma das que, ou a única, que fez movimento para separar a história da geografia, o encaminhamento junto às instâncias superiores." e novamente "Era muita geografia física sem ligação com a importância da história. Foi por isso que nós lutamos, porque os historiadores tinham dificuldades.

É interessante que esta afirmação de Miridan em relação às reivindicações dos alunos não foi compartilhada por Clóvis Dottori, na entrevista à Marieta Ferreira. Em determinado momento a professora faz a seguinte pergunta: "O projeto de separação dos cursos chegou a envolver os alunos, ou pelo menos repercutiu de alguma forma entre eles?" Ao que Dottori respondeu dizendo: "Não. Nós sequer tínhamos reivindicações nesse sentido; cursávamos, pensando que era assim mesmo".[34]

Retornando ao depoimento de Miridan, em determinada pergunta, sua resposta vem ao encontro das fontes documentais, quando afirma que: "Então lutamos pela separação e o curioso é que nesse movimento havia mais professores da geografia, geologia, geomorfologia, que era o curso que o Ruellan dava." Donde podemos concluir que, poderia haver protestos dos alunos da área de história em relação ao currículo, mas que estes figuravam em menor número, e que a maior parcela dos interessados na mudança eram os geógrafos e profissionais da história e da geografia.

A partir deste ponto, meu trabalho voltou-se para perceber se Ruellan, por ser geomorfólogo e, portanto, voltado para a geografia física, havia concorrido para a alteração no currículo do curso e separação da história, fazendo a ponte entre as resoluções aprovadas no IBGE e a Universidade no Brasil, usando de seu prestígio para influenciar as decisões relacionadas à graduação. No entanto,

34 *Ibidem*, p. 348.

Geiger e Falci são unânimes, e inclusive usam a mesma palavra para definir o professor Ruellan: "apolítico". Em suas palavras, respectivamente:

E o Ruellan? Ele tomava partido?

PG: *Não, não. O Ruellan se coloca de forma apolítica.*

E ele participava das discussões pela separação do curso de Geografia e História?

MF: *Não, ele tinha uma característica de ser muito apolítico* […].

Apesar da negativa dos dois professores em relação à minha pergunta sobre Ruellan, suposição de que poderia haver algum outro professor do curso que circulava entre o IBGE e a Universidade que pudesse ter incitado internamente a mudança no curso permanecia. Este inclusive foi o mote de minha nova entrevista com Pedro Geiger em novembro de 2015. Contudo, analisando o perfil de outros professores, como Victor Leuzinger e Hilgard O' Reilly Stemberg, percebi que sua influência, nas alçadas decisórias do Instituto, era nula, ambos participavam apenas das tertúlias e ocasionalmente desenvolviam pesquisas com geógrafos do IBGE.[35] Mas, isso passava mais pelos vínculos pessoais que propriamente institucionais.

De modo que pude constatar o seguinte, como estava ligado diretamente ao gabinete da Presidência da República durante o governo Vargas, as decisões do Conselho eram tomadas em altíssimo nível, como afirma inúmeras vezes Pedro Geiger, o IBGE era o "centro do sistema".[36] "O governo delega ao IBGE os poderes do sistema geográfico/estatístico brasileiro". Assim, a triangulação Universidade-IBGE-professores para decisões relacionadas ao curso não é apenas inexistente, como também seria totalmente inútil. As decisões eram tomadas por representantes das forças armadas, ministros, representantes de ministérios, entre outras pessoas fortemente influentes do governo getulista.

O movimento ocorria na direção da Universidade para o IBGE, visto que os recém-formados iam trabalhar no Instituto, mas não havia aí um movimento contrário, do IBGE à Universidade no sentido de insuflar entre os professores e estudantes as insatisfações com sua formação.

Este fato, entretanto, também deixa entrever algumas nuances. Ora, o professor Pedro Geiger em suas duas entrevistas afirma que Ruellan possuía um

35 As tertúlias eram eventos nas tardes de terça-feira, que se dedicavam a discutir um tema ou trabalho apresentado por algum geógrafo ou interessado em geografia. Elas são descritas no periódico *Boletim Geográfico*.

36 De acordo com o parágrafo único do Decreto n.º 24.609/1934, que cria o Instituto Nacional de Estatística: "O Conselho Nacional de Estatística, na estrita órbita das suas atribuições, agirá com a mais ampla autonomia administrativa e técnica, diretamente subordinada ao Presidente da República".

grande poder dentro da Universidade e do Instituto, gerando inclusive mal estar entre os poderosos nacionais.

Quem mandava no IBGE nesta época era o Fábio de Macedo Soares, e ele sente o Ruellan como se fosse uma influência de fora, um francês dando palpite, e com a força que ele tinha. Porque havia uma força estrangeira muito grande, que ia além do próprio Ruellan, como o Léo Waibel, por exemplo, que vai influir dentro do IBGE. Os professores de fora tinham uma influência, mas também havia uma reação pelo fato deles serem de fora. Na Universidade essa tendência do Ruellan para tomar espaços e se impor encontrou resistência no Hilgard, porque ele era uma concorrência que ele não queria.

E, novamente,

Então a vinda do Waibel significou o declínio paulatino do Ruellan?

E também o começo da geografia humana. Porque ele tem o apoio do Orlando e do Fábio, que não gostam do Ruellan, porque o Ruellan era "muito metido, muito intrometido…".

Então o Ruellan tinha problemas com os geógrafos da velha guarda do IBGE?

Muitos, e como ele me colocou lá, no começo eu tenho uma antipatia pelos geógrafos da velha guarda, porque eu sou estrangeiro, comunista, e Ruellan, eu tenho três defeitos. Eu me chamo Geiger, eu sou comunista, sabiam, falava-se, e expresso o poder do Ruellan dentro do IBGE, então tem três coisas para ser contra.

Estando Ruellan em uma posição que se contrapunha à dos demais membros do Instituto, que estavam em melhores condições de poder em relação ao governo federal, podemos pensar a sua posição "apolítica" de forma condicional: poderia ele se colocar ao lado daqueles que o hostilizavam em face do debate relacionado ao curso? Diante do lugar de poder que estes homens falavam, não seria melhor para ele manter silêncio sobre sua posição e esperar que o que desejava fosse decidido pelos outros, de forma que não precisasse se aliar à "velha guarda" do IBGE para consegui-lo?

Estas são perguntas que podem permear a análise e colaborar na interpretação de Ruellan em seus anos atuando no Brasil. A questão da separação entre geografia e história sempre foi muito importante e controversa, de ambos os lados e não somente no Brasil, portanto, até mesmo esta suposta falta de posição do professor é reveladora e deve ser considerada.

A opção de Ruellan pelo silêncio a respeito do curso de Geografia e História, apesar de parecer coerente, não me parecia razoável. Como permanecer isento numa querela deste tamanho em seus dois ambientes de trabalho? Desta forma, em seguida à confecção e análise das entrevistas voltei para o trabalho nos arquivos em busca de algum registro que tratasse do tema. Após cuidadosa pesquisa, pude encontrar um único documento no qual Ruellan fala sobre a questão da separação do curso universitário; em conferências pronunciadas em Goiânia e Belo Horizonte no ano de 1942, no contexto do VIII Congresso

Brasileiro de Educação, e publicadas num folheto intitulado *Os métodos modernos de ensino da geografia*, publicado pelo próprio IBGE no ano seguinte.

O professor afirma então que:

O ensino superior propriamente dito, tem a dupla finalidade de preparar professores para o ensino secundário, técnico e superior e formar pesquisadores.

Para os professores, o problema resume-se aproximadamente no seguinte: em que medida terão eles a possibilidade de consagrar-se realmente aos estudos geográficos?

A não ser a formação de um pesquisador, que ainda é mais delicada, nada é mais difícil, com efeito, do que formar um bom professor de geografia.

Os progressos do ensino da geografia nos liceus e colégios, foram consideravelmente retardados em numerosos países pelo casamento de conveniência que lhe impuseram com a história. Dentre os historiadores, certos bons espíritos chegaram a assimilar suficientemente aquela ciência para ensiná-la honradamente, mas quando introduziram os trabalhos práticos no ensino secundário, só os professores especializados em geografia foram capazes de conduzi-los bem. Como um professor de história que tem de dez a vinte horas de ensino de história e de geografia por semana poderá, com efeito, encontrar tempo de adquirir as noções e a experiência indispensáveis para a preparação de tais exercícios?

É preciso dominar perfeitamente uma matéria para ensiná-la bem, ter uma grande experiência própria e não se contentar com um saber adquirido em manuais. É pois indispensável especializar os professores do ensino secundário, afim de que a geografia seja para o futuro apenas ensinada por geógrafos, mas isso supõe (bem entendido) uma especialização das licenças, pois não se pode razoavelmente pedir a um historiador que estude todas as ciências auxiliares da geografia da mesma maneira que, um geógrafo não tem tempo de se consagrar ao estudo das ciências auxiliares da história.[37]

A postura de Ruellan poderia ser discreta devido às suas próprias circunstâncias profissionais no IBGE, mas estava bem clara e publicamente explicitada nestas falas.

3.5. VINCULAÇÃO À HISTÓRIA?

A relação com a disciplina histórica sempre permeou a história da geografia como campo científico. Na França, no Brasil e em outros países este é um tema de muitas contendas e discussões acaloradas; a maioria delas reside no fato de que, durante muitos anos a geografia foi vista como uma disciplina secundária, auxiliar da história. Desta forma, quando de sua afirmação no contexto universitário, era preciso reivindicar até mesmo sua legitimidade epistemológica.[38]

37 RUELLAN, Francis. *Os métodos modernos do… Op. cit.*, 1943, p. 25-26.

38 REIS, J. C. História e Estruturalismo: Braudel versus Lévi-Strauss. *História da Historiografia*, Mariana, MG, v. 01, 2008, p. 9.

Apesar dos problemas elencados anteriormente, o vínculo com a história nem sempre foi negativo, esta é uma questão mais paradoxal do que parece. Um exemplo interessante neste sentido é o processo de institucionalização da geografia como disciplina universitária na França. Lá a geografia se manteve nos currículos do ensino escolar por quase todo o século XIX. Deste modo, existia uma demanda contínua por professores de geografia. O curso universitário de Geografia, que era conjunto ao de História, foi crucial para a legitimar a ciência geográfica. Isto porque, estando a geografia ao lado de uma disciplina mais consolidada como a história, era mais fácil garantir a nomeação de professores e criação de cargos nas universidades; isso era muito mais complexo para "novas disciplinas", como é o caso da sociologia, que, ao contrário da geografia, se estabeleceu como campo científico na universidade no começo do século XX.[39]

Havia problemas e benefícios na aproximação com a história, e nos anos de 1920-1940, a primeira geração dos discípulos de La Blache tinha por objetivo a demarcação do espaço disciplinar da geografia; neste período de institucionalização era necessário reforçar seu caráter científico. De modo que, apesar das relações com os historiadores, principalmente os do grupo dos *Annales*, a separação entre a geografia e a história, e, mais que isso, a negativa ao papel da geografia enquanto "ciência à serviço da história" pontuou a atuação destes professores.[40]

A busca pela afirmação foi além da pura questão da vinculação à história e passou para, de um lado, a hostilidade dos vidalianos pela história, e, de outro, uma certa negligência para com eles. O cerne desta questão reside no fato de que a história já possuía prestígio, um campo constituído, e, consequentemente, muito mais historiadores profissionais enquanto a geografia ainda tentava se firmar - para termos uma ideia, em 1920 havia apenas quatro dezenas de geógrafos universitários franceses.[41] Neste sentido, Berdoulay afirma que:

> A institucionalização e privilégio da história teve por efeito favorecer as considerações históricas no que diz respeito à aproximação aos fenômenos humanos, em detrimento das contribuições que as outras ciências humanas poderiam trazer. Assim, assuntos de grande interesse, enunciados quando da formação da escola vidaliana e logo após, foram relativamente negligenciados.[42]

---

39 Cf.: ANDREWS, Howard F. The Early Life of Paul Vidal De La Blache and the Makings of Modern Geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 11, n. 2, 1986, p. 179. Tradução nossa.

40 BERDOULAY, Vincent. *La formation de l'école... Op. cit.*, 1981, p. 187-191.

41 SANGUIN, André-Louis. *Vidal de La Blache... Op. cit.*, 1993, p. 7-9.

42 BERDOULAY, Vincent. *La formation de l'ecole... Op. cit.*, 1981, p. 189.

A querela entre os primeiros vidalianos e a história influenciava desde a escolha de seus objetos até o desenvolvimento das pesquisas. O estudo histórico, ou geografia histórica de determinada região, por exemplo, só se fazia presente nas monografias geográficas na medida em que pudesse explicar o presente, e, ainda assim ficava circunscritas às partes introdutórias, como auxiliar da pesquisa, nunca se constituindo no objeto em si da análise geográfica.[43]

A pesquisadora Larissa Lira, em artigo recente, inclusive lança mão da análise de Howard Andrews, que realizou um amplo levantamento bibliográfico e documental para afirmar que houve a construção de uma memória efetuada pelos discípulos de Vidal após a sua morte, construção esta que vem sendo perpetuada pela historiografia da disciplina sem a devida verificação documental, de que a La Blache pensava a geografia totalmente separada da história.[44] Tal argumento está baseado nas declarações de um de seus principais orientandos, de Martonne, que afirmava que, quando o professor assumiu a cadeira de Geografia e História de Nancy, em 1873, teria solicitado limitar-se ao ensino de geografia. Tal justificativa provou-se falsa em um minucioso trabalho de análise documental e historiográfico, visto não há registro de tal demanda em nenhum dos documentos da universidade.[45]

La Blache realmente assumiu uma cadeira exclusiva em geografia no ano de 1875, pouquíssimo tempo após sua contratação pela universidade, mas este fato ocorreu menos por sua vontade própria do que pela remodelação do sistema educacional francês:

Primeiramente, na ata da 08 de julho de 1871 reunião do *Conseil Académique* de Nancy encontramos pedidos formulados para o futuro desenvolvimento da *Nancy Faculté* em vários campos, incluindo *"histoire et geographie"*, juntamente com sânscrito e literatura antiga. Em particular, a ênfase da proposta é claramente em "geografia", e antecede em vários meses a decisão de Simon de transferir a cadeira na geografia e história de Estrasburgo para Nancy (final de fevereiro 1872). Esta ênfase na geografia, apoiada pela recepção positiva dada aos cursos anteriores de geografia em Nancy, era inteiramente coerente com os planos de Simon para reforçar o papel da disciplina no sistema público de educação.

Em segundo lugar, a nova cadeira em geografia e história de maneira alguma escapou à atenção da *Commission de l'Enseignement de la Géographie* de Simon. Seguindo a nomeação de Vidal em outubro de 1872, e a publicação do título de seu curso no programa da *Faculté* para 1872-1873, Auguste Himly chamou a atenção para a cadeira de Nancy, e insistiu sobre a conveniência futura de nomear cadeiras somente em geografia, em vez da longa tradição da cadeira combinada em geografia e história. Todos os participantes no debate que se seguiu parecem ter concordado, e uma recomendação formal para este efeito foi transmitida ao Ministro. Em ambas as cidades, Paris e Nancy, portanto, um desejo tinha sido expresso (nos

43 *Ibidem*, p. 187-188.

44 LIRA, Larissa Alves de. Vidal de La Blache... *Op. cit.*, 2014.

45 ANDREWS, Howard F. The Early Life of… *Op. cit.*, 1986.

níveis mais altos da administração educacional) que o novo curso de história e geografia se concentrasse em geografia *per se.*[46]

Desta forma, é importante para fins de pesquisa ter sempre em mente a separação entre o que foi o pensamento de Vidal e sua concepção da disciplina, do que foi posteriormente construído de sua memória por seus discípulos. O que chegou até os nossos dias é uma imagem do professor como pioneiro da geografia na França, como se o campo tivesse começado bruscamente a partir de suas pesquisas; ora, se nada surge ao acaso e nenhum conhecimento emerge genialmente do nada, devemos pensar até que ponto esta simplificação da análise servia à consolidação da geografia como campo.

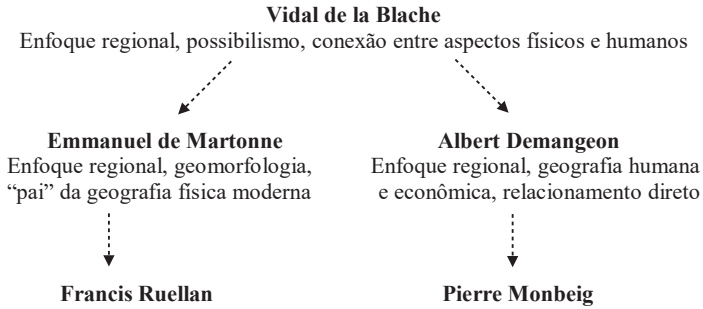
De Martonne, por exemplo, tecia uma relação diretamente proporcional entre o desenvolvimento da geografia e a emancipação da história; a preocupação entre o professor e seus demais pares era proteger a geografia das "invasões das ciências vizinhas". Em um comentário sobre o doutorado de Jules Sion, também discípulo de la Blache, Martonne foi especialmente duro neste sentido, afirmando que "Você pagou sua dívida com a história e com a sociologia, então esperamos que você agora dedique toda a sua energia à geografia".[47]

Assim, toda a formação profissional de Ruellan, bem como seus primeiros anos de exercício da profissão acontecem durante este período de sólidos embates visando a conformação do campo da geografia; desta forma, não é um exagero pensar que testas circunstâncias marcaram sua atuação como geógrafo. Na página a seguir apresento um quadro esquemático sobre a formação dos professores Francis Ruellan e Pierre Monbeig:

46 *Ibidem*, p. 180. Tradução nossa.

47 Sion defendeu a tese *Les paysans de la Normandie orientale. Etude géographique sur les populations rurales du Caux et du Bray, du Vexin normand et de la vallée de la Seine*, publicada em 1908. Para mais informações, cf.: CLOUT, Hugh. In the shadow of Vidal de la Blache: letters to Albert Demangeon and the social dynamics of French geography in the early twentieth century. *Journal of Historical Geography*, v. 29, n. 3, p. 336-355, 2003, p. 341.

Diagrama 2: Formação de Francis Ruellan e Pierre Monbeig



A despeito de sua "apolítica" conforme foi citada por ambos os alunos de Francis Ruellan nas entrevistas, seu próprio fazer geográfico já denotava de que lado da disputa ele se posicionava. Enquanto Monbeig escrevia acalorados telegramas ao ministro da educação, de Ruellan temos o silêncio; quebrado apenas em uma ocasião na qual se posicionou de forma contrária a Monbeig. Se atentarmos bem para toda a conjuntura, a reserva de Ruellan diante dos novos rumos previstos pela reforma Capanema nos fala muito sobre seu ambiente profissional e, principalmente, sobre quem eram os geógrafos que tocavam os projetos de separação do curso de Geografia e História.

3.6. PARA ALÉM DE RUELLAN

Quando decidi pesquisar sobre a trajetória de Ruellan, esperava conhecer mais sobre este tão amado professor; o que fazia dele uma unanimidade entre seus ex-alunos? Qual era a sua relação com a separação do curso universitário? Estas foram as perguntas que permearam minha investigação. Contudo, com o adensamento do trabalho, percebi que este quadro de análise não fica completo sem a investigação sobre a trajetória dos protagonistas dessa separação entre a geografia e a história, por isso sigo falando de Jorge Zarur e Delgado de Carvalho.

3.6.1. "Meu filho Jorge"

"Era um menino vivo e inquieto este meu Jorge Zarur, quando o encontrei numa turma do Colégio Pedro II. Bom aluno e estudioso, era a franqueza em pessoa".[48] Com estas palavras Delgado de Carvalho descreve seu pupilo, Jorge Zarur, e não poderia fazê-lo de forma mais sincera. Realmente, quando olhamos para a carreira do geógrafo podemos ver esta inquietação, desde a sua primeira tentativa de aprovar a separação dos cursos, em 1940 no IX Congresso Brasileiro de Geografia; passando pela contundente fala de 1944, de que a Faculdade Nacional de Filosofia não formava geógrafos; e chegando ao IV Congresso de História Nacional, quando propôs a separação para o outro grupo profissional interessado, os historiadores.

É interessante destacar aqui que este estudo sobre a formação do campo da geografia no Brasil traz à tona personagens ainda pouco estudados, e que foram de central importância na conformação do campo disciplinar, este definitivamente é o caso de Jorge Zarur. Desde cedo o geógrafo disputava os caminhos da disciplina nos principais fóruns profissionais, quando do IX Congresso de Geografia estava recém-formado, com apenas 24 anos, e já debatia cara a cara com professores respeitados como Pierre Monbeig.[49]

Zarur era o protótipo do geógrafo deste período de institucionalização da geografia, chegando à ela por um caminho pautado pelo estudo dos saberes geográficos antes da entrada na Universidade. Tendo estudado com dois grandes professores de geografia no Colégio Pedro II, Fernando Raja Gabaglia e Delgado de Carvalho, desde cedo se interessou pela disciplina, mas na hora da escolha do curso universitário optou por cursar Ciências Jurídicas pela Faculdade Nacional de Direito, e somente depois concluiu o curso de Geografia e História, em 1940.[50]

Como os demais geógrafos de seu tempo, Zarur fazia a ponte entre seus estudos na Universidade e as discussões no IBGE, frequentava as reuniões do Conselho Nacional de Geografia desde 1937, foi contratado oficialmente em

48 CARVALHO, Delgado. Meu filho Jorge. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1957, p. 5.

49 Há poucos trabalhos sobre o geógrafo, destaco: GUERRA, Antonio Teixeira. Vultos da Geografia do Brasil, Jorge Zarur. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 20, n. 3, 1958; GOMES, Horiestes. Jorge Zarur, "um geógrafo moderno". *Boletim Goiano de Geografia*, Goiania, v. 17, n. 1, p. 47-52, jan.-jun. 1997; ZARUR, Marcela B. Jorge Zarur e a geografia brasileira. *Observatório Geográfico de América Latina*. Disponível em: http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Teoriaymetodo/Investigacion/01.pdf. Acesso em: 16 fev. 2017; MACHADO, Mônica; ZARUR, Marcela B. Primeira aproximação da geografia institucional brasileira com a geografia norte-americana: uma análise a partir da obra de Jorge Zarur. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n. 27, 2015.

50 GUERRA, Antonio Teixeira. Vultos da Geografia... *Op. cit.*, 1958, p. 315.

1939 e em 1940 já era membro do Diretório Central do mesmo Conselho. Ainda neste ano de 1940 foi para os Estados Unidos graças à indicação de Delgado de Carvalho e lá fez seu mestrado: "Quando voltando de minha visita às Universidades dos Estados Unidos, em 1940, recebi da Universidade de Wisconsin uma bolsa de estudos de geografia para um aluno meu, sem a menor hesitação escolhi o nome de meu filho espiritual, Jorge Zarur".[51]

Este período na universidade estadunidense marcou definitivamente a carreira de Zarur, que acumulou seu trabalho no CNG com a representação do Brasil no Instituto Panamericano de Geografia e História e na National Planning Association.[52] Falarei sobre a questão dos contatos entre Brasil e Estados Unidos mais adiante, mas é interessante deixar claro que o geógrafo não foi o único a estabelecer relações com a geografia estadunidense, nesta época, o presidente da Comissão de Geografia do Instituto Panamericano era Fábio de Macedo Soares Guimarães e o secretário era Orlando Valverde, ambos do IBGE. Além deles, também pude constatar que professores da Universidade do Brasil também eram colaboradores do Instituto, como é o caso de James Braga Vieira da Fonseca, que lecionava Didática Especial de Geografia na UB e, fez um minucioso trabalho sobre a situação do ensino da geografia no Brasil desde o curso primário até o superior, publicado pela Comissão presidida por Fábio Guimarães.[53]

Chamo a atenção ainda para o fato de que quando os geógrafos do Rio de Janeiro eram chamados como "embaixadores" da geografia nacional para a representação nestes órgãos, trabalhavam para ver cumpridos seus objetivos em relação ao curso, especialmente no que tange à separação, no livro de Fonseca, por exemplo, fica claro seu descontentamento com o curso conjunto, o professor fala que:

Atualmente, a Geografia está associada à História, de modo que os estuantes recebem aulas das duas matérias, o que tem sido motivo para grandes divergências. As exigências, tanto da Geografia como da História, para um nível superior, são prejudicadas pelo fator tempo. Tendo os cursos duração de quatro anos, com quatro ou cinco matérias por série, tanto a Geografia como a História sentem-se prejudicadas. Aos candidatos à profissão de geógrafo parece

51 CARVALHO, Delgado. Meu filho Jorge… *Op. cit.*, 1957, p. 5.

52 PAN American Institute of Geography and History. *Instituto Panamericano de Geografía e Historia:* cincuentenario, 1928-1978. México: IPGH, 1978. NATIONAL Planning Association. *National Planning Association:* Origin, Objective, Organization. Washington: The Association, 1943; NATIONAL Planning Association. *The National Planning Association at Work:* Six Decades of Providing Solutions to America's Challenges. Washington: National Planning Association, 1995.

53 FONSECA, James Braga Vieira da. *O ensino da geografia no Brasil.* Rio de Janeiro: Instituto Pan-Americano de Geografia e História - Comissão de Geografia, 1956.

desnecessário o número de horas perdido com estudos históricos, não só em aulas como em atividades extras, obrigatórias. O mesmo se dá com os futuros historiadores.[54]

Com Zarur também não foi diferente, e após seu retorno escreveu o artigo "Geografia: ciência moderna a serviço do homem" no qual expõe suas concepções em relação ao curso e à metodologia e epistemologia da geografia, como foi anteriormente analisado no capítulo II.[55]

Além de acumular cargos nos órgãos estrangeiros e no Conselho, a partir de 1951 Zarur começou a trabalhar também na Universidade do Brasil, ficando responsável pelas cadeiras de Geografia Regional e Cartografia. Em 1955, o professor voltou ao tema da metodologia e epistemologia da geografia na confecção de sua tese para a cátedra de Geografia Geral e do Brasil no Colégio Pedro II.[56]

Zarur faleceu ainda muito jovem, com 41 anos, em 1957, mas mesmo em sua curta vida foi dos geógrafos que mais contribuiu na defesa do modelo de uma formação específica em geografia, argumentando a favor de uma formação que se coadunasse com as atividades desempenhadas no IBGE e a favor de um modelo de geografia aplicada, útil. Ele também viu a separação do curso em 1955, levada à cabo por seu mestre, Delgado de Carvalho, tema da próxima seção.

3.6.2. Delgado de Carvalho

As ideias reformadoras dos métodos de ensino, bem antes de 1930, já eram conhecidas no Brasil através de trabalhos publicados por professores influenciados pelo movimento da Escola Nova, entre os quais é um dever salientar os nomes dos Professores Delgado de Carvalho e Raja Gabaglia; o primeiro é o verdadeiro introdutor da moderna geografia no Brasil.
Os dois livros *Geografia do Brasil* e *Metodologia do Ensino Geográfico*, do Pra. Delgado de Carvalho marcam o início, no setor do ensino da geografia, do vitorioso movimento da Escola Nova.
Em suma, a história do ensino da geografia, no Brasil, pode ser dividida em duas grandes fases: a primeira vai desde a colonização até o movimento iniciado pelo professor Delgado de Carvalho; a segunda vai desde o advento das obras citadas acima até os nossos dias.[57]

Mestre falando do discípulo, discípulo falando do mestre. Decidi iniciar estas duas partes com textos de Delgado sobre Zarur e de Zarur sobre Delgado porque

54 *Ibidem*. p. 107.

55 ZARUR, Jorge. Geografia: ciência moderna a serviço do homem. *Revista Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro, IBGE, v. 6, n. 3, p. 313-326, 1944.

56 ZARUR, Jorge. *Precisão e aplicabilidade na geografia*. Tese (Cátedra de Geografia Geral e do Brasil) – Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 1955.

57 ZARUR, Jorge. A Geografia no curso secundário. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 3, n. 2, 1941, p. 245.

falar de um quase sempre é falar também do outro quando se trata da institucionalização da geografia brasileira.

Apesar desta relação de professor-aluno, os dois professores inicialmente lutaram por modelos diferentes de curso, como no caso da discussão ocorrida no IX Congresso de Geógrafos, quando Zarur propôs a separação entre a geografia e a história enquanto Delgado de Carvalho costurou com Monbeig uma proposta mais conservadora, que ainda preservava alguns anos conjuntos na formação. Uma década depois da querela entre Rio de Janeiro e São Paulo entorno do curso, Delgado de Caralho novamente agiu, desta vez colocando em pauta a formação exclusiva em Geografia no Congresso Nacional; proposta esta que foi bem sucedida, aprovada e implementada no fim de 1955.

O discurso de Zarur sobre Delgado é certamente elogioso, afirmando haver um antes e depois de sua obra na geografia nacional, mas a dimensão da importância do professor tanto para a geografia quanto para a história é realmente grande. Delgado de Carvalho lecionou geografia no Colégio Pedro II, nas áreas de geografia e história do curso da Universidade do Brasil, e durante esses anos foi um defensor da renovação da disciplina, desenvolvendo proposições para o ensino em todos os níveis; estas ideias estavam bastante relacionadas com sua formação e contatos estabelecidos antes de sua chegada ao Brasil.

Delgado de Carvalho nasceu na França, em 1884. Filho de brasileiros, seu pai estava a serviço da Coroa em Paris. Com a proclamação da República sua família lá permaneceu e Delgado teve uma educação européia, iniciou os estudos em Londres, bacharelou-se em Letras em Lion e em Direito em Lausanne. Depois ainda graduou-se em na Seção Diplomática da Escola de Ciências Políticas de Paris e na Escola de Economia e Política de Londres.[58]

Quando veio o Brasil, em 1920, o professor tinha por objetivo escrever sua tese para completar sua formação na Escola de Ciências Políticas de Paris. Neste mesmo ano ingressou no Colégio Pedro II, ocupando inicialmente a cadeira de inglês, passando para a de geografia e acumulando ainda a de sociologia.[59]

Para entender este trânsito de Delgado de Carvalho entre diferentes disciplinas é necessário olhar para os princípios que norteavam sua atuação. O professor era do movimento da Escola Nova, que valorizava a interdisciplinaridade e a

58 PIRES, Marcelo Raimundo. *Representações de Brasil em Delgado de Carvalho.* 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP, p. 8.

59 ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. Delgado de Carvalho e a Orientação Moderna no Ensino da Geografia Escolar Brasileira. *Terra Brasilis*, Niterói, RJ, v. 1, 2000.

complementaridade das disciplinas; John Dewey, um dos principais formuladores deste pensamento, inclusive dedicou um capítulo de seu livro *Democracia e Educação* à análise dos laços entre a história e geografia, intitulado "A significação da geografia e da história" argumentando que era um erro a distinção que se estabelecia no ensino destas duas matérias como "montes isolados e estranhos à experiência cotidiana", para ele as duas tinham o mesmo objeto, a vida do homem em sociedade, e deveriam ser pensadas em um sentido único, de aprendizados mútuos.[60]

Para além da relação com a Escola Nova, Delgado havia estudado na França, onde a associação com a história marcou a ciência geográfica. Como vimos, o mais alto grau da universidade francesa, a agregação, era em geografia e história, para além disto, o poder "sobre as estruturas acadêmicas e de ensino na França estava, na verdade, nas mãos dos historiadores; isso significava mais postos de emprego para quem se dedicava ou se aproximava da história, e não da geografia".[61]

Não é de se estranhar que o professor advogasse a união entre os cursos de Geografia e História na Universidade. É dele também a autoria da disciplina de "Estudos Sociais", implantada durante a ditadura civil-militar no curso secundário, que associava história, geografia, política, economia, sociologia, filosofia e antropologia cultural.[62]

Durante sua carreira Delgado escreveu uma série de artigos com instruções para o ensino e pesquisa em geografia, publicados no *Boletim Geográfico* e na *Revista Brasileira de Geografia*, ambas do IBGE, e apresentadas no quadro a seguir:

60 DEWEY, John. *Democracia e Educação*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1959.

61 BARROS, Nilson Cortez Crocia de. Delgado de Carvalho e a geografia no Brasil como arte da educação liberal. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 22, n. 62, 2008, p. 322.

62 Sobre Delgado de Carvalho e os Estudos Sociais, cf.: NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. *Licenciatura curta em Estudos Sociais no Brasil: sua trajetória na Faculdade de Formação de Professores (FFP) de São Gonçalo/RJ (1973-1987)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, RJ, 2012.

Quadro 14: Publicações em Ensino e Pesquisa geográfica, por Delgado de Carvalho

Ano	Título	Revista
1941	Evolução da geografia humana	Revista Brasileira de Geografia
1941	A excursão geográfica	Revista Brasileira de Geografia
1943	Geografia e Estatística	Boletim Geográfico
1944	O ensino da geografia no curso de humanidades I e II	Boletim Geográfico
1944	Uma concepção Fundamental da Geografia Moderna: "A Região natural"	Boletim Geográfico
1945	Evolução da Geografia Humana	Boletim Geográfico
1952	As ciências sociais e a aprendizagem	Boletim Geográfico
1952	Didática das Ciências Sociais (composto por três partes)	Boletim Geográfico
1955	Didática da Geografia (composto por duas partes)	Boletim Geográfico

Fonte: *Boletim Geográfico,* Rio de Janeiro, IBGE, 1944-1955; *Revista Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro, IBGE, 1941.

Chamo a atenção aqui para o fato de que, como Zarur, Delgado de Carvalho esteve à frente de todas as argumentações e disputas em relação à conformação do curso de Geografia e História, chegando até à proposição da lei que efetivamente separou o curso, cuja autoria é de José Linhares, marido de sua auxiliar (Maria Yedda Linhares) na Universidade. Esta informação nos leva a crer que as movimentações para tal recomendação deveriam ser do professor Delgado de Carvalho. Pode parecer inicialmente um tanto paradoxal que a mesma pessoa a advogar a interdisciplinaridade e interdependência destas disciplinas tenha sido a que pede a separação da formação universitária. No entanto, chamo atenção para o fato de que os conteúdos relacionados à geografia na história e os relacionados à história na geografia estavam assegurados pela lei, o que se coaduna com a posição de Delgado de Carvalho.

É interessante destacar que estas diferentes posições em relação ao curso marcaram não somente a trajetória destes professores, mas também seus estudos e a história da geografia. A seguir poderemos ver a cristalização destas disputas disciplinares nos trabalhos feitos pelos geógrafos sobre sua própria disciplina.

Os projetos de escrita de uma “história da geografia brasileira” ou ainda da “história da pesquisa geográfica no Brasil” nos auxiliam na observação das modificações do curso e dos movimentos que estas posições dissonantes foram tomando com passar dos anos.

4. A GEOGRAFIA PELOS GEÓGRAFOS, OU, "NOSSA" HISTÓRIA DA GEOGRAFIA

Este capítulo tem por objetivo analisar três diferentes documentos que tratam sobre a história do campo da geografia, feitos pelos próprios geógrafos, em três diferentes momentos, comparando estas tentativas de construção de uma história de geografia no Brasil. Inicio pelo trabalho de Monbeig no *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*, organizado por Rubens Borba de Moraes e William Berrien em 1949, passando pela investigação de José Veríssimo da Costa Pereira no livro *As ciências no Brasil* de Fernando de Azevedo, publicado em 1955, e, finalmente, os estudos de Aziz Ab´Sáber e Antônio Christofoletti, e Pasquale Petrone em *História das ciências no Brasil*, organizado por Mário Guimarães Ferri e Shozo Motoyama e publicado em 1979.[1]

Já de antemão deixo a ressalva de que dentre estes trabalhos há, para além de uma distância cronológica de mais de três décadas, diferentes concepções acerca do que seria a atividade do geógrafo, tanto o especializado quanto os auto-didatas, ou, ainda os que desenvolviam pesquisas nomeadas como "de interesse geográfico", que não eram propriamente geográficas, mas que "serviam" a um melhor entendimento da geografia nacional. Há ainda uma divergência na natureza mesmo destes textos, na sua essência; enquanto o trabalho de Pierre Monbeig no *Manual* se trata de "um texto sobre livros", um apanhado das publicações que versam sobre a geografia nacional (no sentido literal do termo, na conexão com o território), acompanhado de uma análise da história da geografia no país (do campo da geografia), isso porque por definição, o *Manual* é um "livro sobre livros"; os outros textos se propõem a serem menos uma enumeração dos livros já publicados acerca da geografia nacional (embora ainda haja diversas indicações a trabalhos prévios) e mais um exame da "evolução" da geografia nacional, da ciência geográfica, bem como do conhecimento sobre a geografia do país, *per se*.

É importante ter em mente esta diferença entre uma história da geografia no Brasil no sentido do conhecimento sobre o território e, de outro lado, uma história da geografia, do saber geográfico, e, consequentemente, da geografia

---

1 MORAES, Rubens Borba; BERRIEN, William. *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Souza, 1949; AZEVEDO, Fernando. *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1955; FERRI, Mário Guimarães; MOTOYAMA, Shozo. *História das ciências no Brasil*. São Paulo: EdUSP, 1979.

como campo científico. No Brasil, a profissionalização da geografia levou à formação de um grande aparato institucional que possibilitou um maior conhecimento sobre a geografia brasileira, a um maior domínio do Estado sobre o seu próprio território, mas o que realmente me interessa aqui é a análise da historiografia da geografia. A investigação dos geógrafos como agentes escritores da história de sua disciplina e, consequentemente, de sua própria história.[2]

Estas histórias da escrita geográfica no e sobre o Brasil talvez nos contem mais sobre os sujeitos que as escreveram do que do próprio passado que examinam. Elas inscrevem quem as produz em uma tradição, e assim abrem espaço para uma série de questionamentos, como: quem é escolhido para fazer parte desta história? Ou quem é digno de ser considerado "geógrafo" antes de haver um curso universitário? E ainda mais importante, quem seria "apagado" desta história?

Elas são mais que uma simples tentativa de estabelecer uma cronologia da geografia brasileira, mas antes se tratam de tentativas de manusear, de instrumentalizar, de desenvolver a tessitura do que seria uma história da disciplina. História esta que ainda não estava escrita por ninguém, visto que, no caso de Monbeig e Costa Pereira, por exemplo, também estavam, eles próprios, no limiar da geografia profissional; quando haviam feito o curso de geografia eram de sua primeira geração ou ainda ensinavam nos primeiros anos da Universidade no Brasil.

Dessa forma, o momento era crucial para escrever este tipo de síntese, para construir um discurso disciplinar, para referendar ou não um grupo. Esta era a hora de constituir mesmo a "tradição" da qual eles, como geógrafos, fariam parte, de se posicionar diante da história da geografia e dos escritos estrangeiros. Era o momento de apagar ou de inscrever um nome. Escrever esta história era aceitar o poder de narrador não somente da história da disciplina no Brasil, mas também de sua própria história como geógrafo, de suas leituras, da valorização de seus afetos ou exclusão de desafetos. Quem seria citado? De qual forma? Elogiosa ou crítica?

Para além destas questões havia ainda outra, que dizia mais respeito aos métodos da disciplina do que propriamente às pessoas. Quais seriam os trabalhos valorados? Estariam eles relacionados à geografia física ou à geografia

2 Sobre a "escrita de si", cf.: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004, p. 10-22; FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992, p. 134-143.

humana? Quais seriam as outras ciências ligadas à geografia? Quais delas citar e quais omitir?

Estes autores conferiam assim um sentido à história, uma direção a trabalhos que não estavam previamente encadeados ou que não têm entre si um senso de continuidade. Esta ideia de progresso, de linearidade, ao mesmo tempo em que é construída, no sentido de não ter necessariamente conexão com a realidade, produz consequências bastante objetivas, se materializa e produz realidade na medida em que é encarada por quem lê estes trabalhos. Tanto é que, apesar de algumas ressalvas e/ou críticas pontuais estes textos são usados na maioria das universidades brasileiras até os dias de hoje o que referenda a força destas histórias da disciplina, desta historiografia da geografia. Foi com este olhar que passei então à análise dos textos propriamente ditos.

4.1. A GEOGRAFIA NO MANUAL BIBLIOGRÁFICO DE ESTUDOS BRASILEIROS

O *Manual* foi organizado por Rubens Borba de Moraes e tem uma história que remonta à sua ligação com os estadunidenses latino-americanistas Lewis Hanke e Willian Berrien. Em 1940, os dois professores vieram a São Paulo com a intenção de convidar brasileiros para visitas de colaboração aos Estados Unidos e também planejar um *Handbook of Brazilian Studies* que contasse com textos de brasileiros e estrangeiros, seguindo o modelo do já existente *Handbook of Latin American Studies,* editado desde 1936 por Lewis Hanke na Universidade de Harvard e, a partir de 1939 editado pela Hispanic Division da Library of Congress.[3] O projeto inicial previa um texto bilíngue que abordasse a situação de todas as disciplinas no Brasil e se constituísse em um manual de referências. Arte, folclore, sociologia, história, geografia, direito, entre outras disciplinas tiveram lugar no projeto. O caso é que, a ideia inicial não foi adiante conforme o planejado e, consequentemente, o livro foi editado apenas no Brasil, contando com autores nacionais em sua maioria, destacadamente Mário de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Gilberto Freyre, *et al*. De estrangeiros havia apenas o próprio Willian, Donald Pierson, Robert C. Smith, e claro, Pierre Monbeig.[4]

O trabalho dedicado à geografia foi escrito por Monbeig e acrescido por uma nota colaborativa de Paulo Sawaya no tema zoogeografia brasileira, feita a

3 PEREIRA, Mateus; SANTOS, Pedro; NICODEMO, Thiago. *Uma introdução à história da historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2018, p. 88-91.

4 MORAES, Rubens Borba; BERRIEN Wiliam. *Manual bibliográfico de... Op. cit.*, 1949.

pedido do próprio Monbeig.[5] Como já dito anteriormente, objetivo do texto é fazer uma compilação de todas as obras importantes que haviam sido publicadas até aquele momento cujo tema era a geografia brasileira. Uma história da geografia brasileira, no sentido de ser feita não apenas por profissionais brasileiros, mas versando sobre os empreendimentos relacionados ao conhecimento do território nacional. Com isso, a história da geografia brasileira (como campo científico-profissional) é feita em paralelo à esta seleção de trabalhos, como que para justificar a escolha dos autores, das obras selecionadas, ou ainda para dizer das dificuldades encontradas na conformação deste manual. Vamos a ele.

Monbeig já inicia assumindo, pela própria proposta do texto, que era a de ser um trabalho de síntese que fornecesse indicações bibliográficas sobre os mais variados temas da geografia nacional, ele já estava fadado à incompletude. Primeiro pela própria situação da geografia como profissão no país, visto que havia transcorrido pouco mais de uma década desde a criação do primeiro curso universitário. Depois porque certos temas clássicos para a geografia francesa, como as monografias regionais, por exemplo, ainda não estavam completamente incorporadas ao fazer geográfico nacional. A própria divisão regional do Brasil, feita pelo IBGE sob a coordenação de Fábio de Macedo Soares foi referendada pela Presidência da República apenas em janeiro de 1942, o que já demonstra o curto espaço de tempo que os brasileiros dedicaram a este tipo de trabalho, e, como podemos observar pelo trabalho de Monbeig, não havia ainda sido realizado a contento. Ora, procurar na geografia brasileira temas que não eram pertinentes a ela, mas à geografia de seu país de origem era ter a certeza de não encontrá-los, ou, no caso de haver, consistiriam numa adaptação de preocupações estrangeiras que não poderiam em absoluto ser o que Monbeig esperava.

Sendo assim, o professor fala das inconsistências em relação à produção da bibliografia geográfica sobre o Brasil, afirmando mesmo, na primeira frase, que sua compilação não poderá satisfazer inteiramente a maioria das pessoas que a consultará.

Os que nele procurarem informações precisas sobre determinados assuntos, especialmente assuntos regionais, ficarão decepcionados pela ausência de citações de documentos, como sejam publicações de sociedades científicas locais, de serviços oficiais ou da imprensa regional. Outros, que desejarem apenas familiarizarem-se com o aspecto geral da terra, das coisas e dos homens do Brasil, lamentarão encontrarem, raramente, um ou outro artigo ou livro capaz de satisfazê-los suficientemente e criticarão o grande número de referências sobre

5 Sawaya também era professor na Universidade de São Paulo, era dele a cátedra de Fisiologia Geral e Animal.

estudos extra-geográficos ou sobre determinados detalhes. Esperamos, igualmente, crítica às notas analíticas. Ausentes, muitas vezes, imprecisas quase sempre. Em resumo, precisamos reconhecer, desde já, que a bibliografia aqui apresentada é bastante falha, quer no seu conjunto, quer na seleção das obras, dadas as dificuldades que encontramos para uma análise sucinta.[6]

O autor cita as "lacunas" que poderiam ser identificadas em seu trabalho, mas, fazendo "o que estava ao seu alcance" apesar das dificuldades e do "isolamento no qual se encontra, no Brasil", leva o leitor a observar as questões que influenciaram na confecção de seu trabalho e convida ainda para que haja um "aperfeiçoamento futuro de sua tentativa".

Um dos motivos levantados para a "deficiência" é o fato de que, estando a geografia situada no cruzamento entre as ciências naturais, físicas e humanas, como uma ciência de síntese, qualquer trabalho que versa sobre geografia deveria, em parte, citar também estas outras ciências. Assim:

[...] uma bibliografia geográfica é, necessariamente, um *bric-à-brac*. Aí se encontram trabalhos heterogêneos como artigos de geologia, botânica, zoologia, estudos históricos, sociológicos, pesquisas econômicas e etnográficas. Infelizmente, o resultado nos dá uma impressão de dispersão, de morfismo, de liquefação mesmo.[7]

Outra questão levantada pelo autor é o estado embrionário das bibliotecas e da bibliografia no Brasil. Para ele, não havia uma boa biblioteca no país anterior a 1940. Por isso, recorreu a bibliografias não essencialmente geográficas, como a *Bibliografia da geologia, mineralogia e paleontologia*, de Alpheu Dini Gonçalves, que é, como o próprio nome diz, geológica e não geográfica; à bibliografia internacional, notadamente o *Handbook of Latin American Studies*, publicação da biblioteca do congresso estadunidense; e, a partir de 1940, à seção bibliográfica da *Revista Brasileira de Geografia*, destacando que a revista tinha ainda uma vantagem, pois apresentava com favorável periodicidade sobre os novos trabalhos feitos no Brasil. O que para Monbeig era crucial, principalmente devido às grandes dificuldades em relação à integração ou coordenação do conhecimento produzido sobre o país, o que tornava difícil a um morador do Sul, por exemplo, conhecer o que estava sento produzido no Norte e vice versa: "lamentável a ausência de um organismo coordenador. Isso se explica, porém, pela vastidão do país. Assim a própria geografia é responsável pelas lacunas da bibliografia geográfica. Esse estado de coisas trouxe graves consequências para o nosso trabalho".[8]

---

6 MONBEIG, Pierre. Geografia. In: MORAES, Rubens Borba; BERRIEN, William. *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Souza, 1949, 1949, p. 319.

7 *Ibidem*, p. 320.

8 *Idem*.

O argumento sobre o tamanho do país foi novamente mobilizado logo a seguir, ele foi um dos motivos levantados por ele para a "situação precária da geografia no Brasil".

Se pensarmos nas circunstâncias e condições em que se desenvolveu a ciência geográfica neste imenso país, grande e variado como um continente, justificaremos, perfeitamente, o estado atual e poderemos apreciar melhor as tendências interessantes que se têm manifestado de algum anos para cá.

Não há muito tempo, o Brasil era ainda um país a explorar. Mesmo que o seu território esteja, hoje, quase todo conhecido, algumas partes da bacia hidrográfica amazônica continuam, ainda, bastante desconhecidas. As dimensões da viagem, os obstáculos do clima e da vegetação são os empecilhos normais que contribuíram para paralisar os progressos conhecimento do solo brasileiro. […] Para o conhecimento de espíritos mal informados, são estas circunstâncias atenuantes para que o Brasil, geograficamente, não tenha sido ainda bem estudado. A fase do descobrimento está acabando, a do conhecimento agora tem início.[9]

Outra dificuldade abordada é a situação da geografia como disciplina. Para ele os trabalhos "puramente geográficos" eram poucos no país, o caráter polimorfo da geografia era, no Brasil, levado ao extremo. Sendo assim, Monbeig justifica que foi obrigado a "procurar o que nos interessava, na casa do vizinho", convidando professores das cadeiras de zoologia, botânica e história para colaboração em seu trabalho.[10]

Deste modo, polimorfos e feitos por profissionais não-geógrafos são os primeiros trabalhos citados por Monbeig. É interessante destacar que não há um consenso sobre o ponto inicial dos trabalhos geográficos no Brasil (entre as historiografias aqui analisadas), enquanto Monbeig começa suas observações pelos naturalistas viajantes europeus, aparecem Spix, Martius, Agassiz, Luccoock, entre outros. Costa Pereira inicia pelos trabalhos anteriores, feitos por espanhóis e portugueses no sentido de delimitar as fronteiras do país com a América espanhola.[11] A opção do francês pelo início de sua compilação já no século XIX denota o apagamento da produção geográfica e cartográfica feita durante e a respeito do período colonial brasileiro.

O tom usado para referir-se aos viajantes é, relativamente elogioso, mas, ao contrário do trabalho de Pereira, como veremos a seguir, ele não se detém no esmiuçamento de seus trabalhos, mas antes passa à segunda metade do século XIX e ao começo do século XX, afirmando que "as publicações do fim do século são mais abundantes, de espírito mais nitidamente científico e conclusões menos hipotéticas". Para Monbeig as obras de maior importância começam na

9 *Ibidem*, p. 321.

10 *Ibidem*, p. 320-321.

11 Cf.: PEREIRA, José Veríssimo da Costa. A Geografia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando. *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1955.

obra de Charles Hartt, que em 1870 publica *Geology and Physical Geography of Brazil*, passam pelos trabalhos de Wappaus, Liais e Gorceix, para chegar ao "ponto culminante deste período", o trabalho de Branner publicado no *Bulletin of the Geological Society of America*, em 1919.[12]

Há ainda outros nomes de aparente consenso entre os narradores da história da escrita geográfica no Brasil que também foram citados por Monbeig, entre eles elenco o Barão do Rio Branco, Teodoro Sampaio, Alberto Betim Paes Leme, Alberto Lamego, entre outros.[13]

Dando seguimento a seu texto, ouso dizer que a característica mais interessante do trabalho de Monbeig é a tentativa de avaliação em separado da geografia física e da geografia humana nestas bibliografias geográficas. Já veremos que o trabalho de Pereira não estabelece seu foco nesta dicotomia entre geografia humana e física e, a seguir, no trabalho organizado por Mário Ferri e Shozo Motoyama, a geografia já estava dividida, *a priori*, em dois blocos distintos, dois trabalhos completamente diferentes e mais, desenvolvidos por autores diversos; havia uma seção de geociências, assumindo a feição da geografia física, citada aqui por Monbeig, e geografia humana. Desta forma, o autor destaca aqui que, como os autores citados aqui são naturalistas, não podia ser de outra forma, senão o impulso dado, neste primeiro momento à geografia física em detrimento da humana.[14]

Para ele a geografia humana progredia mais lentamente, relacionada às viagens feitas por etnólogos, que realizaram pesquisas a respeito das populações indígenas e negras no Brasil. Nesta parte Monbeig assinala a importância que teve a Comissão Rondon "cujas publicações trazem inúmeras informações geográficas. É preciso consultar, com bastante cuidado, neste manual, o capítulo referente à Etnologia, pois as descrições dos etnógrafos não se limitam a falar de índios, mas tratam também do relevo, da flora e da fauna".[15]

O giro para as publicações relacionadas à geografia humana se completa aqui com o destaque ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que são para as ciências humanas "um sólido ponto de apoio no decurso do século passado". Suas revistas são tidas como importante fonte sobre a geografia nacional neste momento. Contudo, o autor deixa claro que esta produção, apesar de "útil" já estava "ultrapassada", pois ela se constituía, na maioria das vezes, em "listas de

12 MONBEIG, Pierre. Geografia... *Op. cit.*, 1949, p. 322.
13 *Ibidem*. p. 322-323.
14 *Ibidem*. p. 323-324.
15 *Ibidem*. p. 324.

nomes de rios, montanhas, cabos e baías. Encontramo-las também sob a forma de grandes adicionarmos geográficos, com um acumulo muitas vezes inquietante de nomes, ainda mais de números".[16]

O autor chega até a segunda década do século XX sem citar ao menos um trabalho feito por um geógrafo e, quando o faz, cita geógrafos franceses, americanos e alemães, entre eles destaco Elisée Reclus, Pierre Denis, Vidal de La Blache e Gallois, Roy Nash, Preston James, Pierre Deffontaines, *et al.* Alguns dos nomes são os mesmos citados por Pereira, Aziz Ab'Sáber e Chistofoletti em seus artigos, outros eram trabalhos aos quais teve acesso através do *Handbook of Latin American Studies*.[17]

Adiante Monbeig começa a tratar dos brasileiros que fizeram parte desta história da escrita geográfica sobre o Brasil e aí vemos um bom ponto de contato e anuência entre os textos: o papel de Delgado de Carvalho. Para o autor ele foi o "iniciador deste movimento de pesquisas geográficas e ensino da geografia".[18]

Mais tarde, Delgado de Carvalho contribuiu para vulgarizar as concepções modernas da geografia entre as pessoas cultas, e, sobretudo, nos meios escolares, com a brochura destinada ao ensino da geografia, *Corografia do Distrito Federal*. Mais importantes do que este são as publicações sobre o clima do Brasil, conferências sobre a discografia do Brasil, e, finalmente, livros escolares e geografia nacional e geografia geral. Ainda atualmente Delgado de Carvalho está à testa do movimento geográfico do seu país. Os geógrafos muito lhe devem e sua influência não cessa de ser benéfica.[19]

No que tange aos brasileiros, o autor faz uma digressão e novamente se volta para os profissionais das ciências correlatas, como a geologia, mineralogia e a climatologia. Para em seguida lamentar pelo desfavorecimento da geografia humana, que, segundo ele, enfrentava uma série de revezes na atração de futuros profissionais. Para Monbeig a geografia humana tinha a "dura concorrência da sociologia, temida sedutora, ou da antropologia cultural, cujo nome complexo é garantia de uma verdadeira ciência". Havia ainda a má experiência com a geografia ensinada nas cadeiras escolares, que validava a memorização, e com a falta de condições materiais, como mapas, arquivos e bibliotecas. Assim, procura citar trabalhos de autores como Gilberto Freyre e Oliveira Vianna, que, embora não tratem de geografia humana, não eram obras "inteiramente estranhas à geografia de Vidal de La Blache ou de Browman".[20]

16 *Idem*.
17 *Ibidem*, p. 325.
18 *Ibidem*, p. 325-326.
19 *Ibidem*, p. 326.
20 *Idem*.

Monbeig chega a um período que chama de "vigoroso e simpático surto de geografia no Brasil". Ele teria começado com a criação do curso de geografia nas universidades brasileiras, em São Paulo e no Rio de Janeiro, passando pela criação do IBGE e da *Revista Brasileira de Geografia*. Chegando ao retorno dos congressos de geografia, que em 1940 voltaram a ser organizados com periodicidade regular e à criação da AGB nacional e, posteriormente, de seus núcleos estaduais. Completando seu panorama, passado e presente estavam inscritos na sua apresentação da situação da escrita geográfica sobre o Brasil. O que ele propõe adiante é um balanço desta produção, analisando o que o leitor encontraria em sua compilação bibliográfica. Inicia sua análise pela cartografia, e é interessante porque há aí um paradoxo. Para ele a deficiência cartográfica era a causa essencial da falta de certos estudos e da fraqueza metodológica de quase todos e, como não havia mapas ou outras representações cartográficas de grandes regiões do país, percorrê-lo era um problema real.[21]

Mais de um leitor nos acusará de pessimismo. não é isto. mais que outros que apenas passam, conhecemos essas dificuldades. […] Se os mapas são pouco numerosos, é porque sua confecção é infinitamente mais difícil e demorada que em outros países. O cartógrafo brasileiro merece todo o respeito dos geógrafos que não têm razão alguma para criticar um trabalho onde não podem tomar parte.[22]

Aponta ainda falhas na bibliografia geomorfológica, climatológica e hidrográfica do país, que permaneciam "um domínio ainda inexplorado". Batendo novamente na mesma tecla, afirma que a geografia humana tampouco estava em melhor situação e que também a geografia econômica carecia de estudos, bem como a geografia regional.[23]

É interessante destacar que a criação de sentido nesta história da produção bibliográfica sobre o Brasil tem objetivos claros, ainda que não diretamente explícitos. Monbeig destaca que, um dos motivos para a deficiência nos estudos de geografia regional ou geografia econômica era ocasionada pela "separação exagerada" das cadeiras de geografia física, humana e do Brasil, o que não favoreceria o encaminhamento dos estudantes para estes tipos de estudos.[24] O autor, que, como já foi analisado, era contra a separação das disciplinas de geografia humana e física (que foram separadas a seu contragosto quando da vinda do professor De Martonne em 1938 para lecionar no curso da USP) construía assim seu argumento demonstrando na prática o malefício do não

21 *Ibidem*. p. 326-327.
22 *Ibidem*. p. 331-332.
23 *Ibidem*. p. 329-331.
24 *Ibidem*. p. 331.

cumprimento da posição que defendia em relação ao curso, tanto para a formação dos estudantes quanto para o "progresso" dos trabalhos geográficos brasileiros.

Dessa forma, Monbeig estabelecia conexões entre o passado e o presente da disciplina, ligando o estudo do passado às projeções para o futuro no sentido de garantir ver solucionados estes impasses do presente.

O sentido da atualidade do passado no presente se entrelaçava com os objetivos da especialização e da profissionalização, afinal era necessário precisão na descrição do estado corrente da arte, retrato analítico da conjuntura presente. Assim, uma análise crítica do presente vai orientando o passado, configurando elementos fundamentais de um "regime de verdade" amparado no surgimento de novas instituições mas sobretudo em um discurso de legitimação desses fazeres.[25]

Outro ponto crucial de seu trabalho está no apagamento dos trabalhos de autores com posições diferentes das suas no que tange ao ensino da geografia na Universidade. Conforme foi apresentado anteriormente, Monbeig defendia publicamente duas posições em relação ao ensino universitário da geografia, a primeira delas era a associação entre as disciplinas de geografia humana e física e a segunda era a manutenção do curso conjunto de Geografia e História. Seus antagonistas eram os geógrafos do Rio de Janeiro, notadamente os do IBGE, que defendiam posições contrárias em relação ao curso, advogando pelas duas separações. Desta forma, não é uma surpresa notar que, apesar de haver em seu trabalho uma seção inteira dedicada à geomorfologia, nenhum dos trabalhos de Francis Ruellan, professor da UB e geógrafo do CNG que dedicou mais de duas décadas ao estudo da geomorfologia brasileira, tenham sido sequer mencionados. O mesmo acontece com os trabalhos de Jorge Zarur sobre a hidrografia brasileira, geógrafo, também ligado ao CNG e ao IBGE, e que era um de seus mais ferrenhos rivais na questão da separação do curso de Geografia e História, conforme já foi tratado anteriormente.

É interessante observar que estes movimentos de destaque e de apagamento são instrumentalizados nessa escrita da história da geografia. Monbeig traça um caminho para si mesmo e para a geografia nacional que remonta aos viajantes naturalistas, passa por acadêmicos franceses e americanos até chegar aos ensaístas brasileiros, ligando a geografia à história de forma intrínseca e já deixando bastante clara a sua posição; valorizando ainda a geografia humana ante à física. O IBGE e sua revista são citados, mas de forma geral, sem que os trabalhos nela publicados assumam qualquer protagonismo, o comprometimento

25 PEREIRA, Mateus; SANTOS, Pedro; NICODEMO, Thiago. *Uma introdução à história... Op. cit.*, 2018, p. 93-94.

do Instituto com um plano diferente para o ensino da geografia e para campo do profissional geógrafo já delimitavam o acanhado papel que estes homens teriam na história de Monbeig.

4.2. A GEOGRAFIA EM AS CIÊNCIAS NO BRASIL

As ciências no Brasil foi organizado por Fernando de Azevedo em meados dos anos 1950 e publicado com patrocínio da Instituição Larragoiti, uma entidade que já vinha patrocinando livros de síntese sobre temas nacionais, entre eles *A literatura no Brasil*, sob o comando de Afrânio Coutinho. Esta não foi a primeira investida de Azevedo em uma obra deste porte, na década anterior, em 1943, ele já havia organizado *A Cultura Brasileira*, que foi encomendada por Getúlio Vargas com o objetivo de que esta se constituísse em uma "introdução" ao Censo de 1940, o primeiro do recém criado IBGE.

O trabalho de Fernando de Azevedo se inicia com um prefácio escrito por Antonio Candido. A decisão por destacar este prefácio vem da grande sintonia entre o texto dedicado à geografia de Veríssimo e Monbeig e a breve história das ciências no país proposta por Antonio Candido. O professor estabelece um lugar e também um sentido para a Universidade brasileira, ela era um ponto de inflexão para as ciências; estabelecendo uma cronologia que ia dos viajantes europeus, passando por alguns poucos brasileiros selecionados para aí chegar aos cursos universitários, como podemos ver a seguir:

Cerca de vinte anos antes tinha-se consolidado o princípio segundo o qual as ciências, no ensino superior, não devem ser concebidas como auxiliares da formação profissional, mas como disciplinas cultivadas antes de mais nada como objeto autônomo de conhecimento. Isso implicava a ideia fundamental de que o ensino deve estar associado intimamente à pesquisa e que o saber deve ser inicialmente "desinteressado", como se dizia, visando antes de mais nada ao seu próprio desenvolvimento, por meio da investigação permanente. Esta ideia, um dos motivos diretores da vida combativa de Fernando de Azevedo, está na base do presente livro.

O leitor começa por conhecer a contribuição dos cronistas e viajantes do período colonial, em muitos casos observadores sagazes da natureza e dos costumes, entremeados por uma exceção rutilante: a contribuição realmente científica dos sábios europeus chamados por Maurício de Nassau. Vem depois a grande geração da independência, querele cientistas e intelectuais tão eminentes quanto José Bonifácio e Alexandre Rodrigues Ferreira.

Em seguida deu-se a lenta, heróica e quase sempre insatisfatória implantação do ensino e da pesquisa científica, com papel predominante de especialistas estrangeiros e pouca contribuição original dos brasileiros, salvo exceções notáveis, como a de Joaquim Gomes de Sousa na Matemática.

Na entrada do século XX a necessidade de resolver problemas agudos no campo da saúde, da produção e da técnica favoreceu os primeiros grandes feitos de criatividade. […] Era o amadurecimento cujo passo decisivo foi a criação no decênio de 1930 das universidades

organicamente concebidas, dotadas de centros de pesquisa iniciados frequentemente, nos casos mais importantes, por especialistas estrangeiros. A partir daí a investigação sistemática devidamente equipada e fundamentada, praticada por brasileiros, torna-se regra, não exceção, mostrando que as ciências tinham chegado entre nós à idade adulta. Foi então necessário um balanço, que vem a ser este livro.
Ele foi portanto a síntese orientada pelo homem certo na hora certa, isto é, o momento da grande virada de que saiu a cultura científica do Brasil atual.[26]

Sua opinião sobre o autor do livro é bastante elogiosa, E, sobre o autor, continua:

Ninguém melhor que ele para organizá-lo. Pensador e homem de ação, tinha sido figura relevante em todo o movimento de renovação cultural, desde as reformas da instrução publica elementar até a concepção e fundação das universidades, sendo que a de São paulo se constituiu a partir de um projeto básico elaborado por ele, que foi também autor do projeto de estatutos, em colaboração com seu grande amigo Antonio de Almeida Junior. Além disso, já tinha demonstrado domínio da matéria no livro Cultura Brasileira, de 1942, onde traçou uma síntese de nosso desenvolvimento científico. Nesta obra notável devemos buscar o perfil do método que presidiu a concepção e ordenação de As Ciências no Brasil: levantamento histórico das origens remotas, aparecimento do trabalho sistemático, sua consolidação e, afinal, a situação do momento.[27]

No livro, a Geografia está inserida em uma parte intitulada: "Ciências Geológicas e Geográficas", de onde constam dois capítulos dedicados ao que hoje identificamos como a área da geografia física, são eles: "A Geologia e a Paleontologia no Brasil", escrito por Viktor Leinz; "A Mineralogia e a Paleontologia no Brasil", de Othon Henry Leonardos e finalmente, "A Geografia no Brasil", feito por José Veríssimo da Costa Pereira.

Costa Pereira foi um geógrafo autodidata, não possuía educação formal em geografia ou em engenharia, como grande parte de seus colegas à época. Começou sua carreira como professor no ensino secundário e, em 1940, foi contratado pelo Conselho nacional de Geografia do IBGE. Sua primeira oportunidade de estudo em um centro universitário se deu quando de sua viagem para os Estados Unidos, quando em 1945 foi para a Northwestern University receber aperfeiçoamento em técnicas de pesquisa de campo e planejamento regional.[28] Talvez por isso tenha dado tanta importância ao ensino da geografia e especialização dos professores nível primário secundário, o que fica claro em se projeto de universidade pelo rádio, a Universidade do Ar.[29]

---

26 CANDIDO, Antonio. Prefácio. AZEVEDO, Fernando (Org.). *As Ciências no Brasil.* Vol. I. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994, p. 7-9.

27 *Idem*.

28 CORRÊA FILHO, Virgílio. Vultos da Geografia: José Veríssimo da Costa Pereira. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 18, n. 2, 1956.

29 ARANHA, Patricia. O IBGE e a consolidação da geografia universitária brasileira. *Terra Brasilis (Nova Série)*, Niterói, RJ, v. 3, 2014.

O geógrafo estabelece uma cronologia curta da "geografia científica" no Brasil, que se iniciava apenas na segunda metade do século XIX. Era uma história marcada pelo Conselho Nacional de Geografia como marco maior, uma caminhada que chegava em seu maior expoente:

Tal sucedeu com a formação da própria ciência geográficas geografia no Brasil passou em seu desenvolvimento por transformações paulatinas, sempre, porém expressivas, até atingir seu organismo científico atual.

É já uma complexa organização que, culminando no Conselho Nacional de Geografia, órgão oficial máximo da liderança geográfica no país, se arcabouça nos departamentos geográficos de universidade como a de São Paulo e a do Brasil e se amplia, no campo metodológico, através de investigações e estudos originais, levados e efeito por instituições particulares e modernas, como a Associação dos Geógrafos Brasileiros.[30]

E prossegue afirmando que, nos primeiros anos, a geografia teve mais "progressos" do ponto de vista físico do que do humano, porque estava mais conectada com a matemática e as ciências naturais desde o século XVIII até o século XX, principalmente devido ao papel de viajantes estrangeiros. Assim, a partir da segunda década do século XX a geografia brasileira estendeu suas conexões com as ciências sociais e a geografia humana passou a ter destaque.

A geografia científica brasileira seria então um exemplo de como os brasileiros "absorveram" as culturas estrangeiras, e de como esses estrangeiros os orientaram no sentido do rigor metodológico. Ao poder publico caberia "consolidar" estes conhecimentos através da criação de instituições como as Universidades e o IBGE, por exemplo.

Logo depois desta introdução, Costa Pereira segue seu texto separando a história da geografia em diferentes períodos, para, em cada um deles, destacar expedições, indivíduos ou instituições que se dedicaram à geografia no Brasil.

Iniciando sua análise pelo período colonial, o autor destaca que esta foi uma fase na qual o país permaneceu "fechado às investigações de caráter científico", com exceção do período da invasão holandesa, no qual Maurício de Nassau governou o atual estado de Pernambuco.[31] Havia poucos e breves momentos de trabalhos relacionados à geografia quando do levantamento de fronteiras e demarcação de limites entre Portugal e Espanha. Para ele o quadro da geografia também não era melhor na Europa, caracterizada pelas longas descrições chamadas aqui de "enciclopédicas", o maior e mais patente exemplo elencado

30 PEREIRA, José Veríssimo da Costa. A geografia no Brasil... *Op. cit.*, 1955, p. 349.

31 O autor destaca a obra *Historia Naturalis Brasiliae,* do naturalista George Marcgrave, que desembarcou no Recife em 1637 integrando um grupo de cientistas que tinha por objetivo realizar levantamentos geográficos, astronômicos e de história natural.

por Pereira é a própria carta de Pero Vaz de Caminha contando sobre o que viria a ser o Brasil ao rei D. Manoel I de Portugal.[32]

O autor defende que há na geografia o predomínio da relação com a matemática, verificado através do destaque à cartografia, que concentraria a atividade geográfica entre os séculos XV e XVIII. No entanto, Pereira faz nesta parte uma ressalva, destacando os escritos dos jesuítas e de alguns outros "cronistas e diletantes", que podem ser elencados como fontes da geografia do Brasil, entre eles Gandavo, Fernão Cardim e Gabriel Soares de Sousa. Estes autores "tudo fizeram para dar às gerações futuras, ao seu modo, um conhecimento ainda que superficial dos diferentes aspectos da terra achada por Cabral em 1500".[33]

Como não podia deixar de ser, após o elogio ao período da ocupação holandesa para a geografia nacional, Pereira destaca a escola cartográfica flamenga. Adjetivos como "perfeitos", "meticulosos" e "fiéis" foram usados para caracterizar os mapas produzidos pela escola.[34]

Avançando um pouco mais no tempo, na primeira metade do século XVII, mereceu destaque o trabalho de La Condamine, que percorreu o rio Amazonas. Dizendo ainda que, na segunda metade deste mesmo século os conflitos territoriais com a Espanha favoreceram a produção de material cartográfico que solucionasse as querelas, resultando em trabalhos de levantamento geográfico por comissões mistas, para, a partir destas viagens ser confeccionado um mapa que subsidiou o Tratado de Madrid, a *Carta Concordata, Mapa das Cortes ou Mapa dos confins do Brasil com as terras da Espanha na América meridional*. O mesmo aconteceu depois, 1777, quando extensas regiões foram percorridas para a assinatura do Tratado de Santo Idelfonso.[35]

Adiante há uma enumeração de trabalhos de viajantes, sertanistas do século XVIII, que "espontaneamente deixaram, em seus relatos de impressões, informes e depoimentos, nos quais imprimiram um cunho geográfico que não seria lícito menosprezar".[36]

O autor chega ao século XIX, no qual, para ele há "um vigoroso movimento geográfico" ele chegaria ao Brasil na esteira dos levantamentos das ciências naturais, como zoologia e botânica, deixando como uma espécie de "subproduto" destas pesquisas os trabalhos de cunho geográfico. Contudo, este

32 PEREIRA, José Veríssimo da Costa. A geografia no Brasil... *Op. cit.*, 1955, p. 351.
33 *Ibidem*. p. 352.
34 *Ibidem*. p. 358-359.
35 *Ibidem*. p. 359-366.
36 *Ibidem*. p. 364.

ímpeto geográfico não se desenvolveu no país, não atingiu o "âmago da ciência geográfica" isto porque

faltou a criação do ensino geográfico em grau universitário. A realização de um programa bem definido, capaz de assegurar a individualidade da ciência, já concebida sob novos moldes, não foi possível, dada a inexistência de universidade no país. Desta forma, sem a indispensável preparação técnica e científica dos futuros executores, o trabalho das pesquisas não pôde ser realmente frutuoso, a despeito de certos impulsos em seu favor. Dessa maneira, o movimento geográfico europeu apenas teve, no Brasil, uma repercussão de superfície.[37]

Assim, segue descrevendo iniciativas isoladas ou campanhas científicas de grupo ocorridas durante o oitocentos, entre elas a Expedição Thayer (que contava com Agassiz e Charles Hartt), o trabalho de Eduardo José Morais sobre a hidrografia brasileira, de Francisco Antônio Pimenta Bueno (cujo trabalho subsidiou a confecção da Carta da província do Mato Grosso), entre outros brasileiros e estrangeiros.[38]

No século XVIII destaca ainda a criação de instituições que "dedicadas total ou parcialmente ao trato dos assuntos geográficos, teve o mérito de despertar o interesse do publico pela mataria e provocar o gosto por tão importante ramo do saber humano", foram elas o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838) e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (1883); para além, a Comissão Geológica do Império (1875) e as Comissões Geológica e Geográfica de São Paulo (1866) e de Minas Gerais (1892) concorreram para o "progresso dos conhecimentos geográficos sobre o Brasil".[39]

É interessante destacar aqui que, o autor se vale de um texto de Emmanuel de Martonne de 1940 para referendar a importância da Comissão Geológica e Geográfica de São Paulo, quando em seu trabalho *Brasil Tropical Atlântico* o francês fala que o Serviço Geológico de São Paulo havia organizado uma importante série de cartas que cobriam toda a região litorânea, inclusive avançando para fora de seu próprio território, e que o Serviço mineiro também teria feito o mesmo minucioso trabalho.[40]

Deste modo, outro marco seria a criação do Serviço Geológico e Mineralógico em 1907, servindo de base geográfica ao trabalho da Comissão de Estudos e Obras contra os Efeitos das Secas. Com ele, a geologia aplicada, ao "lado econômico e utilitário" também significava o auxílio ao desenvolvimento

37 *Ibidem*. p. 369.
38 *Ibidem*. p. 370-399.
39 *Ibidem*. p. 399-405.
40 *Ibidem*. p. 405-406.

da geografia nacional na forma de "subprodutos" destes planos de desenvolvimento.[41]

Já em relação ao começo do século XX, Pereira destaca duas viagens: a primeira, de Hamilton Rice Jr. (professor de geologia da Universidade de Harvard) ao interior do Brasil; e, as realizadas por Koch-Grunberg (etnólogo alemão que realizou duas viagens à Amazônia brasileira). O trabalho deste último, *De Roraima ao Orinoco,* combina um diário de viagem, análise dos mitos dos povos indígenas Taulipangues e Arecunás, informações linguísticas e um atlas biotipológico. O livro contribuiu no processo de composição de Macunaíma, obra de Mário de Andrade.[42]

Prosseguindo, desta vez por iniciativas nacionais, a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas mereceram destaque do autor por seus trabalhos de levantamento geográfico em áreas tidas como intocadas "desconhecidas" do noroeste brasileiro.[43] Destaca também o papel de Barão do Rio Branco para a geografia, principalmente devido ao seu papel crucial na resolução de questões relativas às fronteiras nacionais entre o fim do século XIX e o começo do século XX.[44]

Ainda no século XX, mas antes da criação do curso universitário, o geógrafo destaca Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Raimundo Lopes e Roquete Pinto. Neste ponto é interessante destacar que Pereira vai além, ele afirma que,

> apesar de precipuamente um historiador, […] Capistrano de Abreu representa para a história do Brasil o que Vidal de La Blache significa para a geografia da França. Renovou os métodos de investigação, combatendo o empirismo das conclusões. Divulgou as novas ideias antropogeográficas lançadas na Europa por Friedrich Ratzel. Bateu-se para que fosse feito, um dia, trabalho de conjunto sobre a geografia do Brasil, trabalho de uma só pessoa e, no qual, "o aspecto do céu , a circulação atmosférica, a estrutura do solo, a vegetação que o veste com a animalidade que o cobre, e o homem que domina sobre a criação, aparecessem, todos, nas correlações que os precede e penetram". Nos *Capítulos de história colonial*, "tableau trace dans un espirit assez géographique", conforme a justa expressão de Pierre Dénis, Capistrano fez toda a interpretação histórica do povoamento, depois de haver balanceado a influência da posição, da estrutura e da configuração do solo. os fatos geográficos humanos não foram desprezados, porque às condições do quadro natural se sobrepunham, mesmo na fase inicial do povoamento, a vontade e o trabalho dos homens. Tanto em *Capítulos de história colonial* como em *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, o papel da estrada foi cuidadosamente destacado pelo historiador-geógrafo. No último, há trechos de verdadeira geografia humana, como o que se refere ao povoamento de Goiás. Também no primeiro, a

41 *Ibidem*, p. 407-411.

42 KOCH-GRÜNBERG, Theodor. *Vom Roraima zum Orinoco*. Berlin: Dietrich Reimer Verlag, 1917; LOPEZ, T. L.; SANTOS, T. M. L. (Org.). *O Turista Aprendiz*. São Paulo; Brasília: IEB-USP; IPHAN, 2015.

43 PEREIRA, José Veríssimo da Costa. A geografia no Brasil... *Op. cit.*, 1955, p. 418-420.

44 *Ibidem*, p. 420-422.

análise das condições de vida em São Paulo na época dos bandeirantes é de um autêntico geógrafo humano.[45]

No que diz respeito ao ensino de geografia nas escolas e aos manuais de ensino, o autor destaca a obra de Delgado de Carvalho, professor do curso universitário de Geografia e História. Ainda em 1913, Delgado publicou um trabalho intitulado *Geografia do Brasil*, que se constituía no "texto de ensino melhor urdido e escrito para os estudantes brasileiros".[46]

Nas primeiras duas décadas do século XX ganham destaque ainda Everardo Backheuser e Fernando Raja Gabaglia. É interessante destacar que os dois autores, como Capistrano e Delgado de Carvalho, estavam nesse momento de entroncamento entre a geografia antes e depois da Universidade e do IBGE; Backheuser e Raja Gabaglia inclusive pertenceram ao movimento que criou o Conselho Nacional de Geografia no interior do Instituto. O autor classifica estes autores do período do começo do século XX como autores de "transição", isto porque, para Pereira eles localizavam-se entre o que ele chamou de fase pré-contemporânea da geografia do Brasil e o que seria a fase contemporânea. Nesta fase, além destes, o autor destaca Silvio Fróis de Abreu, Betim Paes Leme, Alberto Ribeiro Lamego, entre outros.[47]

A tal fase contemporânea da geografia nacional estava marcada pela criação da Universidade e, consequentemente, do curso de geografia, além do IBGE. A partir da criação dos cursos na Universidade de São Paulo e Universidade do Distrito Federal, Pereira destaca a atuação dos geógrafos franceses, entram agora em sua narrativa Deffontaines, Monbeig e Ruellan.

Imprimindo a orientação científica dos métodos de pesquisas geográficas, introduzindo ou aperfeiçoando a técnica das observações sobre o terreno, estimulando as pesquisas iniciais, divulgando os processos modernos do ensino geográfico, estabelecendo e sistematizando as normas de elaboração e de redação de um trabalho geográfico, descendo, posteriormente, ao esclarecimento de pormenores técnicos relacionados com o trabalho de campo, nas pesquisas originais de geografia regional, debatendo em seminários ou em tertúlias, temas e questões da maior importância geográfica, os professores estrangeiros imprimiram, efetivamente, uma grande orientação ao movimento renovador da geografia no Brasil. Pela primeira vez no país os estudos geográficos e as pesquisas realizadas foram levados a efeito ou tiveram a orientação de geógrafos propriamente ditos.[48]

Saliento aqui que Pereira separa Monbeig de Ruellan de acordo com seus interesses, o primeiro pela geografia humana e o segundo pela geografia física e geomorfologia, já deixando claro que, apesar de virem do mesmo país, estes

45 *Ibidem,* p. 422-423.
46 *Ibidem,* p. 425-426.
47 *Ibidem,* p. 434.
48 *Ibidem,* p. 439-440

eram professores profundamente diferentes. Além disso, há ainda a questão das múltiplas expedições chefiadas por Ruellan realizadas pelo IBGE, que neste trabalho mereceram destaque do autor, Pereira destaca inclusive que o professor "inaugurou um novo tipo de expedição no Brasil. Trata-se da primeira excursão inter-universitária realizadas às regiões ínvias da Amazônia e do Centro-Oeste" neste caso destacando as viagens à região do Território do Rio Branco e a de localização da nova capital Federal, respectivamente.[49]

Ainda entre os profissionais estrangeiros, Pereira enumera, além destes três, os franceses: Emmanuel de Martonne, Roger Dion, Maurice Le Lannou, Pierre Gourou, Louis Papy, Philipe Arbos e André Gilbert. Dentre os de outras nacionalidades estavam: Pierre Dansnereau, Leo Waibel, Robert Platt, Lynn Smith, Clarence Jones, Preston James e Gottfried Pfiffer.[50]

Logo adiante o texto se modifica de uma forma interessante, saindo de uma enumeração de pessoas dedicadas ao saber geográfico ou de viagens pontuais para a descrição de instituições e revistas, descrevendo seus principais trabalhos, entre elas o Serviço Geográfico de Exército, a *Revista Brasileira de Geografia* (do IBGE), o *Boletim Paulista de Geografia* (da AGB, seção São Paulo), o *Boletim Carioca de Geografia* (da AGB, seção Rio de Janeiro); além do próprio IBGE e do Conselho Nacional de Geografia.[51]

Uma das características que mais me chamaram a atenção neste trabalho é que em sua história da geografia, Pereira inscreve o grupo de geógrafos do qual fazia parte, nomeia a maioria de seus companheiros de Instituto, mas não cita a si mesmo em nenhum momento, mesmo já tendo conduzido uma série de pesquisas pelo IBGE, tendo publicado na *Revista Brasileira de Geografia* e no *Boletim Geográfico* e sendo de sua autoria quase metade de todos os verbetes da seção "Vultos da Geografia" da *Revista* do IBGE. Como já vimos no caso de Monbeig, e analisaremos nos trabalhos a seguir, isso em geral não era verificado.

4.3. A GEOGRAFIA EM HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS NO BRASIL

Este trabalho é, em sua forma, bastante diferente dos dois outros elencados. Uma estrutura modificada, mas no conteúdo bastante similar, com compreensíveis atualizações devido à própria distância temporal entre este e os demais

49 *Ibidem*, p. 441-442.
50 *Ibidem*, p. 440.
51 *Ibidem*, p. 443-452.

textos. *História das ciências no Brasil* é o primeiro trabalho do gênero no qual a geografia física e a humana figuram separadamente. A parte cujo tema é dedicado à geografia física é intitulada "Geociências" e foi escrita por Aziz Ab'Sáber e Antônio Christofoletti e a "Geografia Humana" por Pasquale Petrone. Iniciarei aqui pela separação, que se expressa na própria definição do que seriam as geociências ante à geografia humana.[52]

Na definição proposta pelos autores, as geociências seriam um grande número de subáreas "englobadas". "Essencialmente é uma história da ampliação dos conhecimentos sobre terras e rochas, águas e ares de um país situado num espaço fisiográfico e ecológico predominantemente tropical." Desta forma, estariam conjugadas a geologia, geoquímica, mineralogia, petrografia, geofísica, geodésia, geomorfologia, pedologia, climatologia hidrografia e oceanografia.[53]

Como se tratam de muitas disciplinas, os autores já adiantam que suas histórias não são equiparáveis, "alguns campos começaram mais cedo, outros mais tarde, porém com maior ímpeto de produtividade". Sendo assim, a proposta de história da escrita destas ciências está dividida em "rupturas" que se caracterizam pela inserção de novos atores, saberes, técnicas ou ainda metodologias empregadas. A primeira ruptura deu-se no século XVI com a chegada dos colonizadores europeus, este segundo momento durou até o século XIX e estava caracterizado pelas entradas e bandeiras e expedições exploradoras (sobretudo de exploração mineral). A partir do começo do século XIX, a terceira fase era a das viagens realizadas por naturalistas, sobretudo europeus. Uma quarta fase teve início na segunda metade do século XIX e estava relacionada ao início do movimento de institucionalização das pesquisas, bem como na formação de profissionais especializados para o trabalho científico, neste período ocorreram as expedições Thayer e Morgan, a reorganização do Observatório Astronômico do Império, a fundação da Comissão Geológica do Império, aa Comissões Geográficas e Geológicas das Províncias de São Paulo e Minas Gerais e,

52 Aziz Ab'Sáber era geógrafo formado em Geografia e História na USP e, posteriormente, professor titular da cadeira de Geografia Física no curso de Geografia da mesma universidade. Antônio Christofoletti foi um geógrafo formado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, atual Pontifícia Universidade Católica de Campinas; orientando de Ab'Sáber no doutorado, concluído em 1968; e, professor titular no Departamento de Geografia e Planejamento Regional do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP, em Rio Claro. Antônio Christofoletti foi um geógrafo formado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, atual Pontifícia Universidade Católica de Campinas; orientando de Ab'Sáber no doutorado, concluído em 1968; e, professor titular no Departamento de Geografia e Planejamento Regional do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP, em Rio Claro. Pasquale Petrone foi um geógrafo formado em Geografia e História na USP e, posteriormente, professor no curso de Geografia da mesma universidade.

53 AB`SÁBER, Aziz; CHRISTOFOLETTI, Antônio. Geociências. In: FERRI, Mario Guimarães; MOTOYAMA, Shozo. *História das ciências no Brasil*. São Paulo: EdUSP, 1979, p. 119.

finalmente, a fundação da Escola de Minas de Ouro Preto. A quinta fase é a que os autores consideram a "principal ruptura, de caráter mais abrangente" e estava relacionada à criação das universidades brasileiras, entre as décadas de 1930 e 1960.[54]

Os autores separam ainda as geociências em quatro blocos, para dar conta de sua história. São eles: climatologia e meteorologia, oceanografia, geologia, e geomorfologia. Podemos perceber que a estrutura deste texto é diferente da dos trabalhos de Monbeig e Pereira. Mais a seguir veremos que, no que tange ao conteúdo, havia muitas semelhanças entre este e os outros trabalhos escolhidos. Iniciando pela climatologia e meteorologia, e seguindo o padrão proposto das rupturas como etapas para a escrita desta história, os autores destacam que as primeiras observações climáticas sobre o Brasil ocorreram ainda quando dos relatos de jesuítas e cronistas, que descreviam em seus escritos o "Novo Mundo".[55] Elencam os trabalhos de Hans Staden e George Marcgrave (aponto aqui para a afinidade com o trabalho de Pereira, que também destaca as atividades deste naturalista alemão). Nesta mesma época o médico holandês Guilherme Piso também faria suas observações climáticas, incluídas em seu livro *Da medicina brasileira*. O trabalho conjugava observações climáticas à vida, estabelecendo uma ponte entre a análise pura dos climas e suas reverberações empíricas na vida mesmo das sociedades.[56]

Seguindo na cronologia proposta, após a reorganização o Observatório Astronômico se destacam Henrique Morize, considerado o primeiro climatologista brasileiro, com a publicação de seu *Esboço da climatologia do Brasil*, e Luiz Cruls, com seu *O clima no Rio de Janeiro*.[57] Já no século XX, em 1921, foi criada a Diretoria de Meteorologia, que ligada ao Ministério da Agricultura tinha por objetivo determinar e planejar as influências do clima na produção agrícola nacional. Neste *hall*, Ab'Sáber e Christofoletti destacam a Inspetoria de Obras contra as Secas e o trabalho de Sampaio Ferraz, *Causas prováveis das secas no Nordeste brasileiro*, estudo pioneiro publicado em 1924.[58]

A partir deste período os geógrafos destacam os trabalhos de Belford de Matos, Coussirat de Araújo, José Setzer e Adalberto Serra, sendo este último, o profissional que marcou a entrada do Brasil "em uma fase científica madura".[59]

54 *Ibidem*, p. 121-125.
55 *Ibidem*, p. 125-127.
56 *Ibidem*, p. 127-130.
57 *Ibidem*, p. 131.
58 *Ibidem*, p. 139-140.
59 *Ibidem*, p. 132-134.

Serra desenvolveu suas pesquisas entre as décadas de 1920 e 1940, inscrevendo seu nome neste período de transição, de criação das universidades. Outro profissional que transita entre estes dois períodos é Delgado de Carvalho, que ainda em 1917 escreveu *Météorologie du Brésil* e, nas décadas seguintes, tornou-se professor universitário no Rio de Janeiro.[60]

Com os cursos de Geografia e, posteriormente de Geografia e História, abria-se uma possiblidade de formação de profissionais especializados em climatologia. Além disso, o IBGE também figurava como um ambiente privilegiado para o fomento de pesquisas deste tipo. Avançando um pouco mais, os autores destacam as pesquisas de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, José Roberto Tarifa, Linton de Barros e Edmond Nimer. Apontam ainda para a pesquisa "recente", produzida entre 1959-79, e também no que esperavam para o futuro da disciplina, projetado especialmente no papel do Instituto de Pesquisas Espaciais.[61]

Como podemos observar através deste primeiro bloco, a ideia do texto era elencar todas as pesquisas efetuadas de forma minuciosa, esgotando o tema. Isso ficará mais claro nos blocos seguintes, principalmente o dedicado à geologia. O discurso sobre a atualidade e projeção de quais seriam as pesquisas futuras também é interessante e outra característica presente em todos os trabalhos; esse balanço do presente e planejamento do futuro tendo como base a inscrição no passado é um traço marcante e, ao mesmo tempo, o que conferia sentido a estas escritas da história da geografia.

O segundo bloco é dedicado à oceanografia, área que se destaca pela própria geografia nacional, no sentido literal da palavra, visto que grande parte do território brasileiro é banhado pelo Oceano Atlântico. Seguindo pelas balizas temporais propostas, os autores vão dos "primeiros momentos da colonização portuguesa" a um "período de melhoria de técnicas e aperfeiçoamento dos levantamentos e da cartografia", já no século XIX; da implantação do serviço hidrográfico nacional, em 1862, à criação da Repartição Hidrográfica, em 1876. Os estudos até então eram do tipo hidrográfico-marítimos e os autores afirmam ainda não poder falar em oceanógrafos senso stricto no Brasil. Para Ab'Sáber e Christofoletti o marco histórico para a oceanografia nacional foi, a criação do Instituto Oceanográfico, ocorrido apenas na década de 1940 e anexado à Universidade de São Paulo em 1951.[62]

60 *Ibidem*, p. 134-135.
61 *Ibidem*, p. 139-145.
62 *Ibidem*, p. 145-148.

No que diz respeito às iniciativas militares, os autores destacam o papel da Diretoria de Hidrografia e Navegação e do Instituto de Pesquisas da Marinha, que deu origem à Fundação de Estudos do Mar, já em 1966.[63] Aproximando-nos da data de publicação deste trabalho, na década de 1970, os autores destacam uma série de projetos para a pesquisa da área costeira do país, sejam relacionados à navegação ou à pesca, realizados por universidades o pela iniciativa privada.[64] É interessante notar que, na época da confecção deste texto ainda não havia o curso universitário de Oceanografia, apenas os cursos de pós-graduação. Os autores apontam para a necessidade de criação do curso para a "formação de pessoal graduado, a fim de garantir a implantação de uma nova e entusiasmante profissão, de grande futuro e aplicabilidade para os destinos de uma humanidade em plena crise de crescimento".[65]

O terceiro bloco é dedicado à geologia, e guarda bastante semelhança com os outros textos no que diz respeito ao inventário de trabalhos realizados. Começando pelas atividades da Seção de Geologia e Mineralogia do Museu Nacional e chegando às viagens de Agassiz e Hartt nas expedições Thayer e Morgan, já em meados do século XIX.[66] Para eles este era um período de "preeminência dos investigadores norte-americanos no campo das pesquisas geológicas sobre o território brasileiro".[67] Dentre eles destacavam-se John Casper Branner, Herbert Smith, Orville Derby, além do próprio Charles Hartt.

Assim como Monbeig e Pereira, os autores sublinham também o papel da Comissão Geográfica e Geológica do Império, a Comissão Geográfica e Geológica da Província de São Paulo, e a fundação da Escola de Minas de Ouro Preto.[68] Quanto aos pesquisadores brasileiros, enumeram Alberto Betim Paes Leme, Avelino Ignacio e Othon Henry Leonardos, que realizaram seus trabalhos na primeira metade do século XX.[69]

A atualização do tema fica patente quando Ab'Sáber e Christofoletti listam a criação dos cursos universitários de Geologia nas universidades de Pernambuco e Bahia em 1958, de Brasília em 1961, do Pará em 1962 e do Ceará em 1975. Apontavam também para a Sociedade Brasileira de Geologia, que em 1972 iniciou a publicação de sua *Revista Brasileira de Geociências*, além das

63 *Ibidem*, p. 149-150.
64 *Ibidem*, p. 152-155.
65 *Ibidem*, p. 155.
66 *Ibidem*, p. 162-167.
67 *Ibidem*, p. 155-158.
68 *Ibidem*, p. 167-171; 172-173; 160-162.
69 *Ibidem*, p. 179-182.

contribuições no âmbito dos Institutos de Geociências, nas Escolas de Geologia e dos incentivos para as pesquisas na área vindas dos órgãos de fomento científico como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.[70]

Além da fundação da SUDENE, no fim de 1959, e suas atividades, especialmente os "estudos geológicos em âmbito regional".[71]

Por meio de um esforço prévio de cobertura cartográfica - em escala válida - a SUDENE preparou terreno para levantamentos geológicos mais detalhados, através de convênios com outras instituições e, mais recentemente, pelos geólogos de sua ativa Divisão de Geologia. Identicamente, mediante um esforço digno de nota, o grupo de pedólogos iniciou uma tarefa de há muito reclamada, ou seja, a de mapear os solos de todos os Estados que compõem a área da autarquia, incluindo 750.000 km^2 de regiões secas.[72]

Como projeção para o futuro, os geógrafos esperavam que este esforço da SUDENE influenciasse as outras superintendências no sentido de desenvolver trabalhos similares, bem como o desenvolvimento de pesquisas no âmbito universitário.

Na última seção das geociências está a geomorfologia, e, a meu ver, está aí a maior particularidade do trabalho de Ab'Sáber e Christofoletti em relação aos anteriores. Nesta parte, ao invés de proceder no que seria o caminho usual: a geomorfologia no Brasil através dos tempos até os dias da escrita do trabalho para delimitar o que seria uma projeção de futuro, os autores escolheram propor a análise de apenas um período, e de um período recente, entre 1957/58 e a época em que escreveram, no fim dos anos de 1970. Tal recorte era justificado pelo próprio objetivo desta parte especifica de seu trabalho "avaliar as tendências atuais da Geomorfologia no Brasil", o marco inicial representava a criação dos cursos universitários de Geologia e o estabelecimento da revista *Notícia Geomorfológica*, que inclusive era um projeto de Aziz Ab'Sáber.[73]

É possível que este seja mesmo o motivo da particularidade desta parte do trabalho dos autores. Estando ambos ligados à geomorfologia como área de pesquisa, era natural que se sentissem mais à vontade para fazer este tipo de balanço, inclusive citando e avaliando seus próprios trabalhos e de seus colegas.

Desta forma, seu texto começa já dizendo que, "embora não haja curso específico para a formação do geomorfólogo, as disciplinas geomorfológicas

70 *Ibidem*, p. 188-2015

71 A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, criada pela Lei n.º 3.692, de 15 de dezembro de 1959, e tinha por objetivo promover e coordenar o desenvolvimento desta região.

72 *Ibidem*, p. 185.

73 *Ibidem*, p. 206.

integram os currículos de graduação em Geografia e Geologia". No currículo de graduação em Geografia, a geomorfologia é parte integrante da "Geografia Física". [74] Também na pós-graduação, tanto em Geografia quanto em Geociências ou Geologia, havia muitos trabalhos geomorfológicos sendo realizados à época.

Podemos notar ainda o compromisso com a área quando, nas páginas seguintes, os autores se dedicam a citar diligentemente todas as universidades e instituições científicas [75] nas quais se desenvolviam pesquisas na área de geomorfologia, bem como todos os periódicos nos quais eram publicados trabalhos geomorfológicos.[76]

É interessante destacar aqui que, com o desenvolvimento do campo profissional da geografia no Brasil, o compromisso com a área, com seus colegas profissionais se expande num esforço visível, concreto mesmo. Nos trabalhos de Monbeig e Pereira, confeccionados ainda anos iniciais da Universidade, não vemos tão claramente o cuidado neste sentido. Aqui as pesquisas, os projetos coletivos, os cursos de graduação, pós-graduação, e mais à frente no texto, os próprios profissionais - nomeadamente! - assumem o protagonismo.[77] Sustento ainda que, se há algum apagamento de desafetos ele não está claro, como no caso de Monbeig apagando Ruellan e Zarur, ou no caso de Pereira, que talvez por constrangimento não cite seus próprios trabalhos. Ano a ano, tema a tema, centenas de trabalhos são paulatinamente enumerados, com o objetivo de "contribuir para melhor conhecimento e avaliação da produtividade geomorfológica no Brasil".[78] A meu ver também é significativo que este texto de balanço finalize a contribuição dos geógrafos ao livro. Se o trabalho vai desde a colonização até o fim da década de 1970, tendo na Universidade seu ponto de inflexão, o que havia de melhor para acabar o texto senão um relato da consolidação de seu próprio campo? A escrita da história da geografia física é ratificada numa convincente (auto)afirmação de consolidação profissional.[79]

---

74 *Ibidem*, p. 207.
75 *Ibidem*, p. 207-209.
76 *Ibidem*, p. 210.
77 *Ibidem*, p. 210-231.
78 *Ibidem*, p. 231.
79 Pierre Bourdieu nos auxilia na instrumentalização do entendimento sobre a importância desta reivindicação de um espaço feita pelos autores. Este compromisso em relação aos integrantes de sua área está diretamente relacionado ao reconhecimento de seus pares, de seus aliados, nas batalhas no campo científico. Podemos observar estas características de reconhecimento de atores específicos em todos os textos aqui selecionados. BOURDIEU, P. *As regras da arte:* gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 133.

Chegamos à contribuição de Pasquale Petrone sobre a geografia humana. O autor inicia seu trabalho de forma muito semelhante aos demais, reiterando que "a Geografia que se produziu no Brasil nem sempre foi clara e inequivocamente geográfica", para falar que podemos encontrar contribuições à área da geografia em publicações "de interesse geográfico", cujo tema de fundo não era propriamente a geografia. "Nesse sentido seria melhor, para o caso do passado brasileiro, falar em Ciências do Homem, ou Ciências da Terra ou em Ciências Naturais, e não em setores mais limitados, como seria o da Geografia Humana".[80]

Seguindo pelo mesmo caminho: colonização, império, anos iniciais do século XX, Universidades e atualização do tema, Petrone afirma que, nos anos iniciais, a geografia estava ligada à retórica da "descoberta", do exótico, como está mesmo escrito na carta de Pelo Vaz de Caminha também mencionada por Pereira.[81]

Saliento, nesta parte, que o trabalho do geógrafo está sendo conduzido por um fio temático, para ele a história da geografia no Brasil estava perpassada pelo pragmatismo de sua relação com o território, seja para provar seu domínio ante a investidas de outros países, como no caso português e, depois, nas diversas discussões de fronteiras ocorridas até a primeira metade do século XX, ou no domínio do Estado sobre seu território, como nas iniciativas da era Vargas, chegando até a questão disciplinar com o que ele chamou de "excesso de separação", não justificada apenas pelas particularidades do ensino, entre as geografias humana e física. A geografia com utilidade que se prova em seu território dá o tom de seu trabalho e fundamenta também as suas críticas.

> Nos fatos relativos à formação do Estado brasileiro percebe-se a presença de uma tradição de natureza geopolítica com raízes na fase colonial. Dentro dessa tradição o geográfico, com maior ou menor ênfase, sempre se viu utilizado como instrumento. Não é possível desenvolver o problema aqui. Basta somente lembrar, à guisa de exemplo, o fato de que, justamente na época de que se está falando, a legislação vigente no País não permitia que as disciplinas de Geografia e História do brasil, nos então cursos secundários, fossem ministradas por pessoas nascidas fora do País, mesmo que fossem naturalizadas. A medida em questão refletia bem a ideia de que a Geografia e História, como poderosos instrumentos a serviço do Estado, deveriam, no ensino secundário, ser disciplinas rigorosamente controladas.[82]

---

80 PETRONE, Pasquale. Geografia Humana. In: FERRI, Mário Guimarães; MOTOYAMA, Shozo. *História das ciências no Brasil*. São Paulo: EdUSP, 1979, p. 305.

81 *Ibidem*, p. 306-307.

82 *Ibidem*, p. 319-320.

Quanto às semelhanças com os outros trabalhos elencados, há ainda uma grande confluência entre sua análise e as de Monbeig e Pereira no que diz respeito à descrição das atividades de levantamento territorial realizadas por naturalistas estrangeiros entre meados do século XVIII até o fim do século XIX.[83]

Outro ponto interessante de sua história da geografia humana é que Petrone faz questão de remontar ao passado europeu de constituição da disciplina:

Na Europa a Geografia moderna emergiu e consolidou-se no seio da revolução burguesa e das mudanças inerentes à denominada Revolução Industrial. Multiplicaram-se as sociedades de Geografia ou de interesse geográfico, nascidas ao sabor e a serviço da expansão política e particularmente econômica européia. As universidades receberam suas primeiras cátedras de Geografia e, fato significativo, algumas intimamente vinculadas aos processos de expansão colonial. O cientista não raro foi um explorador de terras "exóticas", frequentemente financiado pelas sociedades referidas ou mesmo por organismos oficiais, em muitos casos tendo tido, na prática, a função de "batedor" que precedeu o negociante ou a empresa, e esta a presença política do Estado.[84]

Continua, então, demonstrando o impacto deste pensamento sobre a geografia que se desenvolvia no Brasil. Para o geógrafo ela estava sempre ligada a "perspectivas eurocêntricas" com ênfase "às relações entre o homem e o meio físico, raramente às relações entre os próprios homens". Assim, a geografia brasileira era caracterizada por ele como altamente determinista (do ponto de vista do determinismo geográfico mesmo) [85], extremamente descritiva, "fundamentalmente apoiada na nomenclatura e enumeração, não raro enfadonha", servindo, contraditoriamente, "a uma visão nacionalista da terra e gente brasileiras e, ao mesmo tempo, à manutenção e continuidade de uma imagem a serviço de um processo global no qual o País era instrumento".[86]

Para ele esta situação somente se modificou a partir da segunda década do século XX, após a Semana de Arte Moderna de 1922, quando os movimentos em busca de uma "identidade brasileira" ganhavam corpo entre os intelectuais do país. Desta forma, o povo brasileiro, a sua formação; as interpretações e retratos do Brasil se transformaram em grandes temas para sociólogos,

83 *Ibidem*, p. 306-309.

84 *Ibidem*, p. 309-310.

85 Grosso modo, o determinismo geográfico tem como premissa a ideia de que o meio ambiente definiria ou influenciaria fortemente a fisiologia e a psicologia humana, o que determinaria a cada clima um modo de vida e, consequentemente, uma organização social específica. É interessante destacar que o geógrafo considerado o "pai fundador do determinismo geográfico", Friedrich Ratzel, era contra o determinismo simplista, conforme pode ser visto em seu livro *Antropogeografia*. Mesmo La Blache, considerado um de seus principais críticos, foi altamente influenciado pelo geógrafo alemão e tecia críticas bastante sutis à sua obra. Cf.: HAESBAERT, Rogério. La Blache, Ratzel e a "Geografia Política". *GEOgraphia*, Niterói, RJ, v. 4, n. 7, 2002.

86 PETRONE, Pasquale. Geografia Humana… *Op. cit.*, 1979, p. 310-312.

historiadores, economistas, antropólogos, juristas, artistas e também geógrafos. Sublinho aqui a importância do grande tema da identidade nacional levantado pelo autor. Esta similaridade nos objetos estudados por intelectuais na virada e nos anos iniciais da profissionalização no Brasil é um tanto característica e até agora não havia sido apresentada por nenhum dos autores.[87] Não por acaso, foram publicados *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre, em 1933; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda, em 1936; *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Jr., em 1942, *Os Donos do Poder - formação do patronato político brasileiro*, de Raymundo Faoro, em 1958; *A etnologia e a sociologia no Brasil*, de Florestan Fernandes, também em 1958; *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado, e *Formação da literatura brasileira*, de Antonio Candido, ambos em 1959, entre tantos outros. Interpretar o Brasil era a grande missão da intelectualidade neste momento.

A partir deste ponto, seu trabalho volta a ter similaridade com os demais, Petrone segue reafirmando a importância da criação do curso universitário de Geografia e História, da AGB, do CNG, do IBGE e das revistas; posteriormente, já entre as décadas de 1940 e 1960 dos cursos de mestrado e doutorado.[88]

O balanço da área à época também ganha espaço em sua análise, o professor termina seu trabalho de maneira provocativa, atentando para "o velho problema da Geografia representado pela dicotomia físico e humano". Para ele a produção geográfica era muito "pulverizada", e sem comunicação entre suas "subáreas" o que fazia com que especialistas de geografia humana recorressem a campos afins, como história e sociologia, por exemplo, ao invés de áreas da própria geografia; considerando crucial pensar nessa unidade da geografia. Este é um tema recorrente e uma reclamação própria dos geógrafos de São Paulo, como já pôde ser observado em protestos semelhantes feitos por Monbeig três décadas antes.

Os anos passados não sanaram esta questão, muito pelo contrário, podemos dizer inclusive que ela foi agravada quando da subida dos militares ao poder no golpe civil-militar de 1964. Essa característica fica mais clara quando analisamos em qual centro está localizado o curso, um bom exemplo é a transferência do curso de Geografia da UFRJ para o campus do Fundão, separando-a definitivamente dos cursos de ciências humanas e a inserindo no Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza.

87 *Ibidem*, p. 313-314.
88 *Ibidem*, p. 315-326.

Podemos ver ainda nos dias de hoje este tipo de "confusão" na dupla associação da geografia com as ciências humanas e as ditas "ciências duras" e outras universidades, na Universidade de São Paulo o curso está na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, onde foi criado, relacionado às ciências humanas; na Universidade Federal Fluminense está no campus onde se localizam também as engenharias e arquitetura; na Universidade Federal do Espírito Santo está junto à história e ciências sociais. Enfim, poderia citar como exemplos aqui todos os cursos de geografia em universidades brasileiras, visto que não há uma regra no que diz respeito à sua localização. Contudo, é presumível que a formação nos cursos ligados à história ou à sociologia seja mais direcionada à geografia humana e, que, o contrário se verifique nos cursos ligados às ciências exatas ou da natureza, com relação à geografia física.

Desta forma, pude perceber que, apesar de resgatarem uma história da geografia que remonta aos mesmos autores, inclusive arrolando os mesmos empreendimentos; as estratégias estabelecidas nos textos são bem diferentes. Para além do destaque, da reafirmação de compromissos com seus pares, ou do apagamento de certas figuras, há uma grande mudança no posicionamento destes geógrafos em relação ao seu campo no Brasil. Vemos que houve uma mudança de paradigma na produção do conhecimento, saindo de uma expectativa mais totalizadora, no texto de Monbeig, para a valorização de uma geografia dividida em muitas áreas, com legitimidade no conhecimento restrito, fragmentado, ligado à própria delimitação do objeto, como fica claro no trabalho de Ab'Sáber e Christofoletti, e Petrone.

Afirmo ainda que o sentido destas histórias estava longe da neutralidade, os autores inscrevem nas narrativas que construíram, suas posições sobre a pesquisa geográfica e o ensino universitário. A própria valorização ou esquecimento de certas figuras ou instituições fazia parte destes argumentos. Quando um autor afirma que o atraso ou sucesso de toda uma disciplina está ligado a um aspecto que concorda ou discorda, constrói o seu próprio "eu" em oposição aos "outros", numa afiliação premeditada a uma determinada corrente ou setor no campo da geografia.

Finalmente, destaco que este era um período crucial para a construção de uma história da geografia, para ser artesão de sua própria história, associando-se a um ou outro lado neste campo cheio de embates que se constituiu a geografia

brasileira na virada da profissionalização. Da tessitura destas histórias da disciplina chegaram ao nosso tempo discursos dotados de força, e que provam sua ano a ano, na sua contínua utilização em programas de graduação e pós-graduação brasileiros.

5. APONTAMENTOS SOBRE DIVULGAÇÃO DA GEOGRAFIA E CONSTITUIÇÃO DO GEÓGRAFO BRASILEIRO

Este capítulo tem por objetivo discorrer sobre a divulgação da geografia que se produziu no Brasil durante o período compreendido entre a criação da Universidade e a separação dos cursos de Geografia e História. A formação destes espaços de divulgação/aceitação dos trabalhos produzidos na área se constitui num índice de análise da própria institucionalização e profissionalização do saber geográfico nacional.

Já verificamos como eram as dinâmicas das posições em relação ao curso universitário nos diferentes ambientes onde se desenvolvia a geografia no Brasil. Também pudemos perceber como estas opiniões contrárias ou a favor da sua separação influenciavam na hora da escrita de uma história da geografia. Contudo, é nas revistas que estes movimentos aparecem mais claramente, os diferentes âmbitos de sociabilidade dos geógrafos e os antagonismos existentes entre eles são decisivos na análise de quem publicava em determinada revista.

Para além desta questão, há outra que diz respeito ao curso universitário e à profissionalização do geógrafo. Argumentei anteriormente que é necessário olhar para as permanências e descontinuidades em relação aos saberes geográficos que eram desenvolvidos antes e depois da sua criação, considerando a graduação em Geografia e História como um ponto de inflexão, mas não de ruptura com os trabalhos produzidos até então. Isso fica claro nas histórias da geografia, que estabelecem um ponto inicial para esta ciência no Brasil, e consequentemente compõem uma lista de predecessores (naturalistas, geólogos, linguistas, botânicos, etc.) para os geógrafos profissionais, e também aqui, nas revistas. Estas publicações explicitam, no caso do Rio de Janeiro, a relação próxima entre geógrafos, militares e engenheiros durante os primeiros anos da Universidade e a tomada gradual de todo o espaço da geografia nacional pelos geógrafos; no caso de São Paulo aparecem os contatos com os historiadores e outros profissionais das ciências humanas.

Escolhi para esta análise revistas destes dois pólos, Rio de Janeiro e São Paulo, são elas: *Revista Brasileira de Geografia*, publicação do Conselho Nacional de Geografia; as revistas *Geografia*, o *Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, e o *Boletim Paulista de Geografia*, publicados pela Associação dos Geógrafos Brasileiros e depois, pela ABG São Paulo; e a

Revista de História, publicação do Departamento de História da Universidade de São Paulo, que contou com vários trabalhos de geografia.

As dinâmicas de grupo, o IBGE versus geógrafos da USP, ou mesmo a presença de artigos geográficos na *Revista de História* complementam as questões entorno da separação das disciplinas; são mais uma esfera desta disputa. Assim,

> [...] as revistas formam uma fonte privilegiada para o que hoje é chamado de história intelectual. Instituições normalmente dirigidas por um colectivo, informam sobre os hábitos intelectuais de um período, sobre as relações de força, poder e prestígio no campo da cultura, relações e costumes que não repetem de maneira simples as que podem ser lidas em livros publicados contemporaneamente. Resistindo-se a uma perspectiva crítica formalista, revistas parecem objetos mais apropriados para a leitura sócio-histórica: eles são um lugar e uma organização de discursos diferentes, um mapa das relações intelectuais, com suas clivagens de idade e ideologias, uma rede de comunicação entre dimensão cultural e a política.[1]

Estas publicações, além de promoverem os trabalhos feitos pelos primeiros geógrafos profissionais, também tratavam de delimitar, de cristalizar um tipo específico de profissional geógrafo, estabelecendo uma espécie de genealogia da geografia nacional. Isso era feito de forma intencional, na seção "Vultos da Geografia do Brasil", da *Revista Brasileira de Geografia*, que fazia uma espécie de biografia dos principais nomes da história da geografia brasileira.

Destaco ainda que, outro indício importante da consolidação da geografia brasileira encontrado nas revistas é a sua internacionalização. A maneira pela qual o conhecimento que era produzido no país foi se sedimentando e sendo apropriado por geógrafos de outros países, as publicações brasileiras que eram citadas no exterior e a circulação destes profissionais e de seus trabalhos na comunidade geográfica internacional. Para esta investigação separei as seções pertinentes ao Brasil no *Handbook of Latin American Studies*, entre o início de sua publicação, em 1935, e a separação dos cursos na Universidade brasileira em 1955.

Desta forma, dividi o capítulo em três partes, a primeira trata das publicações nacionais, a *RBG*, as revistas da AGB e da AGB São Paulo e a *Revista de História* da USP; a segunda versa sobre a seção "Vultos da Geografia" e a genealogia do geógrafo e dos trabalhos em geografia no Brasil; e a terceira sobre a internacionalização dos trabalhos brasileiros no Handbook.

---

1 SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. *América: Cahiers du CRICCAL*, Paris, n. 9-10, 1992, p. 15. Tradução nossa.

5.1. REVISTAS E PUBLICAÇÕES EM GEOGRAFIA NO BRASIL

5.1.1. Revista Brasileira de Geografia

A *Revista Brasileira de Geografia* foi criada em julho de 1938 pela Resolução 18 do Conselho Nacional de Geografia. Seus objetivos eram: "contribuir para um melhor conhecimento do território pátrio, difundir no país o sentido moderno da metodologia geográfica e promover o intercâmbio cultural com as instituições congêneres".[2] O primeiro número foi publicado no começo de 1939, sob o comando de Christóvam Leite de Castro.

A divulgação de material produzido acerca do território brasileiro tinha como finalidade última a propagação dos trabalhos do próprio Conselho; a *Revista* serviria como um instrumento de penetração em todos os espaços onde se desenvolvia o conhecimento geográfico. A ideia era que o Conselho concentrasse, através da *Revista*, os intercâmbios entre os diferentes âmbitos de produção do conhecimento, servindo como ponta de lança da divulgação da geografia nacional, suscitando debates e colaborações diversas.

> [...] a Revista prestará um serviço à cultura brasileira, ao difundir uma prática científica encantadora e útil, tanto mais que a conceituação moderna da Geografia alterou a orientação do seu ensino, hoje não mais um exercício da memória, enfadonho e sufocante às iniciativas da pesquisa, e sim uma disciplina educadora da observação do meio físico e da sua relação com a vida humana.
> Há a considerar ainda a necessidade da divulgação rápida dos conhecimentos geográficos; daí a relevante missão da revista na ciência geográfica moderna, como poucas outras ciências, extensa e nova, oferecendo a cada instante pequenas minúcias, observações inéditas, a merecer difusão nos meios interessados.[3]

Ela foi criada apenas um ano depois do próprio Conselho Nacional de Geografia e, como este órgão, a participação do Brasil na União Geográfica Internacional também foi decisiva para a sua criação. Era necessário que as pesquisas acerca da geografia nacional tivessem a divulgação internacional necessária para fomentar as trocas que a adesão à União originaria.

É interessante, ainda, salientar que este papel de divulgação dos trabalhos dos profissionais do CNG em uma revista que se pretendia ser de destaque no canário nacional estava alinhado ao próprio campo como profissional; mais que isso, as publicações da Revista validavam e estimulavam um tipo específico de geografia - mais técnico e voltado para a prática de conhecimento territorial com objetivos definidos: uma ciência a serviço do Estado. Ela tratava de ser um

2 Apresentação. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 1, ano 1, 1939, p. 4.
3 *Ibidem*, p. 5.

espaço para a divulgação da geografia, mas não qualquer geografia, fortalecendo o tipo de pesquisa produzido pelo IBGE em detrimento dos outros espaços, entre eles a Universidade de São Paulo. Podemos observar esta característica nos temas abordados, quase sempre ligados a planos de desenvolvimento econômico de diversas partes do país.

Além disso, ela trazia para o cenário IBGE as principais controvérsias, tanto da disciplina universitária quanto da profissão em si, referendando as instâncias do órgão como fundamentais para as tomadas de decisão dos rumos do campo geográfico.[4] Vemos isso mais claramente quando analisamos quem publicava nos primeiros anos da *Revista*. Há uma ampla maioria de engenheiros ou militares, o que reforça a vinculação com uma geografia com utilidade, que se prova no território; e quase nenhuma publicação de professores do curso da USP, a exceção fica por conta de um artigo de Aroldo de Azevedo.

Quadro 15: Publicações da Revista Brasileira de Geografia, 1939-1941

Autor	Título	Referência	Área
Secretaria Geral do Conselho	Histórico da criação do Conselho Nacional de Geografia	v. 1, n. 1, p. 9-18, 1939.	Apresentação
Prof. Deffontaines	Geografia Humana do Brasil	v. 1, n. 1, p. 19-67, 1939.	Geografia Humana
Eng. Silvio Fróes de Abreu	Esboço das Regiões naturais do estado da Bahia	v. 1, n. 1, p. 68-76, 1939.	Geografia Física Geomorfologia
Cel. Jaguaribe de Matos	Geratrizes memoráveis da Geografia Brasileira	v. 1, n. 2, p. 3-19, 1939.	Cartografia
Prof. Deffontaines	Geografia Humana do Brasil	v. 1, n.2, p. 20-56, 1939.	Geografia Humana
Eng. Silvio Fróes de Abreu	O Recôncavo da Bahia e o Petróleo do Lobato	v. 1, n. 2, p. 57-83, 1939.	Geologia
Eng. Moacir F. Silva	Geografia dos Transportes no Brasil	v. 1, n.2, p. 84-97, 1939.	Geografia Humana Geografia Econômica

4 CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. A Revista Brasileira de Geografia e a organização do campo geográfico no Brasil (1939-1980). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 23-39, 2009, p. 24.

Autor	Título	Referência	Área
Eng. J. de Sampaio Ferraz	Subsídios para os Estudos de um ciclo climatológico do Sudeste brasileiro	v. 1, n. 3, p. 3-15, 1939.	Climatologia
Prof. Deffontaines	Geografia Humana do Brasil	v. 1, n.3, p. 16-59, 1939.	Geografia Humana
Eng. Moacir F. Silva	Geografia dos Transportes no Brasil	v. 1, n. 3, p. 60-72, 1939.	Geografia Humana Geografia Econômica
Dr. Rodolpho von Ihering	Ensaio Geográfico sobre o vocabulário zoológico popular do Brasil	v. 1, n. 3, p. 73-88, 1939.	Biogeografia Zoologia
Dr. Gastão Cruls	Impressões de uma visita a Companhia Ford industrial do Brasil no estado do Pará	v. 1, n. 4, p. 3-25, 1939.	Geografia Humana Geografia Econômica
Eng. S. Fróis Abreu	Observações sobre a Guiana Maranhense	v. 1, n. 4, p. 26-54, 1939.	Monografia Regional
Eng. Moacir F. Silva	Geografia dos Transportes no Brasil	v. 1, n. 4, p. 55-69, 1939.	Geografia Humana Geografia Econômica
Dr. Preston E. James	O problema da colonização permanente do Sul do Brasil	v. 1, n. 4, p. 70-84, 1939.	Geografia Humana Monografia Regional
Eng. Américo Barbosa de Oliveira	Considerações sobre a exploração da castanha no baixo e médio Tocantins	v. 2, n. 1, p. 3-15, 1940.	Geografia Humana Geografia Econômica
Eng. Henrique Cáper de Sousa	O ouro e a vida nalgumas regiões do Brasil	v. 2, n. 1, p. 16-34, 1940.	Geografia Econômica
Eng. Moacir F. Silva	Geografia do Transportes no Brasil	v. 2, n. 1, p. 35-52, 1940	Geografia Humana Geografia Econômica
Eng. Arnaldo Otávio Nébias	Bandeira Anhanguera	v. 2, n. 2, p. 155-172, 1940.	Geologia

Autor	Título	Referência	Área
Ten.-Cel. Lima Figueiredo	O Acre e suas possibilidades	v. 2, n. 2, p. 173-215, 1940.	Hidrografia
Eng. Moacir F. Silva	Geografia dos Transportes no Brasil	v. 2, n. 2, p. 216-239, 1940.	Geografia Humana Geografia Econômica
Eng. Virgílio Correia Filho	Caxambu	v. 2, n. 3, p. 319-348, 1940.	Monografia Regional
Eng. Gileno De Carli	Civilização do Açúcar no Brasil	v. 2, n. 3, p. 349-371, 1940.	Geografia Humana Geografia Econômica
Major João Segadas Viana	Divisão Territorial do Brasil	v. 2, n. 3, p. 372-406.	Geografia Humana Geopolitica
Eng. Moacir F. Silva	Geografia dos Transportes no Brasil	v. 2, n. 3, p. 407-439, 1940.	Geografia Humana Geografia Econômica
Eng. Jerônimo Cavalcanti	A Geografia e sua influência sobre o Urbanismo	v. 2, n. 4, p. 521-541, 1940.	Geografia Humana Geografia Urbana
Prof. Silvio Fróis Abreu	A patagônia vista por um brasileiro	v. 2, n. 4, p. 542-559, 1940.	Monografia Regional
Eng. Moacir M. F. Silva	Geografia dos Transportes no Brasil	v. 2, n. 4, p. 560-587, 1940.	Geografia Humana Geografia Econômica
Prof. Aroldo de Azevedo.	*Goiânia: Uma cidade 'criada'*	*v. 3, n. 1, p. 3-19, 1941.*	*Monografia Regional*
Jerônymo Cavalcanti	Geografia Urbana e sua influência sôbre o saneamento das cidades	v. 3, n. 1, p. 20-53, 1941.	Geografia Urbana Demografia Hidrologia

Autor	Título	Referência	Área
Eng. Moacir F. Silva	Geografia dos Transportes no Brasil	v. 3, n. 1, p. 54-81, 1941.	Geografia Econômica Hidrografia
Eng. José Setzer	Levantamento Agro-Geológico do Estado de São Paulo	v. 3, n. 1, p. 82-107, 1941.	Geografia Econômica Agricultura Geologia
Eng. Jerônimo Cavalcanti	A geografia urbana e sua influência sobre o tráfego	v. 3, n. 3, p. 495-532, 1941.	Geografia Urbana Geografia Humana
Dr. M. A. Teixeira de Freitas	A redivisão política do Brasil	v. 3, n. 3, p. 533-554, 1941.	Geografia Humana Geopolítica

Fonte: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 1-3, 1939-1941.

Podemos perceber que há uma relativa continuidade entre os produtores do saber geográfico antes e depois da Universidade exposta nas publicações da *Revista*, visto que as publicações dos professores, alunos e recém-formados do curso de Geografia e História não perfaziam nem metade dos artigos destes primeiros três anos. No que diz respeito aos professores estrangeiros, eles também eram a minoria das publicações, destaco aqui o trabalho de Pierre Deffontaines sobre a Geografia Humana do Brasil, distribuído nos três primeiros números e o trabalho de Preston James, que neste mesmo ano foi professor visitante na Universidade do Brasil.

Com o passar do tempo, os debates sobre quem seria o geógrafo formado pela universidade começam a se intensificar. Entre 1940 e 1944 começa a ser costurada a separação do curso de Geografia do de História no âmbito do Conselho. Por conseguinte, a *Revista* passou a refletir estas preocupações, publicando trabalhos voltados para a metodologia, epistemologia e ensino da geografia, concentrados principalmente em 1943 e 1944, e, não à toa, escritos por Jorge Zarur e Francis Ruellan, conforme apresentado adiante:

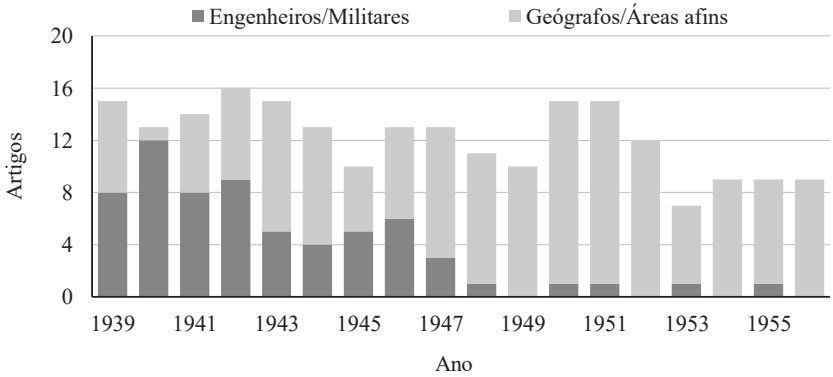
Quadro 16: Publicações da Revista Brasileira de Geografia, 1943-1944

Autor	Título	Referência	Área
Prof. Francis Ruellan	Orientação científica dos métodos de pesquisa Geográfica	v. 5, n. 1, p. 51-60, 1943.	Teoria, Metodologia e Ensino
Prof. Francis Ruellan	As normas da elaboração e da redação de um trabalho geográfico	v. 5, n. 4, p. 559-572, 1943.	Metodologia e Ensino
Prof. Francis Ruellan	O trabalho de campo nas pesquisas originais de geografia	v. 6, n. 1, p. 35-50, 1944.	Teoria, Metodologia e Ensino
Prof. Francis Ruellan	Um novo método de representação cartográfica do relevo e da estrutura aplicado à região do Rio de Janeiro	v. 6, n. 2, p. 219-234, 1944.	Metodologia Geomorfologia
Prof. Jorge Zarur	Geografia: Ciência moderna a serviço do homem	v. 6, n. 3, p. 313-326, 1944.	Teoria

Fonte: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 5-6, 1943-1944.

Saliento ainda que ao longo dos anos pode ser observada uma mudança no perfil dos autores da *Revista*, passamos de um grande período com ampla hegemonia de militares e engenheiros, para a predominância de professores e geógrafos formados, em um espaço de tempo de menos de uma década. Se antes eles não escreviam nem metade dos artigos publicados, a partir de 1947 representavam a maioria deles. Esta é uma tendência que se aprofunda nos anos subsequentes. Em 1945 foi publicado o último artigo de um militar e em 1955 o último de um engenheiro, no período até 1956.

Gráfico 1: Publicações na Revista Brasileira de Geografia, autores militares e autores civis, 1939-1956



O que vemos aqui é que o caminho da produção do saber geográfico nacional vai sendo gradualmente delineado, saindo das mãos militares e indo para as mãos civis. Da mesma forma, saindo das engenharias para as faculdades de filosofia. Esta característica é tão marcante que, com raras exceções, há apenas geógrafos profissionais escrevendo na *Revista* a partir de 1951.

Ressalto ainda que, mesmo com o passar dos anos, o panorama em relação aos geógrafos paulistanos na revista pouco se modificou, temos apenas um artigo de Aziz Ab'Sáber, publicado somente após o fim da querela que envolvia a separação dos cursos e cujo tema não versa sobre a questão.

Para finalizar, enumero também a confluência dos temas antes e depois da hegemonia dos geógrafos profissionais sobre a *Revista*. A produção do saber geográfico muda de mãos, mas o que poderíamos chamar de sua "vocação" para o desenvolvimento de trabalhos que visassem ao progresso econômico e controle do território continua. A geografia era encarada por militares e engenheiros como uma ciência útil e continuou da mesma forma aos olhos da maioria dos geógrafos do Rio de Janeiro. Podemos ver esta característica na preocupação com as fronteiras, nas diversas análises sobre as atividades produtivas desta ou daquela área, nos estudos que versam sobre o clima, solo, vegetação, etc. A geografia trocava de mãos, mas continuava a ser uma "ciência moderna à serviço do homem".

5.1.2. Revistas Geografia, Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros e Boletim Paulista de Geografia

A revista *Geografia* foi criada em 1935 pela Associação dos Geógrafos Brasileiros logo depois de sua própria fundação, em 1934, junto do curso de Geografia e História da Universidade de São Paulo. Contudo, ela teve uma curta duração, com apenas oito edições ao longo dos anos de 1935 e 1936. Após este período houve um ínterim de quatro anos sem nenhuma publicação da associação, quebrado apenas no ano de 1941, quando foi organizado o *Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, que teve cinco edições entre 1941 e 1944. Entre 1944 e 1948 houve um novo momento sem publicações, até que, em 1949 a AGB, desta vez AGB São Paulo, pois já havia outros núcleos da associação espalhados pelo país, publica o *Boletim Paulista de Geografia*.[5]

Optei por analisar as três publicações em um só conjunto, porque há um senso de continuidade entre elas, dado tanto por sua institucionalidade quanto pela presença dos mesmos autores além de características semelhantes nos temas de artigos publicados nestas edições.

As revistas da AGB, como a revista do CNG, tinham por objetivo se converter em um pólo irradiador de um modelo disciplinar para a geografia; e as disputas pela formação do geógrafo também encontraram eco nas revistas paulistanas. O caminho era muito semelhante ao dos profissionais do Rio de Janeiro, a defesa de um modelo de "geografia moderna", "científica", mas, como já pudemos perceber, em marcos diferentes.

A sociabilidade do grupo também era restrita, a maioria dos artigos era publicado por profissionais paulistanos, que compartilhavam do projeto disciplinar defendido pelos professores da USP. É interessante destacar que o único profissional a transitar livremente entre estes dois pólos não poderia ser outro senão Pierre Deffontaines, que foi o primeiro professor de geografia na universidade tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro. A revista foi inicialmente editada por Caio Prado Jr., Pierre Monbeig e Rubens Borba de Moraes. Também chamo a atenção para o fato de que, nos primeiros anos a publicação divulga trabalhos de poucos autores, além de Deffontaines, Caio Prado Jr., José de Oliveira Orlandi, João Dias da Silveira e Pierre Monbeig têm artigos em quase todos os números da revista, como pode ser observado grifado no quadro a seguir:

5 CUSTÓDIO, Vanderli (Org.). *Fundamentos teórico-metodológicos do ensino e da pesquisa em Geografia:* textos selecionados das primeiras publicações da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – GEOGRAFIA (1935-1936) e BOLETIM DA AGB (1941- 1944). São Paulo: AGB, 2012, p. 2-3.

Quadro 17: Publicações da revista Geografia, 1935-1936

Autor	Título	Referência	Área
Pierre Deffontaines	*A Associação dos Geógrafos Brasileiros (Introdução)*	*ano I, n. 1, 1935*	*Apresentação*
Luiz Flores Moraes Rego	Considerações preliminares sobre a gênesis e a distribuição dos solos no Estado de S. Paulo	ano I, n. 1, 1935	Geografia Econômica
Caio Prado Júnior	*Distribuição da propriedade fundiária rural no Estado de S. Paulo*	*ano I, n. 1, 1935*	*Geografia Econômica*
Rubens Borba de Moraes	Contribuições para a história do povoamento de S. Paulo até fins do século XVIII	ano I, n. 1, 1935	História
Carlos Wright	A citricultura em S. Paulo	ano I, n. 1, 1935	Geografia Econômica Agricultura
Theodoro Knecht	Formações estruturaes, particularmente kársticas, do Município de Apiaí (Estado de S. Paulo)	ano I, n. 1, 1935	Geologia
Eddy de F. Crissiuma	Concentração japonesa em S. Paulo	ano I, n. 1, 1935	Imigração/ Geografia Humana
Redator	Geografia	ano I, n. 2, 1935	Apresentação
Pierre Deffontaines	*Regiões e paisagens do Estado de São Paulo – Primeiro esboço de divisão regional*	*ano I, n. 2, 1935*	*Divisão Regional*
Geraldo H. de Paula Souza.	Notas sobre uma viagem ao Espírito Santo e Baía	ano I, n. 2, 1935	Notas de pesquisa
John Lame	Notas sobre parte da Região da Chapada de Mato Grosso	ano I, n. 2, 1935	Notas de Pesquisa
Gen. Moreira Guimarães	Em torno de uma definição da Geografia	ano I, n. 2, 1935	Teoria e Epistemologia
Pierre Monbeig	*A propósito das regiões áridas sul-americanas*	*ano I, n. 2, 1935*	*Monografia Regional*
Caio Prado Júnior	*O movimento dos glaciares*	*ano I, n. 2, 1935*	*Geologia*

Autor	Título	Referência	Área
Caio Prado Júnior	*Contribuição para o estudo das influências étnicas no Estado do Paraná*	*ano I, n. 2, 1935*	*Geografia Humana*
Pierre Monbeig	*A zona pioneira do Norte-Paraná*	*ano I, n. 3, 1935*	*Geografia Humana*
Caio Prado Júnior	*O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de S. Paulo*	*ano I, n. 3, 1935*	*Apresentação*
Pierre Deffontaines	*As feiras de burros de Sorocaba*	*ano I, n. 3, 1935*	*Geografia Humana/ Econômica*
Caio Prado Júnior	*Tipos de povoamento no estado de São Paulo*	*ano I, n. 3, 1935*	*Geografia Humana*
Caio Prado Júnior	*Novas observações sobre o "loess" da China setentrional*	*ano I, n. 3, 1935*	*Geologia*
Caio Prado Júnior	*A adaptação da raça branca aos climas tropicaes*	*ano I, n. 3, 1935*	*Antropologia*
Caio Prado Júnior	*Distribuição das zonas de terremotos na superfície da terra*	*ano I, n. 3, 1935*	*Geologia*
Caio Prado Júnior	*A cidade de Buenos Aires*	*ano I, n. 3, 1935*	*Notas de pesquisa*
Pierre Monbeig	*Documentação geográfica brasileira*	*ano I, n. 3, 1935*	*Apresentação*
Caio Prado Júnior	*Os serviços geográficos em São Paulo*	*ano I, n. 3, 1935*	*Apresentação*
E. L. Bousquet	Ponto extremo Norte do Brasil	ano I, n. 3, 1935	Notas de Pesquisa
Major Mário Travassos	A margem de factos Geográficos Sul-Americanos	ano I, n. 3, 1935	Geografia Humana
Caio Prado Júnior	*A indústria salineira no Estado do Rio de Janeiro*	*ano I, n. 3, 1935*	*Geografia Econômica*
Emmanuel de Martonne	A Serra do Cubatão: comparação com um canto das Cevences francesas	ano I, n. 4, 1935	Geologia
Clycon de Paiva	Guyana Maranhense	ano I, n. 4, 1935	Geologia/Mineralogia
Astrodildo Rodrigues de Mello	Immigração e Colonisação	ano I, n. 4, 1935	Imigração/ Geografia Humana

Autor	Título	Referência	Área
Branca da Cunha Caldeira	A indústria têxtil paulista	ano I, n. 4, 1935	Geografia Econômica
Agenor Machado	O levantamento aerofotogramétrico da Cidade de São Paulo	ano I, n. 4, 1935	Aerofotometria
L. F. de Moraes Rego	Aspectos geológicos e fisiográficos gerais do Nordeste do Brasil	ano I, n. 4, 1935	Geologia
Pierre Monbeig, Aroldo de Azevedo, Maria da Conceição Vicente de Carvalho	*O ensino secundário da Geografia*	*ano I, n. 4, 1935*	*Ensino*
Caio Prado Júnior	*Evolução da utilização da terra em Lebano, New Hampshire (E.U.)*	*ano I, n. 4, 1935*	*Geografia Econômica*
Pierre Monbeig	*Reflexões sobre um trabalho inútil*	*ano I, n. 4, 1935*	*Crítica a Geografia Tradicional*
Luiz Flores de Moraes Rego	O Valle do Tocantins: Araguaya	ano II, n. 1, 1936	Monografia Regional
Dr. J. Vellard	Os Guayakis do Paraguay	ano II, n. 1, 1936	Antropologia
Pierre Monbeig	*Mappa do E. de S. Paulo*	*ano II, n. 1, 1936*	*Apresentação*
Theodoro Knecht	As rochas gondwanicas do Brasil	ano II, n. 1, 1936	Geologia
João Dias da Silveira	*Sobre o clima da época dos glaciar*	*ano II, n. 1, 1936*	*Climatologia*
Eduardo d'Oliveira França	As cheias anuais do Amazonas e as recentes modificações de seu regime	ano II, n. 1, 1936	Hidrografia
J. O. Orlandi	*História da Carthographia do Brasil*	*ano II, n. 1, 1936*	*Cartografia*
J. O. Orlandi	*Cadeira de Geografia*	*ano II, n. 1, 1936*	*Ensino*
J. O. Orlandi	*A methodologia do ensino geographico*	*ano II, n. 1, 1936*	*Ensino*

Autor	Título	Referência	Área
J. O. Orlandi	*O film cinematographico na geographia*	*ano II, n. 1, 1936*	*Ensino*
Pierre Monbeig	*A Zona do Cacau no sul do Est. da Bahia*	*ano II, n. 1, 1936*	*Geografia Humana/Econô-mica*
Capitão Frederico Rondon	A vida no Pantanal	ano II, n. 2 e 3, 1936	Notas/Apresenta ção
Américo R. Netto	A região de Itatyaia e as Agulhas Negras	ano II, n. 2 e 3, 1936	Monografia Regional
Pierre Monbeig	*A indústria metallurgica no Estado de Minas Geraes*	*ano II, n. 2 e 3, 1936*	*Geografia Humana/ Econômica*
Dr. J. Vellard	Os Guayaki no Paraguay	ano II, n. 2 e 3, 1936	Antropologia
E. Simões de Paula	"Cornélio Procópio"	ano II, n. 2 e 3, 1936	Notas de Pesquisa
Sud Mennucci	Problemas econômicos nacionais (O porto do Rio Grande) – Sud Mennucci	ano II, n. 2 e 3, 1936	Geografia Econômica
Álvaro Couto de Barros	Os problemas agrários na Hespanha	ano II, n. 2 e 3, 1936	Geografia Econômica
Pierre Monbeig	*Zona pioneira*	*ano II, n. 2 e 3, 1936*	*Geografia Humana*
Pierre Monbeig	*Recursos minerais de São Paulo*	*ano II, n. 2 e 3, 1936*	*Geografia Humana/ Econômica*
Dina Levi-Strauss	Índios da Bolívia	ano II, n. 2 e 3, 1936	Antropologia
J. O. Orlandi	*O Brasil na União Geographica Internacional*	*ano II, n. 2 e 3, 1936*	*Prerrogativas adesão à UGI*
Claude Levi-Strauss	Entre os Bororos em Matto Grosso	ano II, n. 2 e 3, 1936	Antropologia
Pierre Deffontaines	*A Região de Cabo Frio*	*ano II, n. 2 e 3, 1936*	*Monografia Regional*
João Dias da Silveira	*Estrada Mairynk-Santos*	*ano II, n. 2 e 3, 1936*	*Notas de Pesquisa*

Autor	Título	Referência	Área
Glycon de Paiva	Excursão ao Roraimã	ano II, n. 4, 1936	Notas de Pesquisa/Mineralogia
Sud Mennucci	A subdivisão do Município de Blumenau	ano II, n. 4, 1936	Divisão Regional
Pierre Deffontaines e C. Barbosa de Oliveira	*Pequeno Guia do Viajante Activo*	*ano II, n. 4, 1936*	*Ensino*
Antonieta de Paula Souza	Impressões de viagem ao longo do Rio Paraná	ano II, n. 4, 1936	Notas de Pesquisa
Eng. Christovam Leite de Castro	Bases da organização do Conselho de Geografia (Suggestões)	ano II, n. 4, 1936	Apresentação
J. O. Orlandi	*O arquivo fotográfico do geógrafo*	*ano II, n. 4, 1936*	*Fotografia e geografia*
Juliette P. Monbeig	Regiões jovens do Mediterrâneo (Delta do Ebro)	ano II, n. 4, 1936	Monografia Regional
Pierre Monbeig	*Algodão vs. Café*	*ano II, n. 4, 1936*	*Geografia Humana/Econômica*
Dr. Mário Pereira de Mesquita	O papel geográfico da malária	ano II, n. 4, 1936	Geografia Humana/Epidemiologia/Medicina Tropical
J. O. Orlandi	*História da cartografia no Brasil*	*ano II, n. 4, 1936*	*Cartografia*
Aroldo de Azevedo	O ensino da Geografia no curso secundário	ano II, n. 4, 1936	Ensino
João Dias da Silveira	*A excursão no ensino da Geografia*	*ano II, n. 4, 1936*	*Ensino*

Fonte: *Geografia*, São Paulo, n. 1-4, 1935-1936.

Sublinho também a importância da questão do ensino da geografia para os autores da revista. Podemos ver que em quase todos os números há artigos sobre a geografia no ensino básico; sobre a metodologia de ensino; as viagens ou os

trabalhos de campo para o geógrafo, novas linguagens no fazer geográfico, como filmes e fotografias. A problemática do ensino da disciplina aparece com bastante ênfase e foi abordada por diferentes autores.

É interessante notar que o assunto da teoria, epistemologia e ensino da geografia eclode em um período anterior em São Paulo quando comparamos à revista do Rio de Janeiro. Mesmo levando em consideração que o primeiro número da *RBG* foi publicado no começo de 1939, estas questões aparecem com força apenas em 1943 e 1944. Portanto, já no "olho do furacão" da discussão sobre a separação do curso universitário. Enquanto em São Paulo, o assunto aparece já nestes primeiros anos, quando estavam em andamento as reformas do sistema educacional levadas a cabo pelo ministro Capanema, para depois arrefecerem inusitadamente, bem no momento do debate sobre a separação.

Outra característica interessante em relação às publicações da AGB aparece no pós-1938. Em virtude da falta de verbas, a revista foi descontinuada no fim de 1936 e, pouco mais de um ano depois, a própria Associação foi integrada ao Conselho Nacional de Geografia.[6] Sem dúvida alguma, uma grande reviravolta! O caso é que, como contava com um grande capital, o Conselho se propôs a custear um boletim com os informes da AGB em 1941. Proposta aceita, o primeiro número da publicação *Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros* foi inserido na própria *Revista Brasileira de Geografia*, em uma seção intitulada "Boletins de Associações Integradas no CNG".

Graças à compreensão total e à gentileza do Presidente do 'Conselho Nacional de Geografia' e de seu secretário-geral, tornou-se possível a publicação de um 'Boletim' da 'Associação dos Geógrafos Brasileiros', no qual serão resumidas as 'comunicações' feitas, tanto no centro fundador paulista, como no núcleo do Rio de Janeiro.[7]

A revista deixava, ao menos temporariamente, sua forma anterior para assumir uma configuração mais protocolar, no modelo mesmo de informes, tal como proposto pelo CNG.

A situação, contudo, não durou muito, o segundo número já foi publicado de forma autônoma, mesmo com colaboração financeira do CNG, e o terceiro voltou a ser custeado pela reitoria da USP, retornando à configuração inicial, tal qual na revista *Geografia*. Os artigos autorais voltaram a ser publicados como pode ser visto a seguir:

---

6 SEABRA, Manoel. Os primeiros anos da Associação dos Geógrafos Brasileiros: 1934-1945. *Revista Terra Livre*, São Paulo, AGB, n. 22, ano 20, v. 1, jan.-jul. 2004, p. 60.

7 ASSOCIAÇÃO dos Geógrafos Brasileiros. Histórico. *Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, Rio de Janeiro, AGB, ano I, n. 1, 1941, p. 180; ASSOCIAÇÃO dos Geógtafos Brasileiros. Histórico. *Revista Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro, IBGE, v. 3, n. 1, jan.-mar. 1941.

Quadro 18: Publicações do Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1943-1945

Autor	Título	Referências	Área
Diretoria da AGB/Redação	Apresentação	ano III, n. 3, 1943	Apresentação
Henri Hauser	*Algumas fontes da geografia do Brasil*	*ano III, n. 3, 1943*	*Teoria e Metodologia*
Otávio Brabosa	Geomorfologia da região de Apiaí	ano III, n. 3, 1943	Geomorfologia
Fernando M de Almeida	Geomorfologia da região de Corumbá	ano III, n. 3, 1943	Geomorfologia
Rui Ozório de Freitas	As estruturas fósseis do sistema de Santa Catarina ao Planalto de Poços de Caldas	ano III, n. 3, 1943	Geomorfologia
José Carlos Rodrigues	A seca no Nordeste	ano III, n. 3, 1943	Notas de Pesquisa
Pierre Monbeig	Comentário em torno do mapa da evolução da população do Estado de São Paulo entre 1934 e 1940 (por município)	ano III, n. 3, 1943	Geografia Humana/Cartografia
Ari França	Aspectos do povoamento da Noroeste: a região de Pirajuí	ano III, n. 3, 1943	Geografia Humana
J. R. Araújo Filho	Andradina	ano III, n. 3, 1943	Notas de Pesquisa
José Carlos Rodrigues	Recursos minerais do Brasil	ano III, n. 3, 1943	Geologia/Geografia Econômica
Pierre Monbeig	Análise bibliográfica: Estudo de Reinhard Maack sobre o arenito de Caiuá no Estado do Paraná	ano III, n. 3, 1943	Resenha
Redação	Atividades sociais	ano III, n. 3, 1943	Histórico reuniões
Diretoria da AGB/Redação	Apresentação	ano IV, n. 4, 1944	Apresentação
Felix Rawitscher	O consumo de água pelos vegetais e o problema florestal	ano IV, n. 4, 1944	Botânica
Luciano Jacques de Moraes	As pseudo-inscrições da pedra da Gávea.	ano IV, n. 4, 1944	Paleontologia

Autor	Título	Referências	Área
Ruy Ozório de Freitas	Geomorfogênese da Ilha de São Sebastião	ano IV, n. 4, 1944	Geomorfologia
Josué de Camargo Mendes	Geologia dos arredores de Itu	ano IV, n. 4, 1944	Geomorfologia
Emílio Willems	Alguns aspectos ecológicos da colonização germânica no Brasil.	ano IV, n. 4, 1944	Imigração/ Geografia Humana
Aroldo de Azevedo	Os subúrbios de São Paulo e suas funções	ano IV, n. 4, 1944	Notas de pesquisa/Geografia Econômica
Nícea Vilela Luz	Belo Horizonte	ano IV, n. 4, 1944	Monografia Regional
Romualdo Monteiro de Barros	A região de Ribeirão Preto	ano IV, n. 4, 1944	Monografia Regional
Elina de Oliveira Santos	Impressões de viagem sobre o Paraguay	ano IV, n. 4, 1944	Notas de pesquisa
Pierre Monbeig	"Latin-America"	ano IV, n. 4, 1944	Resenha
Ary França	"As ondas de frio da bacia amazônica"	ano III, n. 3, 1943	Resenha
Carlos Drumond	"Ensaios de Geografia Linguística"	ano III, n. 3, 1943	Resenha
José R. de Araújo Filho	"O perigo japonês"	ano IV, n. 4, 1944	Resenha
Redação	Redação – Atividades sociais	ano IV, n. 4, 1944	Histórico reuniões
Diretoria da AGB/Redação	Apresentação	ano IV, n. 5, 1945	Apresentação
Redação	Dez anos de existência	ano IV, n. 5, 1945	Teoria e Metodologia
Francis Ruellan	*Aspectos geomorfológicos do litoral brasileiro, no trecho compreendido entre Santos e o Rio Doce*	*ano IV, n. 5, 1945*	*Geomorfologia*
Felix K. Rawitscher	Felix K. Rawitscher – Algumas noções sobre a vegetação do litoral brasileiro	ano IV, n. 5, 1945	Botânica

Autor	Título	Referências	Área
Ary França	Notas sobre a frequência dos ventos na cidade de São Paulo	ano IV, n. 5, 1945	Climatologia
Josué Camargo Mendes	A contribuição dos moluscos sul-americanos à Paleogeografia	ano IV, n. 5, 1945	Paleogeografia
Fernando Flávio Marques de Almeida	Sobre um novo mineral: a criptomelana	ano IV, n. 5, 1945	Mineralogia
Luciano Jacques de Moraes	Sobre uma coleção de fósseis do Nordeste do Brasil.	ano IV, n. 5, 1945	Paleontologia
Ary França	Notas sobre a Geografia da Ilha de São Sebastião	ano IV, n. 5, 1945	Notas de Pesquisa
Fernando Flávio Marques de Almeida	A Serra de Maracajá – a paisagem e o homem	ano IV, n. 5, 1945	Geografia Humana/Monografia Regional
Pierre Monbeig	Observações relativas à distribuição das densidades de população no Estado do Ceará	ano IV, n. 5, 1945	Geografia Humana
Aroldo de Azevedo	*Os concursos de Geografia para o magistério secundário*	*ano IV, n. 5, 1945*	*Ensino*
Ary França	Programas de Geografia para os colégios	ano IV, n. 5, 1945	Monografia Regional
Pierre Monbeig	Latin-America	ano IV, n. 5, 1945	Resenha
Renato Silveira Mendes	O clima do Rio de Janeiro	ano IV, n. 5, 1945	Resenha
Pierre Monbeig	Geografia Humana	ano IV, n. 5, 1945	Resenha
Pierre Monbeig	As relações comerciais da França	ano IV, n. 5, 1945	Resenha
Redação	Redação – Atividades sociais	ano IV, n. 5, 1945	Histórico reuniões

Fonte: *Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, Rio de Janeiro, AGB, v. 3-5, 1943-1945.

Como pode ser visto em destaque no quadro anterior, teoria, metodologia e ensino perdem em muito o espaço quando comparamos à revista *Geografia* ou aos debates da *Revista Brasileira de Geografia*. O de Aroldo de Azevedo sobre os concursos para o magistério secundário e o de Henri Hauser, que fala sobre a importância das fontes históricas para o fazer geográfico, apontando para o trabalho de Demangeon, orientador de Pierre Monbeig, *Les recherches géographiques dans les archives,* publicado em 1907 e que ressalta a ligação entre o estudo da geografia e o da história.[8]

> […] admite-se sem dúvida que a descrição e a explicação geográfica de um país, sobretudo em matéria de geografia humana, não conseguirá resultado algum satisfatório e plenamente inteligível se o pesquisador não confrontar os dados fornecidos pela observação com as lembranças do passado. Assim verificou-se a excelência da velha e durável tradição francesa estabelecendo um elo entre o estudo da Geografia e o da História.[9]

E prossegue dizendo sobre o papel crucial dos arquivos, no caso brasileiro dos arquivos nacionais e os que podem ser encontrados em Portugal, enumerando o Arquivo Nacional, o Arquivo das Relações Exteriores no Itamaraty, os Arquivos do Departamento de Cultura de São Paulo, da Câmara Municipal de São Paulo, entre outros; fazendo uma breve descrição dos materiais de interesse geográfico que poderiam se encontrados nestes locais e em quais estudos eles poderiam ser úteis.

O terceiro artigo destacado no quadro anterior é o trabalho de Francis Ruellan, "Aspectos geomorfológicos do litoral brasileiro, no trecho compreendido entre Santos e o Rio Doce". Grifei o artigo do geógrafo do CNG para demonstrar que ele está na revista, e que esta é uma exceção no que diz respeito aos geógrafos do IBGE, visto que apenas Christóvam Leite de Castro e ele publicaram no periódico.

O último número do *Boletim* foi editado em 1945 e temos então um novo intervalo nas publicações da ABG, até que em 1949 foi editado o primeiro número do *Boletim Paulista de Geografia*:

> Com efeito, o Boletim Paulista de Geografia nada mais é do que uma continuação do Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros, publicados nos anos de 1941 a 1944. Com a reforma dos estatutos da AGB, processada em junho de 1945, seu núcleo original veio a se transformar na Seção Regional de São Paulo, tendo sido suspensa a publicação daquele boletim por motivos óbvios.[10]

---

8 DEMANGEON, A. Les recherches géographiques dans les archives. *Annales de Géographie*, Paris, v. 16, n. 87, p. 193-203, 1907.

9 HAUSER, Henri. Algumas fontes da Geografia do Brasil. *Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, AGB, ano III, n.3, 1943.

10 AZEVEDO, Aroldo de. Palavras de Apresentação. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, AGB-SP, n. 1, mar. 1949.

Assim, iniciou-se a publicação do novo boletim, que era bastante semelhante ao primeiro e à própria revista *Geografia*. No que diz respeito à integração com os geógrafos do Rio de Janeiro, há agora um aumento desta cooperação, podemos ver trabalhos de José Veríssimo da Costa Pereira e de Ruellan em maior quantidade que anteriormente. Como no caso da *Revista Brasileira de Geografia*, com o passar dos anos há um paulatino aumento dos trabalhos de geógrafos profissionais nesta publicação; são divulgados diversos trabalhos de geógrafos formados pela USP, entre eles destaco Aziz Ab'Sáber, Nice Lecocq Müller e Pasquale Petrone. Assinalo ainda uma redução nos trabalhos de Pierre Monbeig, que antes era um dos principais autores da revista. Com sua saída, Aroldo de Azevedo parece assumir este local de proeminência na publicação. Da mesma forma, também pouco aparecem os trabalhos de Caio Prado Jr. que após seu retorno ao Brasil, em 1941, colaborou muito menos com o periódico.

No que diz respeito aos temas abordados nas publicações de São Paulo, podemos dizer que eles são, em grande medida, semelhantes aos dos trabalhos da *Revista Brasileira de Geografia*. Encontramos laços nos estudos sobre as atividades produtivas desta ou daquela região, do clima, dos solos, da ocupação territorial, etc. As diferenças ficam por conta dos planos de desenvolvimento econômicos, majoritariamente voltados para a integração do território nacional, muito comuns na publicação ibegeana e raros nas revistas de São Paulo; além da atenção dada pelos paulistanos aos países e cidades estrangeiras, em forma de notas de pesquisa, como no caso de Nova York, Buenos Aires e China, por exemplo, o que não acontecia na *RBG*.

Entretanto, o *Boletim* não era a única revista a publicar trabalhos feitos por geógrafos na Universidade de São Paulo. Chamo a atenção nesta parte para o papel da *Revista de História*, que entre a data de sua criação, em 1950, até a separação entre os cursos de Geografia e História, em 1955, incorporou trabalhos de geografia. A *Revista* foi criada e editada por Eurípides Simões de Paula, o mesmo professor que editou durante anos a *Geografia*, e há inclusive alguma confluência de autores entre esta *Revista* e o *Boletim Geográfico* analisado anteriormente; nesta época, profissionais como Aziz Ab'Sáber, Aroldo de Azevedo, Pasquale Petrone ou ainda Antônio da Rocha Penteado, eram colaboradores das duas revistas. Separei em quadro que se segue os artigos de cunho geográfico publicados na revista entre 1950 e 1956:

Quadro 19: Publicações geográficas na Revista de História, 1950-1956

Autor	Título	Referência	Área
Roger Dion (geógrafo e historiador)	Conferência: "Influência da Geografia Física sobre a evolução histórica da Europa (as invasões bárbaras vistas pelo geógrafo)"	v. 1, n. 2, p. 127-139, 1950.	Geografia Física; Geografia histórica.
Jaime Cortesão (médico e historiador)	Conferência: "Alexandre de Gusmão e Tratado de Madri"	v. 1, n. 4, p. 437-452, 1950.	Fronteiras; Revisão historiográfica.
Odilon Nogueira de Matos (geógrafo e historiador)	Documentário: "Notas sobre o caminho para Mato Grosso"	v. 1, n. 4, p. 551-557, 1950.	Monografia regional; Mato Grosso.
Aroldo de Azevedo (geógrafo)	Resenha: "Histoire des Découvertes Géographiques et des Explorations"	v. 1, n. 4, p. 578-579, 1950.	Resenha ; Geografia histórica.
Aziz Nacif Ab'Saber (geógrafo)	Resenha: "Geografia Humana do Brasil"	v. 1, n. 4, p. 582-585, 1950.	Resenha; Geografia humana.
Antônio da Rocha Penteado (geógrafo)	Noticiário: "Defesa de Tese apresentada à cadeira de Geografia do Brasil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, pelo licenciado José Ribeiro de Araújo Filho".	v. 1, n. 4, p. 593-594, 1950.	Noticiário; Tese; Monografia Regional; Baixado do Itanhaém.
Roger Dion (geógrafo e historiador)	Conferência: "Sobrevivência da Antiguidade na Geografia Humana na França"	v. 2, n. 5, p. , 5-17, 1951.	Geografia humana; Geografia histórica.
Giuseppe Caraci (geógrafo)	Fatos e Notas: "A propósito de Américo Vespucci"	v. 5 n. 11, p. 189-194, 1952.	Crítica
Giuseppe Caraci (geógrafo)	Artigo: "Amerigo Vepucci e um moderno crítico argentino"	v. 5, n. 12, p. 311-351, 1952.	Geografia histórica; revisão historiográfica.

Autor	Título	Referência	Área
Vitorino de Magalhães Godinho (historiador e sociólogo)	Artigo: "Fontes quatrocentistas para a geografia e economia do Saara e Guiné"	v. 6, n. 13, p. 47-65, 1953.	Geografia Econômica; Fontes.
Virgílio Corrêa Filho (engenheiro e historiador)	Fatos e Notas: "A propósito de Américo Vespucci"	v. 6, n. 13, p. 193-195, 1953.	Crítica
Thomaz Oscar Marcondes de Souza	Fatos e Notas: "A grande capacidade náutica de Colombo"	v. 6, n. 14, p. 457-467, 1953.	Geografia histórica.
Thomaz Oscar Marcondes de Souza	Fatos e Notas: "A propósito de Amerigo Vespucci"	v. 6, n. 14, p. 481, 1953.	Crítica.
Giuseppe Caraci (geógrafo)	Fatos e Notas: "Sempre a propósito de Amerigo Vespucci"	v. 7, n. 15, p. 139-141, 1953.	Crítica
Virgílio Corrêa Filho (engenheiro e historiador)	Fatos e Notas: "Simples explicação"	v. 7, n. 15, p. 143-144, 1953.	Crítica
Giuseppe Caraci (geógrafo)	Fatos e notas: "Mais ervas daninhas no horto vespuciano"	v. 7, n. 16, p. 351-382, 1953.	Geografia histórica; crítica; revisão historiográfica.
Roberto Levillier (historiador)	Fatos e Notas: "A propósito de Vespúcio. Crítica ou sabotagem?"	v. 7, n. 16, p. 383-425, 1953.	Geografia histórica; Crítica; Epistemologia.
José Francisco Camargo	Resenha: "Demographie Economique. Les rapports de l'economie et de la population dans le monde"	v. 7, n. 16, p. 466-467, 1953.	Demografia
Jaime Cortesão (médico e historiador)	Artigo: "O território da Colônia do Sacramento e a formação dos estados platinos"	v. 8, n. 17, p. 135-165, 1954.	História Política, Fronteiras.

Autor	Título	Referência	Área
Giuseppe Caraci (geóografo)	Fatos e Notas: "Explicação ainda mais simples"	v. 8, n. 17, p. 226-226, 1954.	Crítica
Arthur Davies (geógrafo)	Fatos e Notas: "O problema vespuciano"	v. 9, n. 19, p. 195-199, 1954.	Crítica; Epistemologia; Geografia histórica.
Pasquale Petrone (geógrafo)	Artigo: "A cidade de São Paulo no século XX"	v. 10, n. 21-22, p. 127-170, 1955	Geografia Econômica.
Giuseppe Caracci (geógrafo)	Fatos e Notas: Amerigo Vespucci e... "o intocável historiador"	v. 10, n. 21-22, p. 239-317, 1955.	Crítica; Epistemologia.
Giuseppe Caracci (geógrafo)	Fatos e Notas: "Está salva a 'face'?"	v. 11, n. 24, p. 413-417, 1955.	Crítica
Robert Levillier (historiador)	Documentário: "O problema da letra de Vespúcio resolvido pelo encontro e identificação de 14 dos seus escritos"	v. 11, n. 24, p. 444-498, 1955.	História; Fontes/Diplomacia.
E. Simões de Paula	Notícia: Desdobramento do Curso de Geografia e História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.	v. 12, n. 25, p. 285-286, 1956.	Decreto

Fonte: *Revista de História*, São Paulo, n. 1-12, 1950-1956.

Gostaria de destacar aqui três particularidades sobre a *Revista de História* que me pareceram interessantes, a primeira é o próprio fato de que a revista tenha publicado artigos de geografia durante seus primeiros anos. Da mesma forma, é igualmente notável que os geógrafos a tenham procurado para a divulgação de seus trabalhos, mesmo contando com uma revista própria, o *Boletim Paulista de Geografia*, que seguiu sendo publicado nesta época. Este fato deixa entrever que as relações entre a Geografia e a História eram realmente mais próximas até a separação dos cursos e que este contato poderia ter desvanecido nos anos posteriores; haja vista que a frequência de textos geográficos na revista acabou logo depois dos cursos exclusivos. Entre 1955 e 1960 não há mais textos de geógrafos ou que versem sobre geografia na *Revista de História*.

Saliento também o espaço que a *Revista* deu à querela entre a separação do curso de Geografia e História na universidade. Como na publicação do IBGE, que pontuava a posição de seus profissionais, aqui foram defendidos os pontos de vista dos professores de São Paulo em relação ao curso; a *Revista de História* se convertia em um espaço para discutir e avaliar os rumos do curso, da mesma forma que as revistas de geografia. Esta característica é vista no trabalho de Roger Dion sobre as invasões barbaras e a ocupação territorial européia, no qual o autor argumentava que a geografia era fundamental para a análise histórica – no entendimento do espaço e sua influência sobre as atividades humanas – e defendia a continuidade da união entre as disciplinas.[11]

Outra característica curiosa da *Revista de História* foi o grande espaço para a querela sobre o artigo a respeito de Américo Vespúcio publicado originalmente na seção "Vultos da Geografia", da *Revista Brasileira de Geografia,* por Virgílio Correa Filho. O debate durou três anos, entre 1952 e 1955, e envolveu diversos profissionais, historiadores, geógrafos, além do próprio Correa Filho, que era engenheiro. Aconteceu que Correa Filho, responsável por grande parte dos artigos da seção "Vultos da Geografia", publicou uma curta biografia de Américo Vespúcio na seção. Ao que foi respondido por Caraci, não na *Revista Brasileira de Geografia,* mas na *Revista de História* da USP. Na tréplica, Correa Filho se explicou, mas a discussão já estava armada. Tomaram parte da briga Thomaz Oscar Marcondes de Souza, Roberto Levillier e Arthur Davies.

A *Revista de História* se converteu em palco para que discussões quanto à veracidade de cartas do navegador, ou à pertinência da publicação de sua biografia fossem realizadas, sendo um espaço de discussão deste artigo publicado na *Revista* do IBGE. Também é digno de nota que a *Revista Brasileira de Geografia* não tenha aberto nenhum espaço para a controvérsia, que encontrou lugar somente na *Revista* da USP. Este assunto nos leva à próxima seção, que trata justamente de os "Vultos da Geografia".

5.2. VULTOS DA GEOGRAFIA DO BRASIL

Como no caso das diferentes escritas da história da geografia tratadas no capítulo anterior, a seção "Vultos da Geografia" também se ocupou de inscrever o ofício do geógrafo em uma tradição anterior ao curso universitário. Seu recorte

11 DION, Roger. Conferência: "Influência da Geografia Física sobre a evolução histórica da Europa (as invasões bárbaras vistas pelo geógrafo)". *Revista de História*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 127-139, 1950.

corresponde não somente aos geógrafos brasileiros, mas a todos os que se dedicaram a estudar a geografia nacional – nesta parte é interessante assinalar que o termo "geografia nacional" está ligado ao estudo do território em si, e não à geografia como disciplina.

Deste modo, a *Revista Brasileira de Geografia* se posicionava no campo geográfico também como elaboradora de sua história. Seu papel não ficava restrito à divulgação dos trabalhos produzidos pelos geógrafos da Universidade do Brasil e do Conselho Nacional de Geografia, mas também trabalhava para ser parte construtiva do discurso do que significava ser geógrafo no Brasil; cuidando ao mesmo tempo de seu passado, presente e futuro.

Não à toa a maioria dos artigos da seção foi escrita por José Veríssimo da Costa Pereira, o mesmo autor do trabalho sobre a história da geografia no livro de Fernando de Azevedo. Também compartilhava a autoria dos artigos Virgílio Correa Filho, da polêmica sobre Vespúcio.

Os mesmos questionamentos que nortearam a análise das histórias da disciplina foram mobilizados aqui, visto que a problemática de quem seria elencado; de quem seria escolhido para ser um representante da geografia do Brasil se colocava igualmente em relação à seção. A lista de nomes publicados pela seção entre 1939 e 1956 gira em mais de uma centena, aqui serão analisadas questões principais para esta investigação: a formação, a ocupação e a nacionalidade destes "vultos da geografia".

No que diz respeito à formação, mais da metade dos personagens da seção são ou engenheiros ou auto-didatas, como fica explicitado no quadro a seguir:

Quadro 20: Formação dos "Vultos da Geografia" do Brasil, 1939-1956

Formação	No.	Formação	No.
Engenharia	28	Filologia	1
Medicina	13	História	1
Direito	8	Biologia	1
Geologia	6	Matemática	1
Ciências Físicas e Matemáticas	5	Zoologia	1
Ciências Naturais	4	Filosofia	1
Educação	4	Desenho	1
Botânica	3	História e Geografia	1
Letras	3	Sem formação	32
Ciências	2	não classificado	1
Ciências Físicas e Naturais	1		

Fonte: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 1-18, 1939-1956.

A explicação para a falta de geógrafos formados se encontra no fato de que apenas os já falecidos eram homenageados na seção. De todo modo, mesmo depois das formações em Geografia e História, passaram-se anos até que um profissional fosse um objeto de artigo. Dentre os personagens destacados que possuíam formação, percebemos que a maioria era composta por engenheiros, o que corrobora no padrão do IBGE nestes primeiros anos, com permanência da geografia na engenharia e consequentemente no Conselho, na *Revista,* etc.

No que diz respeito à ocupação, as atividades desempenhadas por estes "vultos da geografia" acompanha a tendência da própria *Revista* em seus primeiros anos. A grande maioria dos profissionais considerados geógrafos era composta por militares e engenheiros. Estes eram os principais autores dos trabalhos considerados de interesse geográfico antes do curso universitário e permaneceram sendo importantes para o desenvolvimento deste saber por muitos anos, como já vimos anteriormente. Destaco ainda que a atividade de docência também era desempenhada por muitos destes homens, como uma atividade secundária, desta forma, além dos 7 arrolados na tabela como professores - cujo magistério configura-se enquanto atividade primária ou única, havia ainda mais 32 que o exerciam. Para melhor entendimento do quadro a seguir destaco como foi feita a metodologia para as categorias, somente utilizei "político" para cargos eletivos; "professor" só foi usado quando a formação assim classificava e esta era a atividade primária do indivíduo; a profissão "naturalista" foi empregada mesmo quando não havia formação acadêmica em

Ciências Naturais; a categoria "nobre" foi empregada para designar portugueses e estrangeiros, ou sem ocupação formal ou a serviço do Estado, de modo que os nobres brasileiros não estão arrolados nesta categoria; "nobre" e "militar" não aparecem juntos para evitar redundâncias, mas quando o nobre era militar de carreira optei pela categoria "militar".

Quadro 21: Ocupação dos "Vultos da Geografia do Brasil", 1939-1956

Ocupação	No.	Ocupação	No.
Militar	30	Historiador	3
Engenheiro	28	Advogado	3
Político	19	Religioso	3
Naturalista	17	Etnólogo	2
Geólogo	11	Cosmógrafo	1
Professor	7	Paleontólogo	1
Diplomata	7	Matemático	1
Jornalista	6	Pintor	1
Médico	6	Etnógrafo	1
Astronomo	4	Meteorologista	1
Nobre	4	não classificado	3

Fonte: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 1-18, 1939-1956.

Para finalizar esta caracterização dos profissionais considerados pelo IBGE como "vultos da geografia", passo à investigação sobre sua nacionalidade. Foi interessante perceber que a maioria das personagens elencadas é formada por brasileiros, principalmente após a leitura do capítulo de Costa Pereira, um dos principais autores da seção, no livro de Fernando de Azevedo, onde o autor confere um importante espaço aos estrangeiros. Tudo leva a crer que a ideia era a construção de uma história da geografia, de uma tradição à qual os geógrafos recém-formados pudessem se filiar, com suas principais figuras e seus feitos memoráveis. Desta forma, era importante que estes "vultos" fossem brasileiros, reafirmando a existência de trabalhos que se dedicavam ao saber geográfico antes do curso universitário e a importância de tais pesquisas para o conhecimento do território nacional, criando assim uma genealogia menos dependente dos professores franceses e da própria universidade como local de validação da produção científica, o que elevava o papel do próprio IBGE além das sociedades e institutos existentes antes de 1934.

A última parte deste trabalho também se relaciona às revistas, mas está ligada à consolidação da geografia brasileira e à sua internacionalização. Um dos grandes indícios de que um saber é respeitado consiste na análise de sua aceitação, de seu impacto em outros contextos, bem como da consideração destes profissionais entre seus pares. Deste modo, penso que um trabalho que trata da institucionalização da geografia no Brasil deve se ocupar não apenas das influências recebidas, como da França, nos primeiros professores da Universidade, mas também das trocas ocorridas e relações menos verticalizadas, observando a consolidação dos saberes produzidos no Brasil em uma escala maior, internacional. Passo à investigação sobre as relações entre a geografia brasileira e estadunidense com ênfase aos trabalhos publicados no *Handbook of Latin American Studies*.

5.3. Geografias americanas: Brasil, EUA e o Handbook of Latin American Studies

Antes de entrar propriamente no assunto de que trata esta seção, as relações entre brasileiros e estadunidenses e a ênfase aos trabalhos brasileiros no *Handbook of Latin American Studies*, desejo salientar o porquê da minha escolha pela relação com os Estados Unidos e não com outro país. Esta opção se mostrou válida primeiramente porque as relações de cooperação entre os dois países foram fortalecidas no período da II Guerra Mundial, o que fez com que diversos profissionais brasileiros, não apenas geógrafos, fossem para os EUA. Depois, porque há alguma similaridade entre a imaginação geográfica estadunidense e a brasileira, principalmente no que tange à relação entre o território e a nacionalidade. Por fim, destaco que o *Handbook* é a revista de síntese mais regular e na qual constam mais trabalhos sobre os brasileiros, há outra publicação, britânica, a *Geographers: Biobibliographical Studies*, que, é similar à primeira revista, e também publica as indicações bibliográficas e breves biografias de geógrafos, no entanto, desta revista não constam trabalhos de brasileiros (há, no máximo, brazilianistas) até a última década. E, além disto, o periódico foi criado apenas na década de 1970, extrapolando o período que me interessou nesta pesquisa.

Como vimos no capítulo 4, a relação entre o IBGE e os órgãos estadunidenses dedicados à geografia e ao planejamento era forte. Não podemos perder de vista que os principais nomes do Instituto Brasileiro eram responsáveis pela representação brasileira no Instituto Panamericano de Geografia e História e na

National Planning Association, como Jorge Zarur, Fábio de Macedo Soares Guimarães e Orlando Valverde, ambos do IBGE.

Os geógrafos do Rio de Janeiro eram os "representantes oficiais" da geografia nacional nestes ambientes estrangeiros. No que diz respeito à vinda de geógrafos estadunidenses ao Brasil, destaco que nos anos 1940 alguns deles também foram lecionar na Universidade do Brasil como professores visitantes, entre eles Preston James. Seus estudos sobre o país eram abundantes e com múltiplos enfoques, examinando desde a produção de café, até a nascente indústria, e áreas rurais do nordeste.[12]

É crucial salientar aqui que esta relação de cooperação não passava pela influência da geografia estadunidense sobre a brasileira, como pode parecer a primeira vista, mas de trocas, em ganhos recíprocos na construção do conhecimento, pois as geografias universitárias dos dois países estavam ainda em desenvolvimento.[13]

Majoritariamente entre 1938 e 1947, diversos geógrafos brasileiros foram para universidades norte-americanas e profissionais deste país vieram para o Brasil. Em 1942, Jorge Zarur, geógrafo do IBGE, foi para as universidades de Wisconsin e Chicago. Quando de seu retorno ao Brasil, o governo dos Estados Unidos formalizou convite para que outros geógrafos brasileiros também fossem para universidades estadunidenses.[14]

Guardadas as devidas particularidades, há trabalhos bastante conceituados que procuram ponderar sobre as similaridades e diferenças entre os dois países no que diz respeito às políticas de conhecimento territorial e imaginação geográfica; elas ainda estão intrinsecamente ligadas à constituição da história e da geografia tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos.[15]

---

12 JAMES, Preston. *Brazil*. New York: Odyssey, 1946.

13 Sobre a geografia em universidades estadunidenses, conferir os capítulos "Continuidade e mudança do pensamento geográfico americano", de Preston James, e "A geografia na educação americana", de Clyde F. Kohn. Cf.: JAMES, P.; *et al*. *Geografia humana nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Fórum, 1970.

14 ALMEIDA, Roberto Schmidt. *A Geografia e os Geógrafos do IBGE no Período 1938-1998*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

15 Sobre as comparações, cf.: COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República:* momentos decisivos. São Paulo: Brasiliense, 1985; OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Americanos*: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. Sobre a constituição das disciplinas no Brasil, cf.: ABREU, Capistrano. *Capítulos de história colonial*. São Paulo; Belo Horizonnte: EdUSP; Itatiaia, 1988; ABREU, Capistrano. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. São Paulo; Belo Horizonte: EdUSP; Itatiaia, 1988; ABREU, Capistrano. *O descobrimento do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999; CUNHA, Euclides. *À margem da História*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Sobre a constituição das disciplinas nos EUA, cf.: JONES, Howard Mumford. *O Strange new world*. American culture: the formative years. New York: The Viking Press, 1964; NASH, Roderick Frazier. *Wilderness and the American Mind*. New Haven; London: Yale University Press, 2014.

Os dois países ainda guardam semelhanças na ida para o Oeste e sua releitura posterior. Este caminho para a interiorização do país era definidor de aspectos da identidade nacional no início do século XX, o conhecimento e a conquista do território eram questões incontornáveis para Brasil e Estados Unidos. A relação com a natureza determinava ainda o "tipo nacional" dos dois países. O homem europeu teria se transformado diante de tamanha adversidade, a grandiosidade da natureza americana era um desafio, uma prova. O tipo americano era uma adaptação, um sujeito forte e totalmente transformado por seu ambiente.

Os primeiros textos da história, geografia e sociologia mostram essa característica de forma muito clara, tanto no Brasil quanto nos EUA. No Brasil, Sérgio Buarque de Holanda escreve a respeito desta adaptação do europeu (português), destacando aprendizado com os indígenas na ida para o interior, através da construção de canoas com as duas tecnologias, a alimentação e conhecimento do território.[16] Nos Estados Unidos, um caso exemplar parece ser o de Frederick Turner. Para ele a natureza selvagem foi o ingrediente basilar da formação do tipo nacional estadunidense, o agente transformador dos homens, com um papel quase messiânico, tornando-os valorosos.[17]

Em ambos os casos há também a reabilitação de duas figuras nacionais, os bandeirantes e os *pioneers*. No caso brasileiro, eles passaram de algozes a desbravadores. Era comum, nas primeiras décadas do século XX, que profissionais dedicados a expedições territoriais se autointitulassem bandeirantes modernos ou novos bandeirantes. Isso pode ser visto em alguns dos relatórios da Comissão Rondon e artigos de geógrafos do IBGE e da Universidade.[18]

No que diz respeito especificamente ao *Handbook*, ele começou a ser editado em 1936, por Lewis Hanke na Universidade de Harvard; e, a partir de 1939 pela *Hispanic Division* da *Library of Congress*. Para esta análise, separei as seções de geografia pertinentes ao Brasil nos primeiros 18 volumes da publicação, indo

16 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

17 TURNER, Frederick Jackson. *The significance of the frontier in American history*. Rereding Frederick Turner. New Heaven; Londres: Yale University Press, 1999; FARAGHER, John Mack. The frontier trail: rethinking Turner and reimagining the American West. *The American Historical Review*, Washington, v. 98, n. 1, feb. 1993; JOHNSON, Allen. Review The frontier in American history - Frederick Turner. *The American Historical Review*, Washington, v. 26, n. 3, apr. 1921; SMITH, Henry Nash. *Virgin Land:* the american west as symbol and myth. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1971.

18 RONDON, Cândido Mariano da Silva. Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão Geral de Engenharia (G5) do Departamento da Guerra pelo Coronel Rondon Chefe da Comissão, Commissão de Linhas Telegraphicas Estrategicas de Matto Grosso ao Amazonas, Publicação 1. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, s/d; DEFFONTAINES, Pierre. Prefácio. In: RONDON, Frederico. *Pelo Brasil Central*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1934; DEFFONTAINES, Pierre. Prefácio. In: RONDON, Frederico. *Pelos sertões e fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Reper, 1969.

desde a sua criação até 1956, ano da implementação do curso exclusivo de geografia. Sobre o material apresentado, destaco que o *Handbook*, como o *Manual bibliográfico*, no qual Pierre Monbeig publicou sua contribuição sobre a geografia brasileira, é uma publicação que fala sobre outras, como já tivemos oportunidade de ver. O próprio *Manual* foi inspirado na revista estadunidense. Deste modo, inicialmente minha investigação recai sobre quem é citado e quais são os trabalhos enumerados.

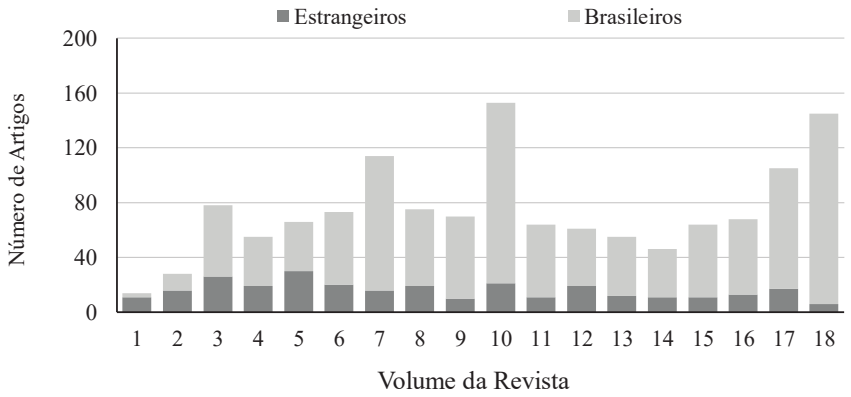
No primeiro número, datado de 1936, são arrolados 14 artigos referentes à geografia brasileira, e dos 13 autores, apenas dois são brasileiros, Caio Prado Jr e Glycon de Paiva. No que tange às revistas citadas, destaco que a *Geografia*, da AGB teve destaque, e os 6 trabalhos publicados no primeiro número da revista foram citados aqui. Como não havia nenhum outro periódico de cunho geográfico no Brasil, esta foi a única a revista nacional a constar deste volume.

A seção de geografia do segundo número vem acompanhada de um pequeno texto introdutório do professor Preston James. Nele o estadunidense fala que nos anos anteriores as mais importantes contribuições sobre a geografia brasileira foram feitas por franceses e alemães, mas que este cenário estava se modificando com a ida de Pierre Deffontaines para São Paulo, com o objetivo de estabelecer a cadeira de geografia na recém-fundada Universidade de São Paulo. E, logo depois, a chegada do também francês Pierre Monbeig. Sobre a Universidade do Distrito Federal, James destaca que Deffontaines também foi ao Rio de Janeiro para igualmente criar a cadeira de geografia. O estadunidense destaca ainda a importância da fundação da revista *Geografia* e da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

A parte de inventário das publicações deste ano é significativamente maior que a do ano anterior, e também foi empregado um breve resumo do objeto dos trabalhos citados. Dos 28 trabalhos, 12 eram de brasileiros. Houve ainda uma diversificação das publicações nacionais elencadas, além da revista *Geografia*, apareciam agora a *Revista do Departamento Nacional do Café* e a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Nacional* e da seção estadual do Rio Grande do Sul.

No ano seguinte, em 1938, os brasileiros continuam a ganhar espaço, e o número de trabalhos apresentados cresce novamente, dos 78 listados, 52 foram feitos por pesquisadores do Brasil.

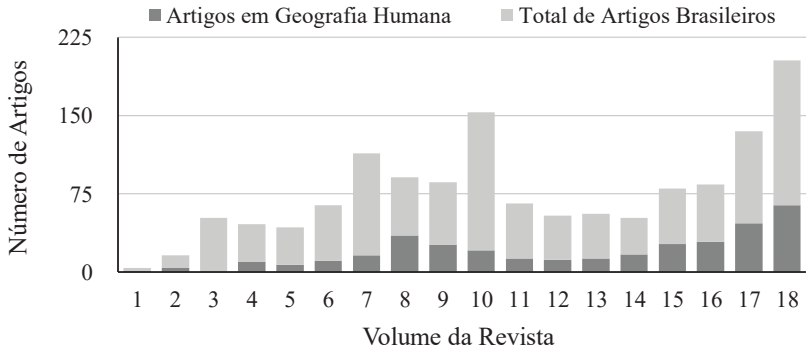
Gráfico 2: Publicações Brasileiras e Estrangeiras no Handbook of Latin American Studies



Neste número há também um texto introdutório, no qual Preston James faz um importante balanço dos temas dos trabalhos mencionados, chegando à conclusão de que nenhum brasileiro havia publicado um trabalho de geografia humana por definição, as contribuições nacionais ficaram centradas em geografia física, descrições gerais e viagens e trabalhos de interesse geográfico (de áreas afins). Os artigos brasileiros que versavam especificamente sobre geografia humana em relação aos demais trabalhos nacionais encontra-se exposto no quadro a seguir. É interessante destacar ainda que parece haver uma relação entre a consolidação da geografia profissional no Brasil e o aumento de artigos relacionados à geografia humana, conforme mostra a curva ascendente de crescimento do tema a partir do volume 13 do *Handbook*, que corresponde ao ano de 1948. Quanto mais geógrafos por profissão, formados por Universidades, haviam no país, mais se publicavam artigos em geografia humana.

Gráfico 3: Publicações Brasileiras de Geografia Humana no Handbook of Latin American Studies

Ainda sobre o volume do número 3 do *Handbook*, também noto a continui-



dade de trabalhos franceses e alemães sobre a geografia brasileira, com 11 e 12 trabalhos listados, respectivamente. O autor destaca ainda a fundação do Conselho Nacional de Geografia como parte do IBGE, já apontando para suas tarefas no que tange ao mapeamento do território e fronteiras brasileiras, o que poderia incrementar as publicações dos anos seguintes com mapas e compilações.

Em relação às publicações brasileiras, a revista *Geografia* continua assumindo papel de destaque entre os trabalhos arrolados, desta vez aparecem ainda uma publicação da Diretoria de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, do *Boletim do Serviço Geológico e Mineral*, do *Boletim da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas*, do *Boletim Mineiro de Agricultura*, do *Boletim Ariel*, das Revistas dos Institutos Histórico e Geográfico do Ceará e da Bahia, da *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, do *Boletim da Diretoria de Terras*, e novamente da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e oito livros da Brasiliana, cinco do Departamento Nacional da Produção Mineral, dois da José Olympio e um da Editora Globo e da Civilização Brasileira. No que diz respeito aos autores, há grande diversificação, no entanto, grandes nomes como Pierre Monbeig, Emanuel de Martonne, Francis Ruellan, Pierre Deffontaines e Preston James continuam mencionados, como pode ser analisado no quadro a seguir, que especifica a incidência destes professores em artigos listados no periódico; sobre

o quadro é importante salientar que destaco também um alemão, Friedrich Freise, que era presidente da diretoria de pesquisas da Companhia Sulatlantica de Minas, Florestas e Melhoramentos, e foi um assíduo pesquisador da geografia brasileira nos primeiros anos do *Handbook*.

Quadro 22: Incidência de trabalhos de professores estrangeiros que lecionaram no Brasil no Handbook of Latin American Studies

Vol.	Geógrafos
1	Emmanuel de Martonne - 1 trabalho Pierre Deffontaines - 2 trabalhos Pierre Monbeig - 1 trabalho
2	Friedrich Freise - 2 trabalhos Pierre Monbeig - 1 trabalho
3	Friedrich Freise - 5 trabalhos Pierre Deffontaines - 4 trabalhos Pierre Monbeig - 5 trabalhos
4	Emmanuel de Martonne - 1 trabalho Friedrich Freise - 2 trabalhos Pierre Deffontaines - 4 trabalhos
5	Friedrich Freise - 2 trabalhos Pierre Deffontaines - 5 trabalhos Preston James - 3 trabalhos Pierre Monbeig - 1 trabalho
6	Emmanuel de Martonne - 1 trabalho Friedrich Freise - 1 trabalho Preston James - 2 trabalhos Pierre Monbeig - 2 trabalhos
7	Pierre Monbeig - 2 trabalhos
8	
9	Pierre Monbeig - 1 trabalho

Vol.	Geógrafos
10	Emmanuel de Martonne - 1 trabalho Francis Ruellan - 3 trabalhos Preston James - 1 trabalho Pierre Monbeig - 2 trabalhos
11	Francis Ruellan - 1 trabalho
12	Preston James - 3 trabalhos Pierre Monbeig - 1 trabalho
13	Preston James - 1 trabalho Pierre Monbeig - 2 trabalhos
14	Francis Ruellan - 1 trabalho Leo Waibel - 1 trabalho Preston James - 2 trabalhos
15	Leo Waibel - 1 trabalho Pierre Monbeig - 1 trabalho Preston James - 1 trabalho
16	Francis Ruellan - 1 trabalho Leo Waibel - 2 trabalhos
17	Francis Ruellan - 2 trabalhos Pierre Monbeig - 1 trabalho
18	Pierre Monbeig - 1 trabalho Preston James - 1 trabalho

Fonte: *Handbook of Latin American Studies*, Washington, v. 1-18, 1935-1955

O *Handbook* de número 4, referente ao ano de 1939, cita a criação da *Revista Brasileira de Geografia* em seu texto introdutório, contudo, não arrola os trabalhos da primeira publicação (o que só acontecerá no *Handbook* número 5). As publicações destacadas continuam a ser a revista *Geografia*, e as Revistas dos Institutos Históricos e Geográficos, além das publicações ministeriais do governo brasileiro.

Em seu quinto número, o *Handbook* enumera os trabalhos publicados no primeiro volume da *Revista Brasileira de Geografia*. Este ano representa ainda uma virada quanto à nacionalidade dos trabalhos elevados, pois dos 66 textos, 36 foram escritos por brasileiros. De modo que, nos dois anos seguintes, as contribuições estrangeiras vão ficando cada vez mais pontuais e há uma preponderância de autores nacionais, como pode ser conferido no gráfico da página 187. Assevero ainda que, com o fim da revista *Geografia*, a *Revista Brasileira de Geografia* e a *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo* ocupam este lugar de proeminência. No número 8 do *Handbook*, Preston James fala da qualidade dos artigos publicados pela *RBG* e afirma desejar sua sobrevivência após passado o período de dificuldade imposto pela guerra e continue publicando regularmente.

No que se refere aos temas, se na publicação de 1938 não havia nenhuma publicação brasileira em geografia humana, na de 1943 os brasileiros eram a maioria dos escritores, com 21 artigos no tema arrolados no *Handbook*. Noto ainda um incremento de trabalhos de estadunidenses referentes ao Brasil, como no caso de Donald Pierson, Desmond Holdridge, Earl Parker Hanson e James Nowlan, e continua a tendência de redução de trabalhos realizados franceses e alemães; os estadunidenses parecem ocupar o espaço deixado por estes profissionais.

O número 9 do *Handbook* volta a elogiar o papel do Conselho Nacional de Geografia e do IBGE, em seu texto introdutório, Preston James ainda cita o programa de mapeamento do país, comandado por Christóvam Leite de Castro, do Conselho, e a criação de uma nova revista vinculada ao órgão, o *Boletim do Conselho Nacional de Geografia* ou *Boletim Geográfico*, que começou a ser publicado no ano anterior, em 1943. Destaco que, seguindo a tendência de queda das publicações feitas por franceses e alemães, nesta edição há apenas três trabalhos, sendo dois deles do professor Pierre Monbeig, e nenhuma alemã.

No décimo número do *Handbook* as publicações dos *Anais do IX Congresso de Geógrafos* ganha destaque, perfazendo a maioria dos trabalhos citados. Nas quatro edições posteriores, a *Revista Brasileira de Geografia* e o *Boletim*

Geográfico do CNG continuam a ganhar espaço dentre as contribuições elencadas.

Em seu número 15, o *Handbook* apresenta duas importantes modificações. A primeira diz respeito à própria autoria da seção, que antes era exclusiva de Preston James e a partir daí começou a ser dividida com o brasileiro Hilgard O'Reilly Sternberg. A segunda mudança é destaque ao *Boletim Paulista de Geografia*, que agora dividia espaço com as publicações do Conselho Nacional e Geografia do IBGE. Destaco ainda a redução de artigos estrangeiros, incluindo os estadunidenses, que neste número perfazem apenas 11 dos 64 trabalhos arrolados.

As três últimas edições aqui analisadas me pareceram as mais interessantes, porque deixam entrever que estava clara a divisão do campo da geografia brasileira, mesmo para profissionais que não estavam inseridos nesta querela. James e Sternberg afirmam que havia três grupos proeminentes em geografia no país, o primeiro, formado pelos profissionais do IBGE; um segundo, composto pelos geógrafos da Universidade do Brasil, e finalmente, o grupo dos geógrafos da Universidade de São Paulo. Quanto às publicações elencadas, seguiu-se a tendência de destaque ao *Boletim Paulista de Geografia*, à *Revista Brasileira de Geografia* e ao *Boletim Geográfico*.

Tal mudança foi pontuada pelos próprios autores, no *Handbook* de número 18, quando afirmam que houve um tempo, há não muitos anos atrás, quando um pesquisador que desejasse informar-se sobre a geografia brasileira deveria recorrer a bibliografias em francês ou alemão mais que em português, mas que este não é mais o caso, deixando clara ainda a grande proporção de escritos sobre o Brasil feitos por geógrafos brasileiros e asseverando que nenhum outro país da América Latina teve tão importantes ganhos no campo da geografia profissional quanto o Brasil. Ainda sobre esta edição, com algum atraso, visto que o *Handbook* de número 18 foi publicado e 1954, os textos dos Anais do X Congresso de Geógrafos, realizado em 1944, ganham grande destaque.

Como balanço dos volumes, avalio que as publicações dos geógrafos brasileiros foram ganhando importância no cenário internacional à medida em que a Universidade se firmava como local de formação destes novos profissionais. Tal característica fica clara pela "virada" brasileira ocorrida em 1941, quando os geógrafos nacionais assumem a proeminência, este local de fala sobre o Brasil, no lugar dos alemães e franceses. Da mesma forma, a criação de revistas e de novos ambientes de sociabilidade, como a Associação e o Conselho, propicia-

ram o crescimento das publicações e aumento do impacto destes trabalhos nos cenários nacional e internacional.

A Universidade também parece ter sido crucial para a definição dos temas de relevância para a geografia nacional, como fica claro através da observação do crescimento do número de trabalhos relacionados à geografia humana com o passar dos anos. O que configura um bom índice para a análise da consolidação da geografia profissional no Brasil.

É interessante destacar que se nos primeiros anos do *Handbook* uma expressiva parte dos trabalhos citados era feito por órgãos do governo, consistindo em relatórios vinculados a Ministérios ou Comissões, esta situação também se modifica completamente a partir da criação das revistas e aumento do número de graduados na Universidade; um bom índice da formação do campo da geografia no Brasil é justamente avaliar este momento em que o conhecimento geográfico vai sendo elaborado e publicado em revistas. Neste caso, podemos inclusive comparar as similaridades *Revista Brasileira de Geografia* e o *Handbook*, isso porque em ambas as publicações houve a gradual substituição de autores. No caso da revista brasileira, engenheiros e militares; e, no caso da estadunidense, profissionais franceses e alemães, por geógrafos formados brasileiros, tendo como momento de virada a segunda metade da década de 1940.

Chamo ainda a atenção para a publicação de livros escritos por estes primeiros profissionais especializados e publicados pelo governo e editoras nacionais, como a "Coleção Brasiliana", fundada em 1930 e dirigida por Fernando de Azevedo (o mesmo que organizou o trabalho *As Ciências no Brasil*, cuja seção dedicada à geografia escrita por Costa Pereira foi analisada no capítulo IV); a José Olympio, criada por José Olympio Filho em 1931, tornando-se a maior editora brasileira exatamente no período entre os anos de 1940 e 1950, quando publicou os trabalhos de diversos geógrafos brasileiros; e a Civilização Brasileira, que também foi uma das principais editoras do país no período mencionado. A formação universitária abria o caminho para a criação de revistas, desenvolvimento das editoras e incremento deste publico leitor, marcando não somente a institucionalização da geografia como disciplina, mas delimitando um campo profissional, com suas regras, redes de sociabilidade e disputas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Saliento ao ilustre Prof. Alírio de Matos que a Faculdade Nacional de Filosofia não forma geógrafos. Meu intuito é tornar bem clara essa matéria atinente aos profissionais geógrafos."[1]

Inicio esta seção de considerações finais pela contundente fala de Jorge Zarur no X Congresso Brasileiro de Geografia; ela é bastante significativa e representa a posição dos geógrafos do IBGE em relação à formação em Geografia na Universidade, dando o tom sobre as bandeiras que estes profissionais levantavam em relação ao curso.

Desde a criação da graduação em Geografia e História na Universidade de São Paulo e em Geografia na Universidade do Distrito Federal, a Universidade tornou-se o local privilegiado de formação do geógrafo. Após a fundação do IBGE e da Universidade do Brasil ficava estabelecido seu campo profissional no Brasil. Estas instituições funcionavam em conjunto, numa relação de associação que marcava a interferência que um ambiente teria sobre o outro.

Sendo a Universidade este *locus* formativo do geógrafo, a principal questão em relação ao curso está centrada em quem sairia graduado de lá, seria o geógrafo treinado para o trabalho de campo, o professor de geografia, o intelectual que depois assumiria uma cátedra no mesmo local que o formou? Quando pensamos na complexidade inerente à formação de um profissional, o mais provável é que cheguemos à conclusão que o ideal seria se todos estes papéis pudessem ser conjugados em uma só formação.

Esta era também a concepção de todos os geógrafos em relação ao curso universitário, uma formação completa, que os preparasse para as potencialidades da ciência geográfica. Assim, a pergunta que fica é como se formaram os dois pólos da disputa entorno do curso de Geografia e História? É provável que se pudéssemos perguntar para ambos os lados qual seria a formação ideal, a resposta seria a mesma: preparar um geógrafo para a pesquisa e para a sala de aula, que não reproduzisse indefinidamente o conhecimento aprendido nos bancos da Universidade, mas que desenvolvesse pesquisas de campo, que ensinasse a seus alunos sobre a importância deste trabalho, que se renovasse.

Abro aqui um parêntesis para falar do quão profunda é a questão da formação como objeto de pesquisa. Não inovei quando decidi estudar a formação dos

---

1 *Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia.* Vol. I. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1949, p. 264.

primeiros geógrafos brasileiros, mas antes me filiei a uma tradição de importantes estudos da história intelectual e da sociologia do conhecimento; a formação é ainda um tema clássico da história da historiografia. Dentre estes estudos estão os trabalhos de Fritz Ringer a respeito do desenvolvimento da comunidade acadêmica alemã e francesa, estabelecendo inclusive uma comparação entre ambas; Pierre Bourdieu e seu icônico trabalho sobre a formação do campo literário francês; Pim den Boer e sua análise do campo da história também na França, o título desta tese inclusive é uma analogia inspirada em seu trabalho, *History as a profession*, aqui *Geografia como profissão*; e, no Brasil, os trabalhos de Fernando de Azevedo e Simon Schwartzman sobre o desenvolvimento da comunidade científica brasileira e criação da Universidade de São Paulo; de Sérgio Miceli sobre a institucionalização das ciências sociais; e de Marieta Ferreira que aborda a constituição do campo da história.[2]

Retornando ao meu trabalho, é interessante pensar na raiz da discórdia entre os geógrafos, porque ela não nasceu à reboque da Universidade, inicialmente não parece haver maiores questões em relação ao curso. Até mesmo quando as graduações de Geografia e História foram reunidas na Universidade do Brasil sob a batuta do ministro Gustavo Capanema não havia nenhuma voz dissonante na Universidade. A constituição destes dois grupos antagônicos deu-se somente após a criação do IBGE, depois que o órgão assumiu papel preponderante em relação à geografia e aos planos de desenvolvimento estatal brasileiro.

Deste modo, tínhamos de um lado os geógrafos do Rio de Janeiro e de outro os de São Paulo, lutando pelo modelo de formação que acreditavam ser o mais pertinente para o profissional geógrafo.

O ponto central da querela era de que maneira este geógrafo seria mais completo, se a partir da associação com a história, ou do treinamento para as incursões territoriais, para a aplicabilidade da ciência. Também é importante ter em mente que a caracterização deste ou daquele grupo não se dava por uma

2 RINGER, Fritz K. *The Decline of the German Mandarins:* The German Academic Community, 1890–1933. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1969; RINGER, Fritz K. *Fields of Knowledge:* French Academic Culture in Comparative Perspective, 1890-1920. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1992; BOURDIEU, P. *As regras da arte:* gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; DEN BOER, Pim. *History as a profession:* the study of history in France, 1818-1914. Princeton: Princeton University Press, 1998; AZEVEDO, Fernando. *As ciências no Brasil.* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1955; SCHWARTZMAN, S. *Formação da Comunidade Científica no Brasil*. Rio de Janeiro; São Paulo: FINEP; Cia. Ed. Nacional, 1979; AZEVEDO, Fernando de. A Universidade de São Paulo. In: O ESTADO DE SÃO PAULO. *Ensaios paulistas:* contribuição de 'O Estado de São Paulo' às comemorações do IV Centenário da cidade. São Paulo: Anhembi, 1958; MICELI, S. (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice; Editora "Revista dos Tribunais"; IDESP, 1989; FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como Ofício:* a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

maior ligação com a geografia humana ou física, como pode parecer em um primeiro olhar. Em momento algum há uma defesa de que a geografia deveria ser mais física ou mais humana, muito pelo contrário, tanto no discurso quanto em seu próprio fazer é notável a interação entre aspectos físicos e humanos nos dois grupos profissionais. Destaco ainda que o que é hoje entendido como geografia humana e geografia física estava sendo definido nesta época, estas são construções sociais, inscritas no tempo, e eminentemente históricas. O condicionamento do olhar para delimitar o que era geografia humana e geografia física não estava posto, desta forma, é necessário pensar em categorias diferentes, sair do nosso pensamento sobre o que é a geografia hoje.

Outro traço dessa discussão estava relacionado aos geógrafos estadunidenses e à circulação entre o IBGE e as universidades americanas, principalmente na década de 1940, quando o contato com a Europa se inviabilizou devido à II Guerra Mundial e os Estados Unidos investiam maciçamente no aumento de sua influência econômico-cultural incentivando os intercâmbios com a América Latina. Desta forma, os primeiros geógrafos do IBGE tiveram oportunidade de estabelecer relações com os profissionais estadunidenses em um momento no qual a geografia ainda estava em desenvolvimento nos dois países, o que possibilitou trocas genuínas e não a ingerência da ciência daquele país sobre a brasileira. Entre eles destaquei Jorge Zarur, que foi o primeiro a ir e sobre o qual Delgado de Carvalho escreveu:

> Não vem ao caso repetir aqui o que Jorge Zarur conseguiu nos Estados Unidos para os serviços de geografia a executar no Brasil. Sua iniciativa e sua ação foram de grande proveito. Em 1952, em Washington, eu ficava surpreendido do prestígio de que gozava ele entre as altas autoridades do Instituto Pan-Americano de Geografia e História. Chamavam-no *Zarur of Brazil* e sempre eram bem recebidas as suas ideias e seus planos. Ao nosso então embaixador, cheguei a dizer: "A", "B" e "C" mandam na geografia pan-americana, mas manda neles é o Zarur".[3]

Estas interações se deram não somente na geografia, mas também na história, literatura, artes plásticas, arquitetura… e acabaram por dinamizar as relações na universidade, através da realização de congressos e publicações de obras de síntese, como o *Manual bibliográfico* e o *Handbook of Latin-American Studies*, cujas seções referentes à geografia foram objeto de análise desta pesquisa.

No que diz respeito aos geógrafos franceses, seu papel foi crucial para configuração disciplinar, principalmente no que tange ao estabelecimento do curso universitário, e continuaram contando com grande prestígio e influência mesmo com o passar dos anos. Logo, não é de surpreender que eles tenham

3 CARVALHO, Delgado. Meu filho Jorge. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1957, p. 5.

tentado determinar os rumos da geografia brasileira. Destaquei o papel de Pierre Monbeig, que era o principal antagonista dos geógrafos do IBGE e conseguiu catalisar seus colegas brasileiros das áreas de história e de tupi-guarani em sua tentativa de manutenção do curso conjunto em meados da década de 1940.

Outro geógrafo também francês, mas que estava na outra ponta, junto aos geógrafos do IBGE, era Francis Ruellan; que apesar de ter deixado sua opinião sobre o curso clara em apenas um trabalho, *Os métodos modernos no ensino da geografia*, acreditava que Geografia e História deveriam estar separados na Universidade.

Neste momento, as entrevistas com Miridan Falci e Pedro Geiger representaram um aprofundamento desta trama: o grupo de geógrafos do Rio de Janeiro não era tão homogêneo quanto parecia. Apesar de – e também justamente por – estar no IBGE, Ruellan não se posicionava junto de seus companheiros de Instituto nas discussões disciplinares, colocando-se em uma posição julgada por ambos os seus alunos como "apolítica". A partir do relato de Geiger pude depreender que a animosidade entre o francês e os figurões fundadores pela hegemonia no órgão deve ter sido determinante para esta atitude, contaminando o apoio que o Ruellan poderia dar à causa da separação.

O cenário não fica completo sem também considerar Delgado de Carvalho, o professor transitou entre o Colégio Pedro II e a Universidade; entre a Geografia e a História; e finalmente, entre a defesa de um curso que conjugasse as duas formações e o curso separado. Sustento aqui a hipótese que Delgado de Carvalho teve papel fundamental nesta separação, ainda que tardia, dos cursos e destaco que esta questão nunca havia sido abordada em outras pesquisas que se dedicaram ao estudo do curso universitário.

Como foi examinado, discussões entorno do tema da separação ocorridas na primeira metade da década de 1940 já foram objeto de estudo, contudo, apesar dos geógrafos do Rio de Janeiro terem ganhado a batalha, eles não venceram a guerra e a graduação permaneceu conjunta até meados de 1950. O caso é que até agora a decisão de 1955 sobre o curso permanecia uma zona cinzenta, perguntas como: de quem havia sido a ideia do projeto de lei que separava a Geografia da História? Com quais objetivos? Continuavam sem respostas. A partir deste trabalho podemos ver mais claramente a maneira pela qual o professor trabalhou durante toda a década de 1940 para modificar o curso com base em suas concepções em relação à disciplina. Aponto ainda para o significado da separação ter ocorrido especificamente neste momento, não foram os geógrafos do IBGE que conseguiram passar a separação à força, ela veio já num momento

de calmaria, bem depois do epicentro da discussão, e, muito provavelmente, costurada por um professor mais velho, que tinha a confiança de ambos os lados e que ajudara a formar boa parte dos geógrafos do país.

Deste modo, a geografia não se constituiu como disciplina independente por uma coesão entre os profissionais geógrafos ou por uma maior organização do campo, mas pela disputa entre dois pólos que tinham por bandeira a contraposição ou não à história. É interessante refletir sobre os motivos que levaram estes professores a assumirem esta ou aquela posição, por isso saliento a relação entre a história e a geografia na matriz francesa; como pudemos observar, naquele país a separação entre a Geografia e a História na *agrégation* ocorreu por esforço do professor de Martonne, orientador de Francis Ruellan, apenas em 1943. Retomo também a grande diferença entre ele e Demangeon, orientador de Pierre Monbeig, pois mesmo em se tratando de dois pupilos do mesmo professor, Vidal de La Blache, suas posições sobre a geografia eram diametralmente opostas, e Demangeon advogava uma maior interação entre a geografia e a história. O maior prestígio de Martonne, acabou por determinar a própria separação francesa, mas é interessante notar que a estratégia deste geógrafo para justificar tal feito consistiu em mobilizar a memória de La Blache, que era seu sogro, se valendo desta relação mais próxima com o mestre para afirmar a existência de documentos que não foram encontrados, onde, supostamente, o professor francês defendia a separação da cadeira da geografia da de história.

Outro tópico a ser considerado é a questão do englobamento da geografia pela história, François Dosse argumenta que a geografia, principalmente a de matriz francesa, representada por Vidal de La Blache era vista pelos *Annales* como uma disciplina a ser pensada na "simbiose" com a história. Principalmente depois de Fernand Braudel e da construção da geo-história esta ligação se acentua, fazendo com que o escopo de ação profissional do historiador fosse desde a análise de fenômenos climáticos até culturais; "a geo-história absorve tudo e permite a realização dessa história total que Fernand Braudel tanto defende".[4]

Para além da questão francesa havia ainda a relação entre os primeiros historiadores brasileiros e os temas relacionados ao território, a história se constituía aqui também pelos vínculos com a geografia e seus objetos. Em artigo recente Lucia Guimarães afirma que mais de 25% dos textos publicados nos

4 DOSSE, François. *A História em migalhas:* dos 'Annales' à Nova História. Bauru, SP: EdUSC, 2003, p. 121; 201.

Anais do IV Congresso de História, realizado em 1949, diziam respeito à "problemática da ocupação do *hinterland* brasileiro".[5]

Com isso, fica claro que Monbeig, orientando de Demangeon, advogasse uma posição mais parecida com a de seu mestre para a relação entre a geografia e a história, enquanto Ruellan defendia a separação, como de Martonne. Reunindo os geógrafos do IBGE, Monbeig, Delgado de Carvalho e Ruellan completamos o quadro de forças que disputava a hegemonia da geografia brasileira.

Na esteira da formação das Universidades vieram as revistas especializadas em geografia. À medida que os cursos foram se firmando, a produção do conhecimento se dinamizou e foi constituído ainda um publico leitor. Foram criadas a revista *Geografia*, publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros, editada por Caio Prado Jr., Pierre Monbeig e Rubens Borba de Moraes; o *Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, continuação da revista *Geografia*, comandada por Pierre Monbeig e Aroldo de Azevedo; o *Boletim Paulista de Geografia*, que por sua vez é a continuação do Boletim anterior, também editada por Aroldo de Azevedo; a *Revista Brasileira de Geografia*, do Conselho Nacional de Geografia sob o comando de Christóvam Leite de Castro. Havia também a *Revista de História* da Universidade de São Paulo que, apesar de não ser uma publicação propriamente geográfica, dedicou-se a publicar artigos de geógrafos até 1955, ano da separação do curso universitário de Geografia e História.

Meu interesse pelo estudo das revistas esteve diretamente relacionado à investigação de como as batalhas disciplinares influenciaram nas publicações, neste sentido, duas características chamam a atenção. A primeira está relacionada à mudança de mãos da geografia, e pode ser vista na *Revista Brasileira de Geografia*, cuja maioria dos artigos publicados nos primeiros anos eram de autoria de engenheiros e militares e foi, com o passar dos anos, mudando para as mãos dos profissionais geógrafos formados na Universidade. A segunda característica diz respeito à maneira como a discussão disciplinar rebateu nestas publicações, dificultando a colaboração científica entre estes dois pólos, em virtude deste fato os artigos dos professores do Rio de Janeiro eram raros nas revistas paulistanas; da mesma forma, os professores de São Paulo apenas ocasionalmente tinham trabalhos publicados na revista do CNG. Assim, podemos perceber que a questão da separação com a história marcou profunda-

5 GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. IV Congresso de História Nacional: tendências e perspectivas da história do Brasil colonial (Rio de Janeiro, 1949). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 48, 2004, p. 148-149; 163-164.

mente a produção e divulgação do saber geográfico brasileiro nas primeiras décadas do curso Universitário.

As poucas pontes criadas entre os geógrafos de São Paulo e os do Rio de Janeiro nestas publicações foram a ajuda financeira que o Conselho deu para a publicação do *Boletim* paulistano nos anos de 1941 e 1942, quando a Associação encontrava dificuldades para manter sua revista, tendo interrompido já desde o fim de 1936 a publicação da *Geografia*; e a "batalha de artigos" na *Revista de História* que decorreu da divulgação de uma curta biografia de Américo Vespúcio na *Revista Brasileira de Geografia*. Este caso é particularmente interessante e inusitado, pois a *Revista de História* converteu-se em palco para um intenso debate travado entre profissionais tanto da geografia quanto da história acerca de um artigo originalmente publicado na revista do CNG.

O trabalho de Virgílo Corrêa Filho sobre o navegante fazia parte de uma seção intitulada "Vultos da Geografia do Brasil", que, a cada edição, elencava uma ou duas figuras importantes para o conhecimento da geografia do país (a "geografia do país" na sua ligação com o território, e não necessariamente relacionada à geografia como disciplina). Sustento que esta seção se coadunava com os objetivos do IBGE em relação à geografia nacional (e desta vez me refiro à disciplina mesmo), visto que ela criava um histórico, um cânone para a ciência, dando um sentido à produção de conhecimento. Esta escolha de quem será destacado ou apagado, de que forma será lembrado e ainda mais, de quem seria considerado geógrafo antes mesmo do estabelecimento da formação universitária era crucial na construção de uma história "oficial" da geografia e o IBGE tomava para si a tarefa de construir esta tessitura.

Como o campo da geografia estava em disputa, o Instituto não foi o único a tomar para si a tarefa de escrever uma história da geografia brasileira, na verdade há diversos autores construindo estes discursos sobre o desenvolvimento dos saberes geográficos no Brasil. Pierre Monbeig redigiu o capítulo dedicado à geografia no *Manual Bibliográfico*, organizado por Rubens Borba de Moraes (o mesmo da revista *Geografia*) e William Berrien em 1949; da mesma forma, é de José Veríssimo da Costa Pereira, geógrafo do IBGE, a seção sobre geografia no livro *As ciências no Brasil*, de Fernando de Azevedo. Posteriormente, já no fim dos anos de 1970, Aziz Ab'Sáber, Antônio Christofoletti e Pasquale Petrone escreveram os capítulos geográficos no trabalho de Mário Ferri e Shozo Motoyama, *História das ciências no Brasil*.

Tais trabalhos foram analisados como documentos, pois explicitam a maneira como os geógrafos entendem seu próprio fazer no tempo, numa escrita de si

mesmos e de sua disciplina. Quem escreve escolhe, apaga, seleciona, expondo seus interesses e posições em relação às batalhas disciplinares de sua época. Isso fica patente no trabalho de Pierre Monbeig, que exclui Francis Ruellan quando fala dos trabalhos em geomorfologia do Brasil; ou no compromisso de Aziz Ab'Sáber e Christofoletti com seus pares, firmado na enumeração cuidadosa de todas as instituições e colegas de sua área, numa (auto)afirmação de consolidação profissional.

Saliento ainda que estas histórias estão revestidas de grande poder, tendo papel fundamental no ensino da universidade nas décadas subsequentes e cristalizando uma ideia do que é a geografia nacional quiça até os dias de hoje.

Foi crucial que esta construção de um sentido para a história, este discurso homogêneo sobre a constituição da disciplina fosse sacudido, desconstruído. E aí também a análise das entrevistas nos auxiliou; os depoimentos foram determinantes para analisar as camadas de historicidade que tornaram a disciplina o que ela é, numa desnaturalização do olhar superficial.

No que tange especificamente às entrevistas, procurei estabelecer uma aproximação que respeitasse os envolvidos, com absoluto cuidado em relação a seus discursos. Atentando para a maneira como a memória foi importante para a própria construção do que é a disciplina e o ofício do geógrafo.

Finalizo este trabalho com uma frase de Ankersmit, que fala justamente destas camadas de interpretações que recobrem o passado, apontando para a ideia de que o trabalho do historiador não deve ser simplesmente a análise do passado, mas antes o estudo destas camadas discursivas que o recobrem, juntamente ao objeto *per se*. O autor apontando para a crucialidade da historiografia na investigação histórica. Foi exatamente este o exercício que procurei realizar aqui, examinando a institucionalização da geografia no Brasil a partir das batalhas pela separação entre os cursos universitários de geografia e história, atentando para a formação do campo e a autorrepresentação presente nos discursos constitutivos da história disciplinar elaboradas pelos geógrafos. Assim: "Como um dique coberto com blocos de gelo no final do inverno, o passado foi coberto por uma grossa crosta de interpretações narrativas; e debate histórico é tanto um debate sobre os componentes destas crostas quanto sobre o passado escondido abaixo delas".[6]

6 ANKERSMIT, F. R. The dilemma of contemporary anglo-saxon philosophy of history. *History and Theory*, Middletown, CT, v. 25, n. 4, 1986, p. 26.

REFERÊNCIAS

I. FONTES

1. Anais & Anuários

Anais do I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico. Uberlândia, MG: IG-UFU, 2008.

Anais do IV Congresso de História Nacional, 21-28 de abril de 1949. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1950.

Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia. Vol. I. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1941.

Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia. Vol. I. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1949.

Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, ano: 1934-1935. São Paulo: Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais", 1937.

Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, anos: 1939-1949. São Paulo: Seção Gráfica; Indústria Gráfica José Magalhães Ltda., 1952.

Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, ano: 1950. São Paulo: Seção Gráfica; Indústria Gráfica José Magalhães Ltda., 1953.

Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, ano: 1952. São Paulo: Seção Gráfica; Indústria Gráfica José Magalhães Ltda., 1954.

2. Documentos de Arquivo

ARQUIVO da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Ata de fundação da AGB.

ARQUIVO Histórico da Câmara dos Deputados. Dossiê do Plano de Lei 297/1950, Apensados e outros documentos da matéria.

CPDOC-FGV. Arquivo Gustavo Capanema, Dossiê Faculdade Nacional de Filosofia.

CPDOC-FGV. Dossiê Era Vargas, Queda de Vargas e fim do Estado Novo.

IEB-USP. Viagem à memória da USP, entrevista concedida por Pierre Monbeig. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 11 fev. 1984. Entrevistador: Gilles Lapouge.

IEB-USP. Fundo Caio Prado Junior. Carta da AGB ao Diretor do Ensino Secundário do Distrito Federal, Sr. Nóbrega da Cunha, datada de 16 de novembro de 1935.

PROEDES-UFRJ. Centro de Documentação de História da Educação no Rio de Janeiro, Arquivo do Instituto de Educação, Currículos do curso de Geografia da Universidade do Distrito Federal.

3. Publicações Periódicas

Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Rio de Janeiro, AGB, v. 1-5, 1941-1945. 5 vols.

Revista de História, São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 1-12, 195-1952. 12 vols.

Geografia, São Paulo, v. 1-8, 1935-1936. 8 vols.

Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, AGB-SP, n. 1-22, 1949-1956. 22 vols.

Handbook of Latin American Studies, Washington, v. 1-18, 1935-1955. 18 vols.

Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, IBGE, v. 1-18, 1939-1956. 18 vols.

Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, IBGE, n. 22-24, 1945. 3 vols.

II. Bibliografia

AB'SABER, Aziz N. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, ano 22, set-dez. 1994.

AB'SABER, Aziz N.; CHRISTOFOLETTI, Antônio. Geociências. In: FERRI, Mário Guimarães; MOTOYAMA, Shozo (Orgs.). *História das ciências no Brasil.* São Paulo: EdUSP, 1979.

ABREU, Capistrano. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. São Paulo; Belo Horizonte: EdUSP; Itatiaia, 1988.

ABREU, Capistrano. *Capítulos de história colonial*. São Paulo; Belo Horizonte: EdUSP; Itatiaia, 1988.

ABREU, Capistrano. *O descobrimento do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ADAS, Sérgio. *O campo do geógrafo: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964)*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ASSOCIAÇÃO dos Geógrafos Brasileiros. Histórico. *Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, Rio de Janeiro, AGB, ano I, n. 1, 1941.

ASSOCIAÇÃO dos Geógtafos Brasileiros. Histórico. *Revista Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro, IBGE, v. 3, n. 1, jan.-mar. 1941.

ALMEIDA, Roberto Schmidt. *A Geografia e os Geógrafos do IBGE no Período 1938-1998*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

ALMEIDA, Roberto Schmidt. A Geografia do IBGE: os mestres formadores. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 17, p. 210-222, 2010.

ALMEIDA, Roberto Schmidt; ABRANTES, Vera Lucia Cortes. O pensamento científico dos pioneiros do IBGE. In: MARTINS, R. A.; *et al.* (Eds.). *Filosofia e História da Ciência no Cone-Sul:* 3º Encontro. Campinas, SP: AFHIC, 2004.

ALVES, Flamarion Dutra, FERREIRA, Enéas Rente. História da geografia agrária brasileira: Pierre Monbeig e Leo Waibel. *Mercator,* Fortaleza, v. 10, 2011.

ANDRADE, Julia Cossermelli de. Pierre Monbeig, um francês diante da geografia do movimento. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo: v. 52, p. 43-68, 2011.

ANDREWS, Howard F. The Early Life of Paul Vidal De La Blache and the Makings of Modern Geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, vol. 11, no. 2, 1986, p. 179.

ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. *Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira:* a dinâmica da transformação. São Paulo: FAPESP; EdUSC, 2006.

ANKERSMIT, F. R. The dilemma of contemporary anglo-saxon philosophy of history. *History and Theory*, Middletown, CT, v. 25, n 4, 1986.

ANTUNES, Charlles da França. O contexto do surgimento da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) na geografia Brasileira. *Anais do [...]. II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico.* Rio de Janeiro, 2009.

ARANHA, Patricia. *O esquadrinhamento do noroeste do Brasil: o saber geográfico e os engenheiros militares da Comissão Rondon (1907-1915).* Dissertação (Mestrado em História das Ciências) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

ARANHA, Patricia. O IBGE e a consolidação da geografia universitária brasileira. *Terra Brasilis (Nova Série)*, Niterói, RJ, v. 3, 2014.

AZEVEDO, Aroldo de. Dez anos de ensino superior de geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 8, n. 2, 1946.

AZEVEDO, Aroldo de. Palavras de Apresentação. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, AGB-SP, n. 1, mar. 1949.

AZEVEDO, Fernando de. A Universidade de São Paulo. In: O ESTADO DE SÃO PAULO. *Ensaios paulistas:* contribuição de 'O Estado de São Paulo' às comemorações do IV Centenário da cidade. São Paulo: Anhembi, 1958.

AZEVEDO, Fernando. *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1955.

BANDEIRA, Suelena Pinto. *O mestre dos livros:* Rubens Borba de Moraes. Brasília: Briquet de Lemos, 2007.

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. Delgado de Carvalho e a geografia no Brasil como arte da educação liberal. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 22, n. 62, 2008.

BECKHEUSER, Everardo. Comentário do mês, Tertúlias Geográficas. *Boletim de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 1 n. 2, 1943.

BEIGBEDER, Yvonne. *La région moyenne du haut Rio Branco.* Paris: Université de Paris, 1959.

BERDOULAY, Vincent. *La formation de l'école française de géographie:* (1870-1914). Paris: Bibliothèque Nationale, 1981.

BERNARDES, Nilo. A influência estrangeira no desenvolvimento da geografia no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 44 n. 3, 1982.

BLAY, Eva; LANG, Alice (Orgs.). *Mulheres na USP:* horizontes que se abrem. São Paulo: Humanitas, 2004.

BLOUET, Brian W.; STITCHER, Teresa L. *The Origins of Academic Geography in the United States.* Hamden, CONN: Archon Books, 1981.

BOURDIEU, P. *As regras da arte:* gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu.* São Paulo: Àtica, 1983.

BUTTIMER, Anne. *Society and Milieu in the French Geographic Tradition*. Chicago: Published for the Association of American Geographers by Rand McNally, 1971.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. A Revista Brasileira de Geografia e a organização do campo geográfico no Brasil (1939-1980). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 23-39, 2009.

CANABRAVA, Alice Piffer. *O caminho percorrido*. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2003.

CANDIDO, Antonio. Prefácio. AZEVEDO, Fernando (Org.). *As Ciências no Brasil.* Volume I. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

CARDOSO, Luciene Pereira Carris. *O lugar da geografia brasileira:* a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro entre 1883 e 1945. São Paulo: Annablume, 2013.

CARDOSO, Luciene Pereira Carris. O projeto pedagógico da Sociedade de Geografia: o Curso Superior Livre de Geografia (1926-1927). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 36, p. 246-256, 2010.

CARVALHO, Delgado. Meu filho Jorge. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1957.

CLAVAL, Paul. *Autour de Vidal de La Blache:* la formation de l'école française de géographie. Paris: CNRS, 1993.

CLAVAL, Paul; NARDY, J. P.; LA BLACHE, Paul Vidal de. *Pour le cinquantenaire de la mort de Paul Vidal de La Blache, études d'histoire de la géographie*. Paris: les Belles lettres, 1968.

CLAVAL, Paul; SANGUIN, André-Louis (Coords.). *La Géographie française a l'époque classique (1918-1968)*. Paris: l'Harmattan, 1996.

CLOUT, Hugh. In the shadow of Vidal de la Blache: letters to Albert Demangeon and the social dynamics of French geography in the early twentieth century. *Journal of Historical Geography*, v. 29, n. 3, p. 336-355, 2003.

CORRÊA FILHO, Virgílio. Vultos da Geografia: José Veríssimo da Costa Pereira. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 18, n. 2, 1956.

CORRÊA, Roberto Lobato. As correntes do pensamento geográfico. In: *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1991.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República:* momentos decisivos. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CUNHA, Euclides. *À margem da História*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CUNHA, Luiz Antonio. *A Universidade Temporã, o ensino superior da colônia à era de Vargas*. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

CUSTÓDIO, Vanderli (Org.). *Fundamentos teórico-metodológicos do ensino e da pesquisa em Geografia:* textos selecionados das primeiras publicações da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – GEOGRAFIA (1935-1936) e BOLETIM DA AGB (1941- 1944). São Paulo: AGB, 2012.

DAVIDOFF, Carlos Henrique. Revolução de 1932. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV; Forense Universitária, [*s.d.*].

DEFFONTAINES, Pierre. Prefácio. In: RONDON, Frederico. *Pelo Brasil Central*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1934.

DEFFONTAINES, Pierre. Prefácio. In: RONDON, Frederico. *Pelos sertões e fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Reper, 1969.

DEJEAN, Férdéric. Pierre Deffontaines, géographe de la noosphère. Une lecture de "Géographie et religions". *Cahiers de géographie du Québec*, Quebec, v. 56, n. 159, p. 543-556, déc. 2012.

DELFOSSE, Claire. Le rôle des institutions culturelles dans la diffusion des idées géographiques: l'exemple de Pierre Deffontaines (1894-1978). *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*, Lisboa, v. 33, n. 65, 1998.

DEMANGEON, A. Les recherches géographiques dans les archives. *Annales de Géographie*, Paris, v. 16, n. 87, 1907.

DEN BOER, Pim. *History as a profession:* the study of history in France, 1818-1914. Princeton: Princeton University Press, 1998.

DEWEY, John. Democracia e Educação. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1959.

DION, Roger. Conferência: "Influência da Geografia Física sobre a evolução histórica da Europa (as invasões bárbaras vistas pelo geógrafo)". *Revista de História*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 127-139, 1950.

DOSSE, François. *A História em migalhas:* dos 'Annales' à Nova História. Bauru, SP: EdUSC, 2003.

DRESCH, Jean. Memorial to Francis Ruellan 1894-1974. Publicado em: 1977. Disponível em: https://www.geosociety.org//documents/gsa/memorials/v07/Ruellan-F.pdf. Acesso em: 14 jan. 2020.

EAKIN, Marshall C.; ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Envisioning Brazil:* A Guide to Brazilian Studies in the United States, 1945-2003. Madison, Wis: University of Wisconsin Press, 2005.

EVANGELISTA, Helio de Araújo. Geografia tradicional no Brasil: uma geografia tão mal-afamada quanto mal conhecida! *Revista geo-paisagem*, Curitiba, ano 5, n. 10, jul.-dez. 2006.

FARAGHER, John Mack. The frontier trail: rethinking Turner and reimagining the American West. *The American Historical Review*, Washington, v. 98, n. 1, feb. 1993.

FAVERO, Maria de Lourdes. A Faculdade Nacional de Filosofia: origens, construção e extinção. *Série-Estudos*, Campo Grande, MS, n. 16, p. 107-131, jul.-dez. 2003.

FAVERO, Maria de Lourdes. A UDF, sua vocação política e científica: um legado para se pensar a universidade hoje. *Pro-Posições (Unicamp)*, Campinas, SP, v. 15, n. 3 (45), p. 143-162, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como Ofício:* a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Diário pessoal, autobiografia e fontes orais: a trajetória de Pierre Deffontaines.* São Paulo: I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Diário pessoal, autobiografia e fontes orais: a trajetória de Pierre Deffontaines. In: *INTERNATIONAL ORAL HISTORY CONFERENCE. Oral history challenges for the 21st century: proceedings [of the] X International Oral History Conference*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV; COC-Fiocruz, 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas sobre a institucionalização dos cursos universitários de história no Rio de Janeiro. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O ensino da história na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, abr.-jun. 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O lado escuro da força: a ditadura militar e o curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi/UB). *História da historiografia*, Mariana, MG, n. 11, 2013.

FONSECA, James Braga Vieira da. *O ensino da geografia no Brasil.* Rio de Janeiro: Instituto Pan-Americano de Geografia e História - Comissão de Geografia, 1956.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992.

FRANZINI, Fábio; GONTIJO, Rebeca. Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960. In: SOIHET, Rachel; *et al.* (Orgs.*). Mitos, projetos e práticas políticas:* memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GEIGER, Pedro. As expedições geográficas do IBGE. In: SENRA, Nelson de Castro (Org.). *Veredas de Brasília:* as expedições geográficas em busca de um sonho. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

GOMES, Angela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

GOMES, Horiestes. Jorge Zarur, "um geógrafo moderno". *Boletim Goiano de Geografia*, Goiania, v. 17, n. 1, p. 47-52, jan.-jun. 1997.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro, Bertrand, 1996.

GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador.* Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2006.

GUERRA, Antonio Teixeira. Vultos da Geografia do Brasil, Jorge Zarur. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 20, n. 3, 1958.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu:* Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da Republica, 2007.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, ano. 156, n. 388, p. 459-613, jul.-set. 1995.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. IV Congresso de História Nacional: tendências e perspectivas da história do Brasil colonial (Rio de Janeiro, 1949). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 48, 2004.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

HAESBAERT, Rogério. La Blache, Ratzel e a "Geografia Política". *GEOgraphia*, Niterói, RJ, v. 4, n. 7, 2002.

HARRISON CHURCH, R. J. The French school of geography. In.: TAYLOR, Thomas Griffith. *Geography in the Twentieth Century:* A Study of Growth, Fields, Techniques, Aims, and Trends. New York: Philosophical Library, 1957.

HAUSER, Henri. Algumas fontes da Geografia do Brasil. *Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, ano III, n. 3, 1943.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O extremo Oeste.* São Paulo: Brasiliense, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

IPANEMA, Cybelle de. Uma candanga antes dos candangos: vivências de uma expedição geográfica. In: SENRA, Nelson de Castro (Org.). *Veredas de Brasília:* as expedições geográficas em busca de um sonho. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IUMATTI, Paulo. *Caio Prado Jr., historiador e editor*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

IUMATTI, Paulo; SEABRA, Manoel; HEIDEMANN, Dieter (Orgs.). *Caio Prado Jr. e a Associação dos Geógrafos Brasileiros.* São Paulo: EdUSP, 2008.

JAMES, Preston E. *Brazil*. New York: Odyssey, 1946.

JAMES, P.; *et al*. *Geografia humana nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Fórum, 1970.

JOHNSON, Allen. Review The frontier in American history - Frederick Turner. *The American Historical Review*, Washington, v. 26, n. 3, Apr. 1921.

JONES, Howard Mumford. *O Strange new world*. American culture: the formative years. New York: The Viking Press, 1964.

KOCH-GRUNBERG, Theodor. *Vom Roraima zum Orinoco*. Berlin: Dietrich Reimer Verlag, 1917.

LEFEBVRE, Jean-Paul. Les professeurs français des missions universitaires au Brésil (1934-1944). *Cahiers du Brésil Contemporain*, Paris, n. 12, 1990.

LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil:* Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ-UCAM, 1999.

LIMONGI, F. *Educadores e Empresários Culturais na Fundação da USP*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1988.

LIRA, Larissa. *O primeiro esboço do método geográfico de Vidal de La Blache a partir dos estudos do Mediterrâneo. Permanências e rupturas no contexto da institucionalização da geografia (1872-1918)*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LIRA, Larissa. *Pierre Monbeig et la formation de la géographie brésilienne. Une science dans le capitalisme tardif (1925-1957): érosion des valleurs litteraires, tentation de l'action et systématisation de la méthode*. Tese

(Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

LIRA, Larissa. Vidal de La Blache historiador. *Confins*, Paris, n. 21, 2014.

LOPES, Sonia de Castro. Um modelo autônomo e integrador de formação docente: a breve experiência da Universidade do Distrito Federal (1935-1939). *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 147-164, 2008.

LOPES, Sonia Maria. Memórias em disputa: Anísio Teixeira e Lourenço Filho no Instituto de Educação do Rio de Janeiro. (Comunicação). *29ª Reunião Anual da ANPEd. Educação, cultura e conhecimento na contemporaneidade: desafios e compromissos.* Caxambu, MG, 2006.

LOPEZ, T. L.; SANTOS, T. M. L. (Orgs.) *O Turista Aprendiz.* São Paulo; Brasília: IEB-USP; IPHAN, 2015.

MACHADO, Mônica S. *A construção da geografia universitária no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Apicuri; Faperj, 2009.

MACHADO, Mônica; ZARUR, Marcela B. Primeira aproximação da geografia institucional brasileira com a geografia norte-americana: uma análise a partir da obra de Jorge Zarur. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n. 27, 2015.

MAIO, M. C.; SÁ, M. R. Ciência na periferia: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as origens do Inpa. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. VI, suplemento, p. 975-1017, 2000.

MARTY, Pascal. Geographers: Emmanuel de Martonne. Disponível em: http://www.hypergeo.eu/spip.php?article612. Acesso em: 27 ago. 2015.

MEYNIER, André. *Histoire de la pensée géographique en France*. Paris: PUF, 1969

MEYNIER, André. Chronique de L'Institut de Géographie et d'aménagement de l'espace de Rennes en 1975, Nécrologie: Francis Ruellan (1894-1975). *Revue Norois*, Rennes, n. 89, jan.-mar. 1976.

MICELI, S. (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil.* São Paulo: Vértice; Editora "Revista dos Tribunais"; IDESP, 1989.

MONBEIG, P. Comentários, Estudos Geográficos. *Boletim de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 1, n. 11, 1944.

MONBEIG, P. Geografia. In: MORAES, Rubens Borba; BERRIEN, William. *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Souza, 1949.

MONBEIG, P. *La Crise des sciences de l'homme*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943.

MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec; Polis, 1984.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia*: pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1983.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: v. 4, n. 8, 1991.

MORAES, Rubens Borba; BERRIEN Wiliam. *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Souza, 1949.

MOREIRA, Ruy. *O pensamento geográfico brasileiro*: I - as matrizes clássicas originárias. São Paulo: Contexto, 2008.

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. *Geografia:* teoria e crítica: o saber porto em questão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. *Licenciatura curta em Estudos Sociais no Brasil: sua trajetória na Faculdade de Formação de Professores (FFP) de São Gonçalo/RJ (1973-1987)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, RJ, 2012.

NASH, Roderick Frazier. *Wilderness and the American Mind*. New Haven; London: Yale University Press, 2014.

NATIONAL Planning Association. *National Planning Association:* Origin, Objective, Organization. Washington: The Association, 1943.

NATIONAL Planning Association. *The National Planning Association at Work:* Six Decades of Providing Solutions to America's Challenges. Washington: National Planning Association, 1995.

NOGUEIRA, Carlo Eugênio. Frentes pioneiras e formação territorial: a Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) na consolidação do campo

geográfico no Brasil. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 315-335, 2012.

NOGUEIRA, Carlo Eugênio. *O lugar da fronteira na geografia de Pierre Monbeig.* Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

NUNES PEREIRA, Sergio. De ciência auxiliar a saber autônomo: dois momentos da geografia brasileira no século XIX. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiania, v. 24, p. 11-22, 2004.

NUNES PEREIRA, Sergio. *Geografias: caminhos e lugares da produção do saber geográfico no Brasil (1838-1922).* Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

NUNES PEREIRA, Sergio. *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: origens, obsessões e conflitos (1883-1944).* Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Americanos*: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

PALMA FILHO, J. C. (Org.). *Pedagogia Cidadã*. Cadernos de Formação. História da Educação. São Paulo: Progred-UNESP; Santa Clara, 2005.

PAN American Institute of Geography and History. *Instituto Panamericano de Geografía e Historia:* cincuentenario, 1928-1978. México: IPGH, 1978.

PANZU, Ângela Nascimento dos Santos. *O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia: trajetória institucional por meio de suas práticas científicas, 1954-1975.* Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

PAZERA JUNIOR, Eduardo. A contribuição francesa e anglo-saxã na formação do pensamento geográfico brasileiro. *Boletim de Geografia da Universidade Estadual de Maringá*, Maringá, PR, ano 6, n. 01, jun. 1988.

PENHA, Eli Alves. *A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo.* Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. A Geografia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando. *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1955.

PEREIRA, Mateus; SANTOS, Pedro; NICODEMO, Thiago. Uma introdução à história da historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2018.

PETRONE, Pasquale. Geografia Humana. In: FERRI, Mário Guimarães; MOTOYAMA, Shozo. *História das ciências no Brasil*. São Paulo: EdUSP, 1979.

PIRES, Marcelo Raimundo. *Representações de Brasil em Delgado de Carvalho.* 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP.

PORTELLI, Alessandro. Historia y memoria: la muerte de Luigi Trastulli. *Historia y Fuente Oral*, Barcelona, n. 1, p. 5-32, 1989.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. Os Territórios Federais e a sua evolução no Brasil. *Presença (Porto Velho)*, Porto Velho, n.16, 2000.

PRADO, Antonio Almeida. Colaboração preciosa: a função cultural do ensino - Discurso de abertura dos cursos da Faculdade em 11/03/1935. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, ano: 1934-1935.* São Paulo: Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais", 1937.

REIS, Ciro M. Fany Davidovich e a Geografia Urbana: uma análise a partir da Revista Brasileira de Geografia. In: MACHADO, Mônica S.; MARTIN, André R. (Orgs.). *Dicionário dos Geógrafos Brasileiros*. Vol. 1. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

REIS, J. C. História e Estruturalismo: Braudel versus Lévi-Strauss. *História da Historiografia*, Mariana, v. 1, 2008.

RIBEIRO, Guilherme. Interrogando a ciência: a concepção vidaliana da geografia. *Confins*, Paris, n. 8, 2010.

RINGER, Fritz K. *Fields of Knowledge:* French Academic Culture in Comparative Perspective, 1890-1920. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1992.

RINGER, Fritz K. *The Decline of the German Mandarins:* The German Academic Community, 1890-1933. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1969

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. Delgado de Carvalho e a Orientação Moderna no Ensino da Geografia Escolar Brasileira. *Terra Brasilis*, Niterói, RJ, v. 1, 2000.

ROIZ, Diogo da Silva. *Os caminhos (da escrita) da História e os descaminhos de seu ensino:* a institucionalização do ensino de universitário de

História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968). Curitiba, Appris, 2012.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão Geral de Engenharia (G5) do Departamento da Guerra pelo Coronel Rondon Chefe da Comissão, Commissão de Linhas Telegraphicas Estrategicas de Matto Grosso ao Amazonas, Publicação 1*. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, [*s.d.*].

RONDON, Frederico. *Pelo Brasil central*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1934.

RUELLAN, Francis. Deux anciens niveaux marins dans la région de Perros - Guirec, Côtes du Nord. *Acad. Sci. Paris*, Paris, v. 196, p. 2-17, jun. 1933.

RUELLAN, Francis. *Expedições Geomorfológicas no Território do Rio Branco. Conselho Nacional de Pesquisas, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.* Rio de Janeiro: [*s.n.*], 1957.

RUELLAN, Francis. L'orientation cientifique dês méthodes de recherches géographiques. *Revista Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro, IBGE, v. 5, n. 1, 1943.

RUELLAN, Francis. La décomposition et la désagrégation du granite à biotite au Japon et en Corée et les formes du modelé qui en résultent. *Geog. Cong.*, Paris, comptes rendus, v. 2, fasc. 1, p. 670-684, 1931.

RUELLAN, Francis. La morphologie de la "Mer intérieure du Japon, Nature des problèmes et recherches préliminaires". *Assis. Géographes Français Bull.*, Paris, n. 55, p. 5-14, 1932.

RUELLAN, Francis. *Le Kwansaai:* Etude géomorphologique d'une région japonaise. Tours: Arrault, 1940.

RUELLAN, Francis. Le relief et la structure du Japon du Sud-Ouest. *Annales de Geographie*, Paris, n. 230, 41 st., p. 141-166, mar. 1932.

RUELLAN, Francis. Les déformations transversales dans le relief de l'archipel japonais. *Acad. Sci. Paris*, Paris, comptes rendus, v. 194, p. 296-299, jan. 1932.

RUELLAN, Francis. O problema de determinar num sistema fluvial o rio principal e os afluentes. *Boletim do Conselho Nacional de Geografia,* Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1943.

RUELLAN, Francis. O trabalho de campo nas pesquisas originais de geografia regional. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 6 n. 1, 1944.

RUELLAN, Francis. Orientação científica dos métodos de pesquisa geográfica. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 5, n. 1, 1943.

RUELLAN, Francis. *Os métodos modernos do ensino da geografia*. Rio de Janeiro: Biblioteca Geográfica Brasileira, 1943.

SANGUIN, André-Louis. *Vidal de La Blache*. Un génie de la Géographie. Paris: Belin, 1993.

SANTOS, Marco Aurélio Martins. Francis Ruellan: um mestre geógrafo em campo. In: SENRA, Nelson de Castro (Org.). *Veredas de Brasília:* as expedições geográficas em busca de um sonho. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

SANTOS, Milton. *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova:* da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1978.

SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. *América: Cahiers du CRICCAL*, Paris, n. 9-10, 1992.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado:* cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHWARTZMAN, S. *Formação da Comunidade Científica no Brasil*. Rio de Janeiro; São Paulo: FINEP; Cia. Ed. Nacional, 1979.

SCWARCZ, Lilia Moritz. *Os guardiões de nossa história oficial, os institutos históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo: Idesp, 1989.

SEABRA, Manoel. Os primeiros anos da Associação dos Geógrafos Brasileiros: 1934-1945. *Revista Terra Livre*, São Paulo, AGB, n. 22, ano 20, v. 1, jan.-jul., 2004.

SECRETARIA Geral do Conselho Nacional de Geografia. Congressos de Geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 3, n. 3, 1941.

SECRETARIA Geral do Conselho Nacional de Geografia. Histórico da Criação do Conselho Nacional de Geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 1, ano 1, 1939.

SENRA, Nelson de Castro (Org.). *Veredas de Brasília:* as expedições geográficas em busca de um sonho. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

SILVA, Aldo Dantas; MEDEIROS, Tásia Hortêncio. *Introdução à ciência geográfica*. Natal: Ed. UFRN, 2008.

SILVA, Norma L. da; FERREIRA, Marieta de M. Os caminhos da institucionalização do ensino superior de História. *História & Ensino*, Londrina, PR, v. 2, n. 17, p. 283-306, jul.-dez. 2011.

SMITH, Henry Nash. *Virgin Land:* the american west as symbol and myth. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1971.

THÉRY, Hervé; DROULERS, Martine (Coords.). *Pierre Monbeig:* un géographe pionnier. Paris: IHEAL, 1991.

TURNER, Frederick Jackson. *The significance of the frontier in American history.* Rereding Frederick Turner. New Heaven; Londres: Yale University Press, 1999.

VICENZI, Lectícia Josephina Braga de. A fundação da Universidade do Distrito Federal e seu significado para a educação no Brasil. *Fórum Educacional*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, jul.-set. 1986.

VITTE, Antônio Carlos. Bréves considérations sur le rôle de Pierre Monbeig das l'élaboration de la pensée géomorphologique uspiana. *Confins*, Paris, v. 11, 2011.

DARBY, H. C.; WILLIAMS, Michael. *The Relations of History and Geography*: Studies in England, France and the United States. Exeter: University of Exeter Press, 2002.

ZARUR, Jorge. A Geografia no curso secundário. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 3, n. 2, 1941.

ZARUR, Jorge. Geografia: ciência moderna ao serviço do homem. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 6, n. 3, 1944.

ZARUR, Jorge. *Precisão e aplicabilidade na geografia*. Tese (Cátedra de Geografia Geral e do Brasil) - Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 1955.

ZARUR, Marcela B. Jorge Zarur e a geografia brasileira. *Observatório Geográfico de América Latina*. Disponível em: http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/resultadosbusqueda.php. Acesso em: 16 fev. 2017.

ZUSMAN, Perla Brígida. La geografía y el proyecto territorial de la élite ilustrada paulista. La associaçâo de géografos brasileiros (1934-1945). *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, Universidad de Barcelona, n. 7, sept. 1997.

ZUSMAN, Perla Brígida. Na procura das origens da AGB. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, AGB-SP, n. 78, dez. 2001.

ZUSMAN, Perla Brígida. *Sociedades Geográficas na promoção do saber a respeito do território: estratégias políticas e acadêmicas de instituições geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1838-1945).* Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-graduação em Integração Latino Americana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.